

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
PERNAMBUCO *CAMPUS* OLINDA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**



**SANDRA MARIA DOS SANTOS**

**“[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA [...]”:** percepções das pessoas idosas estudantes do IFPE *Campus* Recife sobre as ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil

Olinda

2023

SANDRA MARIA DOS SANTOS

**“[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA [...]”: percepções das pessoas idosas estudantes do IFPE *Campus Recife* sobre as ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Olinda como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientador:** Prof. Dr. Kleber Fernando Rodrigues

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto: Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Olinda

2023

S237m Santos, Sandra Maria dos .

(–) Meu sonho era vestir essa blusa (–): percepções das pessoas idosas estudantes do IFPE Campus Recife sobre as ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil. / Sandra Maria dos Santos. – Olinda, PE: O autor, 2023.

260 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Fernando Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2023.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Educação – Idosos. 2. Pessoas idosas 3. Inclusão 4. Educação – Direitos. 5. Educação - Assistência Estudantil. 6. Educação Profissional e Tecnológica. I. Rodrigues, Kleber Fernando (Orientador). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

374.00846 CDD (22 Ed.)

**INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de  
dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

---

**SANDRA MARIA DOS SANTOS**

**“[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA[...]”: percepções das pessoas  
idasas estudantes do IFPE *Campus* Recife sobre as ações inclusivas para a  
população idosa na política de assistência estudantil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Educação Profissional e  
Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestra em Educação Profissional e  
Tecnológica.

Aprovado em 02 de outubro de 2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Kleber Fernando Rodrigues  
Instituto Federal de Pernambuco (Orientador)

---

Profª Drª. Bernardina Santos Araújo de Sousa Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT.  
IFPE – Campus Belo Jardim

---

Prof. Drª Vanessa Cavalcanti de Torres AEB/FBJ – Autarquia Educacional do Belo Jardim / Faculdade do  
Belo Jardim- Examinadora Externa

---

Prof. Dr. José Davison da Silva Júnior  
IFPE - Campus Olinda



**INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de  
dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

---

**SANDRA MARIA DOS SANTOS**

**“[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA[...]”: percepções das pessoas  
idasas estudantes do IFPE *Campus* Recife sobre as ações inclusivas para a  
população idosa na política de assistência estudantil**

Produto Educacional apresentado ao Programa de  
Pós-graduação em Educação Profissional e  
Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestra em Educação Profissional e  
Tecnológica.

Aprovado em 02 de outubro de 2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Kleber Fernando Rodrigues  
Instituto Federal de Pernambuco (Orientador)

---

Profª Drª. Bernardina Santos Araújo de Sousa Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT.  
IFPE – Campus Belo Jardim

---

Prof. Drª Vanessa Cavalcanti de Torres AEB/FBJ – Autarquia Educacional do Belo Jardim / Faculdade do  
Belo Jardim- Examinadora Externa

---

Prof. Dr. José Davison da Silva Júnior  
IFPE - Campus Olinda

## AGRADECIMENTOS

À Reitoria pelo apoio nesta pesquisa e ao Núcleo 60+ do IFPE.

À Coordenação do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEpt) do IFPE *Campus* Olinda. Às/aos docentes do Mestrado ProfEpt. Ao orientador Professor Dr. Kleber Fernando Rodrigues. À banca de qualificação e avaliação.

À Direção Geral, Coordenação de Registro Acadêmico, e Equipe de Assistência Estudantil do IFPE *Campus* Olinda.

À Direção Geral, Direção de Ensino, Coordenação de Registro Acadêmico, Setor de Protocolo, Docentes, Diretoria de Assistência Estudantil, Equipe de Profissionais e Multidisciplinar, e Serviço Social do IFPE *Campus* Recife. À Assistente Social Joelma Lima do IFPE *Campus* Recife.

Ao IFPE *Campus* Cabo de Santo Agostinho. Aos colegas de trabalho, de profissão e de mestrado.

À Professora e Pedagoga Jane D'Arc Beserra, do IFPE *Campus* Caruaru. À Adna Sena e Andrea Cardoso, bibliotecárias do IFPE *Campus* Cabo de Santo Agostinho e Olinda. À Professora Dra. Edilene Guimarães. À Ediane Passos, pela diagramação do produto educacional, assessoria na correção gramatical e adequação às normas técnicas brasileiras. À Margarida Figueiredo. Aos profissionais de saúde que cuidaram de mim.

Aos meus pais, irmãos e familiares. À Sofia e Anthony. A nossa amiga e irmã Juracy Rita da Silva. À tia Raimunda do Nascimento Jucá. Às amigas, amigos e amiges.

Aos queridos estudantes idosos do IFPE *Campus* Recife. A todas as pessoas que participaram e contribuíram com esta pesquisa.

As/aos estudantes que ao longo da vida profissional me ensinaram e inspiraram a levantar e continuar nesta travessia.

Aos espaços múltiplos e pessoas queridas que oportunizaram aprendizado (contínuo) sobre a pessoa idosa, envelhecimento humano e velhice.

Às pessoas que me inspiram nessa caminhada. Aos meus amores. Às estrelas. A terra e ao sopro da vida. A Deus.

Agradeço a todas as existências materiais e imateriais que contribuíram neste processo. E desejo que todas as crianças tenham uma velhice melhor e digna, cheia de vida, sonho e conhecimento, saúde e paz, alegria e esperança, desejo, luta e amor.

*Sandra Maria dos Santos*

**Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar.** Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive, me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa a problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. Desde que não prejudique o tempo normal da docência, não posso fechar-me a seu sofrimento ou a sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social (Freire, 1996, p.144, grifo nosso).

## RESUMO

O direito à educação ao longo da vida é assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996, e também no Estatuto da Pessoa Idosa (EPI), Lei n.10.741 de 1º de outubro de 2003, do Brasil, assim como os direitos à inclusão e a permanência escolar que são previstos no Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O crescimento da população idosa no Brasil, e na maioria dos países do mundo, é uma realidade. A presença de pessoas idosas na educação profissional e tecnológica nacional, regional e local é identificada na plataforma Nilo Peçanha. Observamos uma escassez de estudos sobre o protagonismo das pessoas idosas dos cursos médios de modalidade subsequente nos Institutos Federais da educação profissional e tecnológica. Este estudo foi realizado no IFPE *Campus* Recife e tem por objetivo geral compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais. Para tanto, escolhemos como objetivos específicos: 1) identificar a população de pessoas idosas estudantes do *Campus* Recife, a fim de traçar um perfil identitário deste grupo, caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do *Campus* Recife para pessoas idosas estudantes; 3) elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos, utilizando as dimensões da acessibilidade. Como abordagem metodológica, escolhemos o método qualitativo, adotando o procedimento técnico do estudo do caso. Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, portanto, teremos as etapas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No tratamento de dados, utilizamos a técnica da análise de conteúdo em Bardin. O produto educacional foi elaborado a partir das análises do material coletado na pesquisa de campo, e trata-se de um Guia de Informações com sugestões de materiais, vídeos diversos, e vídeo das pessoas idosas participantes da pesquisa, e imagens de profissionais participantes. O pressuposto da pesquisa foi confirmado ao inferimos que as pessoas idosas que buscam o Instituto Federal de Pernambuco realizam sonhos ao acessar a educação profissional e tecnológica e buscam continuar ou voltar ao mundo do trabalho. A trajetória acadêmica, porém, é permeada de desafios para esses estudantes, tanto na vida acadêmica como na vida pessoal. Os profissionais são impulsionados a buscar novos conhecimentos acerca da temática.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; pessoa idosa; direito educacional; inclusão; assistência estudantil.

## ABSTRACT

The right to lifelong education is guaranteed in the Brazilian Education Guidelines and Bases Law (LDB), Law n.9,394 of December 20, 1996, and also in the Elderly Person Statute (EPI), Law n.10,741 of 1st. of October 2003, of Brazil, as well as the rights to inclusion and school retention that are provided for in Decree 7,234 of July 19, 2010, which establishes the National Student Assistance Program. The growth of the elderly population in Brazil and in most countries around the world is a reality. The presence of elderly people in national, regional and local professional and technological education is identified on the Nilo Peçanha platform. We observed a lack of studies on the role of elderly people in secondary courses at Federal Institutes of professional and technological education. This study was carried out at IFPE Campus Recife and its general objective is to understand how elderly students at IFPE perceive the contribution of inclusive actions for the elderly population in IFPE's professional and technological education student assistance policy in realizing their educational rights. To this end, we chose the following specific objectives: 1) Identify the population of elderly students at Campus Recife in order to outline an identity profile of this group, characterizing their belonging and demands for access, permanence and success; 2) Identify which inclusion actions are developed by Campus Recife student assistance for elderly students; 3) develop an educational product with relevant themes, the result of field research, in the format of short audios and videos using the dimensions of accessibility. As a methodological approach, we chose the qualitative method, adopting the technical procedure of the case study. From the point of view of the objectives, this is an exploratory and descriptive research, and, therefore, we will have the stages of bibliographical, documentary, and field research. When processing data, we use the content analysis technique in Bardin. The educational product was prepared based on the analysis of the material collected in the field research, and is an Information Guide with suggested materials, various videos, and videos of elderly people participating in the research, and images of participating professionals. The research assumption was confirmed when we inferred that elderly people who seek the Federal Institute of Pernambuco realize dreams by accessing professional and technological education and seek to continue or return to the world of work. The academic trajectory, however, is permeated with challenges for these students, both in their academic and personal lives. Professionals are encouraged to seek new knowledge on the topic.

**Keywords:** professional and technological education; elderly; educational law; inclusion; student assistance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Faixa etária no Brasil .....	23
Figura 2 - Pirâmide do envelhecimento populacional .....	24
Figura 3 - Percentual de pessoas idosas no IFPE <i>Campus</i> Recife .....	29
Figura 4- Território do IFPE <i>Campus</i> Recife .....	110
Figura 5- <i>Campus</i> Recife, rampa de acessibilidade .....	171
Gráfico 1 - Conteúdo do produto educacional .....	130
Gráfico 2 - Informações do produto educacional .....	131
Gráfico 3 - Familiaridade do produto educacional com o público idoso .....	131
Gráfico 4 - Mudança de olhar sobre a pessoa idosa .....	131
Gráfico 5 - Mudança de atitude em relação a inclusão da pessoa idosa .....	132
Gráfico 6 - Alteração no produto educacional.....	132
Gráfico 7- Palavras difíceis no produto educacional.....	133
Gráfico 8- Ofensas no produto educacional .....	133
Gráfico 9- Imagens estereotipadas .....	133
Gráfico 10- Linguagem discriminatória.....	134

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População idosa do Brasil, Pernambuco, Recife .....	22
Tabela 2 - Quantitativo de pessoas idosas, ano 2021, do IFPE.....	29
Tabela 3 - Dados do quantitativo de pessoas idosas no IFPE, ano 2022 .....	30
Tabela 4 - Faixa etária e sexo, anos de 2017-2021, rede federal nacional .....	66
Tabela 5 - Faixa etária e sexo, anos de 2017-2021, IFPE .....	66
Tabela 6 - População idosa do IFPE <i>Campus</i> Recife por curso, ano 2023.....	112
Tabela 7 - População idosa do IFPE <i>Campus</i> Recife por idade, ano 2023.....	113
Tabela 8 - População idosa do IFPE <i>Campus</i> Recife do sexo, ano 2023 .....	113
Tabela 9 - População idosa do IFPE <i>Campus</i> Recife, ano 2023.....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aproximações pedagógicas.....	71
Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos .....	82
Quadro 3 - Perfil dos trabalhos encontrados nas bases de dados – BDBTD .....	97
Quadro 4 - Seleção – Revista Longeviver 2021 e 2022.....	100
Quadro 5 - Seleção - Revista IFRN 2017-2021.....	101
Quadro 6 - Perfil das pessoas participantes da pesquisa (A).....	115
Quadro 7 - Relação dos conceitos das categorias de análise do conteúdo .....	121
Quadro 8 - Perfil das pessoas idosas participantes da pesquisa (B).....	124
Quadro 9 - Contexto das percepções gerais (a) .....	137
Quadro 10-Contexto de percepções gerais (b) .....	138
Quadro 11-Contextos de percepções gerais (c).....	139
Quadro 12-Contextos de percepções gerais (d) .....	140
Quadro 13- Contextos de percepções gerais (e).....	141



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DDPEIS	Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Emancipatórias e Inclusão Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Ejai	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EPI	Estatuto da Pessoa Idosa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFEPCT	Instituição Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IFFluminense	Instituto Federal Fluminense
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFs	Institutos Federais
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
Loas	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Programa de Preparação para Aposentadoria
Proeja	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Semed	Secretaria Municipal de Educação de Maceió
Sesc	Serviço Social do Comércio

Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	28
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	38
3.1	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: os direitos sociais e os programas educacionais para a pessoa idosa.....	38
3.1.1	<b>Estado Democrático de Direito</b> .....	38
3.1.2	<b>Políticas de inclusão para pessoas idosas</b> .....	42
3.1.2.1	Políticas sociais para pessoas idosas .....	42
3.1.2.2	Políticas pedagógicas para pessoas idosas .....	50
3.2	ENVELHECIMENTO, PESSOA IDOSA E VELHICE .....	73
<b>4</b>	<b>ESTADO DA ARTE</b> .....	<b>805</b>
	<b>METODOLOGIA</b> .....	105
5.1	TIPO DE PESQUISA .....	105
5.2	AMBIENTE DA PESQUISA .....	109
5.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	114
5.4	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS .....	116
5.5	PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS.....	119
5.6	PRODUTO EDUCACIONAL .....	125
5.6.1	<b>Elaboração do produto educacional</b> .....	127
5.6.2	<b>Testagem do produto educacional</b> .....	128
5.6.3	<b>Avaliação do produto educacional</b> .....	129
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>136</b>
6.1	PERCEPÇÕES SOBRE PERTENCIMENTO, CONVIVÊNCIA, ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO.....	144
6.1.1	<b>Acesso</b> .....	157
6.1.2	<b>Permanência</b> .....	163
6.1.3	<b>Êxito</b> .....	166
6.2	PERCEPÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE INCLUSÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	168
6.3	ESTIGMA.....	175
6.4	ENVELHECIMENTO HUMANO.....	181

6.5	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	184
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>197</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)-(MAIORES DE 18 ANOS).....</b>	<b>214</b>
	<b>APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE BUSCA: Q-ACADÊMICO .....</b>	<b>217</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA PESSOAS IDOSAS ESTUDANTES DO IFPE <i>CAMPUS</i> RECIFE.....</b>	<b>218</b>
	<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO IFPE <i>CAMPUS</i> RECIFE .....</b>	<b>221</b>
	<b>APÊNDICE E - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>222</b>
	<b>APÊNDICE F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA.....</b>	<b>223</b>
	<b>APÊNDICE G - ROTEIRO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>224</b>
	<b>APÊNDICE H - PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>225</b>
	<b>ANEXO A - RESOLUÇÃO N.119, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.....</b>	<b>252</b>
	<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO .....</b>	<b>254</b>
	<b>ANEXO C - CARTAZ PRODUZIDO PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL .....</b>	<b>259</b>
	<b>ANEXO D - AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DO IFPE <i>CAMPUS</i> RECIFE.....</b>	<b>260</b>

És um senhor tão bonito. Quanto a cara do meu filho. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
**Vou te fazer um pedido.** Tempo, tempo, tempo, tempo  
Compositor de destinos. Tambor de todos os ritmos. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
Entro num acordo contigo. Tempo, tempo, tempo, tempo  
Por seres tão inventivo. E pareceres contínuo. Tempo, tempo, tempo,  
tempo  
És um dos deuses mais lindos. Tempo, tempo, tempo, tempo  
Que sejas ainda mais vivo. No som do meu estribilho. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
Ouve bem o que te digo. Tempo, tempo, tempo, tempo  
Peço-te o prazer legítimo. E o movimento preciso. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
Quando o tempo for propício. Tempo, tempo, tempo, tempo  
De modo que o meu espírito. Ganhe um brilho definido. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
E eu espalhe benefícios. Tempo, tempo, tempo, tempo  
O que usaremos pra isso. Fica guardado em sigilo. Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
Apenas contigo e 'migo. Tempo, tempo, tempo, tempo  
**E quando eu tiver saído. Para fora do teu círculo.** Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
Não serei, nem terás sido. Tempo, tempo, tempo, tempo  
**Ainda assim, acredito. Ser possível reunirmo-nos.** Tempo, tempo,  
tempo, tempo  
**Num outro nível de vínculo.** Tempo, tempo, tempo, tempo  
Portanto, peço-te aquilo. E te ofereço elogios. Tempo, tempo, tempo,  
tempo  
Nas rimas do meu estilo. Tempo, tempo, tempo, tempo (Veloso, 1978,  
grifos nossos)

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa versa sobre o tema da inclusão de pessoas idosas, por meio da assistência estudantil, na educação profissional e tecnológica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) nos cursos técnicos subsequentes do IFPE *Campus* Recife. As pessoas participantes foram estudantes dos cursos subsequentes, e do curso superior, e também profissionais da assistência estudantil do IFPE *Campus* Recife.

Portanto, visto que os participantes protagonistas são as pessoas idosas, trataremos de algumas das características desta fase da vida, que no Brasil inicia cronologicamente aos 60 anos de idade, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso (Brasil, 2003 e 1993). Além das questões relacionadas à pessoa idosa, perpassam neste estudo as questões sobre a educação, políticas sociais e pedagógicas, que incluem a educação profissional e tecnológica. Outras abordagens também são referenciadas como a percepção, a inclusão, o pertencimento, a assistência estudantil, o acesso, a permanência, o êxito, o envelhecimento humano à luz da teoria crítica e da saúde, e o estigma. Essas categorias são mediações para compreendermos o fenômeno da presença das pessoas idosas, sua inclusão e sua permanência, a partir das percepções desses estudantes.

Sendo o IFPE o nosso campo de pesquisa, e como já destacamos o IFPE *Campus* Recife, podemos iniciar dizendo que essa instituição como um todo se caracteriza por ser centenária no desenvolvimento da educação profissional e tecnológica. No ano de 1909, a instituição foi criada como Escola de Artífices do Estado de Pernambuco. A partir da Lei nº 11.892/2008, a instituição é vinculada à Rede de Educação Profissional e Tecnológica, como instituição federal de educação superior, básica e profissional, como prevê a legislação:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais (Brasil, 2008b).

A partir desta caracterização legal, citada acima, a instituição define sua missão, visão e valores como descrevemos abaixo:

#### Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e **inclusiva**, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022b, p.57, grifo nosso).

O compromisso com a formação humana e inclusiva está presente na missão institucional descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

Ser reconhecido como uma instituição comprometida com **uma prática cidadã e inclusiva na formação humana**, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Sustentabilidade, Integridade, Gestão Democrática e Governança Pública, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022b, p.57, grifo nosso)

Dentre os valores institucionais, a inclusão faz parte do documento institucional do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, e entende-se que “Inclusão: é a prática do respeito à diversidade, à pluralidade e às diferenças. Representa o que é diverso e múltiplo” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022b, p.57).

Até aqui compartilhamos a estrutura imaterial da instituição, ou seja, sua legislação. Agora, do ponto de vista da estrutura física e organizacional, a Reitoria do IFPE é situada no mesmo espaço geográfico e físico do IFPE *Campus* Recife. A instituição é formada por 16 (dezesseis) *Campi*. Eles estão localizados na Região Metropolitana, na região da Zona da Mata Sul, na região do Agreste e na região do Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco. Ou seja, estão localizados nas cidades de: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Ipojuca, Vitória de Santo Antão, Caruaru, Garanhuns, Belo Jardim, Pesqueira e Afogados da Ingazeira. Existe também a estrutura de oferta dos cursos a distância. Em cada um destes territórios existem especificidades em relação ao desenvolvimento econômico local, ao acesso de serviços e direitos, e à

cultura regional. Portanto, essas são características que influenciam na oferta dos cursos por *Campi*.

A instituição oferta, além de cursos técnicos (integral e subsequente), cursos de graduação, licenciatura e tecnólogos, e também as pós-graduações, a exemplo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), dentre outros. Este último tem por objetivo:

A produção de conhecimento, o aperfeiçoamento das práticas educativas e da gestão escolar, bem como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integram os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022e).

Este objetivo do ProfEPT fundamenta nossa proposta de pesquisa por entendermos que os elementos ideológicos que embasam o fazer educacional do IFPE compõem um conjunto de motivações para o diálogo com a temática da Pessoa Idosa. Além das motivações acadêmicas, legislativas, institucionais e pessoais, acrescentamos alguns aspectos sobre as contribuições que a pesquisa possibilita.

Do ponto de vista das legislações nacionais e institucionais e dos acordos institucionais elencamos algumas que motivaram essa proposta de estudos, como por exemplo: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996); Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993); Estatuto da Pessoa Idosa (EPI) (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, alterado pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022) do Brasil; Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria 2.528, de 19 de out. de 2006); Política Estadual do Idoso (Lei nº 16.340 de 2018/Pernambuco); Política de Atendimento ao Idoso, no Município do Recife (Lei Nº 17.030/2004); Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234, de 19 jul. de 2010); Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8, de 26 de AGOSTO de 2022, sobre o Programa de Manutenção Acadêmica; Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI) do IFPE; e a Resolução n.112, de 07 de janeiro de 2022 do IFPE (Núcleo 60+ do IFPE). Nestes documentos encontramos resguardados os direitos à educação, ao acesso e à permanência das pessoas que buscam a educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino da instituição, e dentre essas pessoas destacamos as idosas. Além do direito educacional, este arcabouço legal traz a



garantia de outros direitos necessários à subsistência humana e efetivação da cidadania.

As fragilidades na efetivação do direito à educação, o reduzido tempo de escolarização do segmento das pessoas idosas mais vulneráveis, as dificuldades quanto à inclusão do tema do envelhecimento humano nos currículos escolares são questões que precisam ainda de comprometimento de toda a sociedade. Ao longo do tempo são questões que se perpetuam, seja por meio dos ataques ou da invisibilidade dos direitos mais gerais deste público populacional.

É importante destacar que, embora ainda ocorra essa fragilidade educacional que geram desigualdades, estudos apontam sobre a presença de pessoas idosas na educação superior e revelam que existe interesse desta população em acessar a educação formal e concluir o curso. O estudo de Oliveira *et al.* (2016, p.9) revela: “percentuais relativos aos números dos idosos ingressantes e concluintes por regiões brasileiras [...] na Região Norte, 96% dos idosos concluíram o curso superior; seguida pelas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com 80%; a Nordeste, com 75%; e a Sul, com 59%”.

Recentemente no ano de 2023, encontramos nas redes sociais exemplos de pessoas idosas do gênero masculino e feminino que acessaram a educação formal. Um idoso de 79 anos acessou a Educação de Jovens e Adultos (EJA), porque prometeu ao filho que não morreria “analfabeto” (não alfabetizado); e uma idosa de 94 anos, que acalentava o sonho de ler e de escrever, porque não teve essa oportunidade na infância. Ambos exemplos foram divulgados no Instagram do Jornal do Comércio (JC) de Pernambuco, durante o mês de agosto do ano de 2023.

Outro dado também fundamental é sobre a escolarização da população idosa, que teve a ausência de oferta, a escassa oferta, ou negação de acesso a este direito. Portanto, temos, em especial no Nordeste, o cenário abaixo:

**No Brasil, em 2019**, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma **taxa de analfabetismo de 6,6%**. Dessas pessoas, **56,2% (6,2 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste** e 21,7% (2,4 milhões de pessoas) na Região Sudeste. Em relação a 2018, houve uma redução de 0,2 pontos percentuais (p.p.). No número de analfabetos do País, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil analfabetos em 2019. Nota-se que, no Brasil, **o analfabetismo está diretamente associado à idade**. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. **Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais**, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir,

gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população (IBGE, 2020, grifo nosso).

Sem dúvida, os elementos destacados acima contribuem para justificar a importância de estudarmos sobre a inclusão deste público de pessoas idosas na educação profissional e tecnológica e sobre as condições de sua permanência escolar. Este público vem crescendo exponencialmente nos espaços educativos, sejam eles formais, não formais, ou informais, em virtude consequente do crescimento demográfico no Brasil e no mundo, e da ausência do Estado brasileiro no período da escolarização idade/série dessa população, ou ainda por questões culturais, a exemplo do patriarcado (que no Brasil historicamente impediu as mulheres de estudar).

É interessante buscarmos informações junto aos diversos órgãos, como, por exemplo, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para compreendermos a transição demográfica no nosso país e, além disto, compreendermos o contexto da vivência das velhices. Vejamos que, em relação à expectativa de vida do povo brasileiro, o IBGE traz um dado do ano de 1940 em que essa expectativa correspondia a 45,5 anos de idade, e outro do ano de 2017 em que se esperava viver 76 anos de idade. São vários os fatores que explicam o aumento da expectativa ou esperança de vida. Dentre esses fatores, temos: o acesso ao saneamento básico, o acesso aos avanços na medicina e o acesso às informações (Expectativa de Vida no Brasil, 2019).

Por um lado, algumas condições de existência humana influenciam como fatores de risco (maior probabilidade) para a diminuição da expectativa de vida, como, por exemplo: sexo e local de moradia. Em detalhes, em 2017 temos o seguinte cenário no Brasil: a expectativa de vida foi de 72,5 para homens e 79,5 para mulheres. Entretanto, o local de moradia pode diminuir essa condição entre estados e até países. Por exemplo, no estado do Maranhão a expectativa de vida foi de 70,9 anos. Em outra região do País, em Santa Catarina, a expectativa de vida chegou a 79,4 anos. No Brasil, neste mesmo ano, a expectativa de vida média chegou a 75,7 anos de idade,

e ocupou a posição 69º entre os países reconhecidos pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). A esperança de vida não garante que a vida das pessoas se prolongue até a idade desta projeção. É importante destacar que países como Serra Leoa, na África, a expectativa de vida em 2017 foi de 52,2 anos de idade, enquanto que no Japão foi de 83,9 anos de idade (Expectativa de Vida no Brasil, 2019). Esse dado revela que alguns povos ainda não adquiriram o direito de envelhecer cronologicamente, pois se faz necessário um conjunto de medidas para que ocorra o prolongamento da vida.

Já por outro lado, e de forma geral, em 2012 a Organização das Nações Unidas (ONU) dizia que: “a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar entre 2007 e 2050, e seu número atual deve mais que triplicar, alcançando dois bilhões em 2050. Na maioria dos países, o número de pessoas acima dos 80 anos deve quadruplicar para quase 400 milhões até lá” (UNIC RIO, 2012, n.p.).

Especificamente em nosso estado, o estudo de Lima (2019, p.30) descreveu que:

Pernambuco segue a tendência do envelhecimento nacional, com uma população estimada em 2018 de 9.496.294 pessoas e um percentual de idosos em torno de 8,6%, com uma projeção de aumento em 2060 para 25% (IBGE,2018). Nesse sentido, o Estado apresenta documentos legais visando o melhor enfrentamento desses novos desafios, como a Política Estadual do Idoso (Pernambuco, 2001), alterada pela Lei nº 16.340 de 2018 (Pernambuco, 2018), que determina ações a serem implementadas em várias competências, como saúde, cultura e trabalho, visando garantir os direitos da pessoa idosa.

É fundamental colocar que essas projeções e dados são anteriores à pandemia do Coronavírus causada pelo vírus SARS-CoV-2 e da gripe H3N2. Quanto a esse momento histórico e trágico, Romero e Silva (2021, p.01, grifo nosso) nos dizem o seguinte:

Durante a pandemia, houve diminuição da renda em quase metade dos domicílios dos idosos. [ ]. Idosos que não trabalhavam antes da pandemia aderiram em maior número às medidas de distanciamento social total. Grande parte apresentou comorbidades associadas ao maior risco de desenvolvimento da forma grave de COVID-19. Sentimentos de solidão, ansiedade e tristeza foram frequentes entre os idosos, especialmente entre as mulheres. **A pandemia da COVID-19 aprofundou a desigualdade ao afetar os idosos mais vulneráveis.** Estratégias para mitigar a solidão e o distanciamento social devem ser feitas levando-se em conta a vulnerabilidade social e a acentuada diferença entre homens e mulheres quanto à composição domiciliar e às condições socioeconômicas e de trabalho.

Dados mais recentes do IBGE, do ano de 2021, revelam o crescimento desta população idosa no Brasil. Em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE, mostrou que o percentual de pessoas idosas no País foi de 11,3% em 2012, e em 2021 a estimativa foi de 14,7%. O grupo de pessoas idosas corresponde em 2021 a 31,2 milhões de pessoas e cresceu 39,8% em relação a 2012. Ou seja, em 2012 esse grupo era de 22,3 milhões de pessoas em números absolutos. Nem o Nordeste e nem Pernambuco estão entre as regiões e o estado com mais pessoas idosas (IBGE, 2022). Na Tabela 1 abaixo destacamos o quantitativo (números absolutos) de pessoas idosas do estado, da cidade, e do País no qual nos propomos a realizar o estudo.

Tabela 1 – População idosa do Brasil, Pernambuco, Recife

<b>UNIDADE</b>	<b>POPULAÇÃO GERAL</b>	<b>POPULAÇÃO IDOSA</b>
BRASIL	212.650	31.232
PERNAMBUCO	9.616	1.195
RECIFE	1.661	222

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas, a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Observação: a tabela considera a Variável – População (Mil pessoas, Ano 2021)

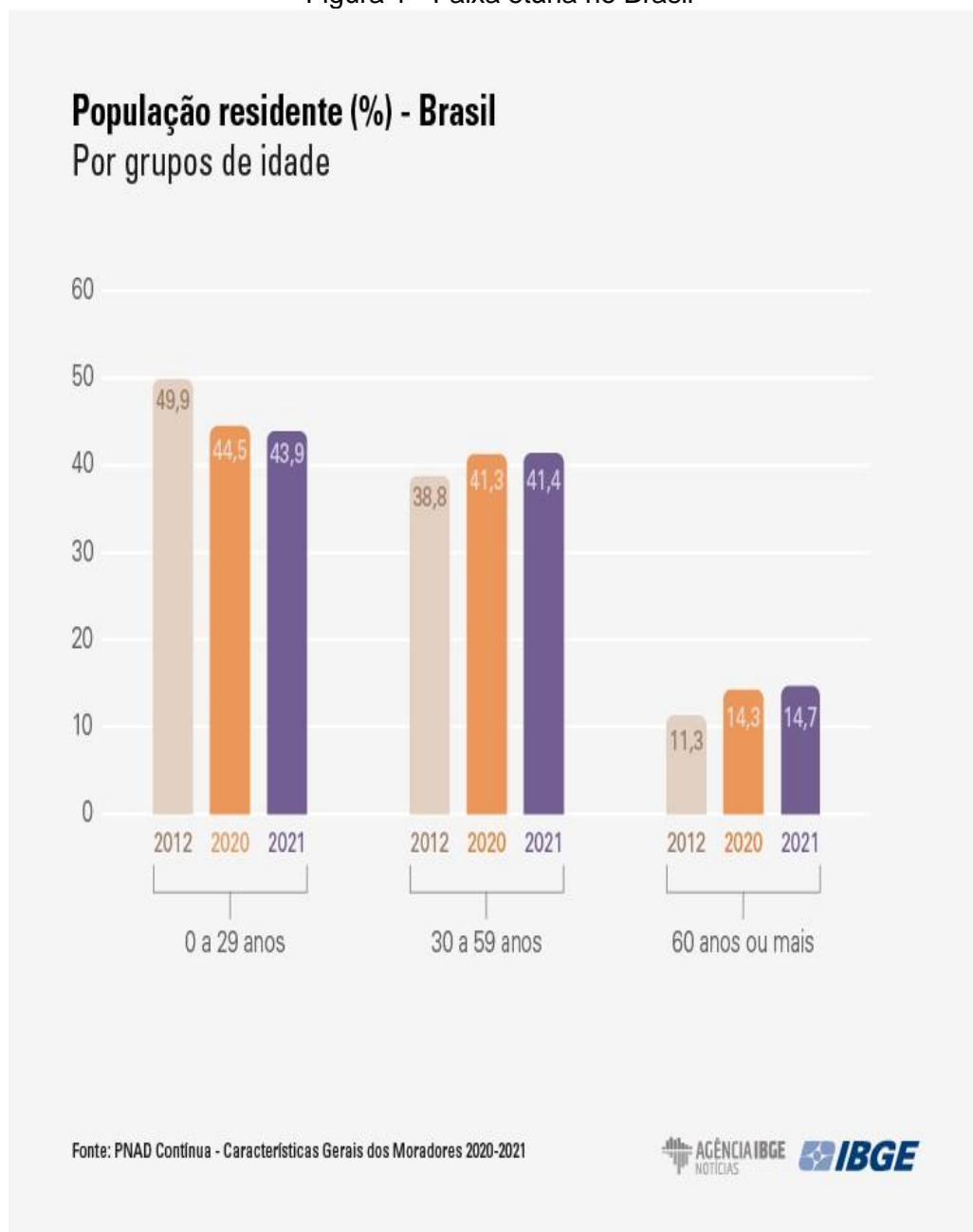
Os dados acima revelam a importância das políticas sociais para essa população. A Constituição Federal de 1988, assegura no Art. 30 que:

[...] a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (Brasil,1988).

A Política Nacional do Idoso, regulamentada pela Lei no 8.842/1994, refere “[...] o apoio à criação das universidades abertas”. E o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei no 10.741/2003, alterada pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, refere no Art. 21 que “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” e na alteração e acréscimos realizados pela Lei 13.535, de 15 de dezembro de 2017, estabelece que seja ofertada no âmbito da educação “atividades formais e não formais”. Com fins de melhor visualização do cenário, abaixo inserimos duas figuras que retratam o percentual, por gráfico de coluna, das faixas etárias dos 0-29 anos (crianças, adolescentes e jovens); dos 30-59 anos (adultos); e dos 60 anos

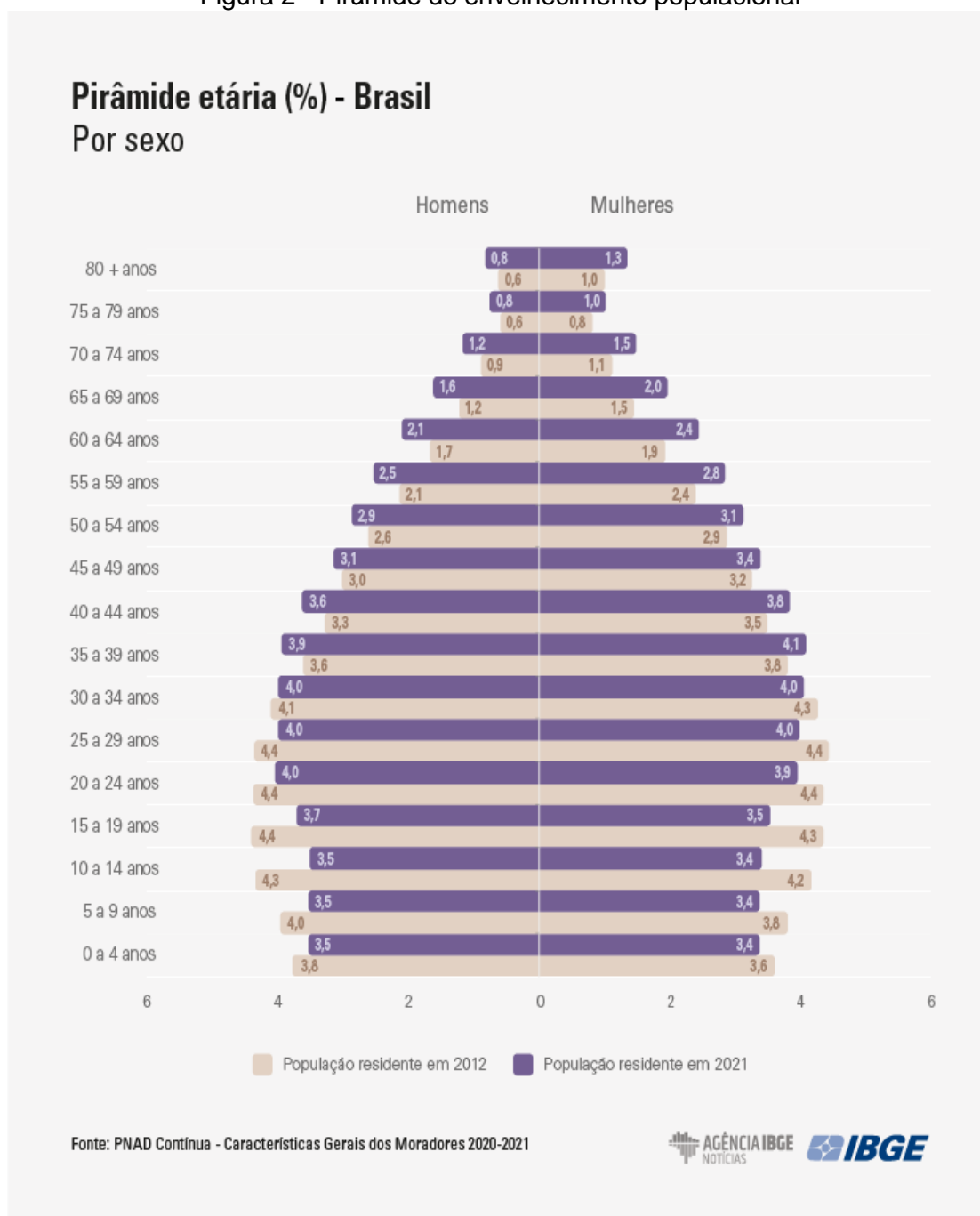
e mais de idade. É possível realizar uma comparação entre essas faixas etárias nos anos de 2012, 2020 e 2021, observando o crescimento de cada grupo.

Figura 1 - Faixa etária no Brasil



Fonte: IBGE (2022)

Figura 2 - Pirâmide do envelhecimento populacional



Fonte: IBGE (2022)

A Figura 2 nos mostra as características da população que antes se revelava em forma de pirâmide, hoje, porém, se revela com achatamento da sua base e um crescente alargamento do topo, configurando uma nova imagem. Isto nos mostra que a população idosa está em crescimento, diferentemente das demais populações.

O número crescente da população idosa, as fragilidades da efetivação dos seus direitos constitucionais e sociais, a importância da sua participação na sociedade direcionam nossos estudos para pensar nas ações de inclusão por meio da assistência

estudantil que serão analisadas com base no decreto do programa nacional de assistência estudantil de nº 7.234, de 2010, na referência da política de assistência estudantil do IFPE, e no conceito de inclusão e dimensões de acessibilidade tratadas por Sasaki (1997).

O decreto nº 7.234, de 2010, refere que um dos objetivos é: “IV-contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010). Reverter o contexto de negação do direito à educação desta população é um desafio que precisa ser vencido com ações mais eficientes no acesso, permanência e êxito que minimizem as desigualdades.

Na luta pela permanência e ampliação dos direitos das pessoas idosas na educação, estudar sobre as contribuições da assistência estudantil do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) para o campo do envelhecimento humano é um tema relevante. E ainda mais porque compete à equipe multiprofissional da assistência estudantil um atendimento humanizado e de esclarecimentos sobre os direitos sociais. Portanto, incluímos essa equipe como participantes da pesquisa, objetivando contribuir trazendo os elementos da sua prática profissional no atendimento desta população idosa (triangulando os dados), e respaldando a direção temática para a elaboração do produto educacional. Entretanto, as pessoas idosas são protagonistas deste estudo.

Entendemos que é fundamental esclarecer que ao tratarmos das ações de inclusão de pessoas idosas na educação profissional e tecnológica, por meio da assistência estudantil, não estamos afirmando que a pessoa idosa é uma pessoa com deficiência, mas, felizmente, as pessoas com deficiência também envelhecem. Nós estamos aqui trabalhando a dimensão da ‘escola para todos’, ‘escola para todas’, ‘escola para todes’, ou seja, uma escola para estudantes com deficiência e sem deficiência, de todas as etnias/raças e cor, de todos os gêneros e orientação sexual, e também de todas as faixas etárias e credos. Uma escola progressista, democrática, inclusiva, diversa, e com participação plena de estudantes.

A acessibilidade inclusiva se refere às dimensões arquitetônicas (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras de comunicação entre as pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos, técnicas, lazer, trabalho, educação, etc.); instrumental (sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.); programática (sem barreiras nas políticas públicas, legislações, normas, etc.); e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos

comportamentos da sociedade em relação as pessoas com deficiência) (Sasaki, 2009). A inclusão que possibilita o viver e o conviver.

A partir dessa perspectiva de Sasaki (2009), a política de assistência estudantil está relacionada à dimensão programática e é uma legislação nacional porque se trata de um decreto, e também de uma política institucional, que foi construída por um conjunto de profissionais e aprovada pelo conselho superior do IFPE: RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 133, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

Atualmente, essa política contém dois eixos de atendimento com seus programas de atendimento para o corpo estudantil. São 18 programas: 1- manutenção acadêmica, 2- financeiro eventual, 3- aquisição de material de apoio, 4- inclusão digital, 5- assistência estudantil do Proeja, 6- moradia estudantil, 7- alimentação escolar, 8- acompanhamento biopsicossocial e pedagógico, 9- incentivo às políticas inclusivas, 10- tutorial de pares, 11- arte e cultura, 12- esporte e lazer, 13- participação em eventos, 14- visitas técnicas, 15- monitoria, 16- bolsas para inovação educativa, 17- iniciação científica, incentivo acadêmico, iniciação ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, 18- bolsa de extensão (IFPE, 2022c).

A operacionalização desses programas é variada, ou seja, pode ocorrer por meio de edital, com inscrição digital através do sistema chamado Fluxo. O maior programa de repasse financeiro é o de manutenção acadêmica com duas entradas, geralmente no início de cada semestre letivo, e o acesso é por meio de edital. O programa de acompanhamento biopsicossocial e pedagógico é executado por um conjunto de profissionais que compõem a equipe multiprofissional. São equipes cuja composição é variada em cada *Campus*. No caso do IFPE *Campus* Recife encontramos profissionais da pedagogia, da psicologia, do serviço social, da enfermagem, da odontologia, da medicina, dos técnicos em assuntos educacionais, dos assistentes de alunos, dos docentes e dos gestores. Encontramos também o relato de que neste *campus* existe uma portaria que nomeia alguns desses profissionais para realizar discussões de caso e deliberar encaminhamentos.

É importante destacar que encontramos servidores na equipe do *Campus* Recife que são pessoas idosas. Essa condição é suficiente para motivar empatia entre pessoas da mesma faixa etária? É uma pergunta dentre muitas, mas que não é a nossa pergunta de pesquisa.



## À Sabedoria Popular das Mãos que Cuidam...



**Josefa Maria dos Santos, 71 anos (Minha Mãe!)**

## 2 JUSTIFICATIVA

No âmbito da educação profissional e tecnológica, encontramos informações sobre a presença da população idosa na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Essa Plataforma é um ambiente virtual capaz de validar dados dos discentes, docentes, técnicos administrativos e gastos financeiros da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

A presença da população idosa no ensino superior é identificada nos estudos acadêmicos, a exemplo do estudo de Oliveira (2016). Porém, ao realizarmos a pesquisa bibliográfica para elaboração do estado da arte, observamos (utilizando como palavra descritora: pessoa idosa) que existem poucos estudos sobre a presença das pessoas idosas na educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais na modalidade subsequente e superior. Porém, identificamos estudos relacionados ao Proeja.

A legislação prevê que:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados: I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - **subseqüente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004, grifo nosso).

A seguir, apresentamos a quantidade de pessoas idosas, por *Campus* do IFPE e por sexo, no ano de 2021, registrados na Plataforma Nilo Peçanha. Em seguida, traremos os dados resumidos referentes ao ano de 2022, registrados no sistema escolar institucional chamado de Q-Acadêmico.

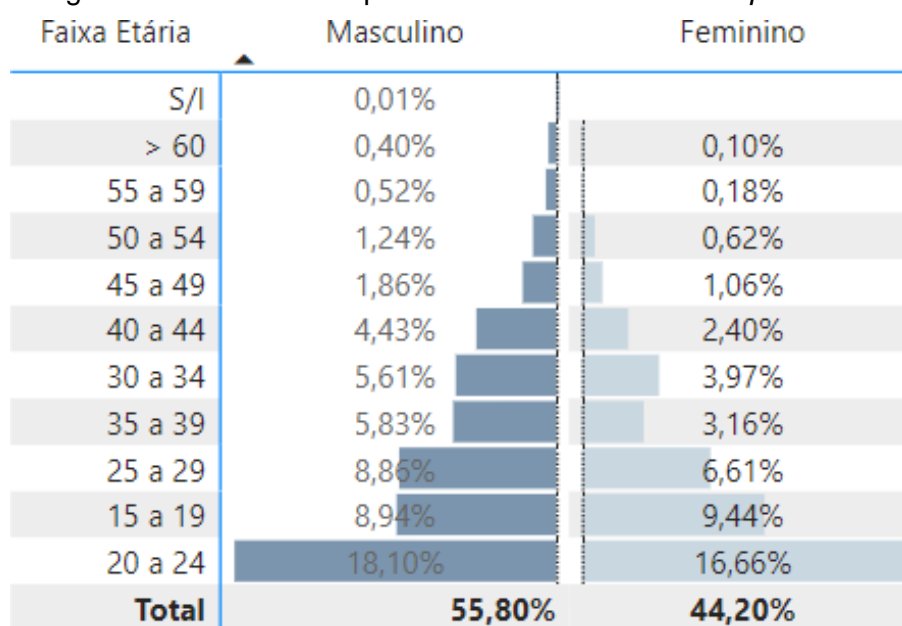
Tabela 2 – Quantitativo de pessoas idosas, ano 2021, do IFPE

<b>CAMPUS</b>	<b>NÚMERO FEMININO</b>	<b>NÚMERO MASCULINO</b>
Abreu e Lima	4	1
Afogados da Ingazeira	1	0
Belo Jardim	1	4
Cabo de Santo Agostinho	2	0
Olinda	4	1
Recife	14	36
Vitória de Santo Antão	1	2
Pesqueira	5	4
Caruaru	2	4
Garanhuns	1	6
Igarassu	3	1
Barreiros	1	4
Jaboatão dos Guararapes	0	3
Ipojuca	0	1
Palmares	1	2
Paulista	4	1

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com dados da Plataforma Nilo Peçanha 2022 (Ano Base 2021)

A partir dos dados da Tabela 2, é possível observar que o *Campus* Recife, Pesqueira, Garanhuns e Caruaru reuniu o maior número de pessoas idosas estudantes no ano base de 2021.

Os dados referentes ao ano base de 2022 são apresentados por meio de outra configuração. Encontramos disponível o percentual de pessoas idosas no IFPE *Campus* Recife, ou seja, não encontramos, desta vez, a distribuição de número absoluto. Vejamos a Figura 3 abaixo:

Figura 3 - Percentual de pessoas idosas no IFPE *Campus* Recife

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Em 2022, do total de 8.714 matrículas do IFPE *Campus* Recife, o percentual de 0,40% e 0,10% correspondeu às vagas ocupadas por pessoas idosas dos gêneros (masculinos e femininos, respectivamente). Neste mesmo ano, o percentual de pessoas idosas na rede federal do Brasil correspondeu ao número de 0,43% (masculino) e 0,54% (feminino); e no estado de Pernambuco, a 0,27% (masculino) e 0,14% (feminino), em relação ao número de pessoas matriculadas (Plataforma Nilo Peçanha, 2023). Observamos que o percentual de vagas ocupadas pelo gênero feminino é inferior.

Considerando a particularidade de sermos servidora e estudante da instituição, realizamos uma enquete e perguntamos às profissionais do Serviço Social do IFPE quantas pessoas idosas existiam em seus Campi no ano de 2022. Por meio de busca realizada no sistema de registro institucional chamado de Q-acadêmico, as profissionais nos repassaram os dados que constam na Tabela 3 abaixo. Ressaltamos que não recebemos do Serviço Social do *Campus* Recife dados sobre o quantitativo das pessoas idosas. Sendo assim, as informações recebidas são as seguintes:

Tabela 3 - Dados do quantitativo de pessoas idosas no IFPE, ano 2022

<b><i>Campus</i></b>	<b>Quantitativo de pessoas idosas/modalidade</b>
Belo Jardim	01*
Olinda	02 (Proeja)
Afogados da Ingazeira	01*
Paulista	01*
Cabo de Santo Agostinho	01

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com dados a partir do Q-Acadêmico (2022)

\*Modalidade não informada

Mesmo que na Tabela 3 não conste o quantitativo de pessoas idosas estudantes do IFPE *Campus* Recife, escolhemos o mesmo como local de pesquisa porque realizamos pesquisa na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e nos últimos anos este *Campus* apresentou maior quantitativo deste público em relação aos demais *Campi*. Ao realizarmos contato com a gestão escolar do *Campus*, recebemos resposta positiva quanto à presença deste público de pessoas idosas, cujos dados de 2021 e 2022 da PNP confirmam essa resposta.

O quantitativo das pessoas idosas nos anos de 2021 e 2022 nos institutos federais, ou seja, a presença de pessoas idosas, conforme tabelas acima, são elementos que justificaram nosso tema de pesquisa.

Outra questão que justificou nossa pesquisa diz respeito ao cotidiano da prática profissional. Ressaltamos como Assistente Social no IFPE, onde observamos no cotidiano dos *Campi*, seja no Agreste ou na Região Metropolitana do Recife, a presença de pessoas com mais de 50 anos de idade, e especificamente, com 60 anos ou mais de idade, nos cursos técnicos na modalidade subsequente.

Aqui destacamos as pessoas com 50 anos e mais, porque são pessoas que já sentem a discriminação do mundo do trabalho. A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ana Amélia Camarano, revelou que:

[...] um segmento da população que não para de crescer: **pessoas entre 50 e 64 anos que não trabalham nem estão aposentadas**. São os chamados “nem-nem” maduros. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esse contingente dobrou nas duas últimas décadas, chegando a 7,3 milhões de brasileiros em 2017, dado mais recente. Em comum, têm a baixa escolaridade, que dificulta o acesso ao emprego formal (Fonte: SINDOGEESP, 2019, grifo nosso).

Quais as dificuldades desta população? Ana Amélia Camarano destaca a baixa escolaridade e a dificuldade de adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais, descompasso de salários em virtude da produtividade. Outras questões são:

[...] os **homens são mais vulneráveis à pobreza** porque, geralmente, as mulheres sem trabalho e sem aposentadoria nessa faixa etária estão inseridas em arranjos familiares de apoio. Contam com a renda do marido ou têm maior assistência de filhos e outros parentes. **Os homens sem trabalho e sem escolaridade nessa faixa etária são responsáveis pela renda da família ou vivem sozinhos** (Fonte: SINDOGEESP, 2019, grifo nosso).

Voltando à questão de cursos médios na modalidade subsequentes (cursos direcionados a pessoas que concluíram o ensino médio e optam pelo aprendizado de uma profissão), esses diferem da modalidade dos cursos médios integrais (cursos direcionados a pessoas que concluíram o ensino fundamental e optam pelo aprendizado do ensino médio e da educação profissional de forma concomitante).

Em síntese, os cursos médios da modalidade subsequente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco são destinados a estudantes que já concluíram o ensino médio e desejam realizar apenas a profissionalização técnica. Alguns estudantes ingressam uma única vez no IFPE, e outros mais de uma vez, isto constatamos também por meio da prática profissional. Desta forma, é possível realizar uma formação verticalizada e horizontalizada. O que

nos chama a atenção é a presença de pessoas idosas em todas essas modalidades, porque, em geral, e de forma estereotipada, se espera que as pessoas com as idades de 60 anos ou mais já estejam consolidadas no mundo do trabalho. Ou, ainda, que estejam realizando qualificação continuada para aperfeiçoar suas profissões e carreiras já existentes, e/ou ainda estejam em preparação para a aposentadoria, ou também que estejam cursando outras modalidades de curso. Supõe-se que, talvez, por não haver conseguido o acesso à educação, conciliando idade/série, em um momento anterior de suas vidas, hoje estejam ocupando as escolas para realizar seus sonhos de acesso em determinada instituição, ou ainda, para aumentar os ganhos financeiros da família. São situações as mais diversas possíveis, como é também diversa a forma de envelhecer e viver a velhice.

Outro fato que motivou nosso interesse sobre o tema da pessoa idosa e da assistência estudantil trata-se de haver percebido, também durante nossa prática profissional, o interesse de alguns profissionais do Serviço Social, por conhecer a rede específica de serviços direcionados a essa população idosa, ou melhor, espaços de referência. A rede a que nos referimos são os serviços ofertados à população idosa, como núcleos de atendimentos ligados às universidades. O interesse ao qual nos referimos tem como exemplo o *Campus Igarassu* e o *Campus Paulista*, que por meio do Serviço Social, ligado à assistência estudantil, nos solicitaram informações sobre centro de referência no atendimento de pessoas idosas.

É fundamental destacar que o fenômeno do envelhecimento humano exige da sociedade, do poder público, das famílias e das próprias pessoas idosas um olhar atento para o presente e para o futuro das políticas públicas sociais, isto já é dito por diversos estudiosos da área.

Sem dúvida, do ponto de vista profissional, o que nos motivou neste estudo foi a nossa caminhada a partir do envolvimento com a temática, seja na graduação, na pós-graduação e nas atividades profissionais compondo comissão no conselho de classe, além das atividades profissionais no IFPE junto à composição da equipe que elaborou o documento do Núcleo 60+ e, a Cartilha sobre o **Respeito à Pessoa Idosa**, disponível na área da Assistência Estudantil, no site do IFPE. Nossa caminhada foi marcada por erros, acertos, porém vivida com entusiasmo para contribuir com as ações.

Já no âmbito pessoal, nossa motivação se fundamentou na convivência com pessoas idosas, em especial aquelas que nos inspiraram nesta trajetória acadêmica

e de vida, sejam genitores, familiares, amigos/as, amantes, artistas, intelectuais, pessoas que inspiram a vida.

Entendemos que o resultado do estudo poderia contribuir com impactos sociais, econômicos e acadêmicos. Do ponto de vista do impacto social, a partir do resultado da pesquisa objetiva-se: 1- impactar na organização social das pessoas idosas estudantes dentro da instituição, trazendo mais visibilidade; 2- contribuir para oportunizar um envelhecimento melhor, útil e produtivo no sentido de criação intelectual, e da independência e autoestima de estudantes idosos do IFPE *Campus* Recife. No que se refere ao impacto econômico: a partir do resultado do estudo, objetiva-se dar mais visibilidade às ações da assistência estudantil para o público das pessoas idosas e, desta forma, estimular a procura por programas de transferência financeira para que seus orçamentos familiares não sofram mais impacto deficitário em virtude da sua presença na instituição, o que pode onerar com gastos com transporte (visto que a gratuidade no transporte inicia aos 65 anos em nosso estado), com lanches e gastos escolares. Em longo prazo, o estudo poderia impactar em melhores ações inclusivas, facilitando a permanência dos estudantes idosos na instituição e, conseqüentemente, na conclusão exitosa dos cursos e com possibilidade de empregabilidade das pessoas idosas que desejarem ou necessitarem ingressar ou permanecer no mundo do trabalho. E, por fim, o impacto acadêmico: o resultado do estudo poderia contribuir com a atuação profissional de servidores e gestores no sentido de trazer ao debate questões universais e particulares deste grupo. A pesquisa também poderá estimular os profissionais no desenvolvimento de estudos no campo do envelhecimento humano, a partir da divulgação dos resultados.

Entendemos ainda que poderia trazer benefícios e contribuições à população idosa por atender suas particularidades (desmistificando o envelhecimento generalista, a-histórico e conhecendo suas dificuldades de permanência escolar), por exemplo. As pessoas idosas terão voz para expressar suas percepções sobre as ações inclusivas no âmbito da assistência estudantil. O resultado do estudo, como já dissemos, poderia trazer reflexões importantes para dirigentes do IFPE sobre o perfil e necessidades da população idosa atendida pela instituição, que é um espaço privilegiado na educação da classe trabalhadora, ou seja, da classe que vende sua força de trabalho, e um espaço que tem como missão a formação integral do ser humano e uma formação emancipadora. De ordem teórica, compreendemos que a pesquisa poderá contribuir na inclusão ou aprofundamento da temática no campo da

assistência estudantil e na atuação da equipe multidisciplinar, no sentido do acompanhamento a estudantes nesta fase da vida, além de trazer informações que poderiam ampliar a presença de pessoas idosas ou ainda de proporcionar melhor serviço educacional a essa população. Ou seja, seguramente entendemos que este estudo poderia contribuir para que as pessoas idosas possam ocupar o lugar que quiserem, sem preconceito, sem estigma e nem discriminação. Portanto, precisamos atender seus desejos como sujeitos de sua história, respeitar o que desejam ser ao longo de toda a sua vida, e atender suas necessidades por conhecimento como sujeitos de potencial para o contínuo exercício da emancipação humana e política, além de contribuir para que possam ampliar suas perspectivas de mundo a partir de um saber sistematizado na academia.

No âmbito da educação profissional, quando iniciamos a nossa aproximação ao tema da presença da pessoa idosa, por meio da pesquisa de revisão de literatura, identificamos que existia uma lacuna de estudos que envolviam pessoas idosas e assistência estudantil nos cursos médios subsequentes. Nossa pesquisa se propõe a contribuir, neste campo, com a intenção de proporcionar mais inclusão acadêmica deste tema e maior envolvimento das ações da equipe multiprofissional e multidisciplinar, dos docentes e dirigentes em relação ao tema da pessoa idosa. A partir de reflexões trazidas pelas conclusões do estudo, esperamos que proporcionem aos dirigentes e trabalhadores institucionais melhor tomada de decisões, amparadas em dados da realidade de vida deste grupo e das questões que envolvam sua aprendizagem e permanência institucional.

Muitas questões surgem como também necessárias, por exemplo: quantas pessoas idosas realizaram inscrição no vestibular? Quantas pessoas idosas estudam em todos os *campi* do IFPE no ano de 2022 e demais anos? Quais dificuldades para o acesso e permanência? Quais as dificuldades para ingressar no mundo do trabalho? Entretanto, diante dos argumentos aqui colocados, e das demais questões que nos inquietam, a nossa pergunta de pesquisa é: Como as pessoas idosas estudantes do curso médio subsequente percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais?

Para responder ao problema de pesquisa tomamos como **Objetivo geral:** Compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da



educação profissional e tecnológica do IFPE, na efetivação dos seus direitos educacionais. **Objetivos específicos:** 1) identificar a população de pessoas idosas estudantes do *Campus* Recife, a fim de traçar um perfil identitário deste grupo, caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do *Campus* Recife para pessoas idosas estudantes; 3) elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos, utilizando as dimensões da acessibilidade. Neste estudo, escolhemos uma abordagem exploratória descritiva. Como abordagem metodológica, elegemos o método qualitativo, adotando o procedimento técnico do estudo de caso. A proposta de um estudo descritivo exploratório se propõe a utilizar como técnica de coleta de dados os seguintes instrumentos: o diário de campo, o formulário, análise documental, e o roteiro para entrevista semiestruturada. No tratamento dos dados, utilizaremos a análise de conteúdo em Bardin. Além disso, durante todo o processo a pesquisa bibliográfica e documental se fará presente.

Este estudo está organizado nas páginas seguintes a partir das disposições sobre o referencial teórico e outros elementos textuais. Neste item da referência teórica abordamos sobre o estado democrático de direito e as políticas de inclusão para pessoas idosas no âmbito educacional. Dividimos a reflexão sobre as políticas inclusivas em dois eixos: o primeiro eixo trata das políticas sociais para pessoas idosas, em que tratamos da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Política Nacional do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Estadual e Municipal sobre os direitos das pessoas idosas, a Política de Assistência Estudantil e o Núcleo 60+ no IFPE; e o segundo eixo trata das políticas pedagógicas para pessoas idosas. Esse segundo eixo é permeado por uma discussão de legalidade e de concepções, portanto abordamos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação ao Longo da Vida, a Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI), a Educação Gerontológica, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai), a Andragogia, e a Política de Educação Profissional e Tecnológica. Salientamos que essa disposição de reflexões cumpriu uma organização didática, visto que dentro da educação profissional e tecnológica podemos encontrar os cursos médios de modalidade integral e subsequente, os cursos de licenciaturas, de graduação e tecnólogos, as UnATIs e a Ejais, além dos cursos de pós-graduação como as especializações, mestrados e doutorados, locais onde as pessoas idosas podem e

devem ocupar, se assim desejarem, realizar seus sonhos e necessidades. Outro capítulo trata sobre o envelhecimento humano, a pessoa idosa e a concepção de velhice. Em seguida, apresentamos o estado da arte construído a partir da análise bibliográfica com buscas realizadas em várias bases de dados, e depois a metodologia deste estudo, com o tipo de pesquisa, o ambiente da pesquisa, os participantes da pesquisa e os procedimentos para a coleta e a análise de dados. O produto educacional é apresentado no que se refere a sua elaboração, testagem e avaliação. No Apêndice G, apresentamos o sumário do produto, ou seja, um documentário em formato de pequeno vídeo com idosos participantes da pesquisa e um caderno que chamamos de Guia de Informações sobre as Pessoas Idosas (Apêndice H). Neste caderno também está o documentário, com o *link* do vídeo no YouTube. Os resultados e discussões antecedem as considerações finais, nas quais elencamos lacunas desta pesquisa que poderão subsidiar inquietações para elaboração de outros estudos.

**Não me iludo**

Tudo permanecerá do jeito  
Que tem sido  
Transcorrendo, transformando  
Tempo e espaço navegando todos os sentidos

Pães de Açúcar, Corcovados  
Fustigados pela chuva e pelo eterno vento  
Água mole, pedra dura  
Tanto bate que não restará nem pensamento

Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei  
Transformai as velhas formas do viver  
Ensinai-me, ó Pai, o que eu ainda não sei  
Mãe Senhora do Perpétuo socorrei  
Pensamento, mesmo fundamento singular  
Do ser humano, de um momento para o outro  
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos

**Mães zelosas, pais corujas**

Vejam como as águas de repente ficam sujas  
Não se iludam, não me iludo

**Tudo agora mesmo pode estar por um segundo** (Gil, 1984, grifos  
nossos)

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item iremos dialogar e desenvolver argumentos sobre as categorias que permeiam nosso problema de pesquisa, portanto, abordaremos sobre o estado democrático de direito, as políticas inclusivas de direitos sociais e programas educacionais. Trataremos sobre o envelhecimento humano, a velhice e a pessoa idosa, considerando que são as pessoas protagonistas neste projeto. Os objetivos de pesquisa apontam também para as categorias de pertencimento, acesso, permanência, êxito, percepção e estigma.

#### 3.1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: os direitos sociais e os programas educacionais para a pessoa idosa

##### 3.1.1 Estado Democrático de Direito

O estado, do ponto de vista organizacional, é: “uma instância de estrutura social que apresenta certa permanência e estabilidade históricas”. Já o regime político do estado pode ser monarquia, república, ditadura, democracia, etc. Este estado é constituído por um conjunto de grupos para governar. Em determinado período, um grupo representa interesses e “detém o poder estatal e desenvolve a gestão política e a administração do Estado, nos seus diversos níveis (municipal, estadual e federal)”. Três poderes compõem o Estado (enquanto instituição): poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, entretanto, o governo (conjunto de pessoas “com seus valores, interesses, alianças e tensões internas”) ocupa o Poder Executivo (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 146).

Assim, os governos, transitórios, podem ser de várias orientações, inclusive de governos de esquerda- no entanto, no contexto capitalista, o Estado continua mantendo sempre seu caráter de instituição de ordem do capital, mantendo a sua racionalidade e seu caráter de instituição da ordem do capital, mantendo a sua racionalidade e seu caráter de classe (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 146).

Segundo Poulantzas (1986), este estado que é comandado por um bloco de poder “não pode ser nada harmonioso e homogêneo” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 147). Portanto, as políticas sociais são “resultados das lutas de classes e da correlação de forças sociais, quando as classes trabalhadoras ameaçam a

estabilidade do sistema com processos insurrecionais ou revolucionários, ou até por antecipações estratégicas” (Mandel, 1982 p. 348-349 *apud* Montañó; Duriguetto, 2011, p. 147).

As políticas sociais, por sua vez, no contexto de um Estado “benfeitor” cumprem uma tarefa de “salário indireto” e de “complementos salariais” (Oliveira, 1988, p.16 *apud* Montañó; Duriguetto, 2011, p. 171).

Neste sentido, a educação gratuita tem uma finalidade:

a) A educação gratuita ( e obrigatória), para além de constituir ganhos históricos das massas, visa instruir e capacitar o trabalhador para uma produção especializada e mais veloz (em que possua uma instrução básica que permita ao capital a fácil intercambialidade e rápida capacitação da mão de obra), e para o consumo em massa próprio às exigências do capitalismo monopolista maduro, retirando os custos de formação do trabalhador da responsabilidade exclusiva do capital e transferindo-o para o Estado (Montañó; Duriguetto, 2011, p. 172).

O sistema capitalista, ao entrar em crise quando ocorre uma queda na taxa de lucro, por exemplo, se organiza para responder a essa crise. Uma via de resposta é romper com pactos realizados com o trabalho, ou seja, com a classe trabalhadora. Neste rompimento, os ganhos sociais, políticos e econômicos são substituídos por estratégias de respostas, chamadas de “projeto/processo neoliberal” sob o comando do capital financeiro (Montañó; Duriguetto, 2011, p. 195-209). Este foi o cenário pós crise dos anos de 1970.

A orientação dos organismos multilaterais de financiamento é substituir as políticas sociais de caráter universal por programas de combate à pobreza (Soares, 2001, p. 32 *apud* Montañó; Duriguetto, 2011, p. 209).

Desde o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Vana Rousseff, intensificando-se no ano de 2019, nosso país vivenciou uma fase de desmontes de direitos conquistados, retrocessos de ganhos civilizatórios, no que se refere às tensões sobre os direitos humanos, reformas trabalhistas e educacionais, dentre outras mazelas. Uma questão que nos chamou a atenção é a similaridade de alguns acontecimentos desta conjuntura com o momento da ditadura brasileira, a exemplo da retirada do Professor Paulo Freire da titularidade de patrono da educação brasileira, a reforma do ensino médio, e retenção de gastos públicos. Netto (2005, p. 58) descreve sobre o nível de violência cometida entre os anos de 1964-1968 no sistema educacional, dentre elas o exílio de Paulo Freire. Outras questões como a introdução da lógica empresarial no ensino superior, contenção de recursos com a reforma universitária, e

também a “acentuada degradação da rede pública” são saldos da política educacional da ditadura brasileira (Netto, 2005, p. 62-63). Diante destas e outras questões, o povo brasileiro veio reivindicando o retorno do Estado Democrático de Direito. No dia 11 de agosto de 2022, a membresia da Universidade de São Paulo (USP) e demais participantes leram uma Carta aos Brasileiros e Brasileiras em Defesa ao Estado Democrático de Direito. Ato similar foi realizado em agosto do ano de 1977, quando o Brasil vivia a ditadura e se denunciava a ilegitimidade do governo militar e o estado de exceção, e pedia-se o Estado de Direito e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

A Nacional Constituinte teve por missão instituir um regime democrático, ou melhor, um regime pela democracia. É fundamental destacar que a expressão democracia é composta por “*demos*” e significa povo ou muitos, e “*kracia*” que significa governo ou autoridade. São duas palavras de origem grega, assim como suas primeiras experiências de prática política.

Felizmente, nosso país voltou ao eixo e escolheu nas urnas, em 2022, uma nova direção, ou melhor, uma direção democrática, que caminha no sentido do diálogo e dos acordos necessários para que ocorram avanços societários e o atendimento às necessidades das camadas menos favorecidas da classe trabalhadora.

O entendimento da literatura marxista sobre a democracia no estado burguês é bastante complexo. Entretanto, encontramos uma expressão que poderia resumir a intenção de um governo de estado democrático eleito pelo voto popular. A expressão é “o sufrágio universal deveria servir ao povo”, ou seja, aos interesses do povo (Marx, s/d *apud* Bottomore, s/d). Mesmo em um Estado regido por interesse burguês, este governo, por ser democrático pela maioria, também deveria fazer valer os interesses do povo.

As reflexões sobre a democracia e a gestão democrática, no campo do Serviço Social (nossa área de atuação), tem duas referências importantes e que trazem como pano de fundo o debate crítico sobre emancipação humana e política. Essas referências são de Carlos Nelson Coutinho (1980) e José Paulo Netto (1990). Ambos pensam a democracia como estratégia, apesar de defenderem conceituações próprias.

Coutinho reflete a democracia como processo e não como estado (Coutinho, 1992, p. 20 *apud* Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 64). Assim, ela “contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem [...] em

diferentes formações econômico-sociais” (Coutinho, 1992, p. 21 *apud* Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 64)

Souza Filho e Gurgel (2016, p. 64) sintetizam que para Coutinho (1992): “a democracia é o instrumento que possibilita resolver determinadas situações oriundas das divergências existentes na sociedade (capitalista ou socialista) de forma mais positiva para o enriquecimento do gênero humano”.

Diferentemente de Coutinho, que tem uma abordagem de qualidade universal sobre a democracia, Netto compreende que numa nova ordem societária poderemos desenvolver práticas políticas superiores e mais ricas que a democracia, porém esse novo instrumento “só poderá ser ‘forjado’ a partir da própria democracia” (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 65).

Netto (1990) desenvolve as categorias democracia-método e democracia condição social. Sobre a primeira, diz ser “o conjunto de mecanismos institucionais que (...) permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais”. Quanto à segunda categoria, entende como “ordenamento societário em que *todos*, a par da livre expressão de opiniões e opções política e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social” (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 65, grifo no original).

Portanto, para Netto (1990), nos marcos do capitalismo apenas é possível a democracia-método. Já Coutinho (1997) compreende a ampliação de direitos civis, políticos e sociais, como também a construção do socialismo a partir do reformismo-revolucionário. Este ainda afirma que “a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital” (Souza Filho; Gurgel, 2016, p.67).

Souza Filho e Gurgel (2016, p. 69) compreendem que é na disputa política para ocupar o poder estatal que se localiza o núcleo ou o cerne do processo de democratização. Essas disputas determinadas pela luta de classes são “vinculadas à classe trabalhadora, mediadas e totalizadas pelos partidos políticos do campo democrático-progressista”.

Mesmo diante desta disputa de classes, Marx (1996) discutiu sobre a possibilidade de melhora da condição de vida do trabalhador e explicou esses mecanismos segundo as leis do capital. Logo, considerando que a classe trabalhadora não recebe o valor total de sua produção, as políticas sociais públicas, tendo o estado

como responsável, se configura no salário indireto, que chega a essa classe por meio destas políticas. Souza Filho e Gurgel, compreendem que uma gestão democrática, seja em qualquer esfera, pode "desenvolver ações administrativas que venham a contribuir com o processo de democratização". É fundamental, portanto, que essa gestão tenha um horizonte (orientação) "que de alguma forma tensionem a ordem" (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 72,73).

Deste modo, "a finalidade da gestão democrática deve ser transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis, políticos e sociais, visando contribuir com a superação da ordem do capital". Ainda segundo os autores "essa proposição de gestão é contraditória à ordem do capital e, por isso, a possibilidade de sua efetivação encontra-se em movimentos que de alguma forma tensionem a ordem" (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 73).

No próximo item, discutiremos sobre o entendimento das categorias políticas sociais e pedagógicas de inclusão social da pessoa idosa.

### **3.1.2 Políticas de inclusão para pessoas idosas**

No Brasil, podemos encontrar um considerável arcabouço legal que favorece a efetivação dos direitos conquistados pelas pessoas idosas. Neste item citaremos cronologicamente as políticas sociais destinadas à população idosa em âmbito nacional, estadual e municipal e as abordagens pedagógicas educacionais voltadas para o público das pessoas idosas.

#### **3.1.2.1 Políticas sociais para pessoas idosas**

Historicamente no Brasil, o marco de proteção social à população idosa é o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, chamado de Lei Eloy Chaves, com cunho previdenciário (Brasil, 1923). Contudo, a primeira legislação no Brasil (após a constituição de 1988), que trouxe direitos não previdenciários à população idosa foi a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)-Lei 8.742/1993. Essa legislação prevê um recurso financeiro para pessoas idosas, a partir dos 65 anos de idade, que não dispõem de recursos próprios e nem podem ser providas por seus familiares, como citado a seguir:



Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (Vide Lei nº 13.985, de 2020).

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

[...]

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 14.176, de 2021) (Brasil, 1993).

A segunda legislação brasileira é a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994). Essa é a primeira que define quem é a pessoa idosa: “Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade” (Brasil, 1994). Para a área da educação essa mesma legislação prevê algumas ações governamentais:

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

[...]

III - na área de educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber; (Brasil, 1994).

Além das ações acima, é fundamental o destaque, de outros aspectos inclusivos, conforme a lei: “d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;” (Brasil, 1994). Portanto, esses aspectos da educação, da arquitetura e da urbanidade,

considerando o espaço educacional da educação profissional e tecnológica como promotor de cultura, nos fazemos destacar o que ainda diz essa legislação neste sentido:

II - na área de cultura, esporte e lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade (Brasil, 1994).

Nesta pesquisa tratamos da assistência estudantil às pessoas idosas estudantes, da educação profissional e tecnológica, logo, convém destacar o direito, já previsto na Política Nacional do Idoso, de usufruir por si próprios seus recursos financeiros: “§ 1º É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada” (Brasil, 1994). Esse destaque se justifica porque uma das ações da política de assistência estudantil é oportunizar, a estudantes de baixa renda, benefícios financeiros para minimizar as desigualdades econômicas que impedem a permanência no espaço educacional.

Na sequência histórica, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria 2.528, de 19 de out. de 2006) tem por finalidade “recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos”. Em articulação com outros setores essa política diz que:

[...] gestores do SUS deverão estabelecer, em suas respectivas áreas de abrangência, processos de articulação permanente, visando ao estabelecimento de parcerias e a integração institucional que viabilizem a consolidação de compromissos multilaterais efetivos (Brasil, 2006).

É importante trazer o entendimento sobre autonomia e independência no campo da gerontologia, assim temos: **Autonomia**: “[...] noção e o exercício do autogoverno”. **Independência**: “[...] é a capacidade funcional\*, que em sua expressão máxima significa poder sobreviver sem a ajuda para atividades instrumentais de vida diária e de autocuidado” (Neri, 2001, p. 10).

A dependência é a “incapacidade de a pessoa funcionar satisfatoriamente sem ajuda”, seja por limitações físico-funcionais, cognitivas ou a combinação de ambas (Neri, 2001).

Portanto, neste processo de articulação entre políticas, algumas medidas já foram previstas na política nacional do idoso, e aprimoradas na política nacional de saúde da pessoa idosa, conforme citamos abaixo:

## 5. Articulação Intersetorial

[...]

### 5.1. Educação

a) inclusão nos currículos escolares de disciplinas que abordem o processo do envelhecimento, a **desmistificação da senescência, como sendo diferente de doença ou de incapacidade**, valorizando a pessoa idosa e divulgando as medidas de promoção e prevenção de saúde em todas as faixas etárias;

b) adequação de currículos, metodologias e material didático de formação de profissionais na área da saúde, visando ao atendimento das diretrizes fixadas nesta Política;

c) incentivo à criação de Centros Colaboradores de Geriatria e Gerontologia nas instituições de ensino superior, que possam atuar de forma integrada com o SUS, mediante o estabelecimento de referência e contra-referência de ações e serviços para o atendimento integral dos indivíduos idosos e a capacitação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, visando à qualificação contínua do pessoal de saúde nas áreas de gerência, planejamento, pesquisa e assistência à pessoa idosa; e

d) discussão e readequação de currículos e programas de ensino nas instituições de ensino superior abertas para a terceira idade, consoante às diretrizes fixadas nesta Política (Brasil, 2006, grifo nosso).

A fim de esclarecer termos da citação acima, é importante destacar que temos duas situações que trazem alterações na vivência do envelhecimento, ou seja, aquela com alterações por doença e aquela com mudanças relacionadas ao passar do tempo:

A palavra **senilidade** está relacionada às alterações produzidas pelas diversas doenças que podem acometer o idoso; **senescência** está relacionada às mudanças que ocorrem no organismo apenas pela passagem dos anos, correspondentes aos efeitos naturais do envelhecimento (cerebral, cardiovascular, respiratório, renal, digestivo, osteoarticular e endocrinológico), enquanto processo normal, não podemos ser interpretadas como patológicas (Passareli, 1997 *apud* Campelo e Paiva, 2014, p. 253, grifo nosso).

O Estatuto da Pessoa Idosa do Brasil (EPI), Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, traz para o setor educacional algumas ações das quais destacamos:

Art. 20. A pessoa idosa tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

§ 1º Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

§ 2º As pessoas idosas participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). [...]

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). [...]

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados às pessoas idosas, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados à pessoa idosa, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) (Brasil, 2003).

Na esfera estadual, neste caso é o estado de Pernambuco, a legislação, Lei nº 16.340, de 16 de abril de 2018, prevê algumas ações no setor da educação:

Art. 12. Na implantação da política estadual da pessoa idosa, são competências do órgão estadual na área de educação e esporte: (NR)

I - viabilizar a implantação do programa educacional voltado para a pessoa idosa; [...]

IV - incentivar o desenvolvimento de programas educativos voltados para a pessoa idosa, sua família, e comunidade em geral, mediante os meios de comunicação em massa; (NR)

V - incentivar a inclusão de disciplinas de Gerontologia e Geriatria nos currículos dos cursos superiores; (NR)

VI - incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem melhoria de qualidade de vida da pessoa idosa e estimulem sua participação na sociedade; (NR) (Pernambuco, 2018).

Na cidade do Recife, a Lei nº 17.030, de 22 de set. de 2004, prevê sobre a importância de centros de convivência para a promoção da educação, além de outros

aspectos. Essa mesma legislação considera a interação intergeracional e a divulgação sobre os aspectos biopsicossociais sobre o envelhecimento como diretrizes da política de atendimento à pessoa idosa:

**Art. 3º** Em conformidade com a Política Nacional do Idoso, constituem diretrizes desta Política Municipal:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

[...]

**VII**- estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento (Recife, 2004).

Como é possível observar, as legislações, cronologicamente, vão reforçando as conquistas no campo da educação, da cultura e lazer, das relações e das informações, dentre outras, e incentivam a integração com as demais gerações e reforçam o direito ao trabalho.

Sobre o direito ao trabalho da pessoa idosa, podemos destacar o que diz a Política Nacional do Idoso: “a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado” (Brasil, 1994); e o Estatuto da Pessoa Idosa: “Art. 26. A pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas” [...] (Brasil, 2003). E ainda, a Política Estadual do Idoso em Pernambuco (Lei nº 16.340 de 2018), essa refere que é competência da instância estadual “IX - garantir mecanismos que impeçam a discriminação da pessoa idosa quanto à sua participação no mercado de trabalho (NR)” (PERNAMBUCO, 2018). No município do Recife, a legislação incentiva o trabalho remunerado com redução de jornada de trabalho para pessoas idosas:

II- oficinas, cooperativas de trabalho e comunidades produtivas providas de recursos humanos materiais e equipamento para resgate da cidadania através da transmissão de conhecimentos, bem como, de complementação de renda através de ocupação remunerada, **com reduzida jornada de trabalho** (Recife, 2004, grifo nosso).

Quanto às legislações específicas da área educacional, ou seja, direcionadas às instituições de ensino e ao atendimento das pessoas de todas as idades, podemos destacar, dentre delas, elementos que podem favorecer o público das pessoas idosas. Na educação profissional e tecnológica, podemos ressaltar, primeiramente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234, de 19 jul. de 2010),

porque essa legislação já garante nos seus objetivos: “IV - contribuir para a promoção da **inclusão social** pela educação” (Brasil, 2010, grifo nosso), conforme referimos na introdução desse texto.

Portanto, pensar políticas sociais inclusivas, diante das contradições do sistema capitalista, tem a ver com uma possibilidade diante dos limites e desafios de uma sociedade de classes. Neste caso, se faz necessário trazer um entendimento sobre inclusão. Logo, entende-se aqui que inclusão, para fins de análise deste estudo:

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sasaki, 2009, p.1).

A partir do conceito sobre inclusão, compreendemos que a política de assistência estudantil se propõe a ser uma política inclusiva nas variadas expressões da diversidade humana e desigualdades sociais, e a velhice da classe trabalhadora é uma expressão dessa diversidade e da desigualdade. E a velhice de uma forma geral é uma fase da vida que pode ser permeada por estigmas. Desta forma, elegemos, a partir da revisão de literatura, que o entendimento citado abaixo sobre a assistência estudantil é:

[...] uma política social que perpassa tanto pela política de educação, quanto no campo da assistência social e transitando ainda em todas as áreas dos direitos humanos, abrangendo ações que compreendem desde as questões de saúde, como também questões pedagógicas, de acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Moura, 2017, p. 29).

Já a concepção de assistência estudantil instituída pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) refere que:

As ações de Assistência Estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas (SETEC/MEC, 2010, s/nº. Ofício Circular nº 42 apud Cavalheiro, 2013, p. 46).

A concepção de assistência estudantil da Setec/MEC tem em seu bojo as categorias da igualdade de oportunidades, da prevenção, da retenção e evasão, o que nos conduz a pensar no acesso, na permanência e no êxito.

Segundo Oliveira (2021, p. 51), “[...] entender com clareza os conceitos presentes na realidade da gestão escolar, em sentido amplo, é fundamental, além de promover a orientação de ações estratégicas”. Deste modo, seus estudos apontaram que houve uma evolução no debate acadêmico sobre esses conceitos, mesmo que não sejam únicos, e concluiu definindo-os como citamos abaixo:

É por isso que o conceito do tripé supracitado fica definido da seguinte forma: o **acesso** fica vinculado ao movimento de **possibilitar** aos diferentes perfis de brasileiros a **entrada** nos ambientes acadêmicos de formação nos diferentes níveis, promovendo equidade para **grupos historicamente excluídos**.

O ato de **permanecer** vincula-se ao sentimento de **pertencimento** à instituição, com a **participação ativa** nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, **com a identificação** com o curso, entre outros fatores.

O **êxito**, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de **capacidades cognitivas, operativas e sociais**, à **preparação para o trabalho e para a cidadania**, ou seja, essas três palavras carregam um peso considerável quando se trata de direcionar o desenvolvimento da educação brasileira (Oliveira, 2021, p. 52, grifo nosso).

A reflexão de Oliveira (2021) fomenta o sentimento de pertencimento e de participação ativa. Portanto, pensamos nos grupos de convivência que são espaços de fortalecimento e partilha dos momentos comuns. A partir da visibilidade das pessoas idosas no IFPE, e das ações voltadas nas diversas áreas institucionais, compreendemos que este público também compõe um grupo historicamente excluído.

Em 2022, o IFPE instituiu um núcleo de inclusão com o título: Núcleo 60+, com a seguinte natureza e finalidade:

Art. 1º O Núcleo 60+ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é a instância responsável por propor, orientar e executar ações de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas direcionadas à pessoa idosa, objetivando a produção de conhecimentos e a valorização do potencial desse público, alinhado às recomendações, normas e políticas nacionais nessa área, aos documentos institucionais do IFPE, aos estudos no campo do envelhecimento humano, às discussões trazidas pelos movimentos sociais da pessoa idosa, à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei nº 10.741/2004 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022a).

Este núcleo em nível sistêmico está sob a gestão da Coordenação de Políticas Inclusivas na Reitoria, e nos campi a representação desta coordenação é vinculada às coordenações/diretorias de extensão e de inclusão.

Outras legislações, como: Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8, de 26 de agosto de 2022, que versa sobre o Programa de Manutenção Acadêmica, e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI) do IFPE, também favorecem a efetivação dos direitos de pessoas idosas que são estudantes na instituição, tendo em vista a perspectiva da inclusão.

### 3.1.2.2 Políticas pedagógicas para pessoas idosas

A legislação brasileira educacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), prevê como dever do estado a implementação:

IX – **padrões mínimos de qualidade do ensino**, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem **adequados à idade** e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022) (Brasil, 1996, grifo nosso).

Deste modo, a educação básica, segundo essa legislação, poderá ser organizada:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, **com base na idade**, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996, grifo nosso).

Os objetivos podem ser direcionados para alfabetização plena e formação de leitores, entretanto, o Estatuto da Pessoa Idosa prevê a importância da convivência intergeracional.

A educação ao longo da vida é prevista no estatuto da Pessoa Idosa:

“Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017)” (Brasil, 2003).

Identificamos, no Brasil, dois programas educacionais inclusivos e com metodologias específicas e compreendidas como mais direcionadas a um grupo específico de pessoas idosas, visto que não são homogêneas. São eles: Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) – educação não formal – e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) – educação formal.



A EJA recebeu o nome de Educação de Jovens e Adultos e Idosos (Ejai) em alguns territórios do País. A Ejai é uma modalidade que também é desenvolvida na educação profissional e tecnológica. Esse espaço da educação profissional e tecnológica está sendo ocupado cada vez mais por pessoas idosas, como já referimos na introdução. Portanto, é fundamental compreender sob que parâmetros metodológicos, filosóficos e educacionais esses programas se baseiam na prática pedagógica.

Além de uma dimensão organizacional e metodológica, as fundamentações filosóficas da educação para pessoa idosas perpassam tanto o ensino formal (EJA ou Ejai) quanto o ensino não formal (Universidade Aberta à Terceira Idade). Segundo Ramos (2010, p. 226): “O trabalho educativo se constitui nesta unidade de conteúdo e método. Ao conteúdo correspondem os conhecimentos a serem ensinados e aprendidos, e ao método, a forma de ensinar e aprender”.

As legislações sobre a pessoa idosa referem sobre a educação ao longo da vida que é uma meta da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No ano de 2020, a Representação da Unesco no Brasil realizou, em parceria com a Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos e o Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da Unesco em Hamburgo (UIL-Unesco), uma live para tratar da questão com o tema “‘não deixar ninguém para trás: participação, equidade e inclusão’. O Relatório é um convite aos países para realizarem mudanças importantes para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável até 2030” (Unesco, 2020).

Segundo Fosca (2005, p. 6), a educação ao longo da vida requer a construção de um modelo andragógico: “[...] una educación a lo largo de la vida implica necesariamente la construcción de un modelo andragógico que facilite los procesos formativos del adulto de nuestra sociedad”.

Neste sentido, a literatura chamada: **Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva** (Livro Branco, europeu) defende que a educação ocorra ao longo da vida e que aconteça o acompanhamento da implementação deste aspecto continuado. Assim, a Comissão das Comunidades Europeias:

18. Solicita à Comissão e aos Estados-membros que reconheçam a importância económica, política e cultural da aprendizagem ao longo da vida e que a integrem nos seus programas de desenvolvimento de recursos humanos, de educação e formação e de inserção social; solicita à Comissão que **promova a aprendizagem ao longo da vida**

**junto dos grupos ameaçados de exclusão social** e dos grupos linguísticos minoritários; solicita aos Estados-membros que **intensifiquem os seus esforços para pôr termo ao analfabetismo** (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2001, grifo nosso).

Outro documento internacional que traz referência sobre o entendimento da educação ao longo da vida no ciclo escolar é a:

Resolução do Conselho, de 27 de junho de 2002, sobre a aprendizagem ao longo da vida (4) identificaram como prioritária a aquisição das «novas competências essenciais», e insistiram no facto de que a aprendizagem ao longo da vida deve incluir a aprendizagem desde **a idade pré-escolar até à idade pós-reforma** (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2006, p.10, grifo nosso).

Esse mesmo documento citado acima trata das competências da educação ao longo da vida: “À educação na sua dupla função — social e económica — cabe um papel essencial para assegurar que os cidadãos europeus adquiram as competências essenciais necessárias que lhes permitam adaptar-se com flexibilidade a estas alterações” e ainda que “as diferentes necessidades dos aprendentes deverão ser satisfeitas através da garantia da equidade e do acesso de todos os grupos” (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2006, p.13). Quais são as competências essenciais encontradas na proposta europeia da educação ao longo da vida?

As competências são definidas aqui como uma combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes adequadas ao contexto. As competências essenciais são aquelas que são necessárias a todas as pessoas para a realização e o desenvolvimento pessoais, **para exercerem uma cidadania activa, para a inclusão social** e para o emprego. O Quadro de Referência estabelece oito competências essenciais: 1) Comunicação na língua materna; 2) Comunicação em línguas estrangeiras; 3) Competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia; 4) Competência digital; 5) Aprender a aprender; 6) Competências sociais e cívicas; 7) Espírito de iniciativa e espírito empresarial; e 8) Sensibilidade e expressão culturais (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2006, p.14, grifo nosso).

Quais os grupos de pessoas o documento faz referência?

Exemplos desses grupos são as pessoas com poucas competências de base, em especial, com um baixo grau de literacia, os jovens em situação de abandono escolar precoce, os desempregados de longa duração, os que regressaram ao trabalho após um período de licença prolongado, **os idosos**, os migrantes e as pessoas com deficiência (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2006, p.13, grifo nosso).

Para além da função social e econômica, a educação ao longo da vida também traz benefícios para a saúde, seja para a “manutenção das capacidades cognitivas na velhice”, seja para a saúde de forma geral. Ainda outro consenso é de que o nível educacional mais alto contribui para menor risco de demência e sintomas

clínicos menos significativos quando esse agravo ocorre com o indivíduo. A justificativa é que a menor chance de sofrer demência está relacionada à reserva cognitiva que significa “capacidade do cérebro adulto para manter, por meio de fatores ambientais e genéticos, as habilidades” (Doll, 2022, p. 1362). Ainda segundo Doll (2022), a educação é vantagem em qualquer fase da vida e poderá amenizar desvantagens sofridas ao longo da vida, oportunizando um envelhecimento positivo em termos de saúde.

Nas pesquisas da gerontologia a educação não significa necessariamente um grau de conhecimento ou de inteligência, mas, sim, pertencer a uma classe social e usufruir de suas vantagens diante das condições de vida (Doll, 2022, p. 1363). Esse entendimento de Doll (2022) tem por base os estudos de Bourdieu e Passeron em “A Reprodução” de 1970. Nesta obra os autores dialogam sobre a cultura e a violência simbólica como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais no sistema escolar francês. A escola valoriza a cultura das classes médias e altas e reprime de forma violenta e simbólica as culturas das classes menos favorecidas. Isto leva ao fracasso escolar dos filhos desta classe. Deste modo, a escola institucionalmente representa um instrumento de seleção, e não um lugar que oferece chances iguais para todos. Ou seja, reproduz a estrutura desigual da sociedade (Doll, 2022, p. 1363).

Em 1996 o documento da Unesco “*Learning the Treasure Within*”, sob a responsabilidade de Jacques Delors, faz ênfase entre a educação permanente e a estabilidade social, definindo os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver (Fosca, 2005, p. 01, tradução nossa).

Delors argumenta que: “la gente y las naciones que no son ‘lifelong learners’ (sociedades de aprendizaje) estarán más expuestas a sufrir exclusión social y económica em el futuro” (Fosca, 2005, p. 1). Essas comunidades de aprendizagem devem promover a “*ciudadanía activa*” e “*empleabilidad*”. A aprendizagem ao longo da vida também é sinônimo de “*educación continua*”, “*formación continua*”, “*educación permanente*”, “*educación de adultos*”, “*educación abierta*”, “*aprendizaje de por vida*” (Fosca, 2005, p. 3, tradução nossa). Por exemplo: A Universidade de Harvard, Oxford, y Yale têm um projeto denominado: *Alliance for Liflong learning* (...) [Segue na via da] “*universidad abierta a la comunidad*”, outro exemplo: Universidad de Alicante (España) ou “Osher Lifelong Learning Institute” objetiva melhorar a qualidade de vida “*personas mayores*” (Fosca, 2005, p. 3-4, tradução nossa).

Alguns aspectos são fundamentais nesta perspectiva: criação de uma cultura de aprendizagem permanente, que deve estar presente nos desenhos curriculares, estabelecer relação direta com a comunidade, utilizar o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC); e o desenvolvimento de um modelo educativo para formação de adultos (Fosca, 2005, p. 5, tradução nossa)

Fosca (2005, p. 6, tradução nossa) destaca que uma das prioridades das universidades nos próximos anos deverá ser: “conocer más a fondo, investigar, elaborar un cuerpo de conocimiento y formar especialistas em torno al aprendizaje de adultos”. Isto implica a construção de um modelo andragógico para facilitar a formação dos adultos na sociedade.

Segundo Hamze (2021, s/p), "Andragogia" (do grego: *andros* - adulto e *gogos* - educar) é um caminho educacional que busca compreender o adulto. A Andragogia significa “ensino para adultos”. Andragogia é a arte de ensinar aos adultos, que não são aprendizes sem experiência, pois o conhecimento vem da realidade (escola da vida). Fosca (em nota de rodapé) cita outra conceituação da andragogia:

La Andragogía es el arte y ciencia de ayudar a aprender a los adultos, basándose en suposiciones acerca de las diferencias entre niños y adultos" (Knowles, 1972). Es la disciplina educativa que trata de comprender al adulto(a), desde todos los componentes humanos, es decir como un ente psicológico, biológico y social (Marquez, 1998 *apud* Fosca, 2005, p. 6).

Diante dessas conceituações, percebe-se que o aluno adulto busca por resoluções de problemas, reconhece seus erros e acertos, deseja realização profissional e pessoal, compreende melhor o aprendizado de valor imediato, e tem consciência da falta do conhecimento na sua vida. Nestas circunstâncias, é preciso “ter a capacidade de compreender que na educação dos adultos o currículo deve ser estabelecido em função da necessidade dos estudantes, pois são indivíduos independentes autodirecionados” (Hamze, [s.d]).

Neste caminho de flexibilidade sobre os projetos de extensão, Fosca (2005) destaca a “Universidad de la Experiencia” (UNEX), que vem oferecendo desde o ano de 2000 oportunidades de formação acadêmica para “mayores de 50 años”. A proposta é flexibilizar o currículo por meio do programa de “aula Libre” e “abrir” aulas de estudos regulares de “pre-grado a graduados universitarios de cualquier especialidad y de cualquier universidad que descen actualizar o complementar su formación profesional o simplemente atender a su desarrollo personal”. Outro

destaque são os projetos sociais que promovem a cultura de paz, que busca desenvolver competências de cidadania básica para a cultura da legalidade. O autor faz referência às ações desenvolvidas no âmbito da educação permanente na PUCP/Peru (Fosca, 2005, p.7 e 8, tradução nossa).

À luz da reflexão de Saviani (2013, p. 431), podemos ampliar o entendimento sobre as argumentações tratadas acima em relação ao foco do aprender a aprender como proposta da comunidade europeia sobre a educação ao longo da vida:

O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo das ideias pedagógicas escolanovistas. Com efeito, deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade, configurou-se uma teoria pedagógica em que o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas. E o papel do professor deixa de ser o daquele que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem (Saviani, 2013, p. 431).

Esse tema do “aprender a aprender” é ressignificado na atualidade. Antes, no escolanovismo, se referia aos processos de convivência entre crianças e adultos e sua adaptação à sociedade, e hoje significa “adquirir a capacidade de buscar conhecimentos por si mesmo” (Saviani, 2013, p. 432), viver em constante atualização com fins de ampliar a empregabilidade. A inexistência de interação entre gerações deve ser questionada quando se refere à sociabilidade de pessoas idosas, em especial, porque as políticas públicas para este público reforçam a ideia sobre a importância da convivência intergeracional e do direito ao trabalho.

Segundo Fonseca (1998, p. 320 *apud* Saviani, 2013, p. 432):

[...] a adaptação à sociedade atual exige novos tipos de raciocínio, o desenvolvimento da capacidade de comunicação e a recuperação de funções cognitivas deterioradas pelo trabalho de tipo puramente mecânico, buscando atingir níveis flexíveis de operação simbólica. Portanto, a adaptação à sociedade cognitiva “exige abandonar a segurança do conhecido, do familiar e do habitual e voltar-se para uma aventura do inédito e do imprevisível”.

No Brasil este lema tem por objetivo capacitar para novas competências e saberes, por meio de um processo de educação permanente. A defesa do “aprender a aprender” desde a década de 1990 permeia documentos internacionais da Unesco, e também orienta os “Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados por iniciativa do MEC”, e além de capacitar para práticas pedagógicas:

Tais práticas se manifestam com características light, espalhando-se por diferentes espaços, desde as escolas propriamente ditas, passando por ambientes empresariais, organizações não governamentais, entidades religiosas e sindicais, academias e clubes esportivos, sem maiores exigências de precisão conceitual e rigor teórico, bem a gosto do clima pós-moderno (Saviani, 2013, p.434).

Depois de dialogarmos acima sobre as questões mais gerais das políticas educacionais voltadas ao público da pessoa idosa, abaixo destacamos mais um pouco sobre esses programas educacionais do ponto de vista da legalidade. A educação de pessoas idosas perpassa por dimensões filosóficas da Unesco, da andragogia, do livro branco, do aprender a aprender, conforme dialogamos anteriormente. Agora vamos tratar com mais detalhes sobre metodologia da UnATI, da EJA, e da Educação Profissional e Tecnológica.

- A Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) ou Universidade Aberta para as Pessoas Idosas:

É um diálogo entre educação, saúde (e outros saberes) e gerontologia, chamado de Gerontologia Educacional (aprendizagem de adultos e idosos), sendo um tipo de ensino mais livre e não formal. Universidade Aberta para pessoas idosas é uma proposta prevista no Estatuto da Pessoa Idosa (EPI), Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003:

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da **educação ao longo da vida**, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017). Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de **universidade aberta para as pessoas idosas** e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (Incluído pela lei nº 13.535, de 2017) (Brasil, 2003, grifo nosso).

A Lei nº13.535, de 15 de dezembro de 2017, altera o artigo 25º do Estatuto da Pessoa Idosa e passa a vigorar explicitando as formas de oferta e de acessibilidade, conforme citado acima. Deste modo, compreendemos que a propostada Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) (subtraindo a questão que gera debate em relação ao termo: terceira idade) dialoga com a proposta da educação ao longo da vida, e, portanto, com o neoescolanovismo, no sentido de propor atividades que buscam atender aos interesses da população idosa, considerando sua experiência. Por outro lado, não identificamos que as UnATIs centralizam uma formação específica para a empregabilidade nos termos de trabalho contratado.

Também não identificamos uma proposta específica e emancipatória no sentido da teoria crítica, ou seja, de questionamentos sobre a intencionalidade ideopolítica e econômica do que vem sendo ofertado ao público das pessoas idosas e a importância de sua participação neste processo. Mas, sim, encontramos a prerrogativa de incluir pessoas idosas no contexto educacional e esse é também um espaço para trabalhar a emancipação política e humana.

Entendemos, assim, que o espaço da Universidade Aberta (UnATI) inclui as diversidades de gênero, raça/cor/etnia, orientações sexuais, deficiências e outras características, conforme definição de Sasaki sobre inclusão (2009), e, claro, das pessoas idosas.

O autor, citado acima, traz ainda exemplos das dimensões da inclusão como: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Em todas essas dimensões citadas a questão da educação é referenciada. Ao tratarmos sobre o tema da inclusão neste projeto, não estamos aqui afirmando que as pessoas idosas são pessoas com deficiência, e não pretendemos trazer um aspecto capacitista. Mas, sim, essa fase da vida pode trazer particularidades, a partir do modo de existir, e de viver de cada pessoa neste mundo, considerando sua trajetória de vida, ou a partir das condições biológicas, como é a questão da acuidade visual, culturais, e sociais, por exemplo. E, para além disso, concordamos que a sociedade produz preconceitos, estigmas e estereótipos envolvendo pessoas idosas pelo fato específico da idade, como um dos fatores do estigma no contexto do capital.

Por isto, se faz necessária (Sasaki, 2009, p. 6):

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. “Provendo as escolas dos recursos humanos [acessibilidade atitudinal] (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12).

Logo, reafirmamos que se faz necessário “pessoal capacitado”, como afirma Sasaki (2009, p. 6). A fim de atender às demandas da população idosa, é exigido das instituições de ensino no âmbito da pesquisa, da extensão, do ensino, da

assistência estudantil, e da gestão de pessoas, um compromisso ético, uma militância (no sentido da articulação com movimentos sociais e políticos) e um acúmulo de saberes complexos e interdisciplinares.

Uma primeira aproximação ao tema do envelhecimento humano é saber que cientificamente o campo que estuda o envelhecer das pessoas é a gerontologia (conhecimento que reúne diversas áreas do saber científico) e a geriatria (saber médico). Segundo Doll (2016, p. 1602):

A Gerontologia pode demonstrar à Educação a importância de abordar o envelhecimento como uma base fundamental para viver bem em uma sociedade que envelhece cada vez mais. E a Educação pode ajudar a Gerontologia a compreender a vida como um processo de aprendizagem constante, ajudando, a partir das suas bases teóricas, a melhor entender esse processo.

Historicamente, a aproximação da educação e da gerontologia tem duas marcas importantes. A primeira se refere a uma experiência francesa na década de 1970, que criou a Universidade da Terceira Idade por meio do Professor Pierre Vellas, da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse. O objetivo foi oferecer novas e interessantes atividades no ambiente universitário que oportunizassem a convivência das pessoas idosas com pessoas de outras gerações.

Uma segunda marca, se refere à experiência de David A. Peterson, da Universidade de Nebraska, também na década de 1970. Ele estruturou a gerontologia educacional e a definiu como:

[...] estudo e a prática de ações educacionais para ou sobre velhice e indivíduos idosos. É possível observar três diferentes, mas relacionados aspectos: (1) atividades educacionais voltadas para pessoas com meia idade ou idosos; (2) atividades educacionais para um público geral ou específico sobre envelhecimento e pessoas idosas; e (3) preparação educacional para pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar em relação a pessoas idosas como profissionais ou formar profissional (Peterson, 1976, p.62, tradução J.D. *apud* Doll, 2016, p.1600).

Nos Estados Unidos se desenvolveu outra experiência, também na década de 1970, que foi o programa *elderhostel*, que aglutina a ideia de viajar e estudar.

Fontenelle e Costa (2020, p. 166) identificaram “que a extensão universitária para população idosa inicia na área gerontológica ainda em 1982, quando foi fundado na Universidade Federal de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade”, como afirma Cachioni (2003). Outras atividades também foram desenvolvidas pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) sob influência de um modelo francês. Neste



modelo francês, que é a universidade aberta à terceira idade, o aprendizado ocorre por meio de uma educação não formal, ou seja, essa difere da educação formal visto que não é determinada por:

[...] diretrizes curriculares e, nem tampouco por conteúdos curriculares padronizados para cumprir uma matriz curricular, mas uma educação que esteja alinhada com os interesses dos idosos e que precisa considerar as conjunturas históricas e os valores presentes em cada momento (Fontenelle; Costa, 2020, p. 169).

Neste modelo também é possível uma vivência de educação política, ou seja, “a educação para participação e a democracia”, uma “escola de cidadania” que busca não apenas pelo “respeito aos direitos civis, políticos e sociais, mas pela própria justiça social” (Fontenelle e Costa, p.169,170).

Todavia, segundo Benevides (1994, p. 14 *apud* Fontenelle e Costa (2020, p.169), “[...] o direito clássico à fala pública” deve ocupar os espaços acadêmicos. Talvez, seja essa uma das maiores justificativas desta pesquisa.

A experiência do Serviço Social do Comércio (Sesc) em 1977 ocorreu por meio de escolas abertas. Nos anos de 1990 começam a surgir grupos de convivência da Universidade da Terceira Idade, e aprendizagens informais para conselhos e conferências. Outra atividade de aprendizagem foi a “educação de idosos na perspectiva do lazer”. Neste sentido, o lazer não se refere apenas ao prazer, diversão e relaxamento do trabalho, mas, sim, “formação, relacionamento social e político e comportamento voltado para a saúde” (Doll, 2016, p. 1598-1603) . Outro espaço que as pessoas idosas ocupam, como já referimos, são os locais destinados à educação de jovens e adultos (EJA). O espaço político de formação e participação, como conselhos municipais e estaduais, e também as conferências que devem e precisam ser ocupadas e podem corresponder a uma educação informal (Doll, 2016, p. 1600-1601). Portanto, se observa a presença de pessoas idosas na educação não formal e informal, e na educação formal.

Quanto à importância da escolarização para o grupo de pessoas idosas, Nascimento *et al.* (2015, p. 190 *apud* Toyoda e Altafim, 2018, p. 34) referem que “a escolarização atua na velocidade do raciocínio, atenção, inteligência, funções executivas e memória, retardando a perda cognitiva global”, portanto a educação apresenta-se como fator de proteção e de inclusão.

Toyoda e Altafim (2018, p. 34) referem que:

É natural que algumas capacidades cognitivas diminuam durante o envelhecimento normal, mas essas perdas são compensadas pela sabedoria, conhecimento e experiência. Na maioria das vezes esse declínio acontece pelo desuso das aptidões cognitivas, doenças, fatores comportamentais (como uso de medicamentos), fatores psicológicos ou fatores sociais (isolamento social, solidão).

Entretanto, a diminuição cognitiva, que é um aspecto biológico, não deveria definir o valor ou a capacidade da pessoa idosa. Um estudo de Corrêa e da Silva (2019) nos traz a seguinte reflexão sobre o respeito à vontade das pessoas idosas:

Chegar nesta fase da vida não deve ser identificado como algo ruim e com visões reducionistas, que consideram exclusivamente aspectos biológicos, físicos e da idade. Vale salientar que o pensamento ideológico neoliberal reforça, ainda mais, esta desvalorização da classe trabalhadora e da população idosa, quando se refere à fase do envelhecimento como caracterizada pela “dependência” e por representar “prejuízos”, tendo em vista que, ao envelhecer, esta população passa a ser beneficiária de serviços de Assistência Social, Previdência Social e Saúde. O desrespeito à pessoa idosa está associado diretamente a **uma visão reducionista que considera exclusivamente os aspectos biológicos, físicos e da idade**, para definir o nível da capacidade ativa da pessoa idosa. **As pessoas esquecem que o idoso acumula, ao longo da vida, um lastro de experiência** que pode ser utilizado para aconselhar os mais jovens no desempenho das atividades laborativas e no cotidiano familiar. Nesse sentido, **o indivíduo não deveria ser dispensado do trabalho, porque envelheceu, mas deveria ser consultado quanto a suas condições e à sua vontade de continuar trabalhando ou não**, visto que a aposentadoria representa uma perda do seu poder aquisitivo, o que o leva, quase que necessariamente, a buscar outras alternativas laborais para complementar a renda familiar (Corrêa; Da Silva, 2019, p.10, grifo nosso).

A citação acima traz elementos para questionar a forma como cada pessoa envelhece dadas as condições de vida de cada uma (senescência ou senilidade). Embora esse envelhecer possa ser acompanhado de limitações nas diversas dimensões da vida, ainda assim cabe respeitar a vontade da pessoa que envelhece. Portanto, a educação poderá contribuir tanto para uma educação contínua da formação humana, quanto ao aperfeiçoamento das atividades laborais mais direcionadas. Então, é fundamental perceber que o grupo das pessoas idosas é heterogêneo, traz contextos diferentes de suas próprias histórias de vida (Doll, 2016, p. 1600-1601).

Outra dimensão, além da educação de pessoas idosas, é destacada por Doll (2016, p. 1600-1602). Ele afirma que o ensino sobre o envelhecimento e a formação de profissionais para trabalhar com o público idoso têm lacunas e áreas que recebem menos atenção, entretanto, existe uma base legal, a Política Nacional do Idoso e o

Estatuto da Pessoa Idosa, que justificam o desenvolvimento de atividades nessas áreas.

Ainda se referindo ao contexto brasileiro, a revista *Educação & Realidade*, de Porto Alegre, ano 2015, abordou especialmente a temática da educação e envelhecimento (Doll; Ramos; Buaes, 2015); e os estudos de Agostinho Both na década de 1990, que tratou do tema do envelhecimento no âmbito da escola. Um ponto problemático, segundo o autor, é a inclusão de novas disciplinas sobre o envelhecimento, pois existem grupos de resistência com dificuldades de ceder espaço nos currículos.

Por outro lado, também existe a defesa da inclusão da temática dialogando por dentro dos componentes curriculares já existentes nas bases brasileiras, ou seja, de forma interdisciplinar. É possível encontrar essa defesa nos diversos grupos que discutem sobre o envelhecimento humano.

Portanto, considerando o papel da educação que é oportunizar uma aprendizagem constante, tomamos como referência o conceito de educação de Saviani (1984, p. 1): “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”.

Em Saviani (1984, p. 2), a natureza do trabalho educativo consiste:

[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

A partir da questão trazida acima por Saviani, ou seja, identificação dos elementos culturais e as formas adequadas de atingir o objetivo de humanizar os humanos, e humanizar continuamente, destacamos alguns dos elementos utilizados na abordagem educacional das pessoas idosas. Esses elementos são a sabedoria, o conhecimento e a experiência, considerando os aspectos cognitivos. O Professor Paulo Freire nos dirá que: “Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando (Freire, 1996, p. 29)”.

Costa (2015, p. 77), que sistematiza um conceito de educação com base no pensamento de Paulo Freire, diz: “educação seria criação do conhecimento como processo social resultante da ação-reflexão humana para a transformação da realidade”. Então o que seria conhecimento? A partir de Freire o conhecimento é

(reescrito por Costa): “(...) é um processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade (Costa, 2015, p. 77)”.

Outros recortes são apontados por Costa ao fazer referência as obras de Paulo Freire: “[...] educação [...] é um fator fundamental na reinvenção do mundo” (Freire 2003, p. 10 *apud* Costa, 2015, p. 78); e “[...] a educação é um ato político.” (Freire 2004, p. 58 *apud* Costa, 2015, p. 79). Por último, destacamos o seguinte recorte sobre a educação: “Como processo de conhecimento, formação política, manifestação **ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica**, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como **luta**” (Freire 2003, p. 10 *apud* Costa, 2015, p. 79, grifo nosso).

Se a educação é um espaço de luta, devemos considerar que os espaços educativos também são tomados de contradições, como ocorre na sociedade em geral, e nem sempre é possível encontrar o respeito ao tempo necessário para a superação das desigualdades e diferenças. Logo, se faz necessário atentar para a questão do estigma social, no sentido de que a pessoa idosa possa ocupar o programa educacional que atenda aos seus sonhos, desejos e necessidades sem ser excluída ou estigmatizada.

- b) Política de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJA e EJAI):

O Plano Nacional de Educação (PNE), criado a partir da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 anos, traz duas metas importantes que nas suas estratégias referem ações para a educação de jovens e adultos:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (Brasil, 2014).

Observam-se ações de cunho de assistência estudantil, descritas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 quando encontramos: “9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;” (Brasil, 2014).

Já a Resolução nº 01/2021, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevê "a oferta com ênfase na educação e aprendizagem ao longo da vida" (Assessoria de Comunicação Social do MEC, 2021).

A educação, ao longo da vida, está alinhada às funções: da saúde, do social e da economia. Os decretos anteriores do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja: decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, que foi substituído pelo decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, não inclui a dimensão da aprendizagem ao longo da vida explicitamente no documento, e nem institui uma idade máxima para acesso a essa modalidade, mas objetiva formação inicial e continuada de trabalhadores.

A partir da legislação da política de assistência estudantil da rede federal de ensino, observa-se que a população idosa que está na modalidade EJA dos institutos federais já é beneficiada pelo repasse financeiro: "**Programa de Assistência ao Estudante do Proeja** Auxílio financeiro a estudantes de cursos técnicos médio integrado, ofertados na modalidade de Jovens e Adultos. Duração: O período deste benefício compreende 10 meses do ano letivo" (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022d).

Mesmo a partir deste direito efetivado na instituição do IFPE, ainda não é possível acumular este recurso financeiro com outra bolsa (recurso financeiro) de assistência estudantil:

2.2 O/A estudante atendido/a pelo Programa de Assistência ao Estudante do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) não poderá acumulá-lo com o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, devendo optar, após a publicação do resultado final da seleção de que trata este Edital, por um dos programas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022c, n.p.).

A política de assistência estudantil dispõe de outras ações, além da concessão de auxílio financeiro. Uma delas é o atendimento psicossocial e pedagógico. E é neste sentido que também focalizamos esta pesquisa.

No cotidiano escolar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) recebe pessoas idosas. Encontramos estudos que destacam sobre o interesse desta população em relação à oportunidade de acesso escolar:

[...] as turmas eram formadas por adultos e idosos, os quais, apesar das dificuldades de aprendizagem, eram "educados e interessados", qualidades que, em um momento de crise, eram suficientes para

colocá-los na posição de modelos de aluno ideal (Baptista, 2016, p. 19).

Como mostra a citação acima, os idosos estão no grupo de “aluno ideal”. Este fato é bastante positivo. Uma ação em prol da alfabetização na cidade de Maceió/Alagoas contribuiu para que um programa maior fosse instituído no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou seja, a partir da quantidade de idosos matriculados, se percebeu a importância de acrescentar a letra “I”, e em todo o País o setor da equipe da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed) passou a ser conhecido como: Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai) (Assessoria, 2018).

Essa atividade mobilizou o Programa Projovem e o Programa Brasil Alfabetizado, como também subsidiou a universalização da alfabetização no estado conduzida pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), fundado em 2004 (PNUD, 2019).

Mas, durante nossa prática profissional, a experiência com este público idoso não ocorreu na modalidade do Proeja, mas, sim, nos cursos de formação técnica presencial para quem já concluiu o ensino médio, ou seja, na forma de cursos médios na modalidade subsequentes, como já referimos antes. Estudos sobre a presença das pessoas idosas nas universidades, que já foi objeto de outras pesquisas, concluíram que:

[...] a recente presença dessa população na educação formal é um fenômeno com desdobramentos múltiplos, que requer adequação das políticas públicas às suas singularidades, especialmente em termos de práticas educativas e de processos de aprendizagem (Oliveira *et al.*, 2016, p. 1).

É nesta lacuna de atender às singularidades que pretendemos contribuir.

▪ c) Política de Educação Profissional e Tecnológica nas demais modalidades:

A educação profissional e tecnológica poderá ofertar a educação de jovens e adultos, como também a universidade aberta para pessoas idosas (ou programas com nomenclaturas semelhantes e finalidades comuns). Entretanto, organizamos, aqui para fins didáticos, os itens em separados, para identificar que neste item estamos tratando da educação relacionada ao ensino médio subsequente e superior, que foram as modalidades dos respondentes da pesquisa.

A **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008b).

Os cursos da educação profissional e tecnológica são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e têm por objetivos:

CAPÍTULO III – Da Educação Profissional e Tecnológica Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996).

Independentemente do nível ou da modalidade, ou ainda do curso escolhido por estudantes na educação profissional e tecnológica, a Constituição Federal garante:

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Na esfera dos Institutos Federais (IFs), além dos dados demonstrados na justificativa, observamos que a busca pela efetivação do direito educacional está

materializada por meio da presença das pessoas idosas, e é visível quantitativamente, conforme os dados abaixo ilustrados na Tabela 4.

Tabela 4 - Faixa etária e sexo, anos de 2017-2021, rede federal nacional

SEXO	2017	2018	2019	2020	2021
FEMININO	3.067	3.723	3.209	5.333	5.292
MASCULINO	3.952	3.095	2.656	4.581	4.824

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017), 2019 (Ano Base 2018), 2020 (Ano Base 2019), 2021 (Ano Base 2020), 2022 (Ano Base 2021)

Quanto aos dados gerais do IFPE em relação ao quantitativo de pessoas idosas temos o seguinte cenário, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Faixa etária e sexo, anos de 2017-2021, IFPE

SEXO	2017	2018	2019	2020	2021
FEMININO	13	66	22	31	44
MASCULINO	55	123	60	66	70

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com dados da Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017), 2019 (Ano Base 2018), 2020 (Ano Base 2019), 2021 (Ano Base 2020), 2022 (Ano Base 2021)

Especificamente no IFPE, entre os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, 2021, o maior quantitativo de pessoas idosas ocorreu no ano de 2018, contabilizando 189 pessoas, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). É fundamental destacar que estávamos vivenciando o governo de Michel Temer, após o *impeachment* (golpe) sobre a Presidenta Dilma Rousseff. Neste período, o Brasil desceu no *ranking* da economia do 12º lugar para o 13º lugar na escala mundial, e vivenciava um cenário de reformas trabalhistas e de perdas econômicas.

Os dados mais recentes da PNP do ano de 2021 nos mostram que o quantitativo geral de estudantes idosos do IFPE já é maior do que o quantitativo de adolescentes com 14 anos de idade que estão matriculados/as na instituição.

No *Campus* Recife, neste mesmo ano, contamos com 02 pessoas idosas do sexo feminino e 10 pessoas idosas do sexo masculino, matriculadas nos cursos técnicos subsequentes. Dados mais específicos, por curso e quantidade de pessoas idosas, nos mostram o cenário de todos os *campi* do IFPE: mestrado profissional: 03 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; bacharelado: 0 do sexo feminino e 2 do sexo masculino; licenciatura: 02 do sexo feminino e 7 do sexo masculino; especialização: 8 do sexo feminino e 13 do sexo masculino; qualificação FIC: 17 do sexo feminino e 15 do sexo masculino; técnico: 09 do sexo feminino e 22 do sexo masculino, sendo



técnico subsequente: 07 do sexo feminino e 20 do sexo masculino, técnico integrado: 01 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, proeja: 01 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; tecnologia: 05 do sexo feminino e 10 do sexo masculino (PNP, 2022).

Na nossa perspectiva, os dados quantitativos acima contribuem para fundamentar a importância de ações de assistência estudantil considerando a particularidade do grupo de pessoas idosas. Os dados sobre o quantitativo de pessoas idosas no IFPE e na rede federal como um todo mostram a importância da criação de política afirmativa institucional, que, no caso do IFPE, encontramos na Resolução Nº 112, de 5 de janeiro de 2022.

Como já referimos antes, trata-se do Núcleo 60+, que se propõe a ser “um grupo interdisciplinar e multiprofissional de servidores/as que desenvolvam trabalhos e reflexões sobre as situações relacionadas ao envelhecimento” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022a). Neste mesmo documento, encontramos que “compreende-se o envelhecimento como conceito que abrange as dimensões biológica, psicológica e social, inserido nos princípios da geriatria e da gerontologia e no paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022a, p.2).

Nota-se a importância da institucionalização de uma instância que aborda sobre a temática da pessoa idosa, a exemplo do Núcleo 60+, que já é uma realidade documental no IFPE para contribuir com os aspectos positivos da presença desta população na educação profissional e tecnológica. Encontramos também, neste documento, a indicação de um profissional da assistência estudantil para compor a equipe do Núcleo 60+ nos *Campi*. Essa presença reforça nosso argumento sobre pensar em atendimentos específicos dentro da assistência estudantil para o público das pessoas idosas, quando necessário.

Segundo a lei nº 11.741, de 2008: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 2008a). Como política pública, os cursos ofertados têm critérios de organização.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil,2008a)

A oferta do ensino médio é orientada como descrito abaixo:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008):

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (Brasil,2008a).

A história da origem da educação profissional versa sobre uma perspectiva conceituada como assistencialista de atendimento:

Educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes. O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional (Ramos, 2014, p.25).

No Brasil, durante a retomada do período de desenvolvimento no governo Lula, observa-se que as políticas indicavam integração entre ensino profissional e médio:

[...] perspectiva essa que pode ser coerente com a construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna (Ramos, 2014, p.77).

Ainda sobre a educação profissional, é importante destacar que:

Educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (Ramos, 2014, p.85).

Segundo os autores Araújo e Silva, na rede federal deve-se ter como centralidade da educação profissional “a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia

e cultura, ao longo do processo formativo do estudante” (Araújo; Silva, 2017, p. 14). Neste sentido, eles propõem um novo ensino médio, ou seja:

Para a construção de um novo referencial de Ensino Médio, é preciso democratizar o acesso, garantir a permanência dos nossos estudantes e possibilitar que todos possam ter êxito escolar, o que significa garantir o direito à aprendizagem a todos que se encontram no Ensino Médio, no seu ritmo e no seu tempo (Araújo; Silva, 2017, p. 14).

Entretanto, os autores advertem que o foco não deve ser preparar estudantes para exames, porque...

[..] uma educação de qualidade passa pela articulação entre valores (que seres humanos estamos formando?), efetividade social (que retorno estamos dando à sociedade) e satisfação dos usuários das escolas e de seus profissionais no que tange ao que é feito na escola para a sociedade (qualidade de vida) (Zabalza, 1998 *apud* Araújo; Silva, 2017, p.14).

Deste modo, a escola é assim definida como:

O único lócus em que a formação humana aconteça, ela deve ser vista como um espaço privilegiado, uma relevante oportunidade na trajetória de estudantes de diferentes origens sociais, uma alternativa para se construir valores que terão impacto positivo na constituição de uma sociedade mais justa e democrática (Araújo; Silva, 2017, p.09).

Nesta escola, para que ocorra um ensino médio integrado, se faz necessário: omnilateralidade, integração e interação. Portanto, são três os sentidos: **o sentido da omnilateralidade**, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; **o sentido da integração**, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a **interação entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos**, como totalidade” (Ramos, 2008, p. 16 *apud* Araújo; Silva, 2017, p. 10, grifo nosso). Uma formação que “ultrapassa sua dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana” (Araújo; Silva, 2017, p. 10). A formação política coaduna com o conceito de Hannah Arendt (2002, p. 13 *apud* Araújo; Silva, 2017, p. 10), a qual defende que “o sentido da política é a liberdade”, pois, continua a filósofa alemã, “o que está em jogo aqui não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da Humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra”.

Deste modo, a formação integral considera:

[...] a dimensão social e humana da realidade e não desvincula o “saber fazer” do “saber pensar”; que fortalece a necessidade de uma educação “no” mundo e não apenas “para” o mundo; [...] (Araújo; Silva, 2017, p. 9)

O desafio posto ao Ensino Médio Integrado é “garantir que as novas gerações sejam formadas com a necessária **capacidade de compreender o mundo e as contradições que lhe são intrínsecas**” (Araújo; Silva, 2017, p. 10, grifo nosso). **Para tanto, é preciso** “um apreço pelo **pensamento filosófico, pela criticidade, pela audácia e pela ação política**” (Araújo; Silva, 2017, p. 10, grifo nosso). Entendemos que este desafio pode ser ampliado para as duas modalidades (médio integrado e médio subsequente).

Defendemos que o direito à criticidade também deve ser proposto para pessoas idosas que procuram a formação na educação profissional dos institutos federais. Esse é um espaço que está sendo reivindicado e ocupado pela população idosa.

Segundo a legislação brasileira, a educação profissional tem como uma das premissas o trabalho como princípio educativo:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas: I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; [...]II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014) III - **a centralidade do trabalho como princípio educativo**; e (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014). IV - a indissociabilidade entre teoria e prática. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014) (Brasil, 2004, grifo nosso).

No âmbito do IFPE, da educação formal e não formal, qual a melhor pedagogia para ser utilizada com a população idosa? Para dialogar, traremos algumas reflexões de Saviani, Frigotto e Freire.

Saviani (2013) trata da: a) Pedagogias da “educação popular”; b) Pedagogias da prática; c) Pedagogia crítico-social dos conteúdos; e d) Pedagogia histórico-crítica. Deste modo, “Em termos teórico-pedagógicos surgiram tentativas de elaborar propostas suscetíveis de orientar a prática educativa numa direção transformadora” (Saviani, 2013, p. 415).

Gaudêncio Frigotto (2018, p. 252, grifo nosso) nos dirá que:

Observamos, entretanto, ser necessário considerar que o desenvolvimento de **práticas pedagógicas integradoras** não depende apenas de soluções didáticas, elas requerem, principalmente, **soluções ético-políticas**. Ou seja, a definição clara de **finalidades políticas e educacionais emancipadoras e o compromisso com as mesmas são condições para a concretização do projeto de ensino integrado**, sem o que esta proposta pode ser reduzida a um modismo pedagógico vazio de significado político de transformação

O autor citado acima acrescenta: “todo projeto pedagógico é, também e necessariamente, um projeto de homem e de sociedade” (Frigotto, 2018, p. 252). Logo, segundo Saviani, é possível agrupar as propostas:

Grosso modo, poderíamos agrupar as propostas em duas modalidades: uma, centrada no saber do povo e na autonomia de suas organizações, preconizava uma educação autônoma e, até certo ponto, à margem da estrutura escolar (Vasconcelos, 1989 *apud* SAVIANI, 2013, p. 414); e, quando dirigida às escolas propriamente ditas, buscava transformá-las em espaços de expressão das ideias populares e de exercício da autonomia popular; outra, que se pautava pela centralidade da educação escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado (Saviani, 2013, p. 415).

Deste modo, abaixo, por meio de um quadro, elencamos contribuições e aproximações destacadas por Saviani (2021) na *Live* da Adufes sobre a Pedagogia Libertadora de Freire, e a Pedagogia histórico crítica.

Quadro 1 - Aproximações pedagógicas

<b>APROXIMAÇÕES</b>	
Pedagogia Libertadora de Paulo Freire	Pedagogia Histórico Crítica de Dermeval Saviani
<p>a) Ter na educação um instrumento para libertar os trabalhadores da opressão do sistema capitalista;</p> <p>b) Ter como parâmetro conscientizar as camadas populares e torná-las dirigentes do próprio destino e atuantes para transformar a sociedade fazendo valer suas necessidades;</p> <p>d) Considerar as dimensões que efetuam a crítica da educação dominante e denunciar seu papel alienante na sociedade;</p> <p>e) Ter na educação um ato político;</p> <p>f) Ser contrários a neutralidade dos docentes, porque o resultado do processo de ensino e aprendizagem deve ser de formar alunos críticos para não formar alienados;</p> <p>g) Considerar que a educação crítica é transformadora e que se contrapõe a formação acrítica;</p> <p>h) Considerar que os princípios do trabalho de Freire: Educação e Atualidade do Brasil- Tese de Concurso em Recife, são também adotados pela Pedagogia Histórico Crítica, ou seja, contribui na formulação dos princípios abaixo:</p> <p>1-da educação como instrumento de mudança. Mas, é preciso ter uma relação orgânica com a sociedade atual;</p> <p>2-do conhecimento crítico da realidade e da sociedade. Pois, a educação integra a sociedade e sua proposta não é se superpor à sociedade;</p> <p>3-da adequação da educação à sociedade para que a primeira não se torne inoperante à segunda;</p> <p>4-da importância da emersão do povo ao nível crítico, mas não racionalista. Libertação do homem da sua limitação pela consciência da sua limitação.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base na fala do Professor Dr. Saviani, em 2021

Neste sentido das aproximações, a teoria histórico-crítica compreende que:

A educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social (Saviani, 2013, p. 422).

Do ponto de vista conceitual, segundo Ciavatta (2014, p. 190), a origem da politécnica [educação profissional e tecnológica] remota está “na educação socialista que pretendia ser **omnilateral** no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. Porém, temos a contradição do capital, como nos aponta Duarte Neto (2010, p. 36):

Percebe-se na sociedade capitalista a contradição entre a educação, como necessidade interna do indivíduo, de formar a contribuir no processo de tornar o ser humano cada vez mais humano, e uma necessidade externa, do capital, em formar um indivíduo para o mercado. A parcialidade parece impor enormes restrições ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Ao educar para o mercado, perde-se o horizonte da omnilateralidade.

Entendemos a educação a partir da luta pela educação omnilateral, da qual existe uma direção com base no trabalho como princípio educativo...

[...] no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Gramsci, 1981, p. 144 *apud* Ciavatta, 2014, p. 197).

Sobre essa luta ainda temos a seguinte reflexão:

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de **educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária**, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública (Ciavatta, 2014, p.197).

Deste modo, defendemos aqui uma educação omnilateral que atenda aos desejos das pessoas idosas, seja para o mundo do trabalho e formação humana, ou melhor, no sentido do não mercado de trabalho (apenas), mas, sim, da formação humana para sua emancipação. A modalidade subsequente difere da modalidade integrada, pois a primeira tem o currículo voltado à formação profissional e as

disciplinas de conhecimento geral não compõem a formação. Portanto, em que espaço podemos refletir sobre a formação cidadã?

É fundamental destacar que, cada vez mais, as pessoas jovens deverão trabalhar ao lado de pessoas com mais idade, portanto, consideramos que é parte da formação humana omnilateral compreender sobre o processo do envelhecimento humano que se inicia antes dos 60 anos de idade. Opiniões, descrições e percepções de estudantes universitários não idosos sobre os aspectos legais das conquistas do público de pessoas idosas são encontradas no estudo com o título: “Os Direitos do Idoso: um entendimento de estudantes universitários”. Os resultados apontaram que “(...) os sujeitos desconhecem totalmente, ou, em parte, os direitos do idoso”; entre o grupo de estudantes que possuem idosos na família, o direito mais abordado foram os direitos sociais; “Os universitários percebem os idosos como ‘abandonados’, ‘discriminados/marginalizados’, vistos como ‘improdutivos’, o que os leva a vivenciarem a experiência de uma grande ‘solidão’” (Moreira; Silva; Lima, 2002, p.1 57, 158 e 160).

Esta visão de improdutividade da pessoa idosa requer uma reflexão crítica sobre a sociedade produtiva que vivenciamos na atualidade do capitalismo. Portanto, abaixo iremos dialogar com referências no campo do envelhecimento que refletem a partir do materialismo histórico dialético.

### 3.2 ENVELHECIMENTO, PESSOA IDOSA E VELHICE

A partir da legislação brasileira e dos estudos acadêmicos, entendemos que a pessoa idosa é aquela que vivencia o processo de envelhecimento, e está na fase da velhice (último ciclo da vida, após a infância, adolescência, juventude, e fase adulta, considerando os marcos da modernidade). Entretanto, embora seja a última fase, a velhice é a fase mais longa da vida.

No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) instituiu no direcionamento das políticas de promoção do envelhecimento, o termo envelhecimento ativo. Nesta perspectiva, os pilares de saúde, participação e segurança são valorizados. Em 2015, a OMS adotou um novo conceito que é o envelhecimento saudável. Ainda não é uma definição ou rótulo verbal para conceituar um modo de envelhecer bem. Entretanto, os termos utilizados na literatura buscam

diminuir os estereótipos negativos em relação ao envelhecimento humano (Speranza; Werle; Moreira, 2022).

O envelhecimento ativo é definido na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no Brasil (2006) como:

[...] envelhecer mantendo a **capacidade funcional** e a **autonomia**, é reconhecidamente a meta de toda ação de saúde. Ela permeia todas as ações desde o pré-natal até a fase da velhice. A abordagem do envelhecimento ativo baseia-se no reconhecimento dos direitos das pessoas idosas e nos princípios de **independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização** determinados pela Organização das Nações Unidas (WHO, 2002)

[...] Com a perspectiva de ampliar o conceito de “envelhecimento saudável”, a Organização Mundial da Saúde propõe “Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde” (2005), ressaltando que o governo, as organizações internacionais e a sociedade civil devam implementar políticas e programas que melhorem a saúde, a participação e a segurança da pessoa idosa. Considerando o cidadão idoso não mais como passivo, mas como agente das ações a eles direcionadas, numa abordagem baseada em direitos, que valorize os aspectos da vida em comunidade, identificando o potencial para **o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida** (BRASIL, 2006, grifo nosso).

A portaria nº 2.528, de 19/10/2006, traz diretrizes sobre a saúde da Pessoa Idosa, estratégias e objetivos para atender às demandas de saúde da população idosa brasileira. O compromisso com um envelhecimento saudável está referenciado neste documento:

f) o compromisso brasileiro com a Assembléia Mundial para o Envelhecimento de 2002, cujo Plano de Madri fundamenta-se em: (a) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; (b) fomento à saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; e (c) criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento; e g) escassez de recursos sócio-educativos e de saúde direcionados ao atendimento ao idoso; (Brasil, 2006).

Os autores Speranza, Werle e Moreira (2022) afirmam que os termos envelhecimento saudável, bem-sucedido, robusto, competente, vital, ativo e produtivo são utilizados para valorizar a trajetória positiva do processo de envelhecimento. Enquanto o termo do envelhecimento saudável está atrelado à dimensão biomédica, ou seja, saúde e funcionalidade, o termo envelhecimento bem-sucedido está relacionado a um conceito mais multidimensional, integrado por fatores biomédicos, sociais e psicológicos.

O envelhecimento humano é uma conquista da sociedade. Entretanto, Teixeira (2008, p. 33-34) compreende que o envelhecimento populacional é visto



como um problema quando se expropriam os meios de produção e o tempo de vida dos trabalhadores tornando sua sobrevivência inviável e, assim, tem-se uma velhice “doentia, dependente, pobre e desprotegida”, responsabilizando o indivíduo por seu fim trágico, e Campelo e Paiva (2014) compreendem que o envelhecimento é visto como problema quando impacta no orçamento público. Além deste aspecto negativo da velhice em virtude da sociabilidade do capital, da questão financeira, do acúmulo de agravos de saúde, temos uma outra questão que traz negatividade para quem vive essa fase da vida.

Andrade (2011, grifo nosso) nos dirá que “**Envelhecer, na nossa sociedade, tornou-se um estigma** pela extrema valorização da juventude e estética corporal em uma cultura de culto à juventude”. Logo, ser velho é uma condição não aceitável e que inabilita a pessoa idosa para uma plena aceitação social (Godinho Morando *et al.*, 2018, p. 26, 27). Assim, estamos diante de um estigma.

Entendamos por estigma “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, segundo Goffman (2004, p. 4). Em outras palavras:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (Goffman, 2004, p. 5).

Porém, neste caso do envelhecimento, o atributo é depreciativo. Neste sentido, “O idoso tem que provar que possui potencial, é capaz de produzir e aprender, ou seja, sua identidade real é diferente da virtual a ele atribuída, o que é cansativo e desgastante” (Godinho Morando *et al.*, 2018, p. 26,30), ou seja, precisa provar que deve ser acreditável e respeitado na sua dignidade. O compromisso em combater o estigma também deve compor as ações de profissionais da saúde, da educação e da assistência, segundo os autores, contribuindo deste modo para um envelhecimento saudável e bem-sucedido.

Goffman (1891/2004, p. 22) também diz que: “No estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse está geralmente voltado para o tipo de vida coletiva, quando esta existe, que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular” O autor refere que “os divorciados, **os velhos**, os obesos” (Goffman, 1891/2004, p. 22, grifo nosso), dentre outros grupos, estão na categoria de pessoas estigmatizadas que se reúnem em grupos ou clubes.

Essa pessoa idosa, que poderá “onerar” os gastos públicos, e que é estigmatizada, é a mesma que no sistema produtivo e societário atual tem o seu valor a partir do consumo (Teixeira, 2017). Ou ainda tem seu valor a partir da vitalidade que ainda possa dispor para vender sua força de trabalho. Esse entendimento se solidifica a partir das reflexões trazidas abaixo.

Com base na leitura de Campelo e Paiva (2014, p. 130-131), compreendemos que o fetiche na cronologia, do Capital, é transformar a relação entre homens em relação entre coisas. Ou seja, entre mercadorias. Deste modo, assim como da mercadoria no capitalismo se apagam a história e a memória da sua produção, com o velho/a trabalhador/a se apagam suas raízes, sua história e memória. Resta para a maioria da população que vive do trabalho um...

[...] envelhecer precocemente, trabalhando, acumulando doenças e perdendo capacidade funcional (...) sentindo o peso dessa velhice indesejada como um fardo que se confunde com o próprio calvário trilhado até a morte (...) e (...) para poucos e, cada vez menos, essa lógica não se aplica de trágica, mesmo havendo a doença (...) (Campelo; Paiva, 2014, p. 130-131).

O trabalhador, neste sentido do capital, é uma mercadoria, e essa mercadoria só tem valor enquanto produz riqueza.

Os estudos de Fontenele e Costa (2020) trazem a reflexão da Professora Solange Teixeira sobre a questão do envelhecimento e da velhice na perspectiva da totalidade social. Para Teixeira, entender o envelhecimento e a velhice numa perspectiva da totalidade “[...] implica romper com a homogeneização a-histórica” atribuída a esses processos, “[...] como se o envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora” (Teixeira, 2017, p. 199), que atinge a todos de modo padronizado, sem considerar as diferenças. Para Teixeira, entender o envelhecimento e a velhice numa Para a autora, o envelhecimento é um processo biopsicossocial, que, visto na perspectiva da totalidade, enquanto contribuição do Serviço Social, “[...] parte de um pressuposto que a **condição de classe é aquela capaz de fazer certas homogeneizações** dentro de uma mesma classe, pela vivência de situações de vida e de trabalho em comum”, **mas ao mesmo tempo produz diferenças entre as classes e entre as frações de classe, além de “[...] outros diferenciadores**” que tornam o envelhecimento diversificado e plural (Teixeira, 2017, p. 200, grifo nosso *apud* Fontenele; Costa (2020, p. 178).

E ainda acrescenta sobre o envelhecimento e a pessoa idosa:

Assim, “[...] não é totalmente singular, antes ao contrário, tem particularidades que o ligam à totalidade. Mas, ao mesmo tempo, não é um todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônico”, trata-se de uma unidade na diversidade, com oposições, contrastes e contradições (Teixeira, 2017, p. 200).

Para essas pessoas idosas são esperados padrões socialmente determinados:

**Infere-se que as pessoas envelhecem segundo padrões determinados socialmente**, que não dependem somente da vontade individual ou grupal dos indivíduos, ou da sua condição de homem natural, dos aspectos físicos e biológicos (Fontenele; Costa, 2020, p. 178, grifo nosso).

Ao referir sobre as demandas trazidas pela população idosa, Fontenele e Costa (2020, p.178) nos dizem:

os padrões de heterogeneidade ou homogeneidade presentes, tendo em vista questões como classe, gênero, etnia, raça, e outros, também se expressam pela presença de problemas como abandono, violência, solidão, depressão e outras doenças que apontam para o sofrimento psíquico das pessoas idosas.

Segundo Neri (2014, p. 43), em termos biológicos, o envelhecimento:

[...] compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência. Esses processos são de natureza interacional, iniciam-se em diferentes épocas e ritmos e acarretam resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo. Há um limite para a longevidade, o qual é estabelecido por um programa genético que permitiria ao organismo suportar uma determinada quantidade de mutações. Esgotado esse limite, o organismo perece.

Do ponto de vista da perspectiva da totalidade social, a partir dos escritos de Simone de Beauvoir, no livro intitulado *A Velhice*, podemos pensar com ela:

[...] o que é envelhecer? Esta idéia está ligada à ideia de mudança. Mas a vida do embrião, do recém-nascido, da criança é uma mudança contínua. Caberia concluir daí, como fizeram alguns, que nossa existência é uma morte lenta? É evidente que não. Um tal paradoxo desconhece a essencial verdade da vida; esta é um sistema instável no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia que é sinônimo de morte. Mudar é a lei da vida (Beauvoir, 1990, p.17)

Concluindo, a partir de Simone de Beauvoir (1990, p. 17), que “a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice” até hoje em dia. Ainda para ela, a velhice é considerada a última fase do ciclo da vida. Desta forma, ser chamado de velho (a) não deveria ser um xingamento, mas por vezes

o é, em virtude do estigma (em termos psicológicos ou sociológicos) ou idadismo/ageísmo (em termos de gerontologia).

Sobre idadismo temos o seguinte entendimento:

Segundo Marques (2011), é também num panorama de neoliberalismo que surge o conceito de idadismo - surgiu nos EUA (Estados Unidos da América) -, quando **moradores de um bairro se recusaram a viver perto de Pessoas Idosas**. Estas reações negativas foram identificadas por um gerontólogo americano Robert Butler, em 1969 e desde então, a discriminação social face à idade, tem sido assim designada, de acordo com Alaphilippe & Bailly (2013). Marques (2011) distingue ainda que alguns autores têm identificado «gerontismo» como o termo mais acertado para a definição de discriminação face à idade, de pessoas mais velhas . Todavia o termo mais utilizado é «idadismo» na identificação do preconceito de Pessoas Idosas, estereotipando a imagem individual de cada um, numa **representação social homogeneizadora – invariavelmente negativa**, de acordo com Alaphilippe & Bailly (2013) (Reis, 2020, p.15, grifo nosso).

Sem dúvida, os elementos destacados acima contribuem para justificar a importância de estudarmos sobre a inclusão deste público de pessoas idosas na educação profissional e tecnológica e sobre as condições de sua permanência escolar. Este público vem crescendo exponencialmente nos espaços educativos, sejam eles formais ou não formais, em virtude consequente do crescimento demográfico no Brasil e no mundo, como já referimos ao longo deste texto, e também como consequência das necessidades econômicas, emocionais, sociais e culturais. O título deste projeto de estudo traz o recorte frasal sobre a alegria de uma mulher negra, com linhas de expressão, aparentando acúmulo de idade ou envelhecimento precoce. Por ser aluna do IFPE, o depoimento dela é encontrado em vídeo institucional. Vestira blusa do IFPE é a realização de um sonho, certamente deve ser a materialização do acesso ao direito de frequentar uma instituição pública, gratuita e de qualidade (Vídeo institucional IFPE - Geral, 2020). Considerando que este título é uma citação direta, realizamos ajustes no mesmo em acordo com as normas da ABNT sobre citação direta, mas a fala da estudante concluiu na palavra: blusa. E no título deste trabalho incluímos um sinal de supressão: [...] no início e no final da frase, isto significa que existiu algo dito antes e existe algo a dizer depois da experiência no IFPE.

**À Sabedoria Popular das Mãos que Cuidam...**



**Juraci Rita da Silva, 81 anos (uma mãe de coração!)**

#### 4 ESTADO DA ARTE

Para realização do estado da arte consultamos as bases de dados: *Google Acadêmico*; Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Revista Longeviver; Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); e no repositório do IFPE de teses e dissertações.

Em princípio, utilizamos palavras de busca com e sem aspas, e também com o operador booleano: *and*. Portanto, utilizamos os seguintes descritores: “pessoa idosa”; “assistência estudantil”; “instituto federal”; idos\* e idoso; envelhecimento; velhice; idosa; terceira Idade; velho/a. Além das palavras utilizadas, ampliamos a temática, e conseqüentemente a busca, inserindo a questão da inclusão, e continuamos a pesquisa nos bancos de dados de teses e dissertações, catálogos, repositórios institucionais, coleções de periódicos, bibliotecas eletrônicas e acervo de biblioteca particular.

Durante a revisão de literatura para construção do estado da arte, utilizamos o seguinte procedimento: leitura dos títulos dos trabalhos encontrados nas buscas das palavras utilizadas como descritores; a partir deste procedimento inicial, realizamos a leitura dos resumos, das introduções e das conclusões. Considerando o número reduzido de trabalhos com as palavras descritoras presentes nos seus títulos, buscamos realizar uma leitura dinâmica em alguns trabalhos, a fim de encontrar contextos que dialogassem com a nossa proposta de estudo.

Nestes trabalhos deveríamos encontrar, no título ou no resumo, as expressões: idoso/a, pessoa idosa, terceira idade, longevidade, velhice, envelhecimento, longevos, inclusão, assistência estudantil, instituto federal, dentre outras palavras relacionadas aos estudos no campo da gerontologia (área da ciência que estuda sobre o envelhecimento humano), desde que desenvolvidas nos institutos federais. Organizamos a descrição da construção do estado da arte por repositórios ou plataformas de acesso.

A pesquisa realizada com textos selecionados do *Google Acadêmico* está organizada no quadro 2- Seleção de Trabalhos Científicos, e identificamos três momentos de buscas, que estão sinalizadas na coluna plataforma como: *Google Acadêmico* (1), utilizando “inclusão” *and* “instituto federal” *and* “assistência estudantil”

*and* “pessoa idosa”, com recorte temporal dos anos de 2016-2021; *Google Acadêmico* (2), “pessoa idosa” *and* “assistência estudantil” *and* “instituto federal”, com o recorte temporal dos anos de 2016-2021 e *Google Acadêmico* (3), “assistência estudantil” *and* “instituto federal” *and* “inclusão” *and* “velhice”, com recorte temporal dos anos de 2018-2022. A organização dos resultados selecionados, após leitura dos títulos e dos contextos, considerou os anos, períodos e descritores (palavras-chave) utilizados para as buscas que foram realizadas no *Google acadêmico*. Em 2023, refizemos o percurso metodológico das buscas por meio dos descritores: “pessoa idosa” *and* “assistência estudantil” *and* “instituto federal”, sem o recorte temporal, e encontramos 48 trabalhos publicados; acrescentamos 01 (um) trabalho no quadro (03) e identificado como *Google Acadêmico* (4); os demais selecionados já foram mencionados nas buscas anteriores.

Na pesquisa na CAFe-Capes, utilizamos como palavras de busca: pessoa idosa *and* inclusão. Refinamos os dados considerando as publicações dos últimos 5 (cinco) anos, os trabalhos revisados por pares, o idioma em português, o periódico *physis* e Revista Brasileira de Políticas Públicas e trabalhos publicados em tópicos da educação. Após a leitura dos títulos, incluímos 02 (dois) trabalhos para leitura dos resumos. Na segunda busca utilizamos as palavras-chave: pessoa idosa *and* assistência estudantil, consideramos as publicações dos últimos 5 (cinco) anos e periódicos revisados por pares, e nenhum trabalho foi selecionado após leitura dos títulos. Os títulos dos trabalhos selecionados estão no Quadro 2. O resultado da seleção de trabalhos científicos está na coluna plataforma como: CAFe-CAPES. Em setembro de 2022, realizamos busca avançada no portal do periódico Capes (aberto ao público) e utilizamos as palavras-chave: pessoa idosa, assistência estudantil, inclusão, instituto federal, e não encontramos nenhum registro de trabalhos publicados.

A seguir, detalharemos cada fase da revisão bibliográfica para a construção do estado da arte.

Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (continua)

N.	TÍTULO	DESCRIPTORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
1	Mapeamento de competências digitais: a inclusão social dos idosos/Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	persona idosa and inclusão	"Mapeamento de competências digitais de idosos em cursos de inclusão digital. Estes buscam cada vez mais acompanhar a transformação tecnológica, o que permite uma investigação sobre as competências digitais dos idosos no uso destes recursos"	"A pesquisa se caracteriza como qualitativa e foi desenvolvida a partir de 3 etapas: 1) Construção do Referencial Teórico; 2) Curso de extensão; 3) Coleta e análise dos dados. Para a terceira etapa foram utilizados três instrumentos: questionários com perguntas abertas e fechadas e observação participante"	"Os resultados possibilitaram inferir que os idosos que participaram do curso estão abertos a novas aprendizagens e, principalmente, são extremamente motivados para continuar aprendendo sobre as tecnologias digitais em geral"	MACHADO, Leticia Rocha; GRANDE, Tássia Priscila Fagundes; BEHAR, Patricia Alejandra; LUNA, Fabiana Miranda Rocha de	2016	UFRGS/ARTIGO revisado por pares.	CAFe-CAPEs
2	Ações para inclusão de pessoas idosas no Instituto Federal de Brasília: políticas públicas para qualidade de vida/Instituto Federal de Brasília	"inclusão" and "instituto federal" and "assistência estudantil" and "pessoa idosa"	"Avaliar as ações de inclusão para o público da terceira idade desenvolvidas pelos Institutos Federais (IF) do Brasil, em especial pelo Instituto Federal de Brasília - IFB."	"A revisão das legislações federais que regulamentam a inclusão do idoso no sistema educacional e nos documentos regulamentam a inclusão do idoso no IFB; foram verificados registros de programas ou projetos ofertados pelos Institutos Federais voltados para inclusão do idoso em sua oferta educacional; por fim, foram analisadas as ofertas do IFB voltadas ao público da terceira idade, avaliando possíveis impactos para a instituição, estudantes atendidos, docentes e gestores". "(...)pesquisa de finalidade básica ou fundamental, de natureza observacional". (...) pesquisa de abordagem qualitativa"	"Percebeu-se com a realização da pesquisa envolvendo dirigentes, professores e estudantes do IFB onde são ofertados cursos voltados a idosos, que as embrionárias iniciativas de inserção desse público em suas salas vêm promovendo resultados profícuos e animadores. Apesar da descrença ainda reinante de que os citados cursos profissionalizantes e dealfabetização e letramento possam realmente mudar as atividades profissionais de um aluno idoso formado nessas instituições públicas". "Desse modo, o problema da pesquisa aqui apresentado foi identificar quais políticas públicas têm sido implementadas nos IF com a meta de incluir a população idosa em sua oferta de cursos e formações. É conspícua a preocupação do poder público para achar uma forma efetiva de atender a essa nova comunidade, que necessita de carinho e de atenção diferenciadas e que de forma lenta vem conquistando seu espaço na procura de saúde, qualidade de vida e, essencialmente, respeito aos seus direitos e a sua experiência acumulada por toda uma existência. Após a pesquisa que entrevistou estudantes, professores e gestores envolvidos com ações desenvolvidas em três Campus do Instituto Federal de Brasília – IFB, observou-se visível sucesso em relação ao interesse por parte dos idosos em estarem aprendendo e tendo acesso à educação, além dos aspectos positivos da sociabilidade com colegas de turma e com os professores e gestores."	CARVALHO, Valdinéia Maria Silva.	22019	Instituto Federal de Brasília, Brasil/ARTIGO	Google Acadêmico (1)



Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (continua)

N.	TÍTULO	DESCRITORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
3	Os direitos sociais da pessoa idosa com deficiência: um direito garantido e efetivado	"pessoa idosa" and "assistência estudantil" and "instituto federal	"Analisar e refletir sobre o envelhecimento das pessoas com deficiência e a garantia e efetivação dos direitos sociais destes sujeitos"	revisão bibliográfica	"Torna-se, portanto, um grande desafio para os/as Assistentes Sociais perante a população que envelhece, sobretudo, o idoso com deficiência congênita, na garantia dos direitos sociais da população usuária, no acesso do idoso a esses direitos assegurados visto que estão inseridos numa sociedade capitalista, desigual, apesar do predomínio do discurso de igualdade, mas que não são efetivados na sua totalidade"	SILVA, André Luís De Morais E.; SANTOS, Karine Moreno Pereira; CAMPELO, Maria Helena Góes	2017	Universidade Federal de Mato Grosso/ARTIGO	Google Acadêmico (1)
4	Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "velhice	"objetivo investigar, compreender e analisar as causas do processo de permanência e de não permanência dos sujeitos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Campus Várzea Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, na ótica dos sujeitos trabalhadores, tanto daqueles que permaneceram no curso quanto dos que se afastaram por algum motivo"	"Pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso, via análise de documentos, entrevista semiestruturada e grupo focal"	"Ainda foram destacados como desafios a serem superados: o aumento das verbas para Assistência Estudantil; o número reduzido de profissionais do Serviço Social no IFMT; a necessidade de prever o monitoramento e a avaliação das ações de assistência estudantil; o entendimento de que o Serviço Social realiza apenas repasse de bolsas e passar a compreender que o profissional deste setor tem como base ações com e nas múltiplas expressões da questão social – faz-se necessário ações intersetoriais e multidisciplinares; e que não se restringe ao segmento estudantil nem a abordagens individuais, pois inclui ações com as famílias, os docentes, os profissionais da educação, as instituições públicas e privadas e os profissionais da rede –; além de realizar diagnóstico dos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que possam refletir de forma direta/indireta na relação estudante família-escola; bem como intervir na perspectiva de emancipação dos sujeitos. Portanto, consideramos fundamental: a participação democrática dos sujeitos para a efetivação do Proeja; considerar a educação como direito; a necessidade de rever o tipo de escola e curso que está sendo ofertado no Proeja; a necessidade de reforço da Política de Assistência Estudantil, a fim de favorecer condições de permanência dos educandos; o compromisso institucional na efetivação da política do Proeja."	VISQUETTI, Carminha Aparecida et al.	2018	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO/ DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Google acadêmico (2)

Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (continua)

N.	TÍTULO	DESCRIPTORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
5	A experiência dos alunos idosos no PROEJA e PROEJA FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Nível Fundamental e Médio) do IFSP	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "velhice" nos anos de 2017-2021	"Objetivo de analisar os efeitos do PROEJA e PROEJA FIC do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no cotidiano dos alunos idosos, bem como as razões em voltar a estudar, suas expectativas e o modo de sociabilidade que se constitui nesse espaço institucional"	"Pesquisa empírica, de natureza qualitativa"	"Constata-se que esses alunos apresentam muitas expectativas ao finalizarem o curso, demonstrando que os projetos de vida foram renovados, em busca de concretizar desejos, sonhos que não foram possíveis na juventude. Diante disso, o PROEJA e PROEJA FIC como alternativa para o segmento idoso necessita haver o compromisso com a utilização de metodologias que respeitam suas características de alunos idosos, levando em consideração o modo de repassar os conteúdos curriculares, com modelos pedagógicos específicos, que incorporem os valores, a cognição, e as particularidades próprias dessa faixa etária"	SILVA, Cibele Sales da <i>et al.</i>	2018	PUC-SP Mestrado Gerontologia/ DISSERTAÇÃO DE MESTRADO em DE	Google Acadêmico (2)
6	Percurso do acesso ao PROEJA: um panorama do IFFluminense/ Instituto Federal Fluminense	persona idosa and inclusão	"Analisa a política de acesso dos estudantes ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Campos Guarus"	"Sistematização dos editais dos processos seletivos para os cursos do PROEJA"	"Foi verificado que houve mudanças e investimentos na perspectiva da inclusão. Entretanto, é necessário rever alguns elementos, que podem determinar que as ações investidas nesses processos seletivos sejam de fato consolidadas institucionalmente."	PESSANHA, Josemara Henrique da Silva; DO CARMO, Gerson Tavares	2020	IF FLUMINENSE/ ARTIGO	CAFe-CAPES

Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (continua)

N.	TÍTULO	DESCRIPTORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
7	O Programa de Assistência Estudantil Sob a Ótica Social e da Garantia de Direitos: Um Estudo Realizado no Instituto Federal do Amapá	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "velhice"	"Analisar o processo de implementação do programa de assistência estudantil do Instituto Federal do Amapá (IFAP) no Campus Macapá e suas contribuições para a permanência e a saída com êxito dos estudantes na educação profissional"	"Abordagem qualitativa realizando-se pesquisa documental"	"Os resultados revelaram que o perfil dos discentes usuários da assistência estudantil é caracterizado em sua maioria de mulheres; pardas, oriundas de famílias com baixo grau de escolaridade; composta por até 6 pessoas as quais sobrevivem com uma renda per capita familiar de até meio salário mínimo e excluídas de programas governamentais". "Outro dado constatado diz respeito sobre a sua contribuição para o a permanência dos estudantes na educação profissional, onde a pesquisa revelou que embora ocorra as ações com vista a garantir tal permanência e a saída exitosa, a referida política não consegue efetivar seus objetivos, tendo em vista que não ocorre um acompanhamento real dos usuários dos serviços, pois a inexistência um setor responsável no âmbito de Reitoria; a inexistência de uma regulamentação própria; a falta de mecanismos de avaliação e o escasso número de servidores para realizar os serviços, acaba resumindo as ações do PAE num processo de transferência de renda."	MOURA, Gilceli Chagas	2017	UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA/ DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	Google Acadêmico (2)
8	Programa de preparação para a aposentadoria: um estudo no Instituto Federal do Tocantins- Campus de Araguatins/ IFTO	"inclusão" and "instituto federal" and "assistência estudantil" and "pessoa idosa"	"Objetiva-se compreender, através de uma análise crítica acerca da implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA no Campus de Araguatins do IFTO, como se (des) articulam sujeito e trabalho em nossa sociedade"	"Pesquisa exploratória qualitativa, com a aplicação do método de estudo de caso. Foram entrevistados três grupos"	"Portanto, por ser uma necessidade inerente, o programa deve revitalizar-se, tendo como meta atual, uma diretoria completa e ciente das obrigações quanto à qualidade de vida dos servidores nas fases da aposentadoria. Por ter sido um Projeto Piloto no Campus de Araguatins, propô-lo aos demais Campi nos moldes de funcionamento atual é um devaneio, pois há muito que se caminhar para a estruturação do PPA no IFTO"	PONTES, Sandra do Prado Costa	2016	Instituto Federal do Tocantins-Campus de Araguatins/ IFTO	Google Acadêmico (1)

Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (continua)

N.	TÍTULO	DESCRIPTORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
9	Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil e a renda dignidade na Bolívia: similitudes e contradições na Proteção Social à velhice. / Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	"inclusão" and "instituto federal" and "assistência estudantil" and "pessoa idosa"	"Analisar dois programas assistenciais voltados para idosos na América Latina. O primeiro trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC) implantado no Brasil e o segundo é o Renda Dignidade implantado na Bolívia"	"Pesquisa bibliográfica e documental realizada no Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)"	"Os dados analisados apontam que a população idosa passou a ter acesso a uma renda que antes não existia, o que é algo considerado positivo, mas bem distante de uma proteção social universal ampliada."	FIGUEIREDO, Joacely Carneiro <i>et al.</i>	2016	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Google Acadêmico (1)
10	Política de assistência estudantil do Ifes: ações Inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "velhice"	"Analisar como a assistência estudantil contribui para o acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com vistas a potencializar suas ações de inclusão"	"Utilizamos como técnica/instrumentos de produção de dados a análise documental e bibliográfica, entrevista e questionários. Os dados produzidos foram analisados mediante a técnica de análise de conteúdo."	"Apontamos na pesquisa as inúmeras dificuldades da implementação das ações da Política, entretanto, defendemos, apesar de toda adversidade, tratar-se de uma das ações que contribui para o acesso, permanência e êxito dos discentes, sobretudo os oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade capixaba."	Oliveira, Alessandro Zardini de	2022	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) Campus Vitória	Google Acadêmico(3)

Quadro 2 - Seleção de trabalhos científicos (conclusão)

N.	TÍTULO	DESCRIPTORES	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO /NATUREZA	PLATAFORMA
11	Resultado parcial da pesquisa bibliográfica com as palavras-chaves: inclusão, pessoa idosa, assistência estudantil, instituto federal.	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "pessoa idosa"	"Socializar o resultado parcial do processo de levantamento bibliográfico, que é realizado durante a construção da proposta do projeto de pesquisa, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) Campus Olinda	"Pesquisa bibliográfica, realizada na base de dados do Google Acadêmico (GA); da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD); da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)." "No primeiro semestre do ano de 2021."	"O resultado das buscas nas bases de dados Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) e da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), revelou que a expressão assistência estudantil, não foi mencionada em nenhum dos 11 (onze) trabalhos que realizamos leitura dos títulos e dos resumos."	DOS SANTOS, SANDRA MARIA; RODRIGUE S, KLEBER FERNANDO	2022	IFPE	Google Acadêmico (3)
12	A percepção de alunos com deficiência sobre a gestão para a inclusão: o caso do IFPB-Campus João Pessoa	"assistência estudantil" and "instituto federal" and "inclusão" and "pessoa idosa"	"Compreender, à luz das dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal) propostas por Sasaki (2009), como os alunos com deficiência do IFPB - Campus João Pessoa percebem as ações para a inclusão que têm sido promovidas pelo Instituto".	"A pesquisa se caracteriza como descritiva, do tipo estudo de caso, assumindo um caráter qualitativo. Fez uso do grupo focal enquanto instrumento de coleta de dados e de análise de conteúdo, de base categorial, enquanto técnica de análise"	"Alunos com deficiência do IFPB – campus João Pessoa, percebem as ações para a inclusão feitas pelo Instituto como tendo muitas inconformidades, precisando, desse modo, de mudanças em quase todos os aspectos."	RIBEIRO JÚNIOR, Giorgione Mendes	2017	IPBF	Google Acadêmico (4)

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base na pesquisa bibliográfica nas plataformas: google acadêmico

Organizamos os trabalhos selecionados para elaboração do estado da arte a partir de quatro aspectos, encontrados nos textos, com relação à temática da pessoa idosa. O primeiro aspecto desta contribuição para a nossa pesquisa de mestrado se refere à Política de Assistência Estudantil; o segundo aspecto se refere ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Proeja); o terceiro se refere às Ações de Inclusão da Pessoa Idosa nos Institutos Federais (IFs); e o quarto e último aspecto se refere ao Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA).

Sobre o primeiro aspecto, encontrado no estudo de Moura (2017), que trata o tema da assistência estudantil sobre a perspectiva da inclusão, identificamos no corpo do texto as palavras: velhice, idoso, pessoa idosa e idosa. O resultado revelou a importância desta política de assistência estudantil na vida dos estudantes e de suas famílias, segundo o depoimento abaixo:

Para mim, receber o recurso da assistência estudantil foi algo muito bom pois me ajudou muito na minha permanência no IFAP, uma vez que, não tenho emprego e dependo do meu esposo, minha mãe é **idosa**, doente e aposentada, mas o seu consumo hospitalar é maior que a necessidade. Então pra mim, foi algo muito auxiliador nos meus momentos de estudos, pois não me sinto culpada ao utilizar esse recurso, como eu me sentiria se usasse o do meu esposo ou de minha mãe, uma vez que conseguir emprego em apenas um turno é algo muito difícil e nos dois turnos implicaria na minha frequência escolar. (Aluna bolsista) (Moura, 2017, p. 51, grifo nosso).

Moura (2017, p. 28), embora não compreenda assistência estudantil como assistência social, cita na sua argumentação a legislação que fundamenta o conceito de assistência social, com base na Constituição brasileira de 1988:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à **velhice**; [...] V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao **idoso** que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988, grifo nosso).

Ao que nos parece, o público da política de assistência estudantil não está destoando do público da política de assistência social, visto o objetivo de atendimento, segundo o decreto 7.234, de 19/07/2010, “Art. 2º. São objetivos do PNAES: [...] IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010).

Um segundo destaque que fazemos do estudo de Moura (2017, p. 29) refere-se ao entendimento da assistência estudantil como:

[...] uma política social que perpassa tanto pela política de educação, quanto no campo da assistência social e transitando ainda em todas as áreas dos direitos humanos, abrangendo ações que compreendem desde as questões de saúde, como também questões pedagógicas, de acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

E ainda acrescenta:

A assistência Estudantil é considerada como um mecanismo de direito social, tendo como desígnio fornecer os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação das barreiras que impedem o bom desempenho escolar, permitindo que o discente se desenvolva bem durante o curso e que obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (Moura, 2017, p. 29).

Quanto ao embasamento da assistência estudantil na educação, Moura(2017, p .29) traz como alicerce a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, o “Artigo 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]”.

O segundo aspecto, ou seja, sobre o tema do Proeja em diálogo com a temática da pessoa idosa, está no trabalho de Pessanha e Carmo (2020, p. 01). Neste estudo se identificou que “houve mudanças e investimentos na perspectiva da inclusão” nos processos seletivos de ingresso no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Proeja tem por desafio atender a um público diverso e heterogêneo, entre eles o público idoso, segundo Pessanha e Carmo (2020, p. 03, grifo nosso): São homens e mulheres, trabalhadores e desempregados, jovens, adultos e **idosos**, estudantes com trajetórias escolares descontínuas, sujeitos com experiências de fracasso escolar ou que buscam resgatar o “tempo perdido”, estudantes que foram privados de direitos sociais, indivíduos que almejam novas oportunidades na vida. Para Lima Filho (2010, p. 115 apud Maron, 2009), esse público plural necessita “[...] ser acolhido pela escola e integrados como sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem e não simplesmente como objetos de uma ação educativo-formativa”. Evitando, inclusive, novos processos de exclusões.

Os autores identificaram que no processo de mudanças e investimentos no ano de 2012, a Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Emancipatórias e Inclusão

Social (DDPEIS) foi criada no âmbito da reitoria do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense). O objetivo desta criação foi...

[...] de promover, dentre outras atividades, diálogos e ações com vistas à democratização do acesso da classe trabalhadora à profissionalização e construção de mecanismos que promovam a oferta e percurso de formação para o trabalhador (Pessanha; Carmo, 2020, p. 01).

Segundo Moll (2010), a formação da classe trabalhadora, por meio do Proeja, requer ação, saber e vontade:

[...] a complexidade desses desafios requer a combinação da ação, do saber e da vontade de professores(s) e gestores(as), como sujeitos de uma história cotidiana, para construir a afirmação do PROEJA, como pedagogia e como política (Moll, 2010, p. 136 *apud* Pessanha e Carmo, 2020. P.03).

Deste modo, o estudo de Arruda refere que o modelo Proeja deve considerar no currículo e nas práticas pedagógicas a experiência dos estudantes:

[...] deve considerar a realidade do estudante e a proposição de um modelo pedagógico próprio, de acordo com o que está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Traz também consigo novos desafios principalmente do ponto de vista da necessidade de formação do educador, do pensar em práticas pedagógicas e de um currículo que leve em consideração as experiências e a realidade do aluno (Arruda, 2012, p. 41 *apud* Pessanha; Carmo, 2020. p.17).

Observamos, então, um conjunto de complexidades e contribuições que também envolvem estudantes do Proeja, como a preocupação com o acesso democratizado, como o acolhimento às experiências dos estudantes que frequentam o Proeja, e a formação docente. Na experiência do IFFluminense, o resultado do estudo revela a preocupação em selecionar os grupos com mais vulnerabilidades, considerando, além dos aspectos escolares, os aspectos familiares, de renda e sociais.

Em outras pesquisas gerais, encontramos as experiências na educação de jovens, adultos e idosos (Ejai), entretanto, a não abordagem neste momento é um limite deste texto analisado, ou seja, não abordar sobre a importância da inclusão do (I) de idoso na nomenclatura do programa. Em síntese, em nosso país, segundo a Resolução nº 01/2021, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), se prevê “à oferta com ênfase na educação e aprendizagem ao longo da vida” (Ministério da Educação, 2021). Ou seja, uma educação para todas as faixas etárias, de jovens, de adultos e de pessoas idosas. Logo, deveria acrescentar a “i”, sempre? Destacamos aqui que ao referirmos sobre a resolução citada acima, não



estamos concordando com a novas Bases Curriculares do Ensino Médio do Brasil instituída na anterior gestão do governo federal.

O trabalho sobre as “Contribuições da Política de Assistência Estudantil na Permanência/Não permanência dos Educandos do Proeja do IFMT *Campus Várzea Grande*” identificou a presença de pessoas idosas no curso Proeja. A partir dos resultados, pode-se concluir que alguns elementos do cotidiano escolar são fundamentais no processo de aprendizagem e de permanência escolar:

[...] aspectos que contribuem para a permanência dos educandos trabalhadores: **as atividades práticas, viagens e visitas técnicas**, por serem marcadas pelo aprendizado e pelo estreitamento do laço afetivo entre eles; a necessidade do **professor considerar as especificidades, o nível e ritmo da aprendizagem** dos estudantes trabalhadores da EJA, bem como **as experiências de vida, rotinas diárias e conhecimentos prévios dos educandos**; perceber o adulto trabalhador como sujeito de conhecimento e aprendizagem; uso de metodologias de ensino correspondentes aos seus anseios e expectativas; o sucesso escolar, que produz autoestima e grande segurança; **e finalmente, o fortalecimento da política de assistência estudantil nos IFs, a qual contribui para viabilizar as condições de acesso e permanência na educação pública federal**, por meio dos repasses de **auxílios financeiros**, a **acolhida** dos sujeitos, o **acompanhamento de sua trajetória escolar**, entre outros aspectos. Ainda foram destacados como desafios a serem superados: a redução das verbas para Assistência Estudantil; o número reduzido de profissionais do Serviço Social no IFMT; a necessidade de prever o monitoramento e a avaliação das ações de assistência estudantil; a percepção do senso comum de que o Serviço Social realiza trabalho assistencial relativo ao pagamento de bolsas (Visquetti, 2018, p.10, grifo nosso).

Os aspectos destacados acima, como repasses de auxílios financeiros, acolhimento, acompanhamento da trajetória, contribuem para reafirmarmos que a direção desta pesquisa pode estar no caminho certo.

O resultado obtido na pesquisa de Moura (2017, n.p., grifo nosso) revela que:

[...] o perfil dos discentes usuários da assistência estudantil é caracterizado em sua maioria de mulheres; pardas, oriundas de famílias com baixo grau de escolaridade; composta por até 6 pessoas as quais sobrevivem com uma renda per capita familiar de até meio salário mínimo e excluídas de programas governamentais. Outro dado constatado diz respeito sobre a sua contribuição para a permanência dos estudantes na educação profissional, onde a pesquisa revelou que embora ocorra as ações com vista a garantir tal permanência e a saída exitosa, a referida política não consegue efetivar seus objetivos, **tendo em vista que não ocorre um acompanhamento real dos usuários dos serviços**, pois a inexistência um setor responsável no âmbito de Reitoria; a inexistência de uma regulamentação própria; a falta de mecanismos de avaliação e o escasso número de servidores para

realizar os serviços, **acaba resumindo as ações do PAE num processo de transferência de renda.**

A partir desta constatação acima, reforçamos a importância no acompanhamento de pessoas idosas estudantes do IFPE, pela equipe multiprofissional e multidisciplinar.

Carvalho (2019, p. 68, grifo nosso) refere no seu estudo que:

Além da necessidade de adaptação nos currículos e nas metodologias adotada, **faz-se necessário um olhar sensível para a adaptação da estrutura física e das condições de acesso dos Institutos Federais (IF) do Brasil para a inclusão de estudantes da terceira idade.** Notou-se que ainda não há uma política clara e robusta de inclusão de alunos de terceira idade nestes institutos. Somente alguns IF têm turmas de cursos profissionalizantes no país, que possuem alguma adaptação para esses estudantes. (...) **será necessário pensar em cursos de capacitação, conscientização e sensibilização dos dirigentes, do corpo docente e dos colaboradores para o sucesso da educação para idosos.**

O estudo de Carvalho (2019) contribui para reafirmar os aspectos e dimensões da inclusão trazidos neste projeto de pesquisa.

Os estudos de Silva (2018) também trazem elementos para contribuir com nossa pesquisa. A autora analisou os efeitos do Proeja e Proeja FIC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no cotidiano dos alunos idosos, bem como as razões em voltar a estudar, suas expectativas e o modo de sociabilidade que se constitui nesse espaço institucional. As modalidades do Proeja analisadas foram de nível fundamental e médio.

Na conclusão do estudo, Silva (2018, p. 95, grifo nosso) constatou que:

A educação é uma potente ferramenta para o envelhecimento participativo em que o idoso possa exercer sua autonomia e cidadania e adquirir novos aprendizados. Entretanto, pode-se constatar que a **educação para formação técnica e superior ainda não é considerada como uma alternativa sólida na legislação vigente que contempla o segmento idoso.**

A autora constata, neste grupo estudado, que existe uma “quebra da velhice estigmatizada”, ou seja, da velhice “como um período de perdas devido ao declínio biológico, de inatividade e falta de realizações”. Durante a vivência nos cursos, os alunos demonstraram independência e autonomia no sentido da busca por uma melhoria na condição de vida na velhice. A contribuição positiva da educação possibilitou “aumento da autoestima, melhora nas condições de saúde e psicológica, ampliação nas relações interpessoais, promovendo maior expectativa de vida, autonomia e emancipação” (Silva, 2018, p. 95 e 96). O estudo ainda refere que:

O retorno aos meios educacionais vem aumentando seus espaços de convívio social, gerando o desejo de obter mais conhecimento, pois a maioria desses sujeitos, desejam iniciar o ensino superior, assim potencializando a forma de relaciona-se com o mundo e fazer parte ativamente dele (Silva, 2018, p. 96).

A autora faz um alerta às instituições de educação em relação ao público idoso quanto ao uso de metodologias:

Constata-se que esses alunos apresentam muitas expectativas ao finalizarem o curso, demonstrando que os projetos de vida foram renovados, em busca de concretizar desejos, sonhos que não foram possíveis na juventude. Diante disso, o PROEJA e PROEJA FIC como alternativa para o segmento idoso necessita haver o **compromisso com a utilização de metodologias que respeitam suas características de alunos idosos**, levando em consideração o modo de repassar os conteúdos curriculares, com modelos pedagógicos específicos, que incorporem os valores, a cognição, e as particularidades próprias dessa faixa etária (Silva, 2018, p. 96, grifo nosso). Concordamos que se faz necessário respeito às características, aos modelos pedagógicos específicos, aos valores, à cognição e às particularidades dessa faixa etária, assim como nos alerta Silva (2018), entretanto mais uma vez afirmamos que o envelhecer não é homogêneo, logo há de se atentar para diversidades deste público. E um atendimento que homogeneizado esse público pode deixar de atender à particularidade que está contida na diversidade do modo de envelhecer. A nosso ver, são aspectos que também devem permear outros espaços educativos frequentados pela população idosa, além dos cursos PROEJA, por exemplo, os cursos profissionais na modalidade subsequente e superior ofertados pelos institutos federais.

A partir da atualização da busca no *Google Acadêmico*, em setembro do ano de 2022, encontramos uma dissertação de mestrado do Instituto Federal do Espírito Santo, que tem por título: Política de Assistência Estudantil do IFES: Ações Inclusivas para Acesso, Permanência e Êxito dos(as) Estudantes do Proeja, da autoria de Alessandro Zardini de Oliveira, no ano de 2022. Este trabalho tem similaridade com nossa proposta, visto que dialoga com a assistência estudantil para o público do Proeja, e este público é composto por jovens, adultos e pessoas idosas. O resultado apontou as dificuldades do público Proeja, tendo em vista o perfil de vulnerabilidade social e econômica, as dificuldades das políticas públicas sociais diante do sucateamento de recursos financeiros nos últimos quatro anos e depois do golpe que

impediu ampliar os investimentos públicos, tendo em vista o congelamento dos gastos, e apontou desafios e caminhos para melhor atender este público. Exemplos de ações que podem favorecer este público: o aumento de recursos financeiros para a política de assistência estudantil, ampliação no horário de funcionamento do setor de assistência estudantil para o período noturno, melhorar a forma de publicização dos editais, facilitando a compreensão, simplificar a burocracia, desenvolver ações mais específicas para o público do Proeja, ações de fortalecimento das atividades interdisciplinares dos profissionais, dentre outras (p. 154-156).

O resultado parcial da pesquisa de Dos Santos e Rodrigues (2022), em bases de dados como Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) e da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), revelou que existia uma lacuna no diálogo sobre a assistência estudantil para pessoas idosas que estudam nos institutos federais nos cursos médios de modalidade subsequente e superior. Essa lacuna minimizou a partir do estudo de Oliveira (2022, p. 122), visto que entre as pessoas participantes da pesquisa 10,4% corresponderam ao público com idade igual ou superior a 50 anos de idade, totalizando 15 pessoas. Considerando o estudo de Oliveira (2022), perguntamos: O que ainda é preciso dizer sobre a assistência estudantil para o público das pessoas idosas que não estão nos cursos do Proeja?

O estudo de Carvalho (2019, p. 1) objetivou “avaliar as ações de inclusão para o público da terceira idade desenvolvidas pelos Institutos Federais (IF) do Brasil, em especial pelo Instituto Federal de Brasília – IFB”, este é o terceiro aspecto da contribuição dos Institutos Federais com a temática da pessoa idosa.

Descobriu-se que entre 2012 e 2019 foram identificados 26 (vinte e seis) *Campus* dos Institutos Federais “localizados em quase todas as regiões do Brasil” com registros de ações para o público idoso (Carvalho 2019, p. 62). Sendo, em sua maioria, ações com cursos de inclusão digital, matemática e alfabetização para terceira idade.

Observou-se no estudo de Carvalho (2019) a necessidade de uma política institucional, além das resoluções já encontradas que respaldam as ações inclusivas para pessoas idosas. As pessoas idosas, professores e gestores se sentiram satisfeitos em relação aos cursos ofertados, mesmo quem não percebeu viabilidade para o mercado de trabalho, em virtude da idade avançada. Porém, verifica-se que os cursos de informática facilitaram a marcação de consultas on-line, realizar compras e

fazer pagamentos, por exemplo. Agravos de saúde como depressão também foram atenuados, segundo relato dos resultados.

Quanto à prática pedagógica, observou-se a necessidade de adaptação nos currículos e nas metodologias adotadas, e a “adaptação da estrutura física e das condições de acesso dos Institutos Federais (IFs) do Brasil para a inclusão de estudantes da terceira idade” foi a conclusão que o estudo constatou no período analisado de 2012 a 2019 (Carvalho, 2019, p. 67-68).

Por último, a quarta dimensão encontrada nos textos pesquisados corresponde ao direito de participar nos programas de preparação para a aposentadoria, também descrito como direito no Estatuto da Pessoa Idosa (EPI) de 2003.

Pontes (2016) discutiu em seu estudo sobre a implementação do Programa de Preparação para a Aposentadoria no IFTO *Campus* de Araguatins – Tocantins, elementos referentes à centralidade do trabalho na vida dos servidores públicos e essa foi a base de discussão no estudo. Portanto, a autora compreende a importância de:

Nos últimos anos, o Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor (DESAP) da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) vem buscando implantar uma das normatizações estabelecidas na Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS): a adoção de Programas de Preparação para Aposentadoria pelos órgãos vinculados ao Executivo (Pontes, 2016, p. 56).

Neste sentido, os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) poderão contribuir continuamente para que servidores/as recebam estímulos para pensar novas habilidades após a aposentadoria, e seja possível ressignificar este momento associado como perda vinculada à velhice. Atualmente, o PPA é previsto na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) (Pontes, 2016).

A autora percebe que a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Decreto nº 7.602, de 7/11/2011) poderia ser também um caminho de diálogo sobre as questões de saúde e aposentadoria dos servidores públicos (Pontes, 2016).

Os cuidados com a qualidade de vida, capacidade de higienização, melhora no raciocínio (intelectualização) e ações vinculadas ao sentimento de utilidade podem contribuir para esta etapa da vida dos pós aposentadoria. É um desafio aos servidores

se ausentar do rito diário das “roupas preparadas na véspera, a agenda, a despedida da família, as recomendações. Abruptamente tudo deixa de existir! A aposentadoria pode ser um pesadelo real” (Pontes, 2016, p. 45).

Não é sem razão que a categoria dos aposentados é denominada nos registros formais de ‘inativa’. Sentido oposto à mobilidade ou movimento, essência da própria vida. O recado transmitido equivale a: ‘se você não mais trabalha, deixa de ter importância. Barreira que se ergue claramente: torna-se difícil participar das atividades ‘úteis’ (Zanelli; Silva, 1996, p. 27 *apud* Pontes, 2016, p. 46).

Girard (2011 *apud* Pontes, 2016, p. 57) nos diz que a criação do termo desaposentadoria objetivou “fazer com que voltem a ser os executivos ou profissionais que sempre foram e isto não significa voltar ao trabalho”. Este termo utilizado como um neologismo, segundo Girard, reinventa o tema da aposentadoria e deste momento de transição do antes, durante e depois da aposentadoria (Pontes, 2016, p. 58).

O estudo de Pontes (2016) apontou alguns limites para a efetivação do PPA como, por exemplo, a necessidade de ser reestruturado, de angariar recursos financeiros para suas ações, estabelecer parcerias externas e internas, e adotar metodologias que envolvam os pré-aposentados.

Ainda dando continuidade à construção do estado da arte, desta vez com buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em 19/09/2021, na primeira pesquisa, nenhum registro foi encontrado de estudos como teses e dissertações, com os descritores: “pessoa idosa”; “assistência estudantil”; “instituto federal”. Para confirmar o resultado da pesquisa, em setembro de 2022 refizemos as buscas utilizando os mesmos descritores e mais uma vez não encontramos registros.

Na segunda pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores: “pessoa idosa”; “inclusão”; “instituto federal”, encontramos dez (10) estudos de teses e/ou dissertações. Destes 10 (dez) trabalhos, 05 (cinco) abordavam a temática da pessoa idosa. Ao analisarmos os títulos desses trabalhos, não identificamos que abordavam sobre a inclusão de pessoas idosas no âmbito dos institutos federais. A busca foi ampliada com as palavras: assistência estudantil, inclusão e pessoa idosa, mas nenhum registro foi encontrado, como também não encontramos registros das palavras-chave assistência estudantil, educação profissional e pessoa idosa. Em setembro de 2022, atualizamos a busca e encontramos 14 (catorze) trabalhos a partir dos descritores: “pessoa idosa”;

“inclusão”; “instituto federal”, e destes selecionamos 07 (sete) trabalhos com a palavra idoso/a ou pessoa(s) idoso (a) s no título. Organizamos a busca no Quadro 3 – Perfil dos trabalhos encontrados nas bases de dados – BDBTD. Em uma terceira pesquisa à BDTD, utilizamos os descritores:” pessoas idosas” *and* “assistência estudantil”, e nenhum registro foi encontrado como resultado, seja no ano de 2021, seja no ano de 2022.

Quadro 3 - Perfil dos trabalhos encontrados nas bases de dados – BDBTD (continua)

N.	Título/Instituição	Autores	Ano	Resultado	Palavras-chave
1	Associação do tempo de comportamento sedentário com a saúde cardiovascular ideal em pessoas idosas/UFTM	FERRAZ, Natália Lujan	2019	“Diante dos resultados apresentados são necessárias intervenções direcionadas para o favorecimento da SCV ideal e redução do tempo exposto ao comportamento sedentário, considerando os fatores que influenciam essa relação.”	peessoa idosa <i>and</i> inclusão <i>and</i> instituto federal
2	A hipótese de reparação civil por abandono afetivo do idosos que decorre da infração ao dever de cuidado/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FARACO, Luciene Lovato.	2018	“Por fim, é explorado o instituto da responsabilidade civil, através do estudo de cada um dos seus requisitos, para conclusão quanto ao cabimento do dever de reparação pela constatação da ocorrência do ato ilícito de infração ao dever de cuidado que implica abandono afetivo em razão do dano que dele resulta e da extensão deste, isto valorado no caso concreto.”	peessoa idosa <i>and</i> inclusão <i>and</i> instituto federal
3	Envelhecimento ativo entre idosos residentes na microrregião de saúde de Uberaba, Minas Gerais /UFTM	OLIVEIRA, Nayara Gomes Nunes	2020	“Conclui-se que o modelo de envelhecimento ativo ajustou-se adequadamente entre os idosos deste estudo, podendo variar entre contextos, culturas e gênero. Ademais, quanto mais se envelhece ativamente, melhor a autoavaliação da QV”	peessoa idosa <i>and</i> inclusão <i>and</i> instituto federal

Quadro 3 - Perfil dos trabalhos encontrados nas bases de dados – BDBTD (conclusão)

N.	Título/Instituição	Autores	Ano	Resultado	Palavras-chave
4	Turismo da terceira idade: lazer na natureza, em Sergipe Dissertação, UFS	FELIX, Janini de Oliveira	2018.	“Os estudos realizados mostram a carência de maiores investimentos no setor turístico que atende a este nicho; mostram o desalinhamento entre o processo de planejamento e gestão pública com a estrutura turística disponibilizada, ainda que já exista divulgação governamental, incluindo regiões sergipanas identificadas como turísticas, no cenário turístico nacional”	peessoa idosa and inclusão and instituto federal
5	Idosos e internet: mediações nos usos de serviços bancários digitais/ UFPA	SIMÕES, Camila de Andrade	2019	“Os resultados indicam pouco ou nenhum uso dos aplicativos bancários pela pessoa idosa investigada. Entre os que utilizam, a entrega e confiança é menos restrita. Entre os que não utilizam aplicativos para fins bancários, a insegurança, nos processos e em si, e a falta de conhecimentos sobre os meios digitais de maneira geral parecem impedi-los de seguir. Em maioria, a pessoa idosa prefere procedimentos em agências físicas”	peessoa idosa and inclusão and instituto federal
6	Entre acordos, cenas e amorosidades: a educação humanizadora em um Centro de Referência da Pessoa Idosa para a promoção do envelhecimento com qualidade de vida	COURA, Isamara Grazielle Martins	2021	“Os resultados apontam para uma melhoria na qualidade de vida dos idosos a partir da participação nas atividades analisadas. Os benefícios gerados referem-se à maior integração social e à maior valorização de si mesmos, além de melhorias na saúde, como, por exemplo, em relação à memória. Os achados ainda revelam a importância do trato afetivo e respeitoso por parte dos professores para que se chegue a resultados positivos nos processos educativos. Em relação à formação dos professores, verificou-se que se formaram durante o fazer pedagógico com os idosos. Além disso, a pesquisa revelou a importância da realização dessas atividades para minimizar os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 na qualidade de vida dos sujeitos participantes da pesquisa.	peessoa idosa and inclusão and instituto federal
7	"Mas eles tinha que pôr tudo aí, ó! Isso tá errado, uai!... Seis... Eu vou mandar uma carta prá lá, que ele não tá falando direito, não!"; mulheres em processo de envelhecimento, alfabetizadas na EJA, apropriando-se de práticas de numeramento escolares	PÔSSAS GROSSI, Flávia Cristina Duarte	2021	“Assim, vemos que os processos de apropriação de práticas de numeramento escolares, protagonizados por essas mulheres, apresentam-se configurados não apenas em relações geracionais, mas também de gênero, raciais, econômicas e institucionais, estabelecendo”, assim, possibilidades e interdições que demandam lutas e transgressões, confrontam referências e discursos, assim como marcam os modos de significar a cultura letrada.	peessoa idosa and inclusão and instituto federal

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) - (2021, 2022)



O quadro acima revela temas pertinentes aos trabalhos realizados com pessoas idosas, entretanto, não encontramos os Institutos Federais como campo de pesquisa e nem a abordagem da temática da assistência estudantil para essa população. Por esse motivo, não selecionamos esses textos para compor nosso estado da arte, mas realizamos dois destaques.

O estudo de Coura (2021, p.8) sobre a educação humanizadora concluiu que:

Os resultados apontam para uma melhoria na qualidade de vida dos idosos a partir da participação nas atividades analisadas. Os benefícios gerados referem-se à maior integração social e à maior valorização de si mesmos, além de melhorias na saúde, como, por exemplo, em relação à memória. Os achados ainda revelam a importância do trato afetivo e respeitoso por parte dos professores para que se chegue a resultados positivos nos processos educativos. Em relação à formação dos professores, verificou-se que se formaram durante o fazer pedagógico com os idosos

E o estudo de Grossi (2021, p.12), realizado no âmbito da EJA, que trata sobre as mulheres no processo de envelhecimento concluiu que:

[...] processos de apropriação de práticas de numeramento escolares, protagonizados por essas mulheres, apresentam-se configurados não apenas em relações geracionais, mas também de gênero, raciais, econômicas e institucionais, estabelecendo, assim, possibilidades e interdições que demandam lutas e transgressões, confrontam referências e discursos, assim como marcam os modos de significar a cultura letrada.

Com o objetivo de refinar os dados e nos aproximarmos da literatura da área da gerontologia e educação, em um outro momento do mês de outubro de 2021, realizamos pesquisas bibliográficas na Revista Longeviver, utilizando o descritor: educação. Após a leitura dos 21 títulos, selecionamos 12 (doze) desses trabalhos para compor o quadro de revisão da literatura, por apresentarem a palavra educação, ou ainda, por estarem relacionados ao tema da pessoa idosa e inclusão. Em setembro de 2022, realizamos uma atualização da busca, e acrescentamos um estudo no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Seleção – Revista Longeviver 2021 e 2022

Número	Dados
1	Título: Vera Brandão: Intenso e Extenso percurso na educação, memória e envelhecimento. Autor: Guilherme Salgado Rocha, Revista Longeviver, n.26(2012). Ano III-Vez, Lugar e Voz-Espaços de cidadania
2	Título: Envelhecimento e os Programas de Educação Permanente no Brasil. Autora: Simone Padilha. Revista Longeviver, n.45, Ano V- jun/jul/ago (2015).
3	Título: Educação Continuada e a formação do Profissional Reflexivo. Autoras: Beltrina Corte, Vera Brandão, n.37; Ano IV.
4	Título: Educação Tecnológica para a Terceira Idade: relato de experiência. Autora: Iracema Murada Pessoa, et al. n.09, Ano III, jan/fev/mar (2021) Comentário: O texto se refere à inclusão digital de pessoas idosas na cidade de bacabal, Maranhão, Brasil. Site: <a href="https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/viewFile/874/934">https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/viewFile/874/934</a>
5	Título: Educação Continuada Permanente e Pesquisa em Gerontologia Social. Autoras: Beltrina Corte, Vera Brandão. Ano.8, Ano II, Out/Nov/Dez (2020). Edições Temáticas
6	Título: Proposta de Educação Continuada: as áreas de conhecimento e interesse dos idosos. Autoras: Juliana de Aquino da Fonseca Doronin, Rafaela Silva Santos, Giovanna de Aquino Fonseca Araújo. Ano I, n.2, abr/maio/jun (2019).
7	Título: Vivências singulares na velhice: mídia e educação. Autoras: Nádia Dumara Ruiz Silveira, Beltrina Côte. N.7 (2011), Ano I
8	Título: II Congresso Nacional de Educação Inclusiva. Autora: Beltrina Côte, n.01 (2010): Ano I.
9	Título: O melhor cérebro da sua vida. Segredos e talentos da maturidade. Autora: Vera Brandão. N.16 (2011): Ano II- Arte e Criatividade- Caminhos para longevidade
10	Título: O envelhecimento na sala de aula: A importância de atividades educativas intergeracionais na educação básica. Autora: Teresa Bezerra de Sena. N.15 (2011): Ano II-Meandro e labirintos do longeviver.
11	Título: Idoso e Educação Sexual: A sexualidade na sala de aula. Autor: Arnaldo Risman. N. 14 (2011): Ano II- Nas memórias, o cuidado do sentido da vida.
12	Título: O Direito da Pessoa Idosa à Educação Formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. Autores: Patrícia Mattos A. Rodrigues; Simone Caldas Tavares Mafra. N.15, Ano IV- jul/ago/set (2022).

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base na Revista Longeviver

Especificamente no campo da educação profissional e tecnológica, realizamos pesquisa na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Através do site:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/search>, a busca foi realizada em novembro de 2021 e em setembro de 2022. A seguir, no Quadro 5, elencamos os trabalhos encontrados.

Quadro 5 – Seleção - Revista IFRN 2017-2021 (continua)

Número	Dados	Palavras-chave
1	Título: ATIVA IDADE. Autores/as: Cristiane de Brito Cruz; Katiana Cristina da Silva Macedo; Michelle Paula Medeiros; Greyce Kelly da Silva Lucas. V.1, N.14 (2018)	<b>idos* e idoso; Envelhecimento</b>
2	Título: Análise do Resultados de um Estudo de Demanda para Proposição de uma Especialização Técnica em Saúde do Idoso. Autores/as: CAMPOS, I. C. M.; SCHIAVON, I. C. A.; SANTOS, V. R. P.; DO NASCIMENTO, L.; RODRIGUES, S. V. v. 1, n. 20, p. e10874, (2021).	<b>idos* e idoso; Envelhecimento</b>
	Não encontramos trabalhos	<b>Velhice</b>
	Encontramos os mesmos trabalhos da palavra idoso	<b>Envelhecimento</b>
	Não encontramos trabalhos	<b>Idosa</b>
3	Tema: Juventudes, Educação e Projetos de Futuro: estudo sobre estudantes cotistas na EPTNM da RFEPT. Autores: José Geraldo Pedrosa, Aldo Geraldo Simões. V.2, N.19 (2020).	<b>Velho</b>
	Tema: Estudo da Formação de Engenheiros Ingressantes na Carreira Docente nos Institutos Federais do Brasil. Autoras: Monike Yasmin Rodrigues do Vale; Augusto Barbosa Silva; Jussara Santos Pimenta. V.2, N.19 (2020).	<b>Velho</b>
5	Tema: Violência Simbólica na EPT-Um estudo de caso no Curso técnico de enfermagem no instituto Humboldt de Vitória/ES. Autores: Rafaela Gomes Bravo V.2, N.11 (2016).	<b>Velha</b>

Quadro 5 – Seleção - Revista IFRN 2017-2021 (conclusão)

Número	Dados	Palavras-chave
6	Tema: Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais de sexo e o mundo do trabalho.  Autores/as: BICALHO, T. E. F.; ALMEIDA, M. L. F.; GAUDÊNCIO, E. K.; GUIMARÃES, A. V, v. 2, n. 21, p. e12656, 2021.	Idoso e idosos*

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base nos dados da Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Os títulos elencados no quadro acima nos mostram que os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito da saúde, portanto, não identificamos nenhum título sobre assistência estudantil protagonizando a pessoa idosa nos institutos federais.

Em setembro de 2022, realizamos uma busca no repositório do IFPE de teses e dissertações com as palavras, idoso e pessoa idosa, e não encontramos nenhum registro. Realizamos uma outra busca, neste mesmo repositório, com a palavra, inclusão e encontramos a dissertação: Percepções de estudantes com deficiência sobre integração, acessibilidade e inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco–*Campus* Recife. A autoria é de: Juliane Marques Santiago de Abreu. O estudo está no endereço: <http://lattes.cnpq.br/3304735635887507> (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Olinda, IFPE). O trabalho publicado foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-Brasil, 2020-10-21.

A compreensão de inclusão nesta dissertação de Juliane Abreu tem por referência o conceito de Sasaki, e, neste caso, os estudantes pesquisados eram pessoas com deficiência:

[...] os diversos sistemas sociais precisam adequar-se, continuamente, a fim de permanecerem capazes de atender as particularidades de todos os seus membros. O sistema educacional, obviamente, não se exclui dessa ótica (Sasaki, 2005;2010 *apud* Abreu, 2020, p.15).

Nossa proposta de pesquisa busca dialogar com o conceito de inclusão de Sasaki, considerando, como afirmamos no início desse texto, as dimensões de acessibilidade dialogadas por ele e pela legislação brasileira. Nessas dimensões

encontramos os aspectos legislativos, de comunicação e de estigmas, por exemplo. Entretanto, não visualizamos em princípio que encontraríamos estudantes idosos com deficiência. A nossa intenção buscou dialogar com a inclusão da diversidade no âmbito escolar, a diversidade etária e de geração, e assim trazer a pessoa idosa como protagonista das ações de assistência estudantil, significando contribuir no atendimento de suas particularidades como estudantes do IFPE.

Quero falar de uma coisa  
Adivinha onde ela anda  
Deve estar dentro do peito  
Ou caminha pelo ar  
Pode estar aqui do lado  
Bem mais perto que pensamos  
A folha da juventude  
É o nome certo desse amor  
Já podaram seus momentos  
Desviaram seu destino  
Seu sorriso de menino  
Quantas vezes se escondeu  
**Mas renova-se a esperança**  
Nova aurora a cada dia  
E há que se cuidar do broto  
Pra que a vida nos dê flor e fruto  
**Coração de estudante**  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
**Tomar conta da amizade**  
**Alegria e muito sonho**  
Espalhados no caminho  
Verdes planta e sentimento  
Folhas, coração, juventude [velhice] e fé (Nascimento; Tiso, 1983,  
grifos nossos)

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 TIPO DE PESQUISA

Neste estudo, escolhemos uma abordagem exploratória descritiva, utilizando o verbo compreender. Segundo Minayo (2014, p. 180), o pressuposto numa pesquisa que é conduzida pela compreensão: “(...) se refere à elaboração de parâmetros básicos que permitem encaminhar a investigação empírica qualitativa”. Portanto, partimos do pressuposto de que as pessoas idosas procuram a educação profissional e tecnológica para realizar o sonho de acesso a uma educação básica de qualidade que oportunize melhores condições de vida e trabalho. Esse pressuposto foi confirmado e nos resultados encontraremos os relatos dos estudantes sobre essa dimensão.

Assim, elaboramos como **objetivo geral** compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais. E para responder ao objetivo geral, propomos como **objetivos específicos**: 1) identificar a população de pessoas idosas estudantes do *Campus Recife*, a fim de traçar um perfil identitário deste grupo caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do *Campus Recife* para pessoas idosas estudantes; 3) elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos utilizando as dimensões da acessibilidade.

É uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando o método de estudo de caso:

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2002, 54).

Podemos dizer que o estudo de caso tem diferentes propósitos:

Daí, então, a crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências, com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (Gil, 2002, 54).

A escolha metodológica se justifica por se propor a contribuir com práticas educativas inclusivas de pessoas idosas, mediante ações da política de assistência estudantil, e, portanto, descrever o seu contexto.

É fundamental especificar que uma pesquisa científica tem por base:

[...] uma rede de pressupostos ontológicos e da natureza humana que definem o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o rodeia. [...] os pressupostos do pesquisador em relação ao homem, a sociedade e o mundo em geral. [...] essa perspectiva orientará a escolha do método, metodologia e técnicas a utilizar em uma pesquisa (Richardson, 2011, p. 32).

Sobre a abordagem metodológica adotada, que é o Método qualitativo, segundo Gil: “Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (Gil, 2002, p. 133).

Flick (2004, p. 26) refere sobre a pesquisa qualitativa, e diz que: “A pesquisa qualitativa torna-se, assim, uma atitude específica baseada na abertura e na reflexividade do pesquisador; ou se une ainda mais a esta”.

Continua dizendo que “além de empregar textos como material empírico, a pesquisa qualitativa trata das construções da realidade suas próprias construções e, especialmente, das construções que encontra no campo ou nas pessoas que estuda” (Flick, 2004, p. 27).

A proposta de um estudo descritivo exploratório tem por entendimento o que nos diz, Gil:

[Pesquisa Exploratória] Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz *et al.*, 1967, p. 63 *apud* Gil, 2002, p.41). [...]



As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002, p.42).

Utilizamos como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada que foi guiada por um roteiro, descrito nos Apêndices C e D, para participantes estudantes e equipe multiprofissional, respectivamente.

Quanto às vantagens na utilização da entrevista, Gil (2008, p. 110) relata que são:

a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Quanto à entrevista semiestruturada, a proposta utilizada foi guiada por um guia pré-formulado:

A entrevista semiestruturada configura-se como uma opção onde as questões são direcionadas com a intenção de que o entrevistado tenha liberdade de responder ao questionamento refletindo e tangenciando seus pensamentos de maneira confortável e flexível. A exigência é a existência de tópicos pré-formulados que tenham como objetivo guiar o entrevistador a um diálogo controlado e pautado pela dinâmica natural, gerando sensação de conforto e confiabilidade a quem responde (Be; Coutinho; Brancher, 2019, p. 154).

Ainda de acordo com Richardson (2011, p. 63), as perguntas exploratórias e descritivas utilizam os seguintes verbos:

Usualmente, em uma pesquisa exploratória o objetivo geral começa pelos verbos: conhecer, identificar, levantar e descobrir; em uma pesquisa descritiva, inicia com os verbos: caracterizar, descrever e traçar; e em uma pesquisa explicativa, começa pelos verbos: analisar, avaliar, verificar, explicar etc.

Como técnica de tratamento de dados, utilizaremos a técnica de análise de conteúdo. Portanto, trazemos conceitos da análise de conteúdo de Bardin:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

Do ponto de vista das questões éticas, após a leitura do termo, as pessoas participantes da pesquisa assinaram e receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este termo conteve as informações fundamentais para esclarecimentos sobre o estudo (Apêndice A).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) deve atender a todos os requisitos previstos no artigo 17 da Resolução nº 510/2016:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa; II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa; III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum; IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa; V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver; VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa; VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver; VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa; IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado (Brasil, 2016).

A resolução nº 510/2016 é utilizada no campo das ciências sociais e da educação, considerando suas especificidades, entretanto, essa mesma resolução nos diz que: “Parágrafo único. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS no 466 de 2012” (Brasil, 2016), é o que refere o próprio documento.

Após a qualificação do projeto de pesquisa, apresentamos o Projeto ao Comitê de Ética no Brasil, por meio da Plataforma Brasil, e recebemos o registro do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE): 68447523.6.0000.0130; e o número do parecer: 6.056.062. A norma operacional do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 001/2013 (organização e funcionamento do sistema Comissão de Ética Pública-CEP e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP) e a resolução do conselho nacional de saúde nº 370, 08/03/2007, tratam do registro, credenciamento ou renovação de registro e credenciamento da Comissão de Ética Pública- CEP. Quanto à entrada no campo de pesquisa, solicitamos a autorização da direção geral do *Campus Recife*, para obter informações sobre o quantitativo de pessoas idosas

nos cursos presenciais e outras informações pertinentes, conforme Apêndice B, como também recebemos a autorização da direção máxima da instituição, o Reitor, para realização da pesquisa, por meio de formulário próprio (Anexo A).

## 5.2 AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) *Campus* Recife, com estudantes e profissionais que fazem parte desta comunidade acadêmica.

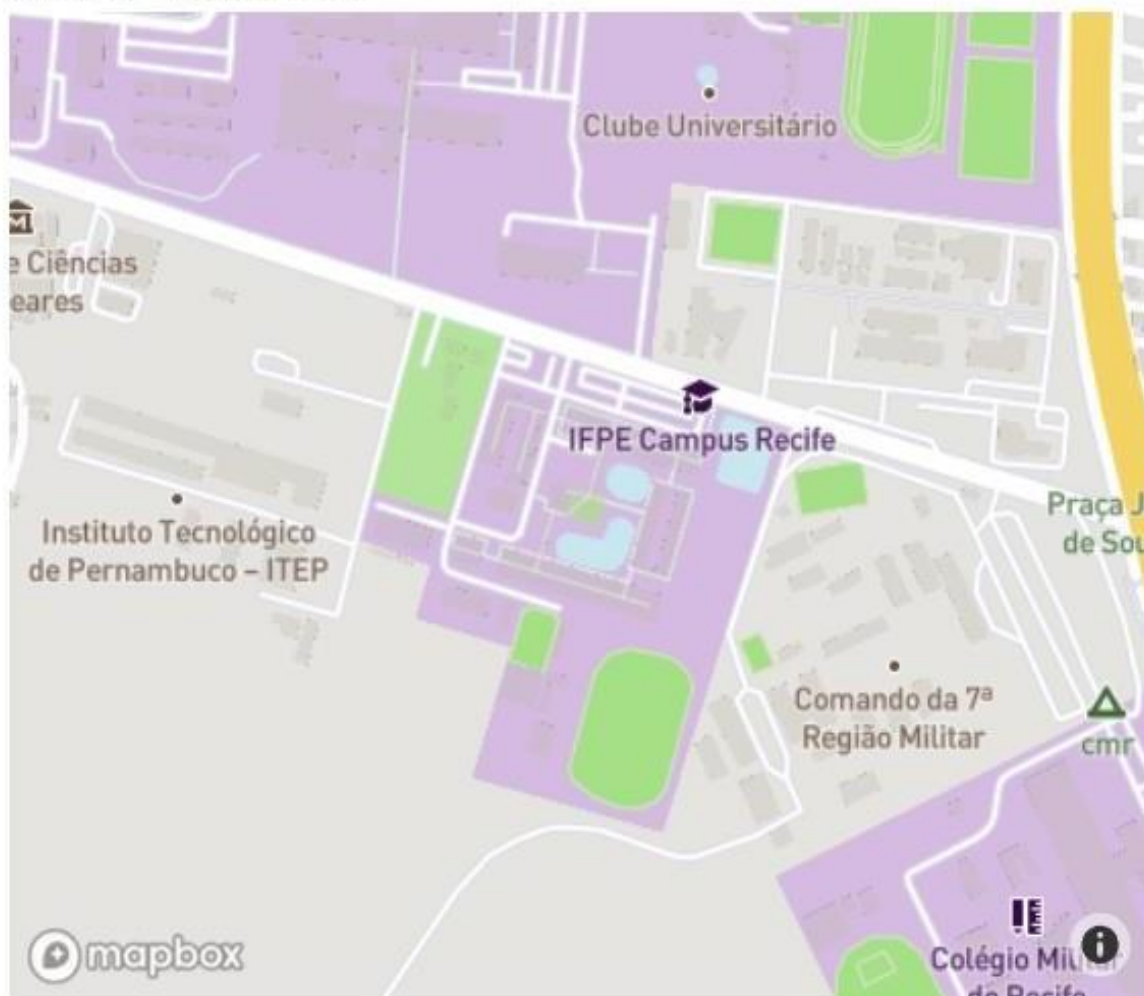
Na página institucional da internet encontramos informações sobre o IFPE *Campus* Recife. É um *Campus* com 114 anos de existência e oferece 18 cursos nas modalidades: Integrado (Ensino Médio integrado ao Técnico), Técnico Subsequente, Técnico Proeja, Superior Tecnológico (Tecnólogo), Bacharelados, Licenciatura e Pós-Graduação (Mestrado) (IFPE, 2022f). Os serviços ofertados aos discentes são:

[...] laboratórios, salas de aula e de idiomas, biblioteca, quadra poliesportiva, piscina e instalações afins, consultório odontológico e médico para atendimento ambulatorial, bem como setores administrativos de atendimento ao aluno, a fim de viabilizar as atividades acadêmicas de aproximadamente 6 mil estudantes. [...] Núcleo de Artes e Cultura (NAC), com destaque para o grupo de teatro e dança Arte em Movimento e o Coral Popular do IFPE (IFPE, 2022f).

Até o momento da escrita desta dissertação não encontramos na página da internet do IFPE *Campus* Recife referência à existência do Núcleo 60+, portanto, enviamos um *e-mail* para a coordenação de extensão e perguntamos sobre o funcionamento deste núcleo. A resposta de retorno informou que este núcleo ainda não estava em funcionamento, até o momento da escrita deste relatório de pesquisa. Entretanto, durante a aplicação do produto educacional houve um posicionamento da equipe multiprofissional, no sentido de solicitar à direção do *campus* a criação de um Núcleo que dialogue sobre as questões do envelhecimento humano. O *Campus* Recife oferta Núcleo de Artes e Cultura (NAC) e Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (NEGED) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) (IFPE, 2022g).

Figura 4 - Território do IFPE *Campus Recife*

[Unidade] = Campus Recife;



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023

Os critérios de escolha do IFPE *Campus Recife* se justificam por uma questão de acessibilidade, de conveniência e de presença do público de pessoas idosas como estudantes, enfim, por viabilidade territorial e de público. Portanto, durante a construção do projeto de pesquisa, identificamos na Plataforma Nilo Peçanha que o *Campus Recife* teria o perfil para ser campo de pesquisa por reunir o maior quantitativo de pessoas idosas nos últimos anos.

Escolhemos como participantes da pesquisa as pessoas idosas estudantes do IFPE *Campus Recife* e a equipe multiprofissional de assistência estudantil do referido *Campus*, para que ocorresse a triangulação dos dados, visto que a triangulação se dá de diversas formas, como as múltiplas fontes e o uso diferente de técnicas de coleta de dados, por exemplo.

Entendemos aqui que a triangulação dos dados:

[...] incluem (a) utilização de **múltiplas fontes de evidência** (provas de duas ou mais fontes, convergindo para o mesmo conjunto de fatos ou achados para fins de triangulação), (b) **banco de dados** do estudo de caso (uma montagem formal de evidências distinta do relatório final de pesquisa que auxilia os pesquisadores iniciantes a entenderem como lidar ou gerenciar os dados), e (c) **cadeia de evidências** (ligações explícitas entre as perguntas realizadas, os dados coletados e as conclusões, a qual ajuda a “seguir os desdobramentos de quaisquer evidências, que vão desde as questões iniciais de investigação até as conclusões (Yin, 2002, p. 83). Esses “princípios primordiais”, conforme mencionado por ele, são propícios à validação de dados, a qual constitui a prioridade de Yin durante as fases do processo desenvolvido para maximizar a qualidade da investigação (Yazan, 2016, p. 164-165, grifo nosso).

Detalhamos, assim, que o público da pesquisa são pessoas idosas com 60 anos ou mais de idade, conforme preconizado no Estatuto da Pessoa Idosa do Brasil, estudantes do IFPE *Campus* Recife, com condições sociais, como: classe social, cor/etnia, sexo, gênero ou orientação sexual, e deficiência, ou seja, essas características compuseram o roteiro de entrevista para traçarmos o perfil de estudantes. Os estudantes do IFPE *Campus* Recife que participaram da pesquisa são dos cursos da educação profissional, em sua maioria, e preferencialmente da modalidade subsequente e presencial, porém, para não inviabilizar a pesquisa, como destacamos no projeto de pesquisa, realizamos entrevista com estudantes do cursos da modalidade superior/tecnólogo e presencial, que aceitaram o convite para participar da pesquisa.

Os critérios utilizados de inclusão para seleção de estudante como participantes da pesquisa são: idade de 60 anos e mais (conforme descrição acima), e estudantes do IFPE *Campus* Recife. E estudantes com idade inferior a 60 anos, e pertencentes ao quadro de discentes de outros *Campi* do IFPE, não foram incluídos/as como participantes da pesquisa. Quanto aos critérios para escolha de profissionais da equipe multiprofissional de assistência estudantil, utilizamos: profissionais pertencentes ao *Campus* Recife, e lotados nos setores subordinados à coordenação da gestão da assistência estudantil. Durante as entrevistas, identificamos que esses profissionais, preferencialmente, em algum momento da carreira profissional atenderam pessoas idosas no cotidiano da prática profissional, não necessariamente no IFPE *Campus* Recife. Todas as pessoas que participaram das entrevistas aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização do Uso da Imagem e da Voz, porém três delas não concordaram com a

utilização da imagem, e uma delas não concordou com a gravação de áudio, mas concordou com o uso de imagem. Ao todo, três entrevistas não foram gravadas, mas seus depoimentos foram transcritos à mão.

Os dados listados no apêndice B funcionaram como um guia que orientou a busca de informações no Q-acadêmico do IFPE. O Q-acadêmico é um sistema informatizado utilizado pela instituição e que reúne informações pessoais e pedagógicas de estudantes. Recebemos da Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus* uma listagem com o quantitativo de pessoas idosas estudantes e seus respectivos cursos. Essas informações subsidiaram a construção do perfil dessas pessoas idosas. Em resumo, temos: 14 cursos com a presença de pessoas idosas dos 60 aos 79 anos de idade, sendo 02 pessoas do sexo biológico feminino e 25 pessoas do sexo biológico masculino. São presentes em todos os turnos de aula, com predominância no turno da noite.

Na Tabela 6 abaixo, demonstramos esse perfil. Não recebemos o quantitativo de pessoas idosas que são estudantes dos cursos de pós-graduação.

**Tabela 6 - População idosa do IFPE *Campus* Recife por curso, 2023, IFPE**

<b>CURSO</b>	<b>QUANTIDADE DE PESSOAS IDOSAS</b>
ENGENHARIA CIVIL	1
ENGENHARIA MECÂNICA	1
PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA COMERCIAL, CONTÁBIL, ECONÔMICA, ATUARIAL E FINANCEIRA	2
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES SUBSEQUENTE	5
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	1
TÉCNICO EM MECÂNICA SUBSEQUENTE	3
TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO - INTEGRADO - PROEJA	1
TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO - SUBSEQUENTE	4
TÉCNICO EM SANEAMENTO SUBSEQUENTE	2
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE	1
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÃO SUBSEQUENTE	1
TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO	1
TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL	1
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO	3

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico 2023.1 do IFPE *Campus* Recife

Tabela 7 – População idosa do IFPE *Campus Recife* por idade, ano 2023

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE PESSOAS IDOSAS</b>
60	5
61	3
62	5
63	1
64	5
66	2
67	1
68	2
70	1
73	1
79	1

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico 2023.1 do IFPE *Campus Recife*

Verificamos que a população masculina idosa é maioria nos cursos de todas as modalidades no *Campus Recife*, e as mulheres idosas são minoria na educação, neste caso específico na educação profissional e tecnológica local. Esse dado foi confirmado na Plataforma Nilo Peçanha, quando verificamos o percentual nacional. Essas mulheres ainda estão na esfera do cuidado, provavelmente, visto o patriarcado.

Tabela 8 – População idosa do IFPE *Campus Recife* do sexo, ano 2023

<b>SEXO</b>	<b>QUANTIDADE DE PESSOAS IDOSAS</b>
FEMININO	2
MASCULINO	25

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico 2023.1 do IFPE *Campus Recife*

Observamos acima maior número de pessoas do sexo biológico masculino, talvez isso se explique porque os estudos revelam que as mulheres idosas reúnem condição de vida, como: viúvas, chefes de família, cuidadoras de outros idosos, dentre outras atribuições e responsabilidades relacionadas ao gênero e geração (Bassit; Witter, 2016, p. 1537). Porém, no âmbito da educação profissional e tecnológica nacional são maioria.

A seguir, na Tabela 9, organizamos os dados do quantitativo de pessoas idosas por turno, e identificamos a presença desta população em todos os turnos e em maior quantidade no turno da noite, com maior expressividade da população masculina, embora as duas pessoas do sexo feminino estejam no turno da noite e em cursos tecnológicos, ou seja, possivelmente buscam aperfeiçoamento acadêmico para suas carreiras profissionais.

Tabela 9 - População idosa do IFPE *Campus* Recife, ano 2023

TURNO	QUANTIDADE DE PESSOAS IDOSAS
INTEGRAL	3
MATUTINO	4
VESPERTINO	4
NOTURNO	16

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico 2023.1 do IFPE *Campus* Recife

### 5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Antes de trazermos os dados sobre as pessoas que participaram da pesquisa, entendemos que seria importante identificarmos o perfil do quantitativo de pessoas idosas que são estudantes do IFPE *Campus* Recife, isto foi tratado na seção anterior. Agora, consideramos também importante trazer um perfil das pessoas idosas que realizaram inscrição no programa de manutenção acadêmica do edital de 2023.1 e que compõem a política de assistência estudantil. O pedido de acesso e de divulgação dos dados não nominais dos participantes idosos que recebem bolsa da assistência estudantil foi solicitado através de *e-mail* à Direção de Assistência Estudantil do *Campus*, entretanto, é importante enfatizar que a Direção Geral do *Campus* autorizou a realização da pesquisa. A instituição dispõe de uma plataforma chamada fluxo, na qual os estudantes realizam suas inscrições nos programas de forma digital. Antes desses procedimentos de identificação dos estudantes bolsistas, solicitamos a direção do setor de registro acadêmico o quantitativo de pessoas idosas que são estudantes. Os dados gerais dos estudantes idosos do *Campus* foram solicitados mediante a abertura de processo. O processo institucional para solicitar autorização foi aberto na plataforma SEI e tem por numeração: 014260/2023-42. E os e-mails datam do período de 14 e 15/06/2023.

A partir dos dados de análise documental, ou seja, dos dados solicitados do sistema fluxo, do sistema do Q-acadêmico, e dos dados analisados na página do IFPE na internet, identificamos que das 27 pessoas idosas que são estudantes do IFPE *Campus* Recife, cerca de 14,8% dessas pessoas realizaram inscrição no maior programa de transferência de renda da Assistência Estudantil, que é chamado de Programa de Manutenção Acadêmica. Este programa tem como público prioritário estudantes “oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio” (Brasil, 2010). No IFPE, outros critérios de avaliação, chamados de vulnerabilidade social, são estabelecidos em edital, como por



exemplo: “l) estudante com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (IFPE, 2022d).

Entre essas quatro pessoas idosas inscritas no edital de 2023.1 do Programa Manutenção Acadêmica, até o momento da coleta de dados, apenas uma (01) pessoa idosa foi beneficiada. Outra pessoa idosa que realizou a inscrição é inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) da Política Nacional de Assistência Social. Todas essas quatro pessoas idosas inscritas no programa manutenção acadêmica são da população negra, sendo 50% pardas e 50% pretas. E duas dessas pessoas idosas são cotistas por renda, todas oriundas de escola pública e do gênero masculino. Das quatro pessoas idosas, três (03) pessoas idosas são matriculadas no curso noturno, e três (03) são matriculadas nos cursos técnicos, e uma (01) pessoa idosa é matriculada no curso superior. Três (03) pessoas idosas são moradoras da cidade de Recife, e uma (01) da cidade de Jaboatão dos Guararapes, duas (02) pessoas cursam o terceiro período, uma (01) pessoa do segundo período, e uma (01) pessoa é do primeiro período. Uma das pessoas idosas que é respondente da nossa pesquisa é beneficiada por este programa de manutenção acadêmica. Abaixo, no Quadro 4, relacionamos características das pessoas que participaram da pesquisa.

Quadro 6 - Perfil das pessoas participantes da pesquisa (A)

<b>CÓDIGO DO PARTICIPANTE</b>	<b>ANO DE INGRESSO</b>	<b>TEMPO DE SERVIÇO</b>	<b>SEGMENTO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Campo belo 1	2021	Não se aplica	Estudante	Cursando ensino superior
Campo belo 2	2018	Não se aplica	Estudante	Cursando o ensino profissional modalidade subsequente
Campo belo 3	Não se aplica	+ de 10 anos	Profissional	Mestrado
Campo belo 4	Não se aplica	+ de 10 anos	Profissional	Mestrado
Campo belo 5	Não se aplica	+ de 10 anos	Profissional	Mestrado
Campo belo 6	2023	Não se aplica	Estudante	Com matrícula ativa no ensino profissional modalidade subsequente
Campo belo 7	Não se aplica	+ de 10 anos	Profissional	Doutorado

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base nos dados da entrevista

Justificamos a utilização da entrevista como instrumento de coleta por essa ter como finalidade obter mais informações sobre experiências, sensações e ideias da pessoa entrevistada. A literatura prevê que as entrevistas deverão ser aplicadas até observarmos a repetição de informações, quando se trata de uma orientação metodológica para pesquisas qualitativas.

[...] não há uma regra rígida que diga quanto tempo o pesquisador deve permanecer no campo. Quando o pesquisador sente que os temas, informações e exemplos estão se repetindo ao invés de se estender, é a hora de abandonar a coleta de dados. Isto é o que Bogdan e Biklen (1994, p.96) denominam de saturação de dados, ou seja, o ponto da coleta de dados a partir da qual a aquisição de informação se torna redundante (Moreira, 2018, p.412).

Portanto, identificamos que após as três entrevistas realizadas com as pessoas idosas estudantes do IFPE *Campus Recife*, e com as quatro pessoas da equipe multiprofissional as informações se repetiram, e não realizamos outras buscas por mais participantes. Entretanto, para fins de adaptação aos critérios do Comitê de Ética, no Brasil, definimos um total de cinco (05) pessoas de cada segmento, estudantes e profissionais, como participantes da pesquisa. Mas, como já previmos no projeto de pesquisa, em caso de repetição de informações, este total de número poderia ser inferior a cinco. Outra possibilidade visualizada de um número inferior de participantes entrevistados/as seria no caso de o setor de assistência estudantil contar com um quantitativo inferior de profissionais, ou ainda o *Campus* contar com um número inferior de estudantes do segmento das pessoas idosas nos cursos subsequentes, isto não ocorreu. Essa pesquisa contou com a participação de sete (07) pessoas. E entrevistamos todas as pessoas idosas que atenderam, ou melhor, que responderam ao nosso convite. O convite foi realizado em sala de aula, nos corredores, em abordagem direta a vários estudantes, para que ajudassem na identificação, e na própria sala do Serviço Social do *Campus Recife*.

#### 5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Para ter acesso aos estudantes realizamos o seguinte percurso: contato com o setor de registro acadêmico, que nos orientou a abrir processo no sistema SEI ou procurar o setor de protocolo do IFPE *Campus Recife*. No mesmo dia, após insucesso de alguns telefonemas para confirmar a documentação necessária para abertura do processo, fomos ao setor de protocolo e foi aberto o processo de número 04260/2023-

42 para solicitar o acesso aos dados, conforme Apêndice B, e, desta forma, realizamos contato com o setor de registro acadêmico, com o setor de coordenação da assistência estudantil e com o Serviço Social. Tendo em vista que em março de 2023 já havíamos realizado a solicitação de autorização à direção do IFPE *Campus* Recife, um dos documentos anexados foi a carta de autorização do diretor, e o parecer consubstanciado da Plataforma Brasil, autorizando o início da pesquisa do ponto de vista ético e científico.

O processo dentro do sistema SEI passou por várias instâncias e houve ruídos no entendimento dos trâmites legais para termos acesso aos dados e a autorização da direção do *Campus*. Finalmente, recebemos a autorização da Direção Geral do IFPE *Campus* Recife, porém a lista com os nomes dos estudantes e demais dados do Apêndice B não foram liberados. Sendo assim, realizamos busca local para convidar a participação das pessoas idosas na pesquisa e, para tanto, contamos com a colaboração do Serviço Social do *Campus* Recife, e visitamos as turmas do período noturno, visto ter o maior número de pessoas idosas, e convidamos alguns estudantes que encontramos naquele dia. No momento da busca no local, entregamos uma folha convite com o nosso *e-mail* e o número do telefone. Porém, apenas um estudante, que encontramos neste dia 25/05/23, respondeu ao convite e fez a entrevista. No dia da entrevista deste estudante encontramos outro estudante que aceitou participar da entrevista e a realizamos no mesmo dia.

Uma das pessoas idosas que participou da pesquisa foi apresentada pelo Serviço Social, pois no momento do seu atendimento naquele setor nós estávamos realizando a divulgação. O mesmo aconteceu com outro entrevistado, que também estava buscando atendimento no Serviço Social e aceitou o convite de participar da pesquisa. A lista com os dados dos 27 estudantes idosos/as foi concedida pelo setor de registro escolar. Além da busca presencial noturna no *Campus*, enviamos *e-mail* para 27 pessoas idosas que fazem parte do corpo discente; não enviamos aos estudantes das pós-graduações, pois não tivemos acesso ao endereço dos seus *e-mails*, e desta ação recebemos o retorno do *e-mail* apenas de uma pessoa idosa que desejou participar da pesquisa, e, assim, totalizamos três pessoas.

As três (03) entrevistas com pessoas idosas estudantes dos cursos de modalidade subsequente (02 duas pessoas) e superior (01 uma pessoa) foram anotadas no diário de campo, mas apenas uma delas foi gravada. Participaram das entrevistas estudantes do primeiro, segundo e terceiro período de cursos variados, e

dos turnos da noite e da manhã. Com idades de 62, 68 e 73 anos, conforme informações do sistema chamado Q-acadêmico.

Realizamos as entrevistas com estudantes e profissionais na sala do Serviço Social, na sala de aula, e no pátio da escola. Em todas entrevistas utilizamos o roteiro semiestruturado, e ocorreram no período da manhã, no pátio da escola; as outras ocorreram no período da noite, na sala do Serviço Social e sala de aula. Também realizamos busca neste período da manhã em turmas onde possivelmente teríamos sinalização da presença de pessoas idosas, considerando os dados do Q-acadêmico, mas não as encontramos naquela ocasião. Em uma das entrevistas realizada no pátio do *Campus*, apesar dos ruídos, decidimos realizar a audiogravação e videogravação, além disto, realizamos anotações do relato no caderno de campo, ou melhor, anotamos/transcrevemos todas as entrevistas. Um fato que deve ser registrado foi a tentativa de duas candidaturas ao grêmio estudantil para fazer a divulgação da nossa pesquisa. Em uma dessas tentativas um cartaz foi elaborado e afixado nos murais, mas, infelizmente, o endereço de *e-mail* estava errado (em anexo consta o cartaz). Não sabemos o porquê deste mal entendido, visto que o Serviço Social do *Campus* nos apresentou esse cartaz pelo *WhatsApp* e sinalizou o erro, ou seja, afirmou que realizaria contato com a candidatura para a correção.

Seguindo os trâmites de acesso aos dados, para contactar a equipe multiprofissional enviamos um *e-mail* para o setor de assistência, a fim de obtermos os *e-mails* da equipe e convidarmos os membros para a participação na pesquisa. Enviamos *e-mail* para todas(os)(es) as(os) profissionais da lista que o setor de assistência estudantil compartilhou, e, pessoalmente, também realizamos contato. Assim, quatro profissionais da equipe participaram das entrevistas. O *Campus* Recife tem uma comissão instituída em portaria, chamada de equipe multidisciplinar. Entretanto, a equipe da assistência estudantil vai além desta equipe instituída em portaria.

Quanto às transcrições das entrevistas, destacamos que, segundo Gibbs (2009):

Não é necessário transcrever toda e qualquer informação no projeto para analisá-la. Alguns níveis e formas de análises podem ser realizados de forma bastante produtiva sem qualquer cópia das entrevistas dos textos e observações coletadas ou gravadas. Na verdade, alguns pesquisadores defendem a análise direta de uma gravação em vídeo ou áudio, pois assim há mais probabilidade de

olhar o todo e não se prender a detalhes do que foi dito" (Gibbs, 2009, p. 31 *apud* Silva, 2020, p. 93).

Desta forma, considerando os quatro tipos de transcrição encontrados na literatura, nosso procedimento foi de realizar algumas entrevistas transcritas de forma literal, com a fala coloquial, outras de forma literal, e outras apenas com a transcrição da essência (Acadêmica, 2019). Isto porque algumas entrevistas foram gravadas, e outras não foram gravadas, e no mesmo ambiente no qual realizávamos duas entrevistas, também estavam sendo realizados outros atendimentos quando iniciamos as perguntas guiadas das entrevistas. Na terceira entrevista não houve consentimento da pessoa participante para utilização do instrumento de gravação. Na transcrição utilizamos a técnica de ouvir o áudio e escrever as falas, e a técnica de utilizar uma plataforma para transcrever e retranscrever (aquelas que já havíamos ouvido e transcrito manualmente, com o objetivo de facilitar a codificação). Utilizamos a plataforma Reshape, na qual realizamos também a transcrição dos vídeos gravados, para subsidiar o produto educacional e também compor os resultados da pesquisa.

## 5.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Ratificando o conceito de análise de conteúdo, segundo Bardin, que refere sobre um conjunto de apetrechos e de comunicações:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2011, p. 37).

Bardin (2011, p. 36) ainda sugere três regras para ter como resultado as categorias, entretanto, a ressignificação é sempre permitida para atender ao objetivo:

Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Porém, as três regras de Bardin (2011, p. 124) inalteráveis são:

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos

cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristianni Antunes Leal, ao explicar sobre a técnica de Bardin, faz alguns destaques que consideramos fundamental citar: o primeiro é sobre a primeira regra de Bardin, que é a pré-análise. Nesta etapa é necessário realizar a) leitura flutuante; b) releitura dos documentos; c) formulação das hipóteses; d) referência aos índices; e) preparação do material. Na segunda etapa, que é a exploração do material, a autora descreve seis técnicas, uma delas deverá guiar a análise dos dados, são elas: 1) análise categorial ou análise temática: “usada em discurso diretos”; 2) análise de avaliação: “medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala”; 3) análise da enunciação: “apoia-se numa concepção da comunicação como processo dado”; 4) análise proposicional do discurso: “variante de temática (uma possibilidade); 5) análise da expressão: “indicadores de ordem formal”; 6) análise das relações: “orientar relações que os elementos mantêm entre si” (Bardin, 2011, p. 126-128 e p. 201-259 *apud* Descomplicando a Metodologia de Pesquisa, 2021).

A análise de conteúdo tem um vocabulário próprio, como, por exemplo: categorias, analista, tema, subcategorias, etc. A validação do objeto de coleta de dados poderá se dar de duas formas: 1- aplicação do instrumento de coleta de dados com um grupo de pessoas do mesmo perfil dos participantes da pesquisa; 2- utilização de um instrumento de coleta de dados já publicado em estudo com tema semelhante. O desenho metodológico deverá responder às perguntas: onde? como? quem? e quando? É importante frisar que o objetivo da análise de conteúdo é superar a incerteza, e enriquecer a leitura sobre um tema. Muitos pesquisadores utilizam a técnica de análise categorial ou análise temática, por utilizar instrumentos de coleta de dados que induzem os participantes a dar respostas. A partir das respostas as categorias emergem. Entretanto, categorias prévias já podem ser consideradas antes da análise. Na organização dos dados deve-se considerar: o código do participante, o discurso do participante, a leitura flutuante (discurso fragmentado), enumeração, codificação, e categorização (Descomplicando a Metodologia de Pesquisa, 2021).

O tratamento dos dados ocorreu manualmente e através de *software* da plataforma Reshape, utilizado para realizar as transcrições das entrevistas gravadas. Portanto, em princípio organizamos os dados do perfil dos estudantes entrevistados no Quadro 7, depois organizamos os dados das entrevistas dos estudantes por

categorias previamente escolhidas para análise dos resultados, são elas: estigma, percepção, pertencimento, acesso, permanência, êxito, assistência estudantil, inclusão, envelhecimento humano, velhice.

A seguir (Quadro 7), vamos resgatar os conceitos utilizados para realizarmos a categorização dos discursos.

Quadro 7 – Relação dos conceitos das categorias de análise do conteúdo (continua)

CATEGORIA	CONCEITO
ESTIGMA	<p>“A situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, segundo Goffman (2004, p. 4).</p>
ENVELHECIMENTO HUMANO	<p>“O que é envelhecer? Esta idéia está ligada à ideia de mudança” (Beauvoir, 1990, p. 17).</p> <p>“Processo biopsicossocial, que, visto na perspectiva da totalidade, enquanto contribuição do Serviço Social, “[...] parte de um pressuposto que a <b>condição de classe é aquela capaz de fazer certas homogeneizações</b> dentro de uma mesma classe, pela vivência de situações de vida e de trabalho em comum”, <b>mas ao mesmo tempo produz diferenças entre as classes e entre as frações de classe, além de “[...] outros diferenciadores</b>” que tornam o envelhecimento diversificado e plural (Teixeira, 2017, p. 200 <i>apud</i> Fontenele; Costa, 2020, p. 178).</p> <p>Segundo Neri (2014), em <b>termos biológicos</b>, o envelhecimento é: [...] compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência. Esses processos são de natureza interacional, iniciam-se em diferentes épocas e ritmos e acarretam resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo. Há um limite para a longevidade, o qual é estabelecido por um programa genético que permitiria ao organismo suportar uma determinada quantidade de mutações. Esgotado esse limite, o organismo perece.</p>

Quadro 7 – Relação dos conceitos das categorias de análise do conteúdo (continua)

CATEGORIA	CONCEITO
VELHICE	Simone de Beauvoir (1990, p. 17), que “a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice” até hoje em dia. Ainda para ela, a velhice é considerada a última fase do ciclo da vida.
INCLUSÃO	É o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sasaki, 2009, p. 1).
PERCEPÇÃO	É por meio de um universo de <b>percepções</b> e significações que o indivíduo constrói e interpreta o mundo. O que ocorre são trocas estabelecidas entre os membros de uma determinada cultura e, num <b>processo de constante</b> interação <b>recriam, reinterpretam e ressignificam informações e conceitos</b> (Cunha; Giordan, 2012, p. 114, grifo nosso).
PERTENCIMENTO	Os grupos de convivência “possibilita o compartilhamento das histórias individuais e a construção de uma história coletiva a partir do confronto de valores e ideologias”, como também “propicia o exercício de papéis, o enfrentamento de novos desafios e a busca da realização de sonhos comuns” (Ferrigno; Leite; Abigail, 2006, p. 1436). Cria-se, assim, um sentimento de pertencimento dos participantes aum corpo maior – o grupo – que se constitui maisdo que a soma das partes (Bulla, 2009, p.181)
ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	O <b>acesso</b> fica vinculado ao movimento de <b>possibilitar</b> aos diferentes perfis de brasileiros a <b>entrada</b> nos ambientes acadêmicos de formação nos diferentes níveis, promovendo equidade para <b>grupos historicamente excluídos</b> . O ato de <b>permanecer</b> vincula-se ao sentimento de <b>pertencimento</b> à instituição, com a <b>participação ativa</b> nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, <b>com a identificação</b> com o curso, entre outros fatores. O <b>êxito</b> , além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de <b>capacidades cognitivas, operativas e sociais, à preparação para o trabalho e para a cidadania</b> , ou seja, essas três palavras carregam um peso considerável quando se trata de direcionar o desenvolvimento da educação brasileira (Oliveira, 2021, p. 52, grifo nosso).



Quadro 7 – Relação dos conceitos das categorias de análise do conteúdo (continua)

CATEGORIA	CONCEITO
ACESSIBILIDADES	<p><b>Arquitetônica</b> (sem barreiras físicas), <b>comunicacional</b> (sem barreiras na comunicação entre pessoas), <b>metodológica</b> (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), <b>instrumental</b> (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), <b>programática</b> (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e <b>atitudinal</b> (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (Sasaki, 2009, p. 1, grifo nosso).</p>
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	<p>As ações de Assistência Estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas (SETEC/MEC, 2010, s/nº. Ofício Circular nº 42 <i>apud</i> Cavalheiro, 2013, p. 46).</p> <p>[...] uma política social que perpassa tanto pela política de educação, quanto no campo da assistência social e transitando ainda em todas as áreas dos direitos humanos, abrangendo ações que compreendem desde as questões de saúde, como também questões pedagógicas, de acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Moura, 2017, p. 29).</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Os dados dos profissionais entrevistados foram organizados nos Quadros 9 e 10, nos quais constam as categorias gerais, como assistência estudantil e envelhecimento humano. As demais categorias de inclusão foram trabalhadas nos textos da discussão dos resultados.

A seguir, no Quadro 8, relacionamos o perfil das pessoas idosas respondentes da pesquisa.

Quadro 8 – Perfil das pessoas idosas participantes da pesquisa (B)

<b>Orientação sexual</b>	(03) heterossexual	
<b>Cor/raça/etnia</b>	(01) branca	(01) + (01) parda e preta=negros
<b>Deficiência</b>	(01) + (01) baixa audição, física	(01) sem deficiência
<b>Gênero</b>	(03) masculino	
<b>Cotista</b>	(02) escola pública +PCD	(01) escola pública+raça/cor
<b>Origem da renda</b>	(01) benefício assistencial	(02) benefício previdenciário
<b>Faixa de renda per capita</b>	(02) maior que meio salário mínimo e menor ou igual a um salário mínimo	(01) maior que um salário mínimo e menor ou igual a um e meio salário mínimo
<b>Participação em grupos de pessoas idosas</b>	(03) não	
<b>Mora só</b>	(03) não	
<b>Recebe ajuda financeira de parentes</b>	(03) não	
<b>Família apoia nos estudos</b>	(03) sim	
<b>Pratica atividade física</b>	(03) sim, caminhada e bicicleta	
<b>Recebe ajuda para práticas das atividades cotidianas</b>	(03) não	
<b>Uso de medicamento contínuo</b>	(03) sim	
<b>Agravo de saúde</b>	(03) sim, hipertensão e diabetes	
<b>Uso de substância psicoativa</b>	(03) não	

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com dados do roteiro das entrevistas semiestruturadas (Apêndice C do projeto de pesquisa)

Em resumo, o perfil de ingressantes no *Campus* tem entradas nos anos de 2018, 2021 e 2023, dos cursos técnico subsequente e superior, cotistas de escola pública: PCD e étnico-raciais, pertencentes à população branca e negra, beneficiárias dos programas de assistência social e da política previdenciária, com rendimentos per capita menor ou igual a um salário mínimo e meio, não participam de grupos de pessoas idosas, não moram sozinhas, não recebem ajuda financeira de parentes, recebem apoio familiar para estudar, realizam atividades físicas, usam medicamentos contínuos, têm agravos de saúde, não utilizam substância psicoativas.

A partir dos dados acima poderíamos dizer de forma generalizada em temos quantitativos, embora o universo da pesquisa não permita essa generalização, que as pessoas idosas que estudam no *Campus* Recife são homens, que têm uma renda per

capita maior que meio salário mínimo e menor ou igual a um salário mínimo, são beneficiários da Previdência Social, são homens heterossexuais, negros e pessoas com deficiência, são cotistas, e estudaram em escola pública, não participam de grupos de convivência para pessoas idosas, não moram sozinhos, não recebem apoio financeiro de suas famílias, mas recebem apoio para estudar, praticam atividade física, fazem uso contínuo de medicamentos para hipertensão e diabetes, e não utilizam substâncias psicoativas.

Quanto às questões sobre a assistência estudantil, temos o seguinte perfil: 02 (dois) estudantes procuraram a assistência estudantil, e as necessidades apresentadas correspondem à necessidade de aumento de renda; serviço de psicologia; serviço de pedagogia; serviço social; serviço médico e de dentista e ambos referem que a necessidade foi atendida; um deles destacou que foi atendida com muita educação e respeito. Uma das pessoas entrevistadas referiu que nunca procurou os serviços de assistência estudantil em virtude do corte de renda, ou seja, os programas vinculados a auxílios financeiros priorizam o atendimento de “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, e sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010). Os critérios de atendimentos são definidos por decreto, além dos critérios de vulnerabilidade social elencados pela instituição em seus documentos norteadores. Porém, na família existe uma pessoa beneficiária do programa de assistência estudantil com transferência de renda no IFPE *Campus* Recife. Ou seja, todas as famílias dos estudantes idosos são beneficiadas por programas de assistência estudantil de transferência de renda.

## 5.6 PRODUTO EDUCACIONAL

Escolhemos como produto educativo realizar um Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa com temáticas que surgiram na pesquisa de campo e/ou identificadas como importantes para compor o material. Incluímos neste produto vídeos com os relatos dos estudantes que participaram desta pesquisa, respondendo, assim, ao seu objetivo terceiro. Este material é destinado aos trabalhadores da educação e também poderá contribuir com a implementação do Núcleo 60+ ou semelhante. A existência de uma ação inclusiva das pessoas idosa não é uma opção, mas, sim, uma realidade que já estamos vivenciando.

A elaboração do produto educacional tem algumas recomendações:

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Capes, 2019, p. 15).

A importância da elaboração destes produtos educativos está interligada à sua aplicabilidade, como refere o documento abaixo:

A Área de Ensino é, portanto, essencialmente de pesquisa translacional, que transita entre a ciência básica e a aplicação do conhecimento produzido. Desse modo, busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais (Capes, 2019, p. 3).

Por fim, esperamos que o produto educacional contribua como um instrumento que amplie da melhor forma as ações voltadas ao público das pessoas idosas. Entretanto, entendemos que as ações inclusivas não se esgotam neste produto proposto, até porque estamos diante de uma realidade dinâmica de formas diferenciadas e diversas de envelhecer. E também consideramos que o tema não está esgotado de possibilidades de reflexões. Dizendo de forma melhor, não objetivamos aqui criar um padrão de cuidados e posturas diante do envelhecer, ou das pessoas idosas, mas, sim, de desmistificar algumas questões.

O documento institucional que contribui com o nosso olhar sobre o envelhecimento dos estudantes do IFPE é a resolução nº 112, de 7 de janeiro de 2022, que trata do Núcleo 60+, instituído pelo IFPE. No Art. 4º refere sobre as finalidades do Núcleo 60+, e cita como possibilidades de ações:

XII - contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que venham ampliar os conhecimentos em relação ao envelhecimento populacional; XIII - promover a realização de grupos de estudos sobre temas relacionados à pessoa idosa; XIV - promover a realização de atividades de extensão, como workshops, seminários, conferências, painéis, simpósios, encontros, palestras, oficinas, cursos e campanhas educativas nas diversas áreas relacionadas ao envelhecimento humano; (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2022a).

Portanto, esperamos dialogar com a finalidade e proposta da resolução acima. O conteúdo do produto educacional, em sua essência, tem como base o resultado da

pesquisa de campo, ou seja, fruto do projeto de pesquisa e também de temas mais gerais deste processo. Este produto educacional deverá ser norteado pelos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional, segundo Leite (2018).

### **5.6.1 Elaboração do produto educacional**

Optamos por elaborar um Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa e suas demandas institucionais com sugestões de materiais sobre o tema da pessoa idosa, incluindo algumas particularidades de vivência como da pessoa com deficiência, da pessoa negra, da mulher, da população LGBTQIAPN+e, e da sexualidade da pessoa idosa. Nestes materiais encontramos vídeos e áudios coletados durante a aplicação das entrevistas semiestruturadas, como também sugestões de cartilhas, textos, livros, vídeos longos, músicas, filmes, e outras informações. Inserimos neste produto educacional o *link* do vídeo com os relatos dos estudantes e as imagens dos mesmos e das profissionais que autorizaram o uso da imagem.

O Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa está no Apêndice (H), com o título: “[...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]”. Primeiramente, utilizamos a plataforma Canva ([www.canva.com](http://www.canva.com)) para realizarmos a junção dos pequenos vídeos em um único vídeo completo com os relatos dos estudantes e o InShot como uma ferramenta para a inclusão de legenda. Utilizamos a plataforma Reshape para transcrição dos áudios e dos vídeos em textos. Em alguns áudios encontramos ruídos do ambiente e não é possível identificar com clareza as vozes das pessoas presentes no espaço. Para fins de garantia na funcionalidade dos vídeos elaborados com estudantes e profissionais, e para fins éticos, resolvemos não utilizar o vídeo formatado pelo Canva, porque havia vozes que poderiam ser identificadas com clareza, além da voz da pessoa que fazia o relato. Assim, inserimos no Canal do YouTube uma versão final corrigindo as questões éticas.

A elaboração do produto educacional foi direcionada pela pesquisadora, com a participação das pessoas idosas pesquisadas, que permitiram a publicação de suas imagens, áudio e vídeo, e também com a participação das profissionais que permitiram o uso de suas imagens. O conteúdo foi definido após a execução da pesquisa de campo e da análise dos dados coletados. A gravação de áudios e vídeos foi realizada pela pesquisadora, por meio de recurso de áudio do celular denominado “Gravação de voz”, ou gravador de voz, e também gravação de vídeo. A imagem

fotográfica foi realizada pela pesquisadora por meio de aparelho celular Samsung. Não convidamos profissionais de área específica para prestar suporte, considerando as recomendações da Capes 2019 sobre a característica artesanal do produto educacional. Porém, desejamos entregar um material com melhor qualidade e buscaremos o suporte profissional, antes de realizar o depósito nos repositórios.

### 5.6.2 Testagem do produto educacional

A aplicação do produto educacional teve dois formatos: 1- enviamos o material aos participantes da pesquisa para o número de *WhatsApp* disponibilizado e também enviamos o Guia de Informações da Pessoa Idosa, por *e-mail*, em formato PDF, com o *link* do vídeo. Enviamos o guia, o vídeo e o *link* do formulário de avaliação do produto; 2- apresentamos o material à equipe multiprofissional da assistência estudantil do IFPE *Campus* Recife, por meio de uma reunião on-line.

Durante a devolutiva do formulário um comentário nos chamou a atenção: “Precisando o véio tá aqui”. E perguntamos: É melhor ser chamado de idoso ou de velho? Na sua opinião? A resposta foi: “Idoso, mesmo”. A partir deste comentário retiramos a palavra velho na apresentação do Produto Educacional, mas esperamos que o conteúdo desmistifique essa palavra e que os aspectos estigmatizantes sejam observados de uma forma mais qualificada, como, por exemplo, os contextos e a conotação. Por exemplo, quando escutamos pessoas da comunidade negra referirem que reverenciam seus mais velhos e mais velhas, não percebemos aí nenhum atributo depreciativo.

O produto educacional foi apresentado aos profissionais da equipe multiprofissional, totalizando em 06 (seis) profissionais da equipe presentes na reunião realizada no dia 27/07/2023, por videoconferência. Naquele momento, compartilhamos o *link* do formulário de avaliação do produto e apresentamos o texto escrito e o vídeo compacto com as gravações.

Durante a reunião, houve a sugestão de incluirmos a interpretação dos vídeos em linguagem de libras, por uma das pessoas que participou desta reunião, e que também avaliou o produto educacional por meio do *Google* Formulário. A partir da apresentação, identificamos que em um dos vídeos com depoimento de um idoso, é possível identificar com nitidez a voz da profissional que estava realizando sua prática profissional, e a mesma foi contactada para que pudéssemos continuar com a

publicação deste vídeo a partir de sua autorização. Porém, não recebemos retorno dos contatos realizados por e-mail, por mensagem de celular e nem por ligação telefônica. Desta forma, para não haver comprometimento ético, resolvemos retirar o vídeo para fins de publicação em repositório.

### 5.6.3 Avaliação do produto educacional

A avaliação do produto foi realizada por meio do roteiro de avaliação pelo *Google* formulário. Profissionais e pessoas idosas estudantes que participaram da pesquisa avaliaram o produto, somadas às pessoas convidadas que estavam na reunião da equipe multiprofissional.

Enviamos por e-mail e por *WhatsApp* o material do produto educacional em PDF, e também o *link* de acesso ao vídeo com os relatos dos estudantes, para os participantes da pesquisa, com exceção de uma profissional que não forneceu seu número de *WhatsApp*, portanto, recebeu apenas por *e-mail*. Este material não foi enviado aos participantes da reunião de apresentação com a equipe multiprofissional da assistência estudantil do IFPE *Campus* Recife, mas foi apresentado como já referimos. Enfatizamos que os registros de imagens, vídeos e os áudios dos/as participantes da pesquisa contribuíram para a produção do produto educacional, a partir da autorização dos mesmos, conforme Apêndice (F).

Para fins de avaliação do produto educacional, utilizamos a orientação de Ruiz *et al.* (2014 *apud* Leite, 2018, p. 334) na elaboração das perguntas:

Atração: consiste em verificar se os conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário. O que chama mais a atenção neste material? Por quê? O que menos gosta? Por quê? O que mudaria para melhorar o que não gostou? - Compreensão: implica perguntar se os conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário. Do que trata o material? Que mensagem passa? Existem palavras de difícil compreensão? Quais? Qual seria melhor? Existem partes mais difíceis do que outras? Há pouca, suficiente ou muita informação? - Envolvimento: averigua se o destinatário reconhece o material como destinado a ele. Parece que esse material é destinado a pessoas como você? Por quê? Existe expressão que não é familiar? Qual? - Aceitação: permite confirmar se o enfoque, conteúdos e linguagem foram aceitos. Há algo neste material que você considera irritante ou ofensivo? As imagens que aparecem sobre homens e mulheres são estereotipadas? A linguagem utilizada é discriminatória? - Mudança da ação: busca comprovar se o material estimula uma mudança de olhar e atitude. A mensagem do material pede que faça

algo? O quê? Você está disposto a realizar? Por quê? Recomendaria que alguma pessoa próxima de você realize essa mudança de olhar?

O Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa: “[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA [...]” foi avaliado segundo o roteiro que consta no Apêndice (E), com questões fechadas.

Para fins de avaliação quantitativa utilizamos a escala de Likert:

A Escala Likert, criada pelo Rensis Likert, é uma escala usada para é identificar a atitude das pessoas (entrevistados) em relação aos objetos de estímulo fornecidos, perguntando-lhes até que ponto eles concordam ou discordam deles. A escala é tipicamente uma escala de categoria de cinco respostas que varia de “discordo totalmente” a “concordo totalmente” (Carvalho, 2019b).

A escala Likert, chamada de “Par” de 4 pontos, significa que:

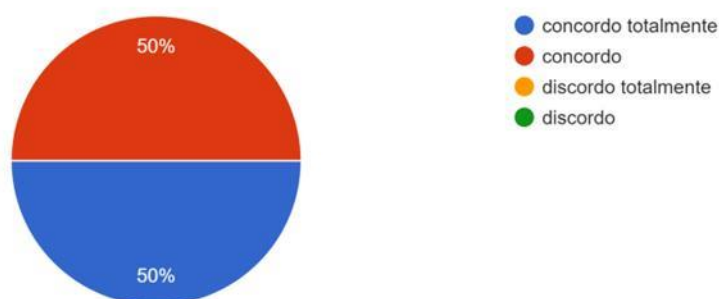
Escala para Importância Likert de 4 pontos: Esse tipo de escala Likert permite que os pesquisadores incluam 4 opções extremas sem o fornecimento de uma opção neutra. Aqui, os vários graus de importância são representados em uma escala Likert de 4 pontos (Carvalho, 2019b).

A escala é utilizada para saber a concordância do público sobre um produto elaborado. Portanto, elencamos no Apêndice (E) uma série de perguntas que guiaram a avaliação do produto educacional. As respostas foram definidas como: concordo totalmente, concordo, discordo totalmente, discordo. Após a avaliação pelos participantes e convidados, realizamos a análise das respostas.

Gráfico 1 - Conteúdo do produto educacional

1- O conteúdo do produto educacional chama a atenção de profissionais da assistência estudantil?

4 respostas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)



### Gráfico 2 - Informações do produto educacional

4- Você concorda que as informações do produto educacional são suficientes?

4 respostas

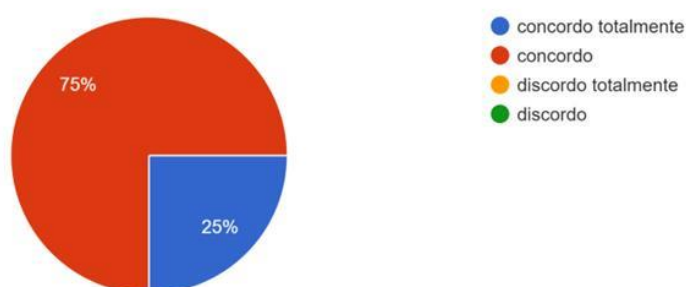


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

### Gráfico 3 - Familiaridade do produto educacional com o público idoso

5- Você concorda que o produto educacional tem familiaridade com o público ao qual é destinado?

4 respostas

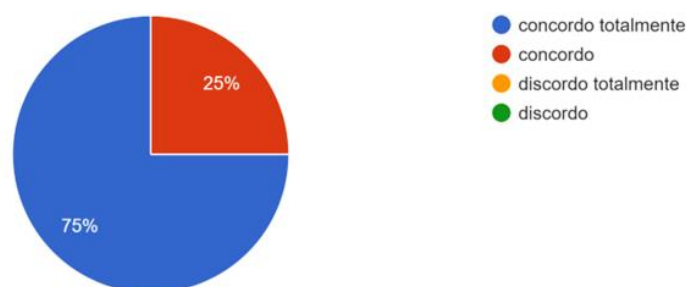


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

### Gráfico 4 - Mudança de olhar sobre a pessoa idosa

9- Você concorda que o material do produto educacional estimula uma mudança de olhar sobre a pessoa idosa?

4 respostas

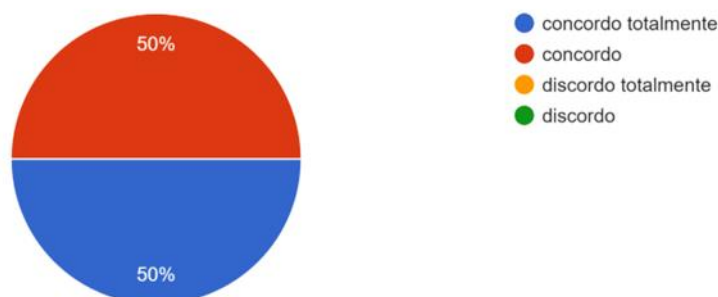


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Gráfico 5 - Mudança de atitude em relação a inclusão da pessoa idosa

10- Você concorda em recomendar este produto educacional para outra pessoa porque contribui para uma mudança de atitude em relação a inclusão... idosas na educação profissional e tecnológica?

4 respostas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Os aspectos do produto educacional como conteúdo, informação, familiaridade com o público das pessoas idosas, mudança de olhar e de atitude em relação às pessoas idosas foram avaliados positivamente pelos participantes e avaliadores e estão demonstrados nos Gráficos acima, de 1 a 5. As informações do produto educacional foram 100% aprovadas como suficientes.

Gráfico 6 - Alteração no produto educacional

2-Você concorda que deve haver alteração no conteúdo do produto educacional?

4 respostas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

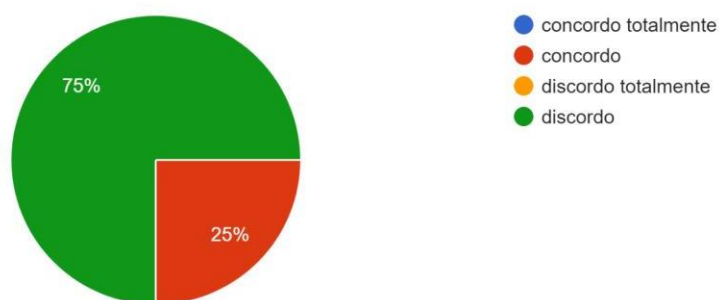
A partir da avaliação demonstrada no Gráfico 2, compreendemos que as informações do produto educacional são 100% suficientes, como demonstram os quadros. Mas, deve haver alterações no produto educacional, segundo o Gráfico 6.

Abaixo traremos os aspectos em que 25% da avaliação refere alguma questão negativa em relação ao produto educacional.

Gráfico 7 - Palavras difíceis no produto educacional

3- Você concorda que existem palavras de difícil compreensão no produto educacional?

4 respostas

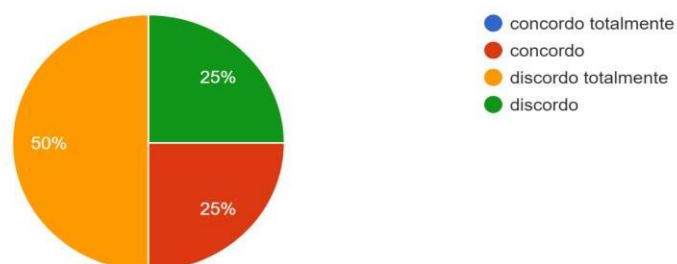


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Gráfico 8 - Ofensas no produto educacional

6- Você concorda que no produto educacional existe algo ofensivo?

4 respostas

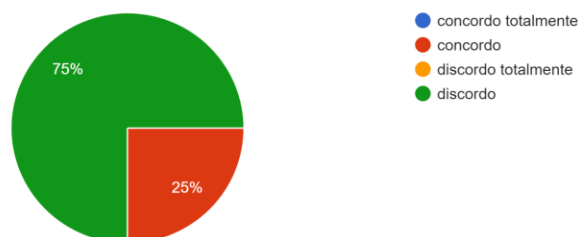


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Gráfico 9 - Imagens estereotipadas

7- Você concorda que as imagens das pessoas idosas utilizadas no produto educacional são estereotipadas?

4 respostas

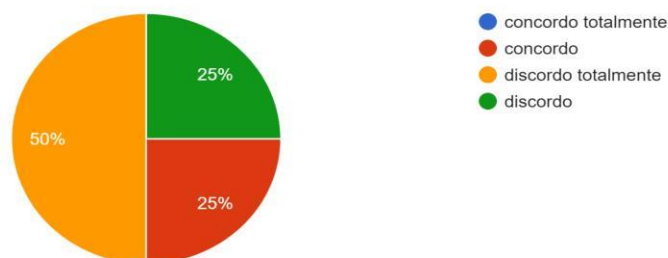


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

### Gráfico 10 - Linguagem discriminatória

8- Você concorda que a linguagem utilizada no produto educacional é discriminatória?

4 respostas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Considerando que os aspectos sobre “palavras difíceis”, “ofensas”, “linguagens discriminatória” e “imagens estereotipadas” são questões colocadas por 25% dos avaliadores, ou seja, existe a concordância de que no produto educacional esses elementos são colocados e são negativos. Em suma, 50% dos avaliadores assinalaram que deve haver mudanças no produto educacional. Assim, a primeira medida foi retirar do texto de apresentação do produto educacional a palavra “velho” que pode ser considerada ofensiva, e também a palavra gerontóloga. Acrescentamos também palavras no glossário e indicamos livros. Essa segunda medida foi sugerida no momento da apresentação do produto educacional à equipe multidisciplinar da assistência estudantil do IFPE *Campus* Recife.

**À Sabedoria Paterna das Mãos que Cuidam...**



**Antônio Napoleão dos Santos, 73 anos (Meu Pai)**

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa de campo e dialogarmos com as nossas referências teóricas, entendemos ser fundamental iniciar trabalhando ou reafirmando a categoria percepção. Isto porque não trabalhamos com mais detalhes no item de referencial teórico. A referência teórica escolhida de percepção tem por base a concepção da Teoria Sociocultural de Vygotsky.

As pesquisas que traçam indicadores de percepção contribuem, segundo Cunha e Giordan, “para a formulação de políticas públicas e definição dos rumos, ações e financiamentos para Ciência e Tecnologia de um país”; eles acrescentam que “os indicadores servem deste modo, como parâmetros gerais do que a população de um determinado país pensa, entende e a forma como essa população interage com a Ciência e a Tecnologia no seu contexto sociocultural” (Cunha; Giordan, 2012, p. 113).

Com base na teoria sociocultural de Vygotsky, entende-se que:

É por meio de um universo de **percepções** e significações que o indivíduo constrói e interpreta o mundo. O que ocorre são trocas estabelecidas entre os membros de uma determinada cultura e, num **processo de constante** interação **recriam, reinterpretem e ressignificam informações e conceitos** (Cunha; Giordan, 2012, p. 114, grifo nosso).

A elaboração conceitual se dá mediante um processo envolvendo abstrações, análises e generalizações. E este processo é guiado pela palavra e contato com a realidade dos indivíduos, que “recortam e categorizam experiências do mundo e produzem suas próprias significações”. Para Vygotsky, existe uma combinação direta das “diversas formas da doutrina da imaginação e do sentimento” com o processo de percepção, se não houver essa combinação a interpretação será incompleta (Cunha; Giordan, 2012, p. 114).

Um aspecto especial da percepção humana - que surge em idade muito precoce - é a percepção de objetos reais. Isso é algo que não encontra correlato análogo na percepção animal. Por esse termo eu entendo que o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado (Vygotsky, L. S., 1991, p. 25).

A seguir (Quadro 9), iremos tratar as percepções de assistência estudantil e envelhecimento apresentadas nos relatos das entrevistas com as profissionais da assistência estudantil.

## Quadro 9 - Contexto das percepções gerais (a)

O que você pensa sobre assistência estudantil?
<p>A assistência estudantil é "<u>um grande benefício</u>". Também considera que a assistência estudantil é um bem enorme quando se tem e se faz, esse bem é para o aluno e a instituição. "<u>Muito útil e importante</u>". Compreende ainda que o <u>setor da saúde é bom para os alunos</u> e que <u>o serviço social precisa de mais recursos</u>. Entretanto é um setor que faz e atua com os alunos. Os serviços de <u>creche refeitório são importantes</u> e critica o fato de o órgão ter mais de 100 anos e ainda <u>não oferecer esse serviço aos alunos</u> (Campo Belo 3).</p>
<p>"Assistência estudantil, eu entendo que <u>é uma política pública para garantir a permanência e o êxito dos estudantes</u>. Principalmente os <u>estudantes oriundos das classes trabalhadoras</u>, conseguem concluir, permanecer e concluir os seus cursos. A formação, e aí no instituto, tanto a formação secundária, formação chamada secundária, mas o ensino médio integrado, como o ensino técnico e como a educação superior também, tendo em vista que é uma instituição verticalizada, que oferta essas modalidades de ensino, então é uma política que visa contribuir. Sobretudo, os estudantes, como eu falei, orientados às classes trabalhadoras, apesar de a gente ter o entendimento que <u>deveria ser uma política universal também</u>. Uma política que atendesse todo mundo, que uma vez entrando, uma vez estudante, deveria ter essa possibilidade, essa contribuição. <u>Porque nem todos os estudantes são trabalhadores, e mesmo os estudantes trabalhadores precisam desse suporte</u>. E porque a gente entende que a grande maioria dos estudantes são oriundos das classes trabalhadoras. Então <u>já contribuem com a sociedade, de certa forma, e deveriam ter esse retorno</u>. De uma forma geral, assistência estudantil, dessa forma. E aí, ela é institucionalizada, ela vai ter algumas diretrizes, alguns princípios, se concretizar através de alguns programas, para dar suporte à diversidade de estudantes também que a gente atende. E aí a gente atende estudantes de <u>gêneros distintos, de orientações sexuais distintas, de raça, que tem um recorte de raça muito forte</u>. E aí a gente vai tentando, através desses programas, dos seus objetivos, da sua metodologia, alcançar essa diversidade de público" (Campo Belo 4).</p>
<p>"A assistência estudantil <u>é um conjunto de ações, de políticas que são utilizadas, que são adaptadas no sentido de viabilizar a permanência e o êxito dos estudantes</u>, né, em suas especificidades, em sua diversidade, porque a gente tem um campus grande e mesmo um campus pequeno, há uma diversidade, né, em relação à condição socioeconômica, em relação à condição de gênero, enfim, diferentes nuances, né, que constituem o sujeito, o estudante, e aí a <u>gente precisa viabilizar que esse estudante, dentro do contexto específico de vida dele, consiga acessar a instituição, mas principalmente permanecer e lograr êxito na formação</u>" (Campo Belo 5).</p>
<p>"Sandra, eu compreendo que <u>é um programa imprescindível</u>, principalmente pra esse público, né, que é exatamente o nosso, são os nossos clientes, né, digamos assim, falando da forma mais voltada pra mercado. Porque existe realmente uma proposta, a missão realmente do Instituto Federal é a proposta da inclusão, né, e a gente sabe que <u>existe majoritariamente um público com a condição socioeconômica muito aquém</u> e que tem uma série de limitações, transporte, alimentação, manutenção mesmo, permanência, alguns fatores, né, como por exemplo auxílio, <u>esses auxílios emergenciais são muito bem-vindos</u>, né, a gente tem alguns <u>alunos aqui que tem algumas limitações</u>, na própria operacionalidade, por exemplo, né, um <u>óculos, às vezes uma necessidade de uma consulta particular com o psiquiatra, com a psicologia</u>, então às vezes a gente precisa realmente desse auxílio, <u>aí tem bastante social</u>, eu vejo na verdade o <u>serviço social de forma muito sensível</u>, né, acho que <u>vocês têm um feeling muito bacana</u> e tudo o que vocês puderem fazer pra viabilizar, vocês assim fazem" (Campo Belo 7).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quanto ao envelhecimento humano, a concepção das profissionais entrevistadas está no Quadro 10 a seguir.

## Quadro 10 – Contexto de percepções gerais (b)

O que você pensa sobre envelhecimento humano?
"É uma decadência humana" (Campo Belo 3).
<p>"Como eu te falei, eu não tenho uma compreensão, talvez, aprofundada sobre essa temática. Acho que deveria, acho que todo profissional deveria, e a gente que atende, como eu falei, uma diversidade de público deveria se aprofundar nessas discussões. Mas vamos lá, se eu consigo sistematizar algo do que eu tenha já visto, escutado, a pouca leitura que eu tenha feito sobre isso. Eu acho que envelhecimento humano é a gente conseguir avançar em algumas faixas etárias e a gente conseguir acumular enquanto ser social. Acho que o envelhecimento humano, ele é isso, é a gente conseguir transpor algumas etapas da vida. A gente passa da criança, adolescente, juventude, adulto, e a fase do envelhecimento, eu acho que teria essa etapa final, não sei se poderia dizer assim. Mas que a gente também ainda, e que essa etapa faz a gente acumular algumas necessidades também. Eu acho que a gente vai ter um acúmulo aí de conhecimento, um acúmulo de experiência, mas do ponto de vista talvez físico, a gente acumula algumas necessidades. A gente tem uma fase talvez que a gente esteja mais propício ao adoecimento mesmo, a questão de saúde fica uma questão muito latente pra gente. Mas é uma fase também que eu acho que a gente tem muito a contribuir do ponto de vista da experiência acumulada, do ponto de vista do conhecimento acumulado também. Infelizmente, na sociedade capitalista e na configuração da sociedade que a gente vive, a gente despreza muito essa etapa da vida. E as pessoas acabam acumulando também um monte de carência e de necessidade. Acho que afetiva, eu acho que também de, tá me faltando a palavra, é afetiva mas também de trocas, tá me faltando a palavra. Não sei se você como pesquisadora pode ajudar, mas é do ponto de vista da sociabilidade também. Carência afetiva, de sociabilidade, por esse desprezo dessa organização social que a gente tem pra além, despreza essa etapa da vida. De achar que a gente só acumula necessidades e na verdade a gente talvez acumule necessidades, mas a gente acumule também muita experiência, muita sabedoria. Enfim, de fato assim, eu tenho pouca acumulação sobre isso" (Campo Belo 4).</p>
<p>"Esse é um tema, assim, até difícil pra mim, porque eu tenho pouca aproximação teórica, até pessoalmente, eu já refleti muito pouco sobre isso, assim, até do ponto de vista pessoal, mas eu entendo que o envelhecimento humano é um processo natural de amadurecimento do sujeito, tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista também de experiência de vida, que vai reunindo um conjunto de conhecimentos, um conjunto de saberes, práticos, que vai constituindo uma história. Quanto mais o velho, digamos assim, maior a história de vida, de experiência, de conhecimento desse sujeito, por aí mais ou menos" (Campo Belo 5).</p>
<p>"Processo natural, né, da nossa composição, faz parte do nosso ciclo e assim, eu acho que é bacana você ter um enredo pra falar um pouco sobre o seu sentido de vida, né, eu gosto muito dessa perspectiva, assim, por exemplo, como é que você conta a sua história depois de uma certa idade, então, e o que a gente tenta construir aqui com os alunos é exatamente isso, né, como é que eu construo minha história de vida depois que eu concluo esse curso, depois que eu encontro um trabalho, volto, na verdade, às vezes, né, como pra, de certa forma, prestigiar a instituição ou passar nos setores pra agradecer o que foi feito por mim pra ter chegado nesse lugar, então a gente acha extremamente gratificante" (Campo Belo 7).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os estudantes entrevistados concebem a assistência estudantil, como verifica-se a seguir no Quadro 11.



Quadro 11 – Contextos de percepções gerais (c)

<b>CATEGORIA: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b>
<p>R-<u>"é bom é uma ajuda. Principalmente aos jovens que não tem emprego. Dá para comprar "modos" remédio e etc."</u> [Perguntamos se procurou a assistência estudantil] R-respondeu que sim e inclusive foi <u>aluno colaborador</u> durante três anos e recebi o valor de um salário mínimo no momento que realizou o primeiro curso. Disse que já trabalhou na sala dos professores e até no serviço social. [Perguntamos sobre a necessidade] R-<u>Ele respondeu que foi aumentar a renda para pagar luz, água.</u> Naquele momento não era deficiente físico, ele estava se referindo ao momento do primeiro curso. As necessidades que ele referiu também são por psicologia citou [xx e xx], pedagogia citou [xx e xx], serviço social citou [xx e xx], <u>programa de bolsas de recursos financeiro aluno colaborador, médico</u> citou [x] para ferir a pressão, disse que não utilizou dentista. (A profissional do serviço social nos disse que o estudante foi procurar em 2023 o <u>programa para óculos</u>). [Perguntamos se a necessidade foi atendida] R-Diz que a sua necessidade foi atendida com muita educação e respeito (Campo Belo 1).</p>
<p>R-<u>"é ótimo"</u> mas não desenvolveu outro pensamento. [Sobre a necessidade] R-A necessidade foi de programa de <u>bolsas de recursos financeiros serviço social e dentista</u>. Não Procurou a psicologia pedagogia médico e nem outros serviços. R-Disse que a <u>necessidade foi atendida</u>. R-Compreende que a assistência estudantil contribui para a inclusão de pessoas idosas e disse frases curtas como: "<u>a assistente social com bolsa</u>"; "<u>dentista para aluno e servidor</u>"; e não foi para outros setores (Campo Belo 2).</p>
<p>R- Olha, aqui existe assistência estudantil, mas <u>eu acho que pra idoso, eu não conheço nenhuma, não</u>. Tem assistência estudantil, aquela que você... Permanência, né? Assistência permanência na... Inclusive, <u>essa menina aqui, a minha nora, ela tá fazendo parte</u>. Ela se inscreveu e foi contemplada. Assistência estudantil[ele não identificou que possivelmente também estava no critério de receber o benefício, visto que moram na mesma residência, <u>percebemos seu cuidado com os jovens</u>]. R-[Sobre a assistência estudantil e inclusão] <u>Porque tem muitas pessoas idosas que querem retornar a estudar e muitas delas não têm, assim, a condição financeira pra estar fazendo o deslocamento</u>. E essa <u>assistência vem a beneficiar essas pessoas e dá oportunidade</u> pra que elas possam concluir um curso superior ou subseqüente ou o tecnólogo (Campo Belo 6).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Visto a percepção sobre assistência estudantil, diante das colocações sobre os aspectos da percepção humana, analisaremos ainda as percepções dos estudantes a partir do conceito de inclusão trabalhado no referencial teórico. E sobre inclusão elegemos o seguinte conceito:

[..] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sasaki, 2009, p. 1).

Sasaki traz exemplos das dimensões da inclusão, como: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, portanto, a seguir (Quadro 12) iremos identificar como os participantes da pesquisa revelaram essas dimensões em seus relatos.

Quadro 12 – Contextos de percepções gerais (d) (continua)

CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: INCLUSÃO PROGRAMÁTICA
campo belo 1	[Perguntamos se a A.E contribui com a inclusão] R- sim "porque tem idoso que <u>não ganha um bom dinheiro</u> " .
campo belo 2	Compreende que a assistência estudantil contribui para a inclusão de pessoas idosas e disse frases curtas como: " <u>a assistente social com bolsa</u> ";
campo belo 6	[sobre conhecer a estrutura do IFPE] R- né? sim. E a minha família, quase toda, passaram pelo IFP. Eu não tinha anteriormente, pelo colégio, dois filhos, todos são alunos, formaram-se em um técnico. Irmão, sobrinho. Então, <u>eu já conhecia a estrutura</u> e a gente tem, assim, <u>uma visão muito boa</u> do tipo de ensino, a seriedade que tem[...]. <u>Eu sempre elogiei. Inclusive, incentivei as pessoas.</u> Essa minha nora, aqui. Que tá estudando aqui, também. Já fui <u>eu que incentivei, porque ela tinha terminado o segundo grau</u> e tava sem fazer nada, jovem. 23 anos, por aí. Aí, eu vim fazer isso. Eu me inscrevi e mandei ela se inscrever. [...] ela fez também. Aí, ela tá fazendo edificações aqui. É. Então, ela já se inscreveu pro ENEM. Eu acho que foi por isso que eu me inscrevi pra ela, que ela despertou e está aí, voltando pra estudar. R-Não, porque eu já tinha passado 15 dias com ela. Então, esses 15 dias, <u>eu perdi muita aula. Eu conseguia justificar.</u> Mas eu <u>não acompanhava mais as aulas.</u> Se passar 15 dias, a gente tem em média 5 aulas por dia. <u>É muita coisa pra você, posteriormente, você acompanhar.</u> [não existe na instituição respaldo para que o estudante ficasse esse período utilizando outras formas de acessar o conteúdo, caso fosse possível diante de sua realidade de cuidado].
CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: INCLUSÃO COMUNICACIONAL
campo belo 1	R- Sou " <u>mais chegado</u> " <u>com os rapazes.</u>
campo belo 2	R-Na relação com os colegas diz que " <u>são ótimos</u> ". "A representante da sala "passa" e envia mensagem para o celular. O que deve estudar naquela cadeira". Tem duas representantes. Sobre a relação com servidores disse que " <u>atende bem</u> " e " <u>são ótimos</u> ". [xx] (servidor) é procurado pelo estudante. E <u>ajuda com senhas, celular, renovação de matrícula.</u> R-Sobre o que espera do IFPE como estudante de educação profissional disse que vai mudar a experiência na profissão de segurança de trabalho. R-Sobre como percebe o tratamento do IFPE com pessoas idosas disse " <u>trata bom</u> ". E concorda com o tratamento que as pessoas idosas recebem no IFPE " <u>devem ser bem tratados pela idade deles</u> ". Acrescentou que o motorista não está nem aí para os idosos. [sobre como se sente bem no IFPE] R- responder o quê:" na sala conversando". Também se <u>sente bem na biblioteca</u> quando se reúne para fazer o trabalho. Os colegas fazem o trabalho cedo e quando ele chega já está quase terminando. Mas os colegas ajudam ele.
campo belo 6	R-Não, não. Veja bem. <u>minha dificuldade que foi da minha esposa adoeceu.</u> ela amanheceu sentindo assim uns sintomas [...]tá? E aí, eu fiquei mais ligado nela. E aí, fiquei com medo. Primeiro, eu levei ela pro hospital. Quando chegou lá, ela já foi direto pra UTI. Depois, eu levei ela pra UTI. Depois, ela passou mais uma semana internada. [...] fazer um implante . E aí, eu fiquei com medo pra ela. Eu fiquei cuidando dela. fiquei com medo [...]Depressão. Porque ela já havia tido antes. Então, assim, eu fiquei com medo que voltasse.[sentimos falta do apoio psicológico para o estudante visto que sua esposa está adoecida, e ele está abrindo mão do seu sonho para cuidar dela]. R-Olha... Você disse aqui no Campo Recife? Olha, eu aqui no Campo Recife, <u>eu estou tendo uma dificuldade porque a turma é toda jovem.</u> O aluno mais velho ali tem 30 anos, no máximo. Eu acho que não tem 30 anos. <u>E eu com 72, então a gente fica meio receoso de entrar numa turma e ele não aceitar, tá entendendo? Eu me ambientei bem com ele. Bom dia, boa tarde, como foi a aula ontem? Às vezes, quando eu faltava, ele me dava um assunto de ontem, que a gente pudesse passar. Mas assim, <u>criar turma e entrar em turma,</u> assim, para no meio, porque eu fiquei com medo disso [não conseguiu participar de um grupo].</u>

Quadro 12 – Contextos de percepções gerais (d) (conclusão)

<b>CÓDIGO DO PARTICIPANTE</b>	<b>CATEGORIA: INCLUSÃO ATITUDINAL</b>
campo belo 1	[Perguntamos se a necessidade foi atendida] R-Diz que a sua <u>necessidade foi atendida com muita educação e respeito</u> . R-ele disse que " <u>o diretor mandou deixar para lá</u> " (se referindo a discriminação que sofreu pela médica que o atendeu no setor de saúde). [Sobre como se sente melhor no IFPE] " <u>gosto de vir para cá apesar de não ter um ambiente para idoso</u> ".
campo belo 2	-
campo belo 6	R-Olha, eu, particularmente, <u>fui bem tratado aqui</u> . [...] Porque o tratamento que eles dão aos idosos, pelo menos a mim, é o tratamento que eles dispensam a todos.
<b>CÓDIGO DO PARTICIPANTE</b>	<b>CATEGORIA: INCLUSÃO METODOLÓGICA</b>
campo belo 1	[sobre a experiência no IFPE] Disse ainda que <u>aprendeu muito e ficou com a cabeça diferente</u> . Mas achou <u>ruim cálculo</u> .
campo belo 2	R-" <u>Bom</u> ". (Ao descrever sobre a vivência de ser estudante do IFPE disse que se sente e em seguida falou o curso)" <u>O curso</u> ".
campo belo 6	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Visto que acima organizamos de forma geral os resultados e identificamos as categorias e as unidades de registro, agora iremos discutir e identificar nos relatos dos estudantes que participaram da pesquisa, quais os momentos em que as dimensões da acessibilidade são colocadas para que percebam a assistência estudantil desenvolvendo ações de inclusão. A partir desta constatação, iremos dialogar com a literatura encontrada e trazer os aspectos mais relevantes demonstrados nos relatos durante as entrevistas de campo.

Antes disso, trabalharemos as noções de pertencimento e as percepções de dificuldades e facilidades no acesso, na permanência e no êxito. Para tanto, conceituaremos cada uma dessas categorias à medida que vamos realizando a discussão.

Quadro 13 – Contextos de percepções gerais (e) (continua)

<b>CÓDIGO DO PARTICIPANTE</b>	<b>CATEGORIA, UNIDADE DE REGISTRO E CONTEXTO</b> <b>CATEGORIA: ACESSO</b>
campo belo 1	R-Um <u>amigo</u> que trabalhava no centro de convenções <u>fez a inscrição</u> para o processo seletivo/ingresso no IFPE <i>Campus</i> Recife. A inscrição foi realizada pela internet. Tanto na primeira seleção quanto na <u>segunda seleção este mesmo amigo fez a inscrição do estudante</u> R2- Quando foi <u>fazer a matrícula passou mal e foi aferir a pressão no setor de saúde</u> do campus (ficou emocionado). E essa foi a primeira experiência com a assistência estudantil ele já havia prestado serviços para o pai da médica que o atendeu no IFPE, porque trabalhou como motorista.
campo belo 2	R- <u>A inscrição no processo seletivo foi realizada pela pessoa que prestava serviços numa lan house</u> , o estudante disse que essa pessoa ajudou a fazer a inscrição. R2- R-Em relação a dificuldade de acessar o IFPE disse que não teve dificuldades
campo belo 6	[Quem fez a sua inscrição no IFPE] <u>Fui eu</u> .

Quadro 13 – Contextos de percepções gerais (e) (continua)

CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: PERMANÊNCIA
campo belo 1	R-[...] na permanência referiu que <u>teve problemas com a médica que o atendeu no setor de saúde</u> , porque quando ele voltou a estudar no IFPE no curso de gestão de turismo essa mesma médica quando o viu disse: o que você está fazendo aqui está tirando a vaga de um jovem. O estudante ficou muito triste e disse que passou três dias chorando. R-. <u>Alguns professores</u> como de inglês quando ver <u>baixa a cabeça</u> . "Se não morrer vai ficar idoso". R- Ele respondeu que foi <u>aumentar a renda para pagar luz, água</u> . Naquele momento não era deficiente físico, ele estava se referindo ao momento do primeiro curso [neste curso atual: (A profissional do serviço social nos disse que o estudante foi <u>procurar em 2023 o programa para óculos</u> ).]r-R- " <u>melhores coisas que aconteceu na minha vida em matéria de estudo</u> " [experiência no IFPE].
campo belo 2	R[...] em relação a permanência referiu <u>dificuldade em algumas cadeiras como por exemplo estatística</u> . O percurso também é uma dificuldade porque <u>utiliza dois ônibus para chegar ao Campus</u> . R2- A necessidade foi de programa de <u>bolsas de recursos financeiros serviço social e dentista</u> . Não Procurou a psicologia pedagogia médico e nem outros serviços. R- Compreende que a assistência estudantil contribui para a inclusão de pessoas idosas e disse frases curtas como: "a assistente social com bolsa"; "dentista para aluno e servidor"; e não foi para outros setores.
campo belo 6	R[...] . minha dificuldade que foi da minha esposa adoeceu. ela amanheceu sentindo assim uns sintomas [...]tá? E aí, eu fiquei mais ligado nela. E aí, fiquei com medo. Primeiro, eu levei ela pro hospital. Quando chegou lá, ela já foi direto pra UTI. [esse afastamento, conseguiu alguma liberação aqui?] R- Não, porque eu já tinha passado 15 dias com ela. Então, esses 15 dias, eu perdi muita aula. Eu conseguia justificar. Mas eu não acompanhava mais as aulas. Se passar 15 dias, a gente tem em média 5 aulas por dia. É muita coisa pra você, posteriormente, você acompanhar. R-[O senhor já procurou assistência estudantil?] Não, porque <u>eu não procurei, porque quando eu fazia lá em Barreiros, a minha renda, ela tinha um teto</u> de... de renda per capita, né? A renda familiar, tinha um teto. Pronto, aí a minha nora, não tinha essa nora ainda, certo? E aí ultrapassava esse teto, esse piso esse teto, né? E aí eu não conseguia, <u>nem me inscrevi</u> , porque eu vou deixar pra quem tem mais necessidade. (Neste momento não fizemos a ligação da renda dele e onde a nora reside, porque se ela mora na mesma casa com ele, então ele tem direito a assistência estudantil). R- [Tem alguma coisa dessa convivência que o senhor queira destacar?]Não, foi boa. Eu <u>tive uma convivência boa com professores, alunos, servidores</u> . Muito bom. Uma recepção muito boa.
CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: ÊXITO
campo belo 1	R- Quanto ao êxito ele referiu que no primeiro curso de refrigeração após concluir <u>trabalhou durante dois anos na área</u> . [O que você espera do IFPE como estudante da educação profissional? ] Ele espera da educação profissional: <u>trabalhar, ter bons conhecimentos, diploma e respeito</u> .
campo belo 2	R- Sobre o êxito não fez referência. (MAS, COMENTOU QUE parou O CURSO por um ano, não sabemos se foi por conta da pandemia). Mas, ele havia afirmado que <u>trancou o curso uma vez</u> . [O que você espera do IFPE como estudantes da educação profissional? ] R-Sobre o que espera do IFPE como estudante de educação profissional disse que vai <u>mudar a experiência na profissão de segurança de trabalho</u> .

Quadro 13 – Contextos de percepções gerais (e) (conclusão)

CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: ÊXITO
campo belo 6	<p>R- Não, porque eu já tinha passado 15 dias com ela. Então, esses 15 dias, eu perdi muita aula. Eu conseguia justificar. <b>Mas eu não acompanhava mais as aulas.</b> Se passar 15 dias, a gente tem em média 5 aulas por dia. É muita coisa pravoçê, posteriormente, você acompanhar. R[...] eu fiz há uns seis anos atrás, seis, oito anos, eu fiz agroecologia em barreiro, em um IF barreiro. <u>E aí, eu tive que me afastar</u>, porque um amigo meu foi prefeito de uma cidade em Alagoas, e me convidou para trabalhar com ele. [...] Sim, em barreiros fiz agroecologia mas não concluiu, saí no fim do 5 período. R-[ sobre o afastamento neste curso atual por conta da saúde da mulher] <u>Eu conseguia justificar. Mas eu não acompanhava mais as aulas.</u> R- [ o que espera como estudante de uma educação profissional? ] Olha, a minha inscrição nesse curso foi na seguinte perspectiva. Quando eu fiz o curso de gestão ambiental, essa área de saneamento, a gente viu muito pouco. E mesmo assim, só a distância, só a aula à distância. Então, quando eu abri essa inscrição, eu vi a oportunidade de ver em prática, de ter aulas práticas com professores, de ter experiência em pesquisa. E até ver em lócus como eles fariam, se aplicaria esse conhecimento (se referindo a questão do saneamento). R-[ o senhor pretende ingressar no mercado de trabalho?] Sim. <u>Eu me sinto ainda com força.</u> Me sinto com força ainda. Me sinto ainda com condições de...[ tem perspectiva do mercado de trabalho?] <u>Sim, do mercado de trabalho.</u> Até <u>porque agora, depois do governo lula, ele teve um marco para saneamento.</u> Estabeleceu mais outra data, para que todos os municípios tenham o...</p>
CÓDIGO DO PARTICIPANTE	CATEGORIA: PERTENCIMENTO
campo belo 1	<p>R- ele disse que <u>não participa de grupos de pessoas idosas, mas gostaria de participar.</u> R- "melhores coisas que aconteceu na minha vida em matéria de estudo". [experiência no IFPE] R- "<u>gosto de vir para cá apesar de não ter um ambiente para idoso</u>". Acrescentou que a idade para entrar no serviço público deveria aumentar a depender da Saúde da pessoa. Poderia ser até 80 anos. Porque ficar sem trabalhar traz depressão.</p>
campo belo 2	<p>R-<u>Não participa de grupo de pessoas idosas.</u></p>
Campo belo 6	<p>[o sr. Participa de grupo de pessoas idosas?] R-<u>Não.</u> R-[Tem alguma coisa dessa convivência que o senhor queira destacar?]<u>Não, foi boa. Eu tive uma convivência boa com professores, alunos, servidores. Muito bom. Uma recepção muito boa.</u> R- Olha... Você disse aqui no Campo Recife? Olha, eu aqui no Campo Recife, eu estou tendo uma dificuldade porque a turma é toda jovem. O aluno mais velho ali tem 30 anos, no máximo. Eu acho que não tem 30 anos. E eu com 72, então <u>a gente fica meio receoso de entrar numa turma e ele não aceitar, tá entendendo?</u> Eu me ambientei bem com ele. Bom dia, boa tarde, como foi a aula ontem? <u>Às vezes, quando eu faltava, ele me dava um assunto de ontem, que a gente pudesse passar.</u> Mas assim, <u>criar turma e entrar em turma, assim, para no meio, porque eu fiquei com medo disso.</u> [Não conseguiu encontrar um grupinho? ] Não, não consegui, por conta disso que eles são muito jovens e a gente, já idoso, <u>a gente fica com receio de que eles não aceitem.</u> R-[Se destacasse o fato do senhor ser idoso e estar entre os jovens, o senhor ia achar isso interessante?] Era bom, seria bom. Porque, muitas vezes, o jovem, ele nem se apercebe desse fato. <u>E se alguém chega ali e destaca, aí você está chamando a atenção. Aquilo pode fazer com que você se integre mais a esse grupo.</u> R-[sobre sua vivência no campus barreiros] Olha, minha experiência é boa. Inclusive, tenho feito, <u>quando eu estava em Barreiro, o diretório acadêmico do Barreiro, ele não existia só... Não tinha documento, era só um... De fato, ele existia só de fato, não de direito. O diretório acadêmico do IF Barreiro, ele existia só de fato. Mas não tinha nenhuma documentação. E eu me juntei com mais outro colega e a gente criou o estatuto. Eu registrei o estatuto em cartório, tá? Fizemos reuniões, elegemos a diretoria e deixamos ele 100% funcionando.</u></p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observa-se que nos mesmos discursos encontramos elementos de mais de uma categoria analisada. Portanto, ao longo do texto, é possível perceber algumas repetições de falas.

## 6.1 PERCEPÇÕES SOBRE PERTENCIMENTO, CONVIVÊNCIA, ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Os resultados e a discussão da pesquisa foram organizados em eixos: pertencimento à instituição e convivência interpessoal; acesso, permanência e êxito; e ações de inclusão por meio da política de assistência estudantil. Portanto, dialogamos aqui com os dados dos profissionais da assistência estudantil que participaram da pesquisa e com os dados dos estudantes idosos que participaram da pesquisa, além dos textos que trazem o respaldo teórico desta discussão.

A questão do pertencimento da pessoa idosa pode ser direcionada a partir de algumas vertentes, entre elas temos como exemplo os grupos de convivência entre a população idosa (geracional) e a participação social intergeracional.

Segundo Bulla (2009), os grupos de convivência tiveram origem nos Estados Unidos na década de 1940, e depois na França, em virtude do crescimento da população idosa. Aqui no Brasil apenas na década de 1970, observaram-se os primeiros sinais de valorização da presença desta população na sociedade, visto que na década anterior apenas 5% da população brasileira chegavam aos 60 anos de idade.

Os grupos de convivência “possibilita o compartilhamento das histórias individuais e a construção de uma história coletiva a partir do confronto de valores e ideologias”, como também “propicia o exercício de papéis, o enfrentamento de novos desafios e a busca da realização de sonhos comuns” (Ferrigno; Leite; Abigail, 2006, p. 1436). Cria-se, assim, um sentimento de pertencimento dos participantes a um corpo maior – o grupo – que se constitui mais do que a soma das partes (Bulla, 2009, p. 181).

Perguntamos aos três estudantes respondentes da pesquisa se participavam de grupos de idosos, campo belo 1, 2 e 6 responderam negativamente a essa alternativa. Desta forma, inferimos que essas pessoas não participam de grupos de idosos ofertados por outras políticas setoriais e nem do Núcleo 60+ do IFPE. O grupo de convivência formado por pessoas da mesma faixa etária ainda não foi implementado no IFPE *Campus* Recife, a exemplo do Núcleo 60+, que é uma proposta

institucional para o engajamento da população idosa interna e externa à instituição, além de outras ações e projetos.

Como já colocamos anteriormente, a partir dos dados recebidos, observamos que no IFPE a população masculina idosa é maior do que a feminina, essa característica difere quando se trata de grupos de convivência destinados especificamente para pessoas idosas. Um estudo de revisão bibliográfica nos mostra essa diferença:

No que concerne às características sociodemográficas, o resultado desta investigação encontrou **maior participação do público feminino**, idosos com baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto, viúvos ou casados, aposentados, com idade entre os 60 a 81 anos e com uma média de participação **nos grupos de convivência** de 6 a 10 anos (Dias; Souza; Manhães, 2020, p. 299, grifo nosso).

Este dado acima aponta para a necessidade de fortalecimento do Núcleo 60+ com ações que possam atender à comunidade interna e externa ao IFPE, a fim de acolher as demandas do público feminino que na realidade atual é minoria entre os cursos ofertados (técnicos, tecnólogos e superiores) pelo IFPE *Campus* Recife, ou ainda para fortalecer com maior divulgação este espaço educacional.

Por outro lado, como verificamos no início desta dissertação, encontramos um percentual maior de homens idosos no IFPE *Campus* Recife, e se considerarmos o pouco envolvimento dessa população masculina nos grupos de convivência, podemos inferir que este espaço educacional formal tem oportunizado um conjunto de experiências positivas que contribuem com um melhor envelhecimento da população masculina. Como declara o depoimento abaixo:

Olhe, eu acredito, acredito não, tenho certeza e conhecimento de que existem muitos idosos que tem vontade de voltar ao mercado de trabalho até pra fazer um complemento de renda ou pra deixar de ser ocioso. E não vem porque não conhece os cursos profissionais que existem dentro do IF (Campo Belo 6, 2023).

Como já colocamos em outros momentos, compreendemos que a pessoa idosa poderá acessar a educação profissional e tecnológica, seja para buscar ou aprimorar conhecimentos para o mundo do trabalho, seja para construir ao longo da vida o seu Ser Social.

Por outro lado, a educação profissional e tecnológica hegemonicamente nos IFs, ao que parece, não está voltada apenas para a formação profissional com fins de inclusão no mundo do trabalho, mas coaduna com “a definição da educação como

formação humana” (Saviani; Duarte, 2010, p.422), e essa formação ocorre em todas as fases da vida humana. Historicamente, é defendida “no âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da “educação politécnica” como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional” (Ciavatta, 2014, p. 190-191).

A educação é aqui entendida como parte constitutiva do ser social. Do ser que se forma por meio do trabalho. Saviani (2007, p. 154) diz que “o homem não nasce homem. Ele forma-se homem” [...]. “Ele necessita aprender a ser homem” [...] “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo”. É desta forma que surge o **Ser Social** e surge também a sua relação com o Trabalho e com a Educação. É o ser que nasce pelo trabalho e pela educação. Segundo Saviani (2007, p. 154), para “produzir sua própria vida”. As pessoas idosas têm esse direito. De produzir e reproduzir sua própria vida por elas mesmas e em coletivo (respeitando sua autonomia e independência). Dadas algumas condições de vulnerabilidade, no contexto do capital, são fundamentais a proteção social, seja da família, da comunidade, da sociedade e do poder público. Proteção Social, como refere o Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil.

Reforçamos que a questão do trabalho referida nesta fundamentação dialoga com a “compreensão do trabalho no seu duplo sentido”, segundo Ramos (2014, p. 91):

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (Lukács, 1978 *apud* Ramos, 2014, p. 91).

Além dos grupos de convivência, o Estatuto da Pessoa Idosa traz uma proposta da convivência intergeracional que também é uma maneira de “conferir status social aos idosos, de forma que eles possam desenvolver o sentimento de pertencer à sociedade” (Bulla, 2009, p. 179). Na legislação, prevê:

Art. 3º **É obrigação** da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à



cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º A **garantia de prioridade compreende:**

IV – viabilização de formas alternativas de **participação**, ocupação e convívio da pessoa idosa **com as demais gerações**; (Brasil, 2003, grifo nosso).

Neste sentido, o espaço de convivência das pessoas idosas dentro do IFPE *Campus Recife* deverá dialogar com o que já vem acontecendo em outras localidades:

As universidades, reconhecendo também o significado da participação social dos idosos, passaram a abrir suas dependências e seus serviços para esse público, antes direcionados aos jovens, de forma quase exclusiva, tornando-se, na atualidade, espaços estratégicos de troca intergeracional e de qualificação profissional para o atendimento especializado à terceira idade, contingente da população em acelerado processo de crescimento (Bulla, 2009, p. 179)

Perguntamos como era a relação das pessoas idosas com os colegas de sala, em sua maioria jovens, a partir do que verificamos nas bases de dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023).

Olha, eu aqui no Campo Recife, eu estou tendo uma dificuldade porque a turma é toda jovem. O aluno mais velho [...] tem 30 anos, no máximo. Eu acho que não tem 30 anos. E eu com 72, então a gente fica meio receoso de entrar numa turma, e ele não aceitar, tá entendendo? Eu me ambientei bem com ele. Bom dia, boa tarde, como foi a aula ontem? Às vezes, quando eu faltava, ele me dava um assunto de ontem, que a gente pudesse passar. Mas assim, criar turma e entrar em turma, assim [...] eu fiquei com medo disso. [Não conseguiu encontrar um grupinho?] Não, não consegui, por conta disso que eles são muito jovens e a gente, já idoso, a gente fica com receio de que eles não aceitem (Campo Belo 6, 2023).

O relato acima sinaliza dificuldades, porém o estudante demonstra atitudes de aproximação, e obteve solidariedade de um colega, como identificamos em outros relatos do mesmo estudante. Mas, quanto à questão de se sentir pertencente àquela turma, não encontramos essa narrativa de forma explícita. Outras respostas mostraram a solidariedade e maior engajamento da turma em relação ao estudante idoso, como por exemplo:

São ótimos. Eles me ajudam bastante em relação aos trabalhos em grupo. Eles mandam mensagem para o meu celular, aquilo que a gente deve estudar. E também ajudam no trabalho de equipe. Me ajuda a apresentar na sala de aula (Campo Belo 2, 2023).

É importante destacar que Campo Belo 6 estuda no período da manhã, e Campo Belo 2, no período noturno, então podemos inferir que um perfil de maturidade da turma, talvez, pode contribuir para o sentimento maior pertencimento. O estudo de

Paula faz um alerta: “geração fast-food não tem tempo disponível para escuta” (Paula, 2009, p. 41).

Em outro depoimento temos a confirmação da importância do pertencimento dos pares do mesmo sexo biológico. O estudante afirmou que na convivência: é "mais chegado" com os rapazes (Campo Belo 1, 2023).

Considerando o crescimento da população idosa “[...] teremos até cinco gerações convivendo na mesma família”, portanto, Da Silva (2022) propõe a empatia como um fio condutor nas relações. Essa atitude é reconhecida pela “benevolência, compaixão, complacência (sentimento), condescendência, consideração e cuidado” (Da Silva, 2022, p. 95-96). É importante esclarecer que “[...] rede social dos idosos é apenas metade da rede de adultos jovens. A de homens tende a ser um pouco menor do que a das mulheres”. [...] “a pessoa idosa encontra-se em um cenário de desvantagens em relação às outras gerações” [...] “o que pode redundar em solidão, isolamento, por vezes, depressão e até suicídio” (Da Silva, 2022, p. 96).

Identificamos no depoimento dos estudantes a importância dada a participação política na experiência de organização estudantil como parte do exercício de sua cidadania durante o primeiro curso realizado na instituição:

Olha, minha experiência é boa [...] o diretório acadêmico do Barreiros, ele não existia [...]... Não tinha documento [...]... ele existia só de fato, não de direito. [...] Mas não tinha nenhuma documentação. E eu me juntei com mais outro colega e a gente criou o estatuto. Eu registrei o estatuto em cartório [...]. Fizemos reuniões, elegemos a diretoria e deixamos ele 100% funcionando (Campo Belo 6, 2023).

Não perguntamos a campo belo 6 qual a sua idade quando estudou no *Campus* Barreiros e naquele momento participou da organização do grêmio estudantil, entretanto, sabemos da importância das pessoas idosas e suas contribuições na construção da Constituição brasileira de 1988.

Haddad (2016) e Silva (2018) resgatam a importância da organização dos idosos na luta por direitos que pudessem ser assegurados na Constituição.

Em 1982, ocorreu a primeira Assembleia Nacional de Idosos realizada em São Paulo, reunindo 2.200 idosos de 22 Estados brasileiros. O evento repercutiu para a inclusão de alguns parágrafos na Constituição de 1988, relacionados às conquistas de direitos desse segmento (Silva, 2018, p.41).

Portanto, o depoimento de campo belo 6 dialoga com a questão do pertencimento, uma vez que houve a valorização de uma experiência anterior e revela a importância da população idosa no engajamento político:

**valorização das vivências cotidianas e anteriores dos idosos é uma forma de consolidar o seu pertencimento à sociedade.** O convívio e os vínculos criados entre os participantes propiciam essa valorização e fortalecem a posição dos indivíduos nos grupos “o status, como reconhecimento ou como aceitação de indivíduos por outros, a partir da convergência de idéias, vivências, estilos e projetos comuns, é componente que potencializa a subjetividade individual, derivando para a expansão da cidadania” (Rocha; Gomes; Lima, 2006, p.1033). O sentimento de pertencer empodera os indivíduos, contribuindo para o sucesso nos projetos coletivos e para sua participação mais ampla na vida social (Bulla, 2009, p. 180, grifo nosso).

A atuação profissional nestes grupos coletivos deve ter uma perspectiva que objetive “à cidadania, à participação e à promoção dos direitos sociais desse segmento populacional” (Bulla, 2009, p. 173). Entende-se por cidadania, neste contexto:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 1997, p. 146 *apud* Bulla, 2009, p. 173).

Um exemplo de projetos de pertencimento, na Universidade de Santa Catarina, por meio da UnATI. Desde 1982, um projeto de extensão realiza atividades socioeducativas com pessoas a partir dos 50 anos de idade, e durante a pandemia da COVID 19, observando-se a vulnerabilidade das pessoas idosas, esse Projeto de Extensão, “Participa NETI”, vinculado ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI/UFSC), e que tem como diretriz ser um programa de educação para o envelhecimento, segundo o modelo da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), fez uma atividade que teve o seguinte roteiro:

Os materiais informativos foram elaborados através da gravação de mini vídeos, com temas pertinentes aos direitos sociais de idosos(as), como: O que é uma UnATI?; Direitos dos(as) idosos(as) na educação; Direitos da terceira idade em relação à saúde; O(a) idoso(a) no mercado de trabalho; A previdência social; A importância da campanha das cores; Como os(as) idosos(as) estão se reinventando na pandemia e Envelhecimento ativo; Intergeneracionalidade; O que é direito social?; O significado da automedicação; Direitos de idosos(as) em relação à saúde; EJA: educação para jovens, adultos e idosos; Outubro rosa; Novembro azul e A influência da internet na vida da pessoa idosa.

Para fins de socialização desse conteúdo, foi elaborado um portfólio que reuniu informações gerais sobre o projeto Participa NETI e disponibilizados os links de todos os vídeos (que se encontram em

canal no YouTube), com a descrição de cada um, acompanhados das fotos dos(as) respectivos(as) autores(as) (Vaz *et al.*, 2022, p. 06).

Sabemos da crítica de Haddad (2016) sobre os programas de educação para o envelhecimento, aqui nossa intenção é destacar um espaço possível de convivência, articulação, e aprendizado que são as UnATIs e outros núcleos no Recife, como por exemplo: Núcleo de Envelhecimento, Velhice e Idosos (NEVI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania do Idoso (Naisci) da Universidade de Pernambuco (UPE), até porque temos a consciência de que:

Como chega o trabalhador à aposentadoria? [...] “o trabalhador sai do processo de produção diferente do que nele entrou, (...) de que seu explorador não o deixa, enquanto houver ainda um músculo, um tendão, uma gota de sangue para explorar (Marx, 1983, p. 237-8, v.I *apud* Haddad, 2016, p. 168).

Portanto, mais uma vez destacamos a importância da participação das pessoas idosas e o papel dos profissionais que trabalham com o grupo pessoas idosas estimulando o pertencimento, em geral trabalhadores/as que vivenciam ou vivenciaram todo um processo de exploração:

A participação pode ser estimulada através de várias **ações**, em diferentes locais, **grupos** ou **centros de convivência**, **clubes** ou universidades. Para estimular a participação dos idosos, **é preciso trabalhar coletivamente**, incluindo-os nas discussões e proposições de alternativas e, também, **na implementação de novas idéias, concretizando-as**. É preciso ampliar as atividades e programas destinados aos idosos, e qualificar os que existem, **incentivando sua auto-expressão, sua criatividade, seu processo emancipatório e sua plena inserção na vida social** (Bulla, 2009, p.194, grifo nosso).

Os estudos de Both *et al.* (2013, p. 995) apontaram uma categoria para refletir sobre a participação de pessoas idosas nos grupos: ‘poder participar de um grupo é ter vida’, pois oportuniza além de outros ganhos a inclusão social:

Segundo Garcia *et al.* (2006), os grupos facilitam o exercício da **autodeterminação** e da **independência**, pois funcionam como rede de apoio que mobiliza as pessoas na busca de autonomia e de um sentido para a vida, na autoestima e, até mesmo, na melhora do senso de humor, aspectos essenciais para ampliar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade. No convívio entre pessoas, criam-se vínculos que possibilitarão o surgimento de organizações ou, no mínimo, o seu incentivo, **promovendo a inclusão social** (Both *et al.*, 2013, p. 997, grifo nosso).

Um dos estudantes idosos que participou da nossa pesquisa fez a seguinte declaração sobre sua experiência de ser estudante do IFPE e como se sente pertencido a instituição:

Uma experiência maravilhosa, uma experiência que eu não tive na juventude, estou tendo agora. **Pela segunda vez eu vesti essa camisa**, duas vezes no curso técnico e agora no curso superior. Estou muito feliz por isso. **Estou gostando demais de estar aqui**, sem falar que eu gosto muito dessa instituição. **Eu amanheço o dia pensando em vir pra cá** (Campo Belo 1, 2023).

É evidente o sentimento de pertencimento de campo belo 1. Nos depoimentos dos estudantes que participaram da pesquisa observamos a frequência quanto à satisfação em pertencer ao corpo discente do IFPE, mesmo aqueles que sofreram algum tipo de maus tratos e estigma. Um deles afirmou: “[...] gosto de vir pra cá apesar de não ter um ambiente para idoso” (Campo Belo 1, 2023). Outro disse: “deve ser tratado bem pela idade deles” (Campo Belo 2, 2023), se referindo ao tratamento do IFPE para com as pessoas idosas. Para este idoso, o lugar que se sente bem é “na sala de aula conversando” e também na biblioteca fazendo os trabalhos com os colegas (Campo Belo 2, 2023), e o outro diz: “Muito bom. Uma recepção boa” (Campo Belo 6, 2023).

Quanto à convivência intergeracional em uma experiência de projeto de extensão, em outra instituição, percebeu-se que:

O contato intergeracional revelou outro ponto muito importante que favorece a capacidade de ultrapassar barreiras, quebrar tabus, descobrir e incorporar novas palavras, atitudes e modos de pensar, induzindo a mudanças psíquicas positivas para todos os envolvidos, remodelando e ampliando a visão de mundo da geração jovem (Silveira; Vigeta; Horta, 2019, p. 128).

A intervenção de profissionais com o devido respaldo teórico, metodológico e ético e político é um diferencial na qualidade dos serviços prestados à população idosa, como observamos acima. Considerando a dificuldade de acesso às tecnologias, toda uma rede de profissionais da educação e da assistência social foi acionada para oportunizar o envolvimento das pessoas idosas neste período de grande isolamento social da COVID-19, que certamente prejudicou muitas pessoas idosas.

Nesta nossa pesquisa de campo também encontramos intervenções profissionais nas quais houve articulação com os diversos saberes profissionais, seja do serviço social, seja da psicologia e demais áreas profissionais. A equipe multiprofissional da assistência estudantil do IFPE *Campus Recife* identificou duas

situações de quebra de direitos e fragilidade no exercício da cidadania de dois idosos que atendeu.

A primeira situação retratada refere-se a uma violência institucional:

E eu já tive relato de um estudante que é pessoa com deficiência, que é idoso, que está fazendo o segundo curso aqui com a gente. Inclusive, o primeiro ele fez, concluiu, trabalhou na área e agora ele voltou e ele relatou uma situação que ele vivenciou do primeiro curso, do professor. Na verdade, não foi nenhum professor. E aí agora eu lembrei, ficou mais chocante para mim, inclusive, lembrar disso. E foi da própria equipe de assistência estudantil que falou que esse estudante ocupava a vaga de um jovem na instituição. Então, eles chegam para a gente para relatar também essas situações de preconceito que eles sofrem fora e dentro da instituição. E a gente fica muito assustado em ver que eles sofrem dentro da instituição e a gente vê como a gente precisa trabalhar, inclusive, com nossos trabalhadores, com o corpo docente, com os técnicos administrativos, essa questão de que essa casa está aberta para a população e a população é constituída por pessoas idosas também. E que eles vão adentrar e a gente precisa dar esse suporte e não colocar que aqui é um espaço dessas pessoas, deles (Campo Belo 4, 2023).

É oportuno trazer o esclarecimento de que o estudante idoso que sofreu maus tratos, por uma pessoa da equipe da assistência estudantil, informou também que havia uma relação interpessoal e trabalhista com familiares da profissional para além dos muros da instituição. Isto nos leva à direção de entender que a familiaridade nesta relação interpessoal tomou uma roupagem institucional desfavorável. Isto porque as demais relações dos profissionais da equipe de assistência estudantil e dos demais setores da instituição, com este e com outros participantes da pesquisa, ocorreram de forma respeitosa e com atendimento das demandas, conforme os depoimentos. Ou seja, todos os participantes sem exceção concordam com a forma que a instituição trata as pessoas idosas.

A partir da frequência da satisfação, do elogio, e da participação presentes nos depoimentos, inferimos que os estudantes idosos se sentem pertencentes ao IFPE *Campus* Recife. Mas, houve um tratamento estigmatizado, diante do caso relatado por campo belo 1. E essa situação nos faz lembrar que estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, segundo Goffman (2004, p. 4). Em virtude deste acontecimento, o estudante procurou o setor de psicologia, a direção do *Campus*, além do Serviço Social.

O Ministério de Direitos Humanos e Cidadania do Brasil afirma que alguns termos como etarismo, idadeísmo ou ageísmo caracterizam a violência em relação à pessoa idosa. Essas expressões são utilizadas para combater os crimes de

discriminação e preconceito relacionados à idade alcançada (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023).

Os estudos de Alarcon (2021, p. 06) apresentam alguns caminhos na intervenção dos casos de violência contra a pessoa idosa:

Quanto às ações realizadas, os profissionais entrevistados indicaram que realizam encaminhamentos para outros serviços de atenção ao idoso, visando ampliar a possibilidade de resolução dos casos e direcionar os cuidados aos idosos e familiares, essencialmente por meio de notificação dos casos de agressão, acolhimento, conversa e reunião com familiares e agendamento de consultas e visitas domiciliares, com foco nos aspectos físico e emocional. Realizam também denúncias de situações de violência por meio do Disque 100 por ser um mecanismo que garante o anonimato e proporciona segurança

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, no artigo 19: “§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (Brasil, 2003).

Durante a testagem do produto educacional, campo belo 1 referiu que gostava de ser chamado de “idoso, mesmo”, isto porque colocamos a expressão “velho” na apresentação do Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa. Não consideramos que o momento era oportuno para expandir o debate sobre a questão e resolvemos retirar o termo do texto de apresentação

É importante refletir que uma parcela dos trabalhadores beneficiados pelo Welfare State sobreviveu ao capitalismo de forma “ativa” e “independente”, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 144-145). E essa parcela para se diferenciar da outra parcela mazelada pelos efeitos do sistema começou a utilizar na França a expressão “terceira idade”. Isto para imprimir a ideia de uma nova fase de vida com aposentadoria diante do envelhecimento com ganhos para uma faixa etária dos 60 a 80 anos de idade. Passando desta faixa, teríamos, assim, a “quarta idade”. Logo, não faziam parte da categoria “terceira idade” as pessoas com “sinais de decrepitude e senilidade”. Para a autora, essa ideologia valoriza a juventude como símbolo de beleza, força, virilidade na produção e na reprodução. Logo, neste sentido, ser velho significa ter uma correlação com atributos negativos, considerando a justificativa da ideologia que valoriza a juventude como símbolo positivo e a velhice como símbolo negativo. E ser idoso tem a ver com a pessoa que tem muita idade, considerando o sufixo oso/osa

gramaticalmente. E, assim, idoso seria diferente de velho ideologicamente falando. Para Campelo e Paiva, não existe “idosecimento”.

Deste modo, decidimos por retirar a expressão “velho” da apresentação do produto educacional para respeitar a forma que a pessoa deseja ser chamada, mas essa questão é complexa, visto que tem aqueles/as que não sentem ofensa em ser chamados de velhos/as, talvez a questão esteja na conotação, na intenção ou ainda escrita nas relações sociais de troca e venda do trabalho, em dizeres populares no lugar que ocupamos “na fila do pão”.

Um segundo momento identificado pela equipe se referiu à necessidade de articular serviços de outras políticas setoriais, como, por exemplo, o acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). A entrevistada da equipe multiprofissional lembrou de um caso “um estudante idoso que era rejeitado pela família, em especial pela única irmã, e o serviço social conseguiu um abrigo pra ele, mas ele fugiu do abrigo da prefeitura. Ele estava se restabelecendo de um câncer” (Campo Belo 3, 2023).

Observamos também nesses dois relatos de atendimento o comprometimento da equipe em identificar as demandas, orientar e articular políticas setoriais no sentido de responder às necessidades dos casos, mesmo que alguns profissionais tenham expressado que não conhecem muito sobre a temática do envelhecimento humano:

Esse é um tema, assim, até difícil pra mim, porque eu tenho pouca aproximação teórica, até pessoalmente, eu já refleti muito pouco sobre isso, assim, até do ponto de vista pessoal, mas eu entendo que o envelhecimento humano é um processo natural de amadurecimento do sujeito, tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista também de experiência de vida, que vai reunindo um conjunto de conhecimentos, um conjunto de saberes, práticos, que vai constituindo uma história. Quanto mais o velho, digamos assim, maior a história de vida, de experiência, de conhecimento desse sujeito, por aí mais ou menos (Campo Belo 5, 2023).

A equipe do Serviço Social do IFPE *Campus* Recife se organiza para participar das reuniões da região política territorial onde está situado o *Campus*, que, neste caso, é chamada de RPA 4. Esse envolvimento com as demais políticas setoriais e profissionais contribui nas intervenções.

Embora a entrevistada campo belo 5 reconheça não ter profundidade teórica sobre o tema do envelhecimento humano, reconhece a importância da equipe multiprofissional no atendimento das pessoas idosas:



[...] eu acho que a equipe tem um papel importante, assim, no sentido de acolher essa realidade, que é diferente desse estudante, e tentar, digamos assim, promover ações que possam fazer com que ele se sinta confortável na instituição, que ele consiga permanecer, às vezes, a certificação para ele é importante, para ele permanecer no mundo do trabalho, na instituição, ou para ele conseguir alguma coisa melhor, uma condição de vida melhor, acho que tem uma importância grande assim (Campo Belo 5, 2023),

No livro *A Velhice*, encontramos a explicação sobre os aspectos vergonhosos como a sociedade trata a velhice. Ao que nos parece, a equipe da assistência estudantil atual do *Campus* tem caminhado de forma contrária a observação abaixo:

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar (...). Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias (Beauvoir, 1990, p. 8 *apud* Goldman; Sara Nigri; Faleiros; Vicente de Paula, 2008, p. 28).

Ou seja, a velhice parece ser uma casta social baixa, párias. Simone de Beauvoir já nos alertou que a velhice é uma construção social (1990). Logo, seja aos 60 anos de idade, 65 anos ou 70 anos, somos pessoas velhas a partir do olhar do outro. Vejamos um exemplo dela própria:

Eu estremeci, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de uma colega: “Mas então, Simone de Beauvoir é uma velha!” Toda uma tradição carregou essa palavra de sentido pejorativo-ela soa como um insulto (Beauvoir, 1990, p. 353).

Porém, segundo Simone de Beauvoir, a velhice:

[...] assume uma multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros. Tanto ao longo da história como hoje em dia, **a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice**; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis (1990, p 17, grifo nosso).

Recordemos um dos depoimentos sobre o entendimento do envelhecimento humano: momento de perdas, carência, muitas necessidades (Campo Belo 4). Portanto, é preciso valorizar a importância da natureza do trabalho educativo que consiste:

[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 1984, p. 2).

O trabalho educativo quanto às demandas da pessoa idosa pode caminhar no sentido de compreender as mediações de um fenômeno que veio para ficar, que é o envelhecimento humano. Como seres humanos em construção cotidiana, como desejamos construir nossa sociabilidade (?). As relações entre ser humano e objeto (mercadoria) e as relações entre ser humano e ser humano, essa última relação deve ser copiada da primeira relação (?). Aqui está posta uma relação que requer criticidade portanto, “o conhecimento é um processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade (Costa, 2015, p. 77)”, e é preciso conhecer o que se pensa sobre essa fase da vida chamada de velhice, e sobre o processo de mudanças na nossa existência. Conhecer para transformar a realidade.

A situação do estigma social, da exclusão social (não acesso aos direitos sociais, no contexto do capital), e da fetichização da pessoa idosa na sociedade do consumo nos mostra a importância de efetivar sonhos e de lidar com gente. Assim, trazemos como referência o pensamento de Freire:

Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. **Lido com gente e não com coisas.** E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive, me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa a problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. Desde que não prejudique o tempo normal da docência, não posso fechar-me a seu sofrimento ou a sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social (Freire, 1996, p. 144, grifo nosso).

Os estudos abaixo concluem que “Manter o idoso na vida social é de extrema importância para um envelhecimento ativo”, entretanto, é fundamental um esclarecimento sobre o termo ativo dentro do contexto de uma sociedade que vive e sobrevive da exploração da força de trabalho.

A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, em Madri, na Espanha, no ano de 2002, a Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e publicou um documento que registrava o objetivo de que países em desenvolvimento promovessem a capacitação e a independência dos idosos, assegurando -lhes um processo de envelhecimento ativo, com mais qualidade de vida, direitos sociais e de saúde, ou seja, o empoderamento da pessoa idosa (UNITED NATIONS, 2002). **O termo “ativo”, neste contexto, refere-se à continuidade da participação na vida social, cultural, espiritual e cívica e não está relacionado, apenas, ao âmbito físico e à participação na força de trabalho** (Silveira; Vigeta; Horta, 2019, p. 123, grifo nosso).

A instituição poderá ofertar oportunidades de sociabilidade, pertencimento, engajamento social, autoestima, aprendizado, bem-estar, lazer, cultura, melhoras na depressão, qualidade de vida, inclusão social, dentre outros benefícios para todos os gêneros das pessoas idosas, seja por meio da educação formal ou dos núcleos de extensão, ou outros espaços.

As questões tratadas acima dialogam sobre o entendimento de pertencimento da população idosa e os mecanismos que oportunizam a realização deste pertencimento que foram os grupos de convivência entre pessoas idosas e a convivência intergeracional prevista no estatuto da pessoa idosa.

### 6.1.1 Acesso

Se faz necessário, no nosso ponto de vista, também trazer uma discussão conceitual sobre o tripé acesso, permanência e êxito, visto que são categorias de análise explicitadas nos objetivos específicos do projeto de pesquisa.

Quanto ao conceito de acesso, o respaldo legal é encontrado na...

Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Com ela, as cotas étnico-raciais chegaram às universidades e aos institutos federais; antes disso, existiam iniciativas pontuais” (Oliveira, 2021, p. 46)

Em relação ao entendimento sobre permanência e êxito, o respaldo legal é:

[...] a Nota Técnica n. 282, de 09 de julho de 2015, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada ao Ministério da Educação, configurou-se como um dos documentos diretores mais importantes, já que tratou de orientações concretas para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes, apresentando, inclusive, uma proposta de metodologia para que esse plano fosse desenvolvido (Oliveira, 2021, p. 46).

Entretanto, embora a lei seja uma bússola, segundo Oliveira (2021, p. 51), “entender com clareza os conceitos presentes na realidade da gestão escolar, em sentido amplo, é fundamental, além de promover a orientação de ações estratégicas”. Deste modo, seus estudos apontaram que houve uma evolução no debate acadêmico sobre esses conceitos, mesmo que não sejam únicos. Ele concluiu:

É por isso que o conceito do tripé supracitado fica definido da seguinte forma: o acesso fica vinculado ao movimento de **possibilitar** aos diferentes perfis de brasileiros **a entrada nos** ambientes acadêmicos

de formação nos diferentes níveis, promovendo equidade para **grupos historicamente excluídos**.

O ato de **permanecer** vincula-se ao sentimento de **pertencimento** à instituição, com a **participação ativa** nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, **com a identificação** com o curso, entre outros fatores.

O **êxito**, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de **capacidades cognitivas, operativas e sociais**, à **preparação para o trabalho e para a cidadania**, ou seja, essas três palavras carregam um peso considerável quando se trata de direcionar o desenvolvimento da educação brasileira (Oliveira, 2021, p. 52, grifo nosso).

Outro estudo traz um conceito similar sobre o acesso:

O Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil chama de acesso [:]

o processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em **inclusão das populações não tradicionais** nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de **formação, elevação** de escolaridade e de **inserção** no mundo do trabalho (Brasil, 2007, p. 4, grifo nosso).

Perguntamos às pessoas idosas que participaram da pesquisa quem fez a sua inscrição para o IFPE, um deles respondeu que foi um amigo que trabalhava no centro de convenções. Este amigo fez a inscrição no primeiro e no segundo curso pela internet (Campo Belo 1); o outro estudante respondeu que uma pessoa da *lan house* o ajudou. Não teve dificuldade (Campo Belo 2). Apenas um deles relatou que ele próprio fez a inscrição: “Fui eu” (Campo Belo 6).

Observa-se que nos dois depoimentos uma questão de inclusão digital parece ter causado “dificuldade” para que o próprio estudante efetivasse sozinho a inscrição, embora campo belo 2 não perceba que teve dificuldade de acesso, o que nos faz refletir sobre a temática da inclusão digital no contexto das pessoas idosas:

Pinheiro (2007) afirma que a inclusão digital só ganha significado ao introduzir, no seu conceito, a habilidade de lidar com as massas de informação geradas pelo computador e quando o sujeito deixa de exercer o papel apenas de consumidor da informação e **passa a produzir conhecimentos, bens e serviços**. Ou seja, o conceito de inclusão digital se amplia ao englobar a concepção de information literacy, e vai além do acesso às técnicas, à rede, jogos e diversão, pois **deve possibilitar que milhares de pessoas tornem-se mais aptas a enfrentar obstáculos, exigências e competências** profissionais estabelecidos para fazer parte desta sociedade de redes virtuais e ampliarem a sua inserção social e global. O usuário não deve se restringir a apenas localizar a informação, e sim **entendê-la, avaliá-la e usá-la**, proporcionando a autoaprendizado (Nóbrega, 2019, p. 47,48, grifo nosso) .

Essa atitude de produzir, entender, avaliar e usar a informação das redes virtuais nos revela que:

[...] está acontecendo um processo consciente de superação de costumes, mobilizando a sociedade e, especialmente, os próprios idosos, motivando-os a viverem de maneira diferente, assumindo uma postura crítica com relação ao papel social que ocupam na sociedade (Mediondo; Bulla, 2003 *apud* Bulla, 2009, p. 190).

A necessidade de ter habilidade tecnológica se reflete no acesso aos programas de assistência estudantil de natureza de repasse financeiro, a exemplo do programa manutenção acadêmica:

Os estudantes procuram esse suporte financeiro porque, na maioria das vezes, toda renda já está comprometida com a família, com os filhos, com os netos. Então, dá esse suporte. Mas eu acredito que talvez a gente deixe a desejar em algum tipo de suporte que seja muito necessário nessa fase, né? Que é um suporte de acesso digital. Eu acho que é algo também que é comum, né? Pelo menos a esse público que a gente já tem atendido. É a questão de conseguir se atualizar do ponto de vista da questão tecnológica, do avanço tecnológico, da modernização, do suporte tecnológico para os estudos, para a educação. Então, às vezes, acho que a assistência estudantil talvez não alcance essa necessidade. Que não é só estudante idoso, a gente tem jovens também, tem dificuldade com esse acesso à tecnologia e que falta esse suporte também. Mas a gente sente isso, tem sentido isso nos estudantes de mais idade e idosos também. Então, por exemplo, até para se inscrever nos nossos programas, que hoje em dia é tudo, a gente usa tecnologia para tudo, para inscrição, para entrega de documentação. **E a gente sente que eles sentem muita dificuldade de conseguir acessar a assistência estudantil por conta da tecnologia, do não acesso à tecnologia.** Então, a gente acha que a assistência estudantil, ela contribui, mas ao mesmo tempo ela acaba distanciando essas pessoas porque também está muito envolvida com a tecnologia também. Nossos processos de trabalho, a gente tem uma necessidade de tecnologia enquanto trabalhador para sistematizar esse trabalho, para conseguir dar conta da demanda, mas a gente sabe que isso distancia algumas pessoas que precisam ser atendidas (Campo Belo 4, 2023, grifo nosso).

Considerando o perfil dos estudantes que participaram da pesquisa, ou seja, duas pessoas negras, e duas pessoas com deficiência, todas utilizando o sistema de cotas, podemos inferir que, mesmo diante da pouca habilidade digital de dois deles, a instituição alcançou um público que historicamente não ocupava ou pouco ocupava a educação formal, ou seja, houve a **“inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais”** como colocou Oliveira (2022, p. 128).

Quanto à maioria dos participantes da pesquisa ser composta por pessoas com deficiência, reafirma dados sobre deficiência e pessoas idosas:

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assim como a Lei Brasileira de Inclusão, considera que a deficiência é um conceito em evolução e é composta pela interação de três dimensões principais: os impedimentos, as barreiras e as restrições de participação dessas pessoas quando comparamos com o restante da população. E à medida que a população vai envelhecendo, **impedimentos vão surgindo, como, por exemplo, menor acuidade visual, auditiva ou motora**. Isso explica o alto percentual de idosos com deficiência, diz a analista da pesquisa Maíra Lenzi (IBGE EDUCA, 2023, grifo nosso).

Em termos numéricos, os dados revelam que:

Dos 17,3 milhões de pessoas com deficiência no país em 2019, quase metade (49,4%) era idosa, ou seja, tinham 60 anos ou mais de idade. Considerando a população total por grupos etários, um a cada quatro idosos (24,8%) tinha algum tipo de deficiência. A deficiência visual teve o maior percentual nessa faixa de idade: 9,2% dos idosos declararam ter muita dificuldade ou não conseguiam de modo algum enxergar. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 – Ciclos de vida, divulgada hoje (26) pelo IBGE (Agência IBGE Notícias, 2021).

Dentro do contexto das contribuições teóricas, destacamos dois estudos que não são no âmbito dos institutos federais. O primeiro deles é referente à inclusão digital, e concluiu que as pessoas idosas estão abertas a novas aprendizagens e motivadas a estudar sobre tecnologia digitais. Este trabalho tem por título: “Mapeamento de competências digitais: a inclusão social dos idosos/Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS”, de Tássia Priscila Fagundes Grande; Letícia Rocha Machado; Patrícia Alejandra Behar, 2016.

Quanto à importância de projetos sobre inclusão digital, encontramos o estudo que relata: “um projeto de extensão da Universidade Estadual do Maranhão, vinculado à Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE), pelo Programa de Bolsas de Extensão (PIBEx), intitulado “Educação tecnológica para a terceira idade”. Constitui-se como público alvo idosos, de ambos os sexos, participantes do Programa de Formação Continuada da Universidade Aberta Intergeracional (Unabi) da UEMA, do Centro de Convivência dos Idosos do município, e outras instituições sociais e religiosas. As atividades, inclusive tecnológicas, foram desenvolvidas com técnicas de ensino socializantes, adotando-se a metodologia participativa, na perspectiva interacionista e construtivista. As ações aconteceram sob a forma de palestras, rodas de conversa, ministração de aulas teóricas e práticas, fornecendo acesso individual a computadores e celulares. O projeto atingiu resultados positivos, proporcionando a inclusão digital de idosos” (Pessoa *et al.*, 2021, p. 101).

Outro estudo trata-se de uma reflexão teórica, por meio de uma revisão de literatura, e tem por título: "Os direitos sociais da pessoa idosa com deficiência: um direito garantido e efetivado", de André Luís de Moraes e Silva; Karine Moreno Pereira Santos; Maria Helena Góes Campelo, de 2017. Neste estudo encontramos a discussão sobre pessoas com deficiência e a pessoa idosa. As legislações destacadas de embasamento legal são Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7853/89), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa Idosa, Declaração Universal dos Direitos Humanos. A reflexão do texto permeia em torno dos desafios da prática profissional das Assistentes Sociais no atendimento das demandas do público idoso e especialmente com deficiência congênita, na efetivação dos seus direitos, numa sociedade capitalista e desigual, mas que tem um discurso de igualdade. Neste bojo societário permeia uma ênfase ao olhar médico (modelo médico) que considera a deficiência como uma limitação da própria pessoa, e um olhar social (modelo social) que entende que as limitações estão no ambiente social, ou seja, na sua organização social que não favorece a participação, dignidade, e autonomia da pessoa com deficiência para o desenvolvimento de suas potencialidades. Sobre a deficiência o entendimento é:

A deficiência ao longo dos anos passou a ser entendida como produto das barreiras físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade e não culpa individual daquele que tem a deficiência. Assim, **a deficiência passa a ser vista como uma característica da condição humana como tantas outras**. Logo, as pessoas com deficiência têm direitos à igualdade de condições e à equiparação de oportunidades. Todas devem ter garantidos e preservados seus direitos, em bases iguais com os demais cidadãos (Silva; Santos; Campelo; 2017, p. 261, grifo nosso).

Este mesmo estudo conceitua envelhecimento como:

O fenômeno do envelhecimento é complexo e multifacetado, abrangendo as dimensões biológicas, psicológicas, sociais, demográficas, jurídicas, políticas, éticas, filosóficas, em torno do significado e das repercussões do prolongamento da vida humana, no âmbito do indivíduo e da sociedade (Giacomim, 2012, p.19 *apud* Silva; Santos; Campelo; 2017, p. 265).

Além do destaque das pessoas idosas com deficiência, visto que duas pessoas idosas entrevistadas são pessoas com deficiência, merece também o destaque sobre a presença de pessoas idosas negras na instituição, ou seja, é um ganho social. Das pessoas idosas entrevistadas duas são pertencentes à população negra.

Considerando que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que “18% das pessoas idosas são analfabetas; dessas, 9,5% são brancas e 27,1% são pretas e pardas” (Campelo e Paiva; Arruda; Benedito; Keller, 2023, p. 14). Os participantes da pesquisa exerceram seus direitos de acesso à instituição utilizando as leis inclusivas: lei 13.409/2016 (dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino) e a lei 12.711/2012 (dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências/lei de cotas). Ter pessoas negras idosas é um ganho, porém nos alerta também para analisar o porquê da necessidade da educação profissional. Realizar sonhos ou melhorar as condições de sobrevivência, visto que as ocupações para esse segmento populacional não estão distribuídas ainda de forma equânime.

As legislações de inclusão são fundamentais para o acesso de pessoas idosas, entretanto, ainda existe um alerta para os dias atuais, sobre alguns pensamentos que podem distanciar a pessoa idosa e/ou com deficiência do espaço escolar. Concordamos que é preciso conhecer a pessoa idosa, mas discordamos que os sujeitos em potencial de aprender são aqueles com independência:

Antes de qualquer proposta é preciso **conhecer quem é esse idoso** que frequenta o espaço da escola e até mesmo o que não esteja na escola, mas seja independente, em outras palavras, ainda não precise de ajuda para suas atividades cotidianas. **Esse sujeito é um aprendiz em potencial, seja das novas tecnologias** que constantemente os desafia **ou de orientações sexuais contemporâneas** (Paula, 2009, p. 40, 41).

Quanto à potencialidade para aprender novas tecnologias e as orientações sexuais contemporâneas, também concordamos. A partir da citação acima fazemos algumas pontuações. Durante a entrevista, constatamos essas duas realidades citadas pela autora acima. Ou seja, ao realizarmos a pergunta sobre orientação sexual foi necessário exemplificar minimamente para que houvesse a resposta. Portanto, inferimos que se faz necessário expandir o diálogo sobre gênero e orientação sexual.



### 6.1.2 Permanência

Resgatando o entendimento de permanência, nesta perspectiva do tripé:

O ato de **permanecer** vincula-se ao sentimento de **pertencimento** à instituição, com a **participação ativa** nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, **com a identificação** com o curso, entre outros fatores (Oliveira, 2021, p. 52, grifo nosso).

Um depoimento da profissional da equipe multidisciplinar trouxe uma questão referente às dificuldades de permanência e as particularidades que o atendimento à pessoa idosa pode demandar, como a necessidade de interromper o curso, a solidão, a necessidade de acesso a ILPI, a necessidade de recurso financeiro para subsidiar sua permanência, a necessidade de cuidado com a saúde:

[...] não lembro bem a idade. Acho que posso até depois de consultar, mas era um estudante idosos, ele tava tentando se aposentar, tentando provar problema de saúde, mas não conseguia, então, era um contexto, assim, bem difícil pra esse estudante, né, e a gente tentou fazer esse esforço, mobilizar aí, coordenação do curso, assistência social, psicologia, equipe toda, fez o documento, mas a gente não conseguiu fazer com que ele recebesse a bolsa, e, continuando, eu nem sei, pra falar a verdade, como é que tá a situação dele agora, ou até, nessa pesquisa sua, eu me lembrei dele, vou até ver como é que ele tá, se ele continuou, se ele teve que abandonar o curso, não sei como é que ele tá. E também a saúde dele, né, que ele tava no tratamento, tinha se recuperado, mas, como qualquer tratamento oncológico é uma doença seria, né, tinha umas recaídas, ele tinha que vir pro hospital, fazer as manutenções, lá, as coisas, enfim, era um contexto muito difícil, e eu sei que esse componente geracional, né, por ele ser um estudante de mais idade, dificultava um pouco, assim, ele não conseguir trabalho, né, por conta da idade, e, aí, ficava numa situação muito vulnerável, né, aí, eu acho que, assim, a equipe, como ela junta vários profissionais de diferentes áreas, eu acho que ela tem condição, assim, de avaliar essas situações, e tentar encaminhar, né, e tentar intervir, pra que alguma coisa seja feita, mesmo, as vezes, como foi esse caso, não teve sucesso, mas a equipe tem, eu acho que esse papel, essa responsabilidade, né, de tentar fazer alguma coisa (Campo Belo 5, 2023).

O depoimento acima mostra o comprometimento da equipe multiprofissional em articular os diversos setores organizacionais e pensar em estratégias de atendimento e acolhimento à demanda trazida pelo estudante que interferiu na sua permanência escolar, visto que precisou de cuidados de saúde, de moradia e de afeto. Seja no sentido do pertencimento, seja como direito de não evadir, inferimos que as pessoas idosas se sentem pertencentes ao IFPE, ao ponto de procurar orientação profissional para situações de sua vida cotidiana.

A permanência no sentido de pertencimento, e no sentido de direito de permanecer na instituição com qualidade, nos remete a outros depoimentos e observações que nos ajudam a inferir que as pessoas idosas que participaram da pesquisa e que são estudantes do *Campus Recife* estão conseguindo se sentir pertencentes e exercer seu direito de estar na instituição.

O depoimento verbal de campo belo 6 revelou que, embora neste momento da pesquisa o mesmo não esteja frequentando as aulas, em virtude de acompanhar sua esposa em tratamento de saúde, este ainda assim está conectado ao ponto de saber do chamado para participar desta pesquisa e se dirigir até a instituição para ser entrevistado.

Outra questão que trazemos é sobre a procura pelos serviços ofertados. Campo belo 6 procurou a coordenação do seu curso para saber informações sobre sua situação acadêmica, diante da necessidade de acompanhamento de sua esposa; e campo belo 2 procurou outros setores para solicitar ajuda com acesso digital. Dois deles procuraram os serviços ofertados pela assistência estudantil, seja para buscar ajuda financeira ou compra de materiais como óculos de grau, seja para verbalizar algum mau trato ou dizer sobre suas dificuldades acadêmicas.

[...] mas tem estudantes também acima de 60 anos que procuram a gente. Inclusive, a gente consegue até nominar esses estudantes porque a procura acontece mais de uma vez, né? Acaba sendo uma procura semanal, sabe? Várias vezes na semana porque você sente que esses estudantes estão em dificuldade [...] (Campo Belo 4, 2023).

Os servidores contribuíram com apoio digital, por exemplo, para fazer ou refazer senhas, mexer no celular, renovar matrícula, e assim minimizar as dificuldades. Essas dificuldades acadêmicas são com algumas “cadeiras” de estatística, e também se mostrou em relação a “pegar dois ônibus” (Campo Belo 2, 2023). Outro estudante relatou que na primeira vez que fez matrícula no IFPE procurou o setor de saúde, porque teve dificuldade com a “pressão alta” e ficou muito emocionado (Campo Belo 1, 2023).

Quanto aos programas de manutenção acadêmica para permanência estudantil, temos os seguintes relatos: [procurou a assistência estudantil] para aumentar a renda e para pagar luz, água (Campo Belo 1, 2023); "a assistente social com bolsa"; (Campo Belo 2, 2023); e um último relato que diz:

Não, porque eu não procurei [a assistência estudantil], porque quando eu fazia lá em Barreiros, a minha renda, ela tinha um teto de... de renda

per capita, né? A renda familiar tinha um teto. Pronto, aí a minha nora, não tinha essa nora ainda, certo? E aí [a renda] ultrapassava esse teto, esse piso, esse teto, né? E aí eu não conseguia, nem me inscrevi, porque eu vou deixar pra quem tem mais necessidade (Campo Belo 6, 2023).

Compreendemos que campo belo 6 referiu que atualmente sua nora reside na casa dele. Ela é estudante do *Campus* e está inserida no programa de manutenção acadêmica, logo é provável que ele também tenha direito ao benefício, mas não solicitou. Observamos a sua preocupação com os jovens, ou seja, oportunizar que estes tenham mais acesso aos programas. Mais uma vez a ausência de verba suficiente (apesar de todos os esforços do atual governo) mostra que ainda não é possível atender todas as pessoas dentro do perfil. Possivelmente, se ambos, o estudante e sua nora, tivessem realizado inscrição no programa de manutenção acadêmica, poderia acontecer uma aproximação nos critérios de vulnerabilidade entre o idoso e a sua nora, com as diferenças de gênero, raça/cor, saúde, e faixa etária.

Os estudos de Campelo e Paiva (2014, p. 145) nos mostram que a classe trabalhadora conseguiu modificar com ganhos o *status* da velhice moderna, na Europa, a partir do Welfare State. Entretanto, por outro lado, o desmantelamento do Welfare State, a reestruturação produtiva, e o desemprego estrutural comprometeram a renda dos velhos trabalhadores e eternizaram o trabalho doméstico feminino em todas as faixas etárias, visto que a população jovem sem emprego vive na dependência financeira desses velhos trabalhadores. Essa relação pode favorecer a violência.

Logo, compreendemos que a assistência estudantil, quando trás o critério etário pode favorecer, ao menos, os trabalhadores/as que estão em idade avançada. Por outro lado, sabemos que o processo de envelhecimento poderá trazer prejuízos de vivências singulares, antes mesmo dos 60 anos de idade.

Embora a convivência intergeracional tenha sido mencionada como uma dificuldade de campo belo 6, também encontramos situações conflituosas como mostrou um estudo sobre a presença de pessoas idosas na modalidade Eja: “No que toca à qualidade e à permanência, podemos apontar algumas fragilidades como: a juvenilização, os conflitos intergeracionais, a distorção idade/série, a condição precária de vida desses sujeitos mais uma vez excluídos” (Paula, 2009, p. 35). Neste caso, o pertencimento às camadas populares é o que homogeneiza o grupo do EJA, porque, segundo, a autora os jovens buscam a educação em virtude da força legal, e

as pessoas idosas e adultos maduros porque desejam e por interesse próprio (Paula, 2009, p. 41).

Concordamos com a reflexão sobre uma questão fundamental no acesso à educação de pessoas idosas:

Notamos, assim, que, no que se refere à educação, o Estatuto do Idoso apresenta, essencialmente, medidas paliativas, uma vez que não trata, em nenhum momento, do problema mais urgente que envolve a educação na velhice: o analfabetismo de grande parte dos idosos. As leis apresentadas em concomitância ao Estatuto possuem caráter superficial, não significando nenhuma conquista efetiva para a maioria da população (Paula, 2009, p. 37).

Na introdução desta dissertação trouxemos alguns exemplos numéricos sobre o acesso das pessoas idosas para fins de alfabetização no estado de Pernambuco.

### 6.1.3 Êxito

Recordando o que colocamos como o entendimento de êxito:

O **êxito**, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de **capacidades cognitivas, operativas e sociais**, à **preparação para o trabalho e para a cidadania**, ou seja, essas três palavras carregam um peso considerável quando se trata de direcionar o desenvolvimento da educação brasileira (Oliveira, 2021, p. 52, grifo nosso).

Ou seja, nesta trajetória de preparação para o trabalho e cidadania encontramos nos relatos dos estudantes idosos entrevistados as interrupções que podem ter fragilizado o desenvolvimento acadêmico, no primeiro momento.

Durante a entrevista, dois estudantes negros verbalizaram que precisaram interromper os seus cursos. Um deles por duas vezes, dentro do IFPE. É fundamental atentarmos para as desigualdades étnica raciais.

Embora a velhice ainda seja branca (Ventura, 2022), encontramos, tanto no público que buscou atendimento no programa de manutenção acadêmica 2023.1 como no público que atendeu ao convite de responder a essa pesquisa, uma maioria de pessoas idosas negras que buscam a educação, tanto para continuar os estudos como para voltar ao mundo do trabalho. Portanto, cabem aqui duas reflexões teóricas, no nosso ponto de vista. A primeira é sobre a condição de raça/cor/etnia das pessoas que estão vivenciando a velhice e a segunda das questões de classe que permeiam nossa sociedade, mesmo diante de um estado democrático de direito. Isto porque vivemos sobre a mão visível e invisível do capital. E as condições da classe

trabalhadora impulsionam a volta ao mundo do trabalho, mesmo após a aposentadoria, não apenas para sair do ócio, visto que este pode ser produtivo e preenchido com artes, cultura, lazer, cuidados com a saúde e a cognição, dentre outras habilidades, mas, sim, uma volta para manter a subsistência.

Quanto ao salário, temos a seguinte informação:

Dados da Pnad ainda mostram ainda mais o peso da diferença. A média salarial das pessoas brancas acima dos 50 anos é de R\$ 3000, enquanto a maior média salarial da população negra acima dos 50 anos é R\$1.724 (Fonseca, 2023).

As condições são:

De modo geral, o racismo estrutural e as políticas públicas garantem que a população negra tenha os piores salários, acesso a saúde, segurança e qualidade de vida. Isso faz com que a população negra, de um modo geral, não chegue na “melhor idade” com seus direitos básicos garantidos.

O estudo mostra que a desigualdade racial no envelhecimento é um assunto que precisa ser debatido. O sistema racista está tirando das pessoas negras o direito de envelhecer. Um direito que nunca foi dado. (Fonseca, 2023).

Quanto ao direito de envelhecer da população negra:

O doutor em epidemiologia e servidor público da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e Professor Universitário, Roudom Ferreira Moura, após pesquisa sobre a vida e a saúde de pessoas negras na cidade de São Paulo, afirmou em reportagem ao jornal da USP, que **“O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco”** [...] (Ventura, 2022).

A presença de pessoas negras e idosas, e das pessoas com deficiência e idosas, traz para a instituição um duplo desafio que é o de compreender, de certa maneira, em termos universais e particulares, as possibilidades de atuação de cada profissional diante dessa particularidade; e de compreender sobre a pauta negra, como responde o Professor Alexandre da Silva, atual Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em entrevista concedida em 2020:

**5- Os profissionais estão aptos a lidar com pessoas vítimas de racismo a vida inteira, ou a supremacia da branquitude considera a pauta negra vitimista?**

Entendo que a maioria não está apta. Tivemos um processo de democratização no qual o racismo foi um dos seus pilares, infelizmente, e não apagou as marcas da escravização no Brasil. (Silva; Lima, 2020).

Racismo, estigmas, etarismo, violências, desigualdades são pautas presentes quando atendemos a este público. Mas, mesmo diante de alguma dificuldade na continuidade do curso, todos eles se percebem construindo capacidades cognitivas, operativas e sociais e também de trabalho: “trabalhar, ter bons conhecimentos, diploma e respeito” (Campo Belo 1, 2023); “vai mudar a experiência na profissão de segurança de trabalho” (Campo Belo 2, 2023); “[...] oportunidade de ver em prática [...] Sim. Eu me sinto ainda com força. Me sinto com força ainda. Me sinto ainda com condições de... [E atrelado a esse sonho de estar na educação profissional, também tem a perspectiva do mercado de trabalho?] Sim, do mercado de trabalho” (Campo Belo 6, 2023).

Como refere Silva (2018), observa-se o desejo de obter mais conhecimento entre as pessoas idosas para potencializar a forma como se relacionam com o mundo. Entretanto, observamos nos últimos anos uma abertura de cursos integrais nos *Campi* do IFPE, o que é muito bom para toda a comunidade, mas, por outro lado, em apenas dois *campi* instituíram o Núcleo 60+ (Olinda e Cabo de Santo Agostinho).

Os estudos de Rodrigues; Mafra e Pereira (2018, p.187) concluíram que:

[...] um sujeito negligenciado, que não se faz presente na pauta das políticas educacionais, sendo necessário se pensar o idoso como detentor do direito à educação e formular políticas públicas de acesso e permanência para assegurar o exercício a este direito.

## 6.2 PERCEPÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE INCLUSÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Utilizando as categorias discutidas no item anterior, podemos dizer que, a partir dos conceitos de acesso, permanência e êxito, ter inclusão na educação é oportunizar que pessoas dos grupos historicamente excluídos consigam acessar o sistema educacional; é oportunizar a permanência com qualidade, participação ativa, identificação com o curso; é oportunizar o êxito no desenvolvimento das capacidades para o mundo do trabalho, é ofertar acessibilidade e é estimular o exercício da cidadania. A própria política de Assistência Estudantil traz como finalidade: “**ampliar as condições de permanência** dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010, grifo nosso). E traz também como objetivo: “IV - contribuir para a **promoção da inclusão social** pela educação” (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Uma das representatividades na temática de inclusão é Romeu Kazumi Sassaki. Em 1997 ele disse que “O grau de inclusividade de uma sociedade poderia, então, ser medido pela maior ou menor incidência de leis inclusivas sobre as leis integracionistas”. A distinção entre lei integracionista e lei inclusiva é que à primeira a pessoa “terá direitos assegurados desde que ela tenha a capacidade de exercê-los” e a segunda “são aquelas que trazem no seu bojo a ideia de que a pessoa portadora de deficiência terá direitos assegurados mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos” (p. 146,147). Ampliando a questão, entendemos, então, que é preciso facilitar o acesso para o exercício do direito em várias dimensões.

Deste modo, incluir é oferecer adequações que atendam à diversidade humana, como refere o conceito de inclusão abaixo:

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sassaki, 2009, p.1).

Por isto, se faz necessária a escola inclusiva (Sassaki, 2009, p. 6):

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. “Provendo as escolas dos recursos humanos [acessibilidade atitudinal] (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12).

Dentre as características diversas, aqui dialogamos com a velhice. Ou melhor, com o envelhecimento humano enquanto processo vivenciado por estudantes que ocupam o espaço da educação profissional e tecnológica. As questões do estigma, das limitações que podem se apresentar como aquelas já previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, que é a acuidade visual, do aumento da população das pessoas com deficiência na fase da velhice, da falta de oportunidade em frequentar as instituições de ensino nas fases anteriores da vida, das limitações com o uso de tecnologias

digitais que possam acontecer, dentre outras, dialogam com as dimensões da acessibilidade.

O conceito de acessibilidade nos diz que:

[...] **é uma qualidade, uma facilidade** que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, **ela beneficia todas as pessoas**, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (Sasaki, 2009, p. 2, grifo nosso).

São seis dimensões da acessibilidade:

[...] **arquitetônica** (sem barreiras físicas), **comunicacional** (sem barreiras na comunicação entre pessoas), **metodológica** (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), **instrumental** (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), **programática** (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e **atitudinal** (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (Sasaki, 2009, p. 1, grifo nosso).

Portanto, iremos trazer as características de cada dimensão, ou seja, como elas se apresentam no ambiente escolar, e observar como cada estudante trouxe essa dimensão em seus relatos durante a entrevista. É fundamental destacar que não realizamos perguntas específicas sobre cada uma dessas dimensões. A pergunta realizada sobre essa questão foi ampla: Para você a assistência estudantil contribui para inclusão de pessoas idosas estudantes do IFPE? ( ) Sim ( ) Não Como? A partir das respostas fomos categorizando os dados.

▪ Dimensão arquitetônica:

Na área da educação essa dimensão se caracteriza como:

Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de mobílias e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.) (Sasaki, 2009, p. 2).

Em cumprimento à Lei nº 10.098/2000 [Lei da Acessibilidade], Lei nº 10.172/2001 [Plano Nacional de Educação] e Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, § 1º (Sasaki, 2009). No aspecto arquitetônico, a nossa percepção foi



minimante observacional, porque encontramos no *Campus Recife*, durante a pesquisa de campo, rampas que oportunizam acessibilidade aos andares superiores do prédio. É um aspecto facilmente identificado. Entretanto, as demais intervenções arquitetônicas não foram observadas por não colocarmos essa dimensão como um aspecto que deveria ser observado pela pesquisadora, mas, sim, que poderia surgir nos relatos. Em nenhum dos relatos identificamos o aspecto de barreiras relacionadas a essa dimensão da acessibilidade arquitetônica. Abaixo temos a imagem do IFPE *Campus Recife* com rampa de acessibilidade (Figura 5):

Figura 5- *Campus Recife*, rampa de acessibilidade



Fonte: Maia (2023)

▪ Dimensão comunicacional:

Na área da educação encontramos a seguinte característica desta dimensão:

Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braille e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para

alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc. (Sasaki, 2009, p. 3).

Em cumprimento à Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, § 2º e Portaria Normativa 14, 24/4/07, do Ministério da Educação (Sasaki, 2009).

No aspecto comunicacional, houve a necessidade que a nossa percepção fosse observacional porque um dos estudantes entrevistados, apresentado pelo Serviço Social do *Campus* Recife, revelou ser uma pessoa com baixa audição. Percebemos que em determinado momento da entrevista o estudante colocou a mão no ouvido, como um sinal característico de quem está precisando fazer um gesto de concha no aparelho auditivo. Não perguntamos sobre a necessidade do uso de aparelho auditivo e nem se o mesmo é atendido pelo NAPNE. Todavia, observamos também que algumas respostas às perguntas realizadas eram curtas.

Sabemos, entretanto, que o *Campus* disponibiliza os serviços do Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

- Dimensão metodológica:

Na área da educação se caracteriza:

Em todas as aulas e nas atividades extraclasse, os alunos estarão valendo-se da combinação única de suas **oito inteligências para aprender, realizar trabalhos, interagir socialmente etc.** Os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas para si mesmos e para os alunos e familiares. Os funcionários administrativos da escola se beneficiarão muito com o conhecimento da teoria das inteligências múltiplas e passarão a **melhor compreender os comportamentos dos alunos**, resultando em **um melhor relacionamento interpessoal** com os mesmos. Os familiares terão uma participação importante ao ajudar os professores e técnicos a identificarem os níveis de desenvolvimento das inteligências de seus filhos (Sasaki, 2009, p. 4, grifo nosso).

Em cumprimento à Constituição Federal de 1988, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art. 206, I e II) (Sasaki, 2009).

Identificamos que os estudantes idosos entrevistados relataram desenvolver atividades laborativas ou acadêmicas em áreas distintas. Campo belo 6 iniciou o curso de agroecologia no *Campus* Barreiros, depois fez um curso de gestão ambiental, atualmente faz o curso de saneamento, e ainda prestou assessoria política a um prefeito municipal, e contribuiu na formação do grêmio escolar no IFPE *Campus*

Barreiros. Já campo belo 2 faz o curso de segurança do trabalho e exerce uma atividade relacionada a empréstimos e financiamentos; e campo belo 1 concluiu um curso técnico no IFPE *Campus* Recife, atualmente faz o curso de gestão do turismo e já exerceu a atividade de motorista profissional e exerce atividades na área da música. Logo, percebemos que todos os entrevistados desenvolveram e ainda desenvolvem habilidades e conhecimentos em diversas áreas do conhecimento. Portanto, sua interação social pode oportunizar compartilhamento de conhecimentos nas várias áreas do saber formal, informal ou não formal. Contudo, todos também reconhecem a importância de continuar o aprendizado ao longo da vida, ou seja, de desenvolvimento das inteligências múltiplas, de forma constante. Vejamos alguns depoimentos: “aprendeu muito e ficou com a cabeça diferente” (Campo Belo 1, 2023); “Bom” (Ao descrever sobre a vivência de ser estudante do IFPE, “bem” e em seguida falou sobre o curso). “O curso” (Campo Belo 2, 2023).

▪ Dimensão instrumental:

Na área da educação é aplicada na:

Adaptação da forma como alguns alunos poderão usar o lápis, a caneta, a régua e todos os demais instrumentos de escrita, normalmente utilizados em sala de aula, na biblioteca, na secretaria administrativa, no serviço de reprografia, na lanchonete etc., na quadra de esportes etc. As bibliotecas deverão possuir livros em braile, produzidos pelas editoras de todo o Brasil. Dispositivos que facilitem anotar informações tiradas de livros e outros materiais, manejar gavetas e prateleiras, manejar computadores e acessórios etc. “E materiais necessários [acessibilidade instrumental]” (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12) (Sasaki, 2009, p. 5).

Seguindo as orientações da Lei Federal nº 9.045, de 18/5/95, autoriza o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura (Sasaki, 2009).

Não identificamos nos relatos das pessoas entrevistadas a dimensão instrumental materializada em instrumentos.

▪ Dimensão programática:

Na área da educação é implementada na:

Revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da escola, a fim de **garantir a exclusão de barreiras invisíveis** neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida

escolar. Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca (Sasaki, 2009, p. 5).

Encontramos relatos no sentido de eliminar barreiras, por conta das inscrições nos programas que são realizadas em sistemas com uso de tecnologia digital, porém não existe uma política institucional voltada para dar este suporte de aprendizagem tecnológica digital para grupos com dificuldades.

Porque a gente enfrenta algumas dificuldades institucionais que estão para além do que a gente consegue fazer também enquanto setor, enquanto serviço. Então, assim, a gente consegue **inserir** esses estudantes nos programas de transferência financeira, consegue. O acesso à tecnologia a gente consegue, **a gente consegue fazer um suporte** enquanto setor, mas **institucionalmente a gente encontra muita dificuldade**, porque **não tem uma política, um programa específico para isso**, que dê conta dessa situação (Campo Belo 4, 2023).

Mas, identificamos nos relatos servidores disponíveis a prestar apoio. Não sabemos se as disciplinas de iniciação à informática abordam conteúdos e práticas suficientes e se estão ofertadas para todos os cursos.

A dimensão programática não é visualizada quando se refere ao acesso aos programas de assistência estudantil, isto porque a tecnologia digital é utilizada como meio de realizar a inscrição. Neste caso, o sistema institucional é chamado de: Fluxo.

Do ponto e vista dos programas, como já dissemos, existe o NAPNE e a própria regulamentação do programa de assistência estudantil do IFPE, que prevê atendimentos específicos.

As propostas de trabalho desenvolvidas, quando pertinente, deverão articular-se com as atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (Neged), do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), do Núcleo 60+ e do Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA) de cada campus. Em se tratando de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, os seus casos deverão ser analisados e acompanhados também pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napne) (IFPE, 2021. p. 23, 24).

- Dimensão atitudinal:

Na área da educação se caracteriza pela:

**Realização de atividades de sensibilização e conscientização**, promovidas dentro e fora da escola **a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos**, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a

evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto **contribui para que eles realmente aprendam** em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e **mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas** para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. “Provendo as escolas dos recursos humanos [acessibilidade atitudinal] (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12) (Sasaki, 2009, p. 6, grifo nosso).

Alguns relatos trouxeram essa dimensão, como, por exemplo, a capacidade de atendimento do serviço social durante as inscrições nos programas de auxílios financeiros, em virtude das dificuldades tecnológicas apresentadas pelos estudantes.

Com o acesso mesmo, assistente estudantil, a gente tem que dar todo o suporte e assistência para eles compreenderem como é institucionalizado os programas, questão de edital, a questão dos sistemas, como também eles têm dificuldade dentro da própria sala de aula. E eles veem assistente estudantil que vai contribuir, que talvez vai destravar para eles algumas portas, que vai fazer com que a gente consiga aproximar e dialogar mais com esse corpo docente, com essa coordenação **sobre as dificuldades** que eles têm em sala de aula. De compreender uma disciplina, mas por conta que tem o meio e o **meio é sempre a tecnologia**. Então, eles sempre **procuram a gente**, né? **Tentando dividir essa dificuldade** (Campo Belo 4, 2023).

O segundo aspecto atitudinal faz referência ao estigma, já relatado nos itens anteriores. E não identificamos se houve alguma intervenção sobre essa questão no sentido pedagógico formativo. Apenas temos conhecimento de uma cartilha disponibilizada no site institucional, que trata sobre os direitos sociais das pessoas idosas, com o título: Respeito às Pessoas Idosas (IFPE, s/d). No próximo item trabalharemos com mais detalhes essa questão.

### 6.3 ESTIGMA

A partir do relato dos estudantes entrevistados, identificamos duas situações nas quais ocorreu o estigma. Na primeira o estudante refere:

Eu gostaria de falar para vocês, comunidade acadêmica, que tivesse mais tolerância e respeito com os idosos. Pois, na sua família, você tem um avô, tem um pai, tem um parente idoso, e jamais você gostaria que alguém ofendesse essa pessoa tão especial para a sua vida. E no futuro, você vai ficar idoso. Poderá ficar, né? Isso que eu peço a comunidade. Pelo fato de já ter **sofrido discriminação aqui dentro**. Parece até que eu estava cometendo um crime porque depois de sessenta anos, eu queria aprender algo. E eu me senti muito para baixo, fiquei três dias sem dormir direito, pensando... porque você aprendendo uma coisa que você sonhou ter. E de repente, você é

discriminado por esse fato. Enquanto tem muitos jovens que não querem estudar, não querem nada com a vida. Valeu, galera. Boa noite pra vocês (Campo Belo 1, 2023, grifo nosso).

Observamos que o estudante entendeu o estigma que sofreu e responde a essa situação alertando que as pessoas que discriminam “poderão” ficar idosas. Segundo Goffman (2004), são respostas que podem permear o comportamento de pessoas estigmatizadas.

Um segundo exemplo de estigma que encontramos nos relatos:

[...] olhe, alguns idosos me perguntam se eu não tenho vergonha de estar aqui no meio dos jovens. Até a minha filha mais nova pergunta, pai, **você não tem vergonha de estar no meio dos jovens?** Não minha filha, por que? Eu estou adquirindo conhecimento, um novo conhecimento, que de futuro pode ser bom pra mim e para a sociedade (Campo Belo 6, 2023).

Nas duas situações identificam-se características estigmatizantes nos relatos dos idosos, seja na situação de vivência institucional como na vivência familiar. Goffman (2004, p. 5) nos diz “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros”, e elenca características do estigma: descrédito, defeito, fraqueza, desvantagem, por exemplo. É como se houvesse uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real. Os atributos indesejáveis são aqueles incongruentes com o estereótipo criado para se relacionar com determinado indivíduo. Existe uma expectativa ou uma norma que a pessoa estigmatizada deveria cumprir.

Goffman (2004, p. 8) ainda nos dirá que:

Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar do interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados, frequentemente de aspecto sobrenatural, tais como “sexto sentido” ou “percepção [...]”.

No caso específico da velhice, poderíamos concluir, a partir das colocações de Goffman, que essa é a imperfeição original. E, portanto, tendemos a generalizar a forma como essa “incapacidade” ou “estranheza” deve ser respondida ou tratada (Goffman, 2004, p. 10).

Dentre as pessoas estigmatizadas, por exemplo, as pessoas velhas/idosas vitimizadas “devem” corrigir essa “imperfeição original” restaurando a juventude, tendo em vista a vergonha ou a angústia ocasionada pela situação que a torna inelegível para a convivência social plena. Aqui estamos tratando dos aspectos visuais do estigma, ou seja, “correções” biológicas, visuais ou comportamentais. Porém, existe

também outra forma de tentar corrigir a “imperfeição original” e essa forma é por meio do “esforço individual” para dominar uma área de atividade, ou de conhecimento, por exemplo. Essa área por algum motivo é fechada para as pessoas estigmatizadas. Por exemplo, uma pessoa com deficiência visual que é perita em esqui é um exemplo trazido por Goffman (2004, p. 11 e 12). Outra forma de responder ao estigma é percebê-lo como ‘uma bênção secreta’.

Pinheiro (2023, p. 95) defende que:

O ancião é o sujeito mais importante do grupamento social; trata-se do sábio, um livro vivo diante dos olhos da comunidade. Então, não faria sentido criar um asilo e isolar essa pessoa de tamanha sabedoria, com um conhecimento tão fundamental para o crescimento dos seus.

Seria, então, um exemplo de bênção secreta?

As pessoas estigmatizadas também podem evitar o contato com os “normais”, podem se sentir inseguras, podem se sentir “em exibição” (Goffman, 2004, p. 14 e 15). Identificamos na fala de Campo Belo 6, a seguinte questão em relação à insegurança: “Olha aqui no *Campus Recife*, eu estou tendo dificuldade porque a turma é toda jovem. [...] fico meio receoso de entrar numa turma e ele não me aceitar[...]”.

Timidez e agressividade são respostas que a pessoa estigmatizada pode dar, pois está pronta “a ler significados não intencionais em nossas ações”. Alguns tratamentos também são “ofertados” a pessoa estigmatizada. Pode-se tratá-la como se fosse “alguém melhor do que achamos”, “alguém pior do que achamos” ou ainda como se fosse uma “não-pessoa” e, portanto, “não existisse”, e desta forma é “digno de atenção ritual”. As categorias inadequadas conduzem os “normais” e estigmatizados a se sentir “pouco à vontade” (Goffman, 2004, p.18,19).

Goffman (2004, p. 22) ainda refere que entre os iguais existem redes de ajuda mútua. Neste sentido, entendemos que no IFPE *Campus Recife* o Núcleo 60+ poderá contribuir para esse encontro de iguais. Entretanto, convém salientar que o objetivo não é segregar as pessoas idosas. Campo Belo 1 refere sobre a aceitação entre iguais quando disse sobre sua afinidade com pessoas do mesmo sexo biológico.

Considerando nosso lugar de fala, destacamos que os profissionais do Serviço Social são classificados, a partir das reflexões de Goffman, como pessoas “informadas”, ou seja, aquelas que cuidam ou se aproximam das necessidades daquelas que têm um estigma particular. E essa intervenção profissional poderá contribuir para um “modelo” de “normalização” destes estigmas, ou seja, que não esconde o seu “defeito”. As respostas de “suportar a carga” do estigma,

desconsiderando o que “não é “realmente seu”, ou ainda, tratar o estigma como uma “questão neutra” e conduzir seus rodeios e diretamente a questão, são formas de trazer desconforto aos “normais”.

Ser mais velho é um estigma ocasionado pela desvantagem física. É uma fase em que se exige que se aprenda a ser “portador de um estigma”, como refere Goffman. Beauvoir (1990, p. 20) nos dirá que a velhice é compreendida por “um fato biológico, mas também um fato cultural”.

Identificamos na fala de Campo Belo 2 a aceitação de ajuda por parte dos seus colegas de turma, não por ser uma pessoa idosa necessariamente, ou melhor, não por ter mais idade. Mas, a sua mais idade pode afastá-lo do conhecimento tecnológico se não houver uma atualização. Ele diz que os colegas de turma o ajudam e as representantes de turma dizem o que deve ser estudado.

Goffman (2004, p. 44) trata da questão da visibilidade do estigma, ou melhor, a “perceptibilidade” ou “evidenciabilidade”. Isto pode interferir no “fluxo de interação”. Identificamos que desde o acesso Campo Belo 2 necessitou de ajuda de outras pessoas no uso de tecnologias. Ter a ajuda de outra pessoa para acessar as tecnologias digitais não significa ser uma pessoa idosa, entretanto, identificamos na literatura da gerontologia que a pessoa idosa pode ter perda da capacidade funcional (mais adiante explicaremos sobre este termo utilizado nos estudos sobre o envelhecimento humano). Isto pode ser justificado porque as pessoas idosas pertencem às gerações chamadas de: geração silenciosa, *baby boomers*, ou ainda da geração X, ou seja, são pessoas que nasceram antes ou durante a revolução tecnológica e digital, ou ainda vivenciaram as transformações do pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Vivenciaram transformações culturais, econômicas, e políticas em um determinado período, que repercutem no seu modo de viver e aprender (BEI Educação, 2023). Lembremos da atriz Fernanda Montenegro, que é lucida, com mais de 90 anos de idade, e dos demais artistas, como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Alcione, Djavan, Milton Nascimento, Fafá de Belém, Lia de Itamaracá, Ney Matogrosso....!

A velhice é um estigma que não pode se manter em segredo, porque em algum momento as características físicas denunciam a pessoa. É possível minimizar os efeitos do tempo no corpo, entretanto, essa possibilidade não é possível para todas as pessoas. Em termos físicos, não é possível viver a síndrome de cinderela, disfarçar, abandonar ou retocar as marcas do tempo, da pessoa velha. Embora, existam



tecnologias que contribuam para isto, até certo momento, porque o envelhecimento é irreversível, segundo o conceito da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). A síndrome da cinderela é trabalhada por Goffman.

A classe trabalhadora utiliza-se de estratégias em vários momentos para que sua força de trabalho seja aceita e vendável. Portanto, quando possível utiliza das tecnologias disponíveis possíveis para manter o seu “meio de produção” (corpo e mente) com valor de uso e valor de troca. Do ponto de vista cognitivo, lança mão da sabedoria e da educação atualizada, contínua e permanente, e do ponto de vista físico lança mão dos cuidados com a saúde, podendo utilizar próteses e órteses, ou ainda fazer usos da estética e cosmética. Desta forma, o estigma da velhice poderá receber o atributo de menos significativo. Outra forma de ser uma pessoa idosa com estigma menos significativo é tornar-se útil ao capitalismo por ser um consumidor, como refere Teixeira (2017).

Outros trabalhadores, portanto, podem utilizar o método de revelação, e de forma voluntária utilizam um símbolo de estigma que, no caso da velhice, pode ser o cabelo branco ou rugas. Por outro lado, a técnica do acobertamento (minimiza a tensão) também poderá ser utilizada, se referindo aos cabelos, o uso de tintura pode ser identificado como uma forma de acobertamento, e assim “minimizar a intromissão de seu estigma (Goffman, 2004, p. 89 e 90).

Goffman (2004, p. 92-95) nos dirá que “quanto mais o indivíduo se alie aos normais, mais se considerará em termos não estigmatizados. Essa ambivalência pode trazer vergonha ao estigmatizado em virtude da repulsa. Portanto, “ele não pode nem aceitar o seu grupo nem abandoná-lo”. A expressão utilizada para essa situação é “preocupação com a purificação intragrupal”. É possível encontrar uma ironia entre as pessoas estigmatizadas e também uma ação preventiva do grupo. Identificamos certa ironia na fala de Campo Belo 1, quando diz que as pessoas que discriminam as pessoas idosas “poderão” ficar idosas também. Ou seja, se não morrer antes poderá ter o privilégio da velhice. Um código de conduta é defendido por indivíduos estigmatizados, não seguir significa estar iludido, malsucedido, não digno, irreal. A “autenticidade” é um atributo esperado para ser bem-sucedido, real e digno.

Um alinhamento intragrupal significa ter a possibilidade de ser um porta voz dos iguais, tidos como leal e autêntico, em caso contrário são classificados como covardes e insensatos. No caso dos profissionais que defendem a perspectiva intragrupal podem ser identificados como “militantes”. Caso o militante tenha como

objetivo político “retirar o estigma do atributo diferencial”, ou melhor, separar e não assimilar, pode significar que defende o estilo do inimigo (Goffman, 2004, p. 97).

Deste modo, o desvio da norma trará consequências:

Quanto mais o estigmatizado se desvia da norma, mais admiravelmente deverá expressar a posse do eu subjetivo-padrão se quiser convencer os outros de que o possui, e mais estes exigirão que ele lhes forneça um modelo daquilo que se supõe que uma pessoa comum deve sentir a respeito dele (Goffman, 2004, p. 100).

Este mesmo autor ainda dirá que “Quebrar o gelo” é uma estratégia para demonstrar que se está livre e que pode vencer as dificuldades do estigma; outra estratégia é aceitar-se como normal, isto facilita a convivência face-a-face; se retirar de situações que os normais consideram difícil para “manter uma aceitação semelhante (Goffman, 2004, p.100, 104).

Goffman refere sobre uma “fórmula geral” esperada no comportamento da pessoa estigmatizada:

Ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa cresça sobre ele (2004, p. 105).

É uma aceitação fantasma para uma normalidade fantasma.

A identidade com o intragrupo está relacionada à predominância política, e a identidade com o exogrupo relaciona-se a uma identidade psiquiátrica (Goffman, 2004, p. 106).

A pessoa estigmatizada que tem um “comportamento desviante” em relação ao código do grupo pode ser chamada de “destoante” ou de “desvio” “a sua peculiaridade” (Goffman, 2004, p.118).

O desviante intragrupal que é atacado pode contar com a ajuda do grupo “quando isolado do grupo é atacado, o mais provável é que tenha que lutar sozinho” (Goffman, 2004, p.119). O desviante do grupo é aquele que se desvia por atos ou atributos e passa a ser um símbolo do grupo com função cômica e o respeito lhe é negado. Um exemplo é o bêbado da cidade. Já o destoante é isolado do grupo e não faz parte dele, embora esteja presente em situações sociais com o grupo. O desviante também pode ser chamado de mascote. Ou ainda “excêntrico” ou “originais”, ou ainda “cultistas” (Goffman, 2004, p. 120).

Pessoas estigmatizadas têm situações comuns entre si. Sabendo-se analiticamente o que é comum, é possível saber “em que reside a sua diferença”. A perspectiva analítica coerente buscará interesse no que é comum e no que é diferente (Goffman, 2004, p. 124).

#### 6.4 ENVELHECIMENTO HUMANO

Iniciamos aqui a discussão dos resultados sobre o entendimento de envelhecimento humano, destacando mais uma vez Simone de Beauvoir (1990, p. 17): “A velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste esse processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Essa ideia está ligada à ideia de mudança. [...] Mudar é a lei da vida”.

A partir dos argumentos sobre declínio, condições físicas, mentais, e idade, Beauvoir conclui que:

Cada sociedade cria seus próprios valores: é no contexto social que a palavra “declínio” pode adquirir um sentido preciso”, e portanto: “[...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fator biológico, mas também um fato cultural” (Beauvoir, 1990, p. 19-20).

Em um dos relatos encontramos, o entendimento da velhice como **decadência** (informações de campo belo 3, 2023). Três situações podem ser problematizadas aqui, a primeira sobre a decrepitude da classe trabalhadora na formação da sociedade moderna, e a segunda sobre decadência financeira e de saúde vivenciada por muitas pessoas idosas, além da última relacionada à sexualidade feminina.

Campelo e Paiva (2014, p. 130-131) narram as circunstâncias históricas da formação do proletariado nas cidades de Londres e Paris, a velhice era “algo abominável, símbolo de decrepitude e de negação de qualquer indício de progresso, desenvolvimento humano, conforme acreditavam os iluministas”. Neste cenário a juventude é a mercadoria “mais desejada”.

Quanto à segunda situação destacamos o fenômeno do pauperismo, como expressão da questão social, que é objeto de trabalho do Serviço Social, e trazemos dois conceitos difundidos entre a categoria profissional:

[...] conforme ensina Iamamoto (2001, p. 10) a “questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o

anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. E Netto (2001, p.45,48 grifo do autor) [...] esclarece que a *questão social* é um “complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo”, sendo a *questão social* – e suas expressões- “insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (Campelo; Paiva, 2014, p. 231).

Segundo Teixeira (2017, p. 34-35), “o envelhecimento do trabalhador é uma expressão da questão social, o que significa atribuir centralidade ao seu modo de envelhecer e as condições objetivas e subjetivas em que se dão, [...] na sociedade capitalista”. Ela continua dizendo que:

[...] não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (Teixeira, 2017, p. 34-35).

Para Beauvoir (1990, p. 35) “a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história”. E, portanto, não se pode universalizar as formas como se envelhece porque são condicionadas ao “lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social”.

Assim, a condição de classe é o elemento central do envelhecimento em:

[...] um tipo de sociedade regida pelo trabalho abstrato, que condena o trabalhador não apenas a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, exclusões pelo critério de idade, desvalorização social, pobreza, mas também, antes de tudo, a uma depreciação social que atinge toda a classe trabalhadora alienada e submetida às forças cegas da produção, reduzida a “força material de produção”, um objeto, destituído de qualidades e necessidades, principalmente quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas (Teixeira, 2017, p. 35).

Beauvoir nos dirá que existem duas categorias de velhice, uma das minorias e outra das maiorias.

Mas, o envelhecimento não é sinônimo de doença, ou melhor, não é doença como a Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio do CID 11 (Código Internacional de Doenças), quis classificar nos últimos anos. Entretanto, em virtude das condições e qualidade de vida, essa trajetória poderá ser marcada por doenças crônicas degenerativas, dificuldades funcionais, perda de independência e de autonomia, como afirma Teixeira (2017, p. 45).

Entende-se no campo da saúde que uma pessoa idosa tem perdas funcionais quando deixa de realizar atividades da vida diária (AVDs); atividades instrumentais da

vida diária (AIVDs) e as atividades avançadas da vida diária (AAVDs); e ainda tem perda da independência “capaz de realizar sem dificuldades e sem ajuda todas as atividades de vida diária”, como refere a Política de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006). Além disso, tem perda da autonomia, que é o poder de decidir e de assumir os riscos dessa decisão.

E a última situação que trazemos sobre a análise do termo “decadência” na fase da velhice relacionamos à questão da sexualidade feminina. Beauvoir (1990, p. 427, 428 e 429) nos dirá que a gerontofilia (desejo por pessoas mais velhas) não existe para as mulheres, ou melhor, as mulheres idosas podem ser pouco desejadas. Logo, sendo o homem um sujeito e a mulher um objeto, ela na velhice “perde” sua “condição de objeto erótico”. Como a mulher tem a consciência do que é um corpo desejável, a qualquer sinal de perda do viço deste corpo, ou da frieza do amante, ela “**sentirá amargamente sua decadência**” e desta forma não suportará se expor aos “olhos de um outro”. Assim, criam formas de compensar a inexistência de uma vida erótica ou vivenciam delírios e depressões melancólicas. O apetite sexual extinto também pode provocar certa “demência benigna”, seria a morte do impulso da vida.

Destacamos também o entendimento de envelhecimento de Campo Belo 5 e 7 como um processo natural; e outro entendimento do envelhecimento humano como acúmulo de conhecimento, experiências, mas também de acúmulo de carências e desprezo na sociedade capitalista, essa é a compreensão de Campo Belo 4. A partir dessas percepções destacamos alguns conceitos, como, por exemplo, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS):

[...] um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte (Brasil, 2006).

Quanto ao envelhecimento na sociedade capitalista, destacamos os estudos de Campelo e Paiva (2014); Teixeira (2008); Haddad (1993 e 2016). A relação social com a velhice é “uma relação social definida, estabelecida entre homens, na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” e que Marx chamou de fetichismo (Marx, 2008, p. 94 *apud* Campelo; Paiva, 2014, p. 130-131). A pessoa idosa é tratada como mercadoria, ou seja, como coisa (estranha).

Nessa lógica fora do circuito produtivo a velhice perde o valor e retira a condição humana dos “não rentáveis”. Apenas quando detêm algum tipo de renda são

pseudovalorizados por sua capacidade de consumo, assim, tanto a condição objetiva como subjetiva das pessoas idosas é comprometida e desvalorizada a partir dessa desvalorização. É importante destacar que nesse processo de envelhecimento da classe trabalhadora existem condições que homogeneízam essa vivência e outras que nos diferenciam nas frações de classe, como, por exemplo, o gênero, etnia, orientação sexual, geração, região de moradia (Teixeira, 2017, p. 40-.49).

E quanto ao envelhecimento como acúmulo de conhecimento destacamos o pensamento de Pinheiro (2023), quando traz a importância dada pelas comunidades indígenas e africanas para as suas pessoas mais velhas. Todas essas concepções foram tratadas neste estudo ao longo das discussões, e essa última nos parece aquela com dimensão positiva sobre a velhice, porque, seja pela via do existencialismo, do estigma ou da teoria crítica que analisa a velhice na sociedade industrial e de classe, a imagem da velhice e os resultados desse processo não favorecem a maioria da classe que vive da venda da força do seu trabalho.

## 6.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir dos relatos dos estudantes demonstrados nos resultados, podemos inferir que o conceito de assistência estudantil compreendido por eles, em princípio, é relacionado aos programas de transferência de renda, de “bolsas” e de “ajudas”, entretanto, um dos participantes não consegue relacionar esse direito à pessoa idosa, embora as demais áreas de atuação profissional e de serviço também sejam mencionadas.

A realidade da população idosa que compõe a fração da classe trabalhadora mais vulnerável aponta sobre a necessidade de proteção social por meio das políticas públicas de transferência de renda, visto que são responsáveis pelo sustento material econômico de suas famílias:

Os dados do Cadastro Único revelam ainda que **74% das pessoas idosas são responsáveis pela unidade familiar (RF)**, e que em sua maioria possui renda per capita acima de meio salário mínimo, totalizando 311.780 pessoas idosas, o que representa taxa de 51% do total de idosos/as, conforme mostra o Gráfico abaixo. Com 23% comparecem aquelas pertencentes à família de baixa renda, cuja renda per capita vai de R\$210,01 até meio salário mínimo. 22% são oriundas de famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda per capita é de até R\$105,00; e 4% são pessoas idosas que vivem em situação de pobreza, com renda per capita que varia de R\$105,01 até

R\$210,00. [...] 15% das pessoas idosas responderam SIM (possuem alguma deficiência, sendo a região do agreste com maior número) (Pernambuco, 2023, grifo nosso).

Ao analisarmos o entendimento das profissionais entrevistadas sobre assistência estudantil, verificamos nos relatos os seguintes códigos (palavras) como: “política”; “ajuda”; “bolsa”; “clientes”, “existe majoritariamente um público com a condição socioeconômica muito aquém”, o que revela o significado da importância da mediação do serviço social com o público que seria originário da educação profissional: “Educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva compreendida como assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte” [...] (Ramos, 2014, p. 25).

É importante destacar que a política de assistência estudantil se constitui como direito social, logo, não é assistencialista. É direito. Como discutimos nas referências teóricas desta pesquisa, as políticas públicas são “salários indiretos”. Entretanto, também é fundamental destacar que as lutas para ampliar o financiamento dessas políticas reverberam no cotidiano em ações focalizadas para um público que mais precisa dentro das frações da classe trabalhadora.

Por outro lado, o fenômeno da “bolsificação”, designado por Cislighi e Silva (2011), é um desafio que impossibilita o debate com vistas à ampliação de direitos. E, portanto, vincula o Serviço Social “apenas para realizar o repasse de auxílios e verbas estudantis, sem considerar a dimensão político-pedagógica” (Visquett, 2018, p. 130).

Encontramos também nos relatos os códigos: política, ações, benefícios e auxílios. E nos remete a lembrar das construções iniciais da política de assistência estudantil dentro da educação profissional e tecnológica, como a Reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do CONIF, 11 e 12 de junho de 2013 em Goiânia/GO. Desta reunião, um documento foi elaborado constando o seguinte entendimento:

Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva universalizada da educação como direito em compromisso com a formação integral. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão. Destina-se aos estudantes regularmente matriculados em qualquer dos cursos ministrados pela instituição, independente de nível e modalidade de ensino. No que refere aos auxílios de caráter socioeconômico serão atendidos, prioritariamente, estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e que estejam em vulnerabilidade social (SINASEFE, 2023, p.111).

Dentre os oito princípios do documento, destacamos: “I- A prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas do estudante, visando sua formação integral, sua permanência e êxito”. E ainda a necessidade de formação da equipe multiprofissional básica, tanto para execução como para a operacionalização da política em cada *Campus* e Reitoria: [...] “formada por assistente social, pedagogo/a e psicólogo/a, admitida, sempre que necessário, a participação e inclusão de outros profissionais” (SINASEFE,2023, p.111).

Quanto às questões do acesso aos programas de assistência estudantil no âmbito do IFPE, identificamos que a tecnologia é o grande entrave como revela o relato abaixo:

É a questão de conseguir se atualizar do ponto de vista da questão tecnológica, do avanço tecnológico, da modernização, do suporte tecnológico para os estudos, para a educação. Então, às vezes, acho que a assistência estudantil talvez não alcance essa necessidade. Que não é só estudante idoso, a gente tem jovens também, tem dificuldade com esse acesso à tecnologia e que falta esse suporte também. Mas a gente sente isso, tem sentido isso nos estudantes mais idade e idosos também. Então, por exemplo, até para se inscrever nos nossos programas, que hoje em dia é tudo, a gente usa tecnologia para tudo, para inscrição, para entrega de documentação. E a gente sente que eles sentem muita dificuldade de conseguir acessar a assistência estudantil por conta da tecnologia, do não acesso à tecnologia. Então, a gente acha que a assistência estudantil, ela contribui, mas ao mesmo tempo ela acaba distanciando essas pessoas porque também está muito envolvida com a tecnologia também. Nossos processos de trabalho, a gente tem uma necessidade de tecnologia enquanto trabalhador para sistematizar esse trabalho, para conseguir dar conta da demanda, mas a gente sabe que isso distancia algumas pessoas que precisam ser atendidas (Campo Belo 4, 2023).Esse depoimento fortalece nossa opinião sobre uma sociedade em transição, ou seja, vivenciamos uma era digital tecnológica, mas ainda somos também analógicos, e manuais. Como operacionalizar uma grande demanda sem excluir, talvez ainda seja um desafio.

Por fim, novamente destacamos que das 27 (vinte e sete) pessoas idosas que estudam no IFPE *Campus* Recife, apenas uma delas recebe a bolsa do Programa de Manutenção Acadêmica, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais). O documento elaborado pelo Sinasefe (2023) aponta a necessidade de um novo direcionamento na assistência estudantil, seja no sentido da construção de uma política, visto que ainda é um decreto nacional; seja, no sentido de ampliar o valor dos recursos financeiros destinados ao atendimento dos estudantes.



Desde 2015, conforme estudo realizado por Prada e Surdine (2018), o PNAES tem sido subfinanciado, pois não tem sido ampliade maneira a acompanhar proporcionalmente o aumento do número de matrículas nos IFs. Se esta métrica já havia sido observadaem 2015, no Governo Bolsonaro, com os constantes ataques às universidades e institutos federais, tal lógica intensificou-se (Sinasefe, 2023, p. 204).

Quanto à importância do atendimento dos estudantes idosos, podemos dialogar com os dados do cadastro único (Pernambuco, 2023), em que 74% da população idosa inscrita nesse cadastro são responsáveis pela manutenção das suas famílias e a maioria tem rendimentos acima de meio salário mínimo. Em um estado “benfeitor”, segundo Oliveira (1988), as políticas sociais cumprem a tarefa de “salário indireto”, porém, em um estado cuja correlação de forças favorece o estado neoliberal, o financiamento das políticas sociais recebe o mínimo, e mesmo diante dos grandes esforços que um governo progressista democrática venha a negociar, a balança do social oscila.

Neste sentido, cabe o entendimento de que as pessoas idosas devem e têm o direito de atendimento no acesso à educação e na permanência escolar, que é a finalidade da lei: “Art. 1o O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência **dos jovens** na educação superior pública federal” (Brasil, 2010, grifo nosso). Entretanto, a faixa etária referendada no decreto é apenas para pessoas jovens, situação legal que deveria ser revista? Se causar impedimento no atendimento às pessoas idosas, acreditamos que sim, a redação deve ser revista e ampliada a cobertura do atendimento.

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer  
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer  
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer  
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer  
Não quero morrer pois quero ver  
Como será que deve ser envelhecer  
Eu quero é viver pra ver qual é  
E dizer venha pra o que vai acontecer  
Eu quero que o tapete voe  
No meio da sala de estar  
Eu quero que a panela de pressão pressione  
E que a pia comece a pingar  
Eu quero que a sirene soe  
E me faça levantar do sofá  
Eu quero pôr Rita Pavone  
No ringtone do meu celular  
Eu quero estar no meio do ciclone  
Pra poder aproveitar  
E quando eu esquecer meu próprio nome  
Que me chamem de velho gagá  
Pois ser eternamente adolescente nada é mais demodé  
Com uns ralos fios de cabelo sobre a testa que não para de crescer  
Não sei por que essa gente vira a cara pro presente e esquece de  
aprender  
Que felizmente ou infelizmente sempre o tempo vai correr  
Não quero morrer pois quero ver  
Como será que deve ser envelhecer  
Eu quero é viver pra ver qual é  
E dizer venha pra o que vai acontecer  
Eu quero que o tapete voe  
No meio da sala de estar  
Eu quero que a panela de pressão pressione  
E que a pia comece a pingar  
Eu quero que a sirene soe  
E me faça levantar do sofá  
Eu quero pôr Rita Pavone  
No ringtone do meu celular  
Eu quero estar no meio do ciclone  
Pra poder aproveitar  
E quando eu esquecer meu próprio nome  
Que me chamem de velho gagá (Antunes; Jeneci; Ortinho 2009).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de trazer nossas últimas reflexões sobre a pesquisa e seus achados, reflexões que não se esgotam neste relatório de pesquisa, visto que temos um objetivo, queremos fazer alguns destaques.

Considerando que neste estudo algumas questões não foram respondidas, e que ficam lacunas que poderão ser objeto de outras pesquisas, elencamos essas situações, como por exemplo: não perguntamos a campo belo 2 se necessita de aparelho auditivo; não perguntamos se a violência institucional sofrida por campo belo 1 foi notificada; não perguntamos a campo belo 6 com quantos anos de idade acessou o curso no IFPE *Campus* Barreiros; e nem o motivo das interrupções deste primeiro curso; não perguntamos se o NAPNE acompanha os estudantes com dificuldades digitais; não perguntamos aos estudantes idosos com deficiência se eles são acompanhados pelo NAPNE; não entrevistamos profissionais do *campus*, além daqueles que estão lotados/as na assistência estudantil; não perguntamos se a Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria tomou conhecimento sobre o estigma sofrido pelo estudante idoso; não realizamos entrevistas com todos os idosos para trazer um perfil mais amplo deste grupo; não sabemos o que a maioria dos estudantes idosos pensa sobre a assistência estudantil, se acessa, e como acessa e por quê; não sabemos a partir do olhar dos colegas de turma dos idosos como ocorre essa convivência intergeracional; não entrevistamos gestores, docentes e outros servidores para compreender quais outras demandas são trazidas pelo público da população idosa do *Campus*; não perguntamos em quais núcleos de inclusão as pessoas idosas estão envolvidas; não sabemos quantas famílias com pessoas idosas são beneficiadas quando um estudante do núcleo familiar acessa o programa de assistência estudantil e recebe a bolsa de transferência financeira; não entrevistamos estudantes da modalidade EJA; e não entrevistamos estudantes do turno da tarde. Essas são algumas questões que no nosso ponto de vista poderá trazer elementos sobre a capilaridade das ações inclusivas do IFPE para a população idosa que tem relação com a instituição.

Durante as entrevistas, alguns profissionais disseram que se sentiam motivados a buscar informações sobre a temática da pessoa idosa, e durante a apresentação do produto educacional para a equipe multiprofissional, uma das sugestões foi realizar um trabalho formativo com a equipe, e outro encaminhamento

foi enviar aos setores responsáveis uma ata de reunião solicitando a abertura do Núcleo 60+, porém, ampliando a questão da faixa etária, para o envelhecimento humano e seus aspectos mais complexos e universais. Consideramos legítima a iniciativa, entretanto, também entendemos que o Núcleo 60+ traz visibilidade ao protagonismo da pessoa idosa, e ainda questiona indiretamente sobre o direito de que as diversidades, população negra, população LGT, por exemplo, tenham o direito de viver mais.

Quanto aos serviços que podem ser ofertados, durante a discussão teórica enfatizamos que o público da assistência estudantil não está destoado do público atendido pela política de assistência social, e também destacamos o percentual da população idosa que acessa os programas de transferência de renda. O procedimento operacional na política de assistência social, em geral na primeira etapa, é realizado mediante o preenchimento de um cadastro único, e esse cadastro é preenchido por entrevistadores institucionais. Portanto, percebemos na prática profissional a dificuldade dos estudantes, em especial no primeiro período dos cursos, de preencherem a inscrição do programa manutenção acadêmica, que é o maior programa institucional de transferência de renda. Isto porque são necessárias quatro ou duas etapas até chegar o momento de responder ao questionário socioeconômico. Dito isto, entendemos que a participação de um profissional com habilidades da tecnologia digital para realizar todo esse caminho metodológico digital seria fundamental para garantir o acesso aos programas, assim como acontece na política de assistência social. Embora saibamos que a trajetória estudantil está para diminuir barreiras e trazer aprendizagens, em um primeiro momento, ou até quando houver a necessidade, seria importante esse apoio. Outra questão é ter clareza de que somos uma instituição para atender às diversas gerações digitais e não digitais, logo, ainda somos uma sociedade analógica e em construção digital, não somos todas nativas digitais. Embora se negue isto, a realidade nos revela que a dificuldade digital é uma barreira para que a inclusão financeira aconteça e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades sociais e econômicas da permanência.

Verificamos na literatura um aspecto que é singularidade, mas que também é possível identificar elementos universais na educação de pessoas idosas, como: dimensão educativa (importância de contatos e relações sociais, capacidade de conviver, relações intergeracionais); dimensão de lazer (preencher tempo livre na aposentadoria com atividades educacionais com lazer); dimensão compensatória

(realizar sonhos nesta nova fase); dimensão emancipatória (acreditar na capacidade própria, intervir no mundo, administrar com consciência os problemas financeiros); dimensão de atualização (para maior participação na sociedade); dimensão de manutenção das capacidades cognitivas (treinar a memória para proteger ou amenizar as perdas cognitivas, a educação pode ser profilática) (Doll, 2008; 2014 *apud* Doll, 2016, p.1601). Neste estudo identificamos que as dimensões mais evidenciadas são: educativa, compensatória, emancipatória e atualização. As dimensões de lazer e manutenção das capacidades cognitivas não foram identificadas nos relatos, embora são dimensões que podem estar atreladas às demais. Esses elementos não foram o fio condutor da nossa análise, mas identificamos essas dimensões nos relatos dos estudantes, até porque estamos dialogando sobre sonhos e inclusão, que são elementos das dimensões compensatórias e de atualização.

Quanto às dimensões de inclusão, identificamos aquelas em que não houve contrastes (pontos positivos e negativos) como: arquitetônicas. Entretanto, as demais dimensões de acessibilidade e inclusão como comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, ainda necessitam de melhorias a serem desenvolvidas no cotidiano escolar. Os idosos se sentem pertencentes, mas demonstraram a importância de um espaço de convivência geracional e intergeracional mais agregador. Ou seja, as relações intergeracionais ainda precisam ser mais bem refletidas para maior engajamento, sentimento de pertencimento, ampliação da rede social e melhor convivência de troca. Identificamos também que a percepção dos idosos sobre a sua presença na educação profissional é de ressignificar este local. E, portanto, solicitam um ambiente onde haja o respeito a sua pessoa. E são pessoas abertas ao conhecimento, ou seja, não se colocaram nos seus relatos como pessoas detentoras de um saber soberano, mas que reconhecem a importância do aprendizado formal, e também têm consciência do seu potencial como sujeitos históricos, e de um saber acumulado.

Identificamos que a instituição conseguiu inserir um grupo historicamente excluído, mesmo que este grupo tenha acessado a educação profissional com a ajuda de terceiros pela necessidade de tecnologias digitais; como também precisa desta mesma ajuda para acessar os programas que exigem o uso digital para realização de inscrições na assistência estudantil. Durante a permanência, os estudantes acessaram o Serviço Social, o apoio pedagógico, o apoio psicológico, médico e odontológico, além de outros setores que não fazem parte da coordenação da

assistência estudantil, e suas vivências foram positivas e consideram respeitadas, em sua maioria. Quanto ao êxito, é uma dimensão marcada por interrupções por causas não conhecidas, ou por causas sociais de âmbito familiar.

A partir destes elementos sistematizados, fica uma pergunta refletida à luz dos conceitos de Sasaki. Somos uma instituição integracionista (que disponibiliza serviços para quem tem a capacidade de exercer) ou somos uma instituição inclusiva (que disponibiliza modificações necessárias para o exercício do direito) (?).

Fazemos uma analogia com a existência do carro, do ônibus, do caminhão, ou outro veículo de transporte, a existência destes não precisa excluir aquele, o trem. A menos que seja necessário para o exercício de um bem comum maior, na nossa percepção. Porque todos esses transportes existem para garantir o nosso direito de chegar e de partir. Desta forma, estamos dizendo que nossa sociedade é analógica e digital e é necessário compreender que os passos são desenvolvidos gradualmente até que o sujeito possa exercer sua autonomia livremente, neste caso, acessar a tecnologia digital com autonomia.

Considerando ainda a frequência das palavras “renda”; “bolsa”; “filhos das classes trabalhadoras”; serviços de assistência estudantil; “política”; e a presença de regulamentação para a implementação do Núcleo 60+; da presença da condição de pessoa idosa nos editais de programa de transferência de renda como por exemplo, o manutenção acadêmica; da presença de 27 (vinte e sete) pessoas idosas nos cursos técnicos, tecnólogos, bacharéis e de licenciaturas, inferimos que a política de assistência estudantil tem uma direção inclusiva de suas ações para o favorecimento da pessoa idosa. Mas, é preciso dar maior visibilidade à pessoa idosa e as suas demandas, que podem ser também demandas de outros grupos que acessam o sistema escolar formal. Em sobremaneira, é preciso ficarmos atentos a uma questão: nós estamos falando de uma população que vivencia a última fase da vida, que pode estar “carregando” uma mala de fragilidades, que tem menos tempo para frente do que ficaram para trás, que necessita de um olhar protetivo, sim, mas respeitando sua autonomia e independência. São recomendações que estão postas em documentos legais e na literatura das diversas áreas do conhecimento. Logo, é preciso sempre ter em mente, de que pessoas idosas estamos falando. É importante perceber também o grupo das pessoas que não conseguem ter o direito de viver os 60 anos de idade, e é por isto que justificamos nosso foco nas pessoas idosas com 60 anos e mais, mesmo sabendo que o processo de envelhecimento inicia antes e de forma heterogênea, mas

é homogênea quando nos referimos às condições de classe que vive da venda do seu trabalho, e heterogênea dentro das frações dessa mesma classe. E mesmo diante dessa condição que nos une enquanto classe, ela também nos diferencia nas frações de classe, nas identidades de gênero, orientação sexual, raça/etnia, regional, geracional, etc. Afirmamos mais de uma vez concordando com as autoras.

Assim, consideramos que perguntar às profissionais da assistência estudantil sobre o que pensam sobre o envelhecimento humano foi fundamental para que pudessem repensar sua prática. E concluímos identificando que suas respostas se aproximam dos conceitos apresentados pela literatura sobre envelhecimento humano, visto que encontramos as unidades de registro/palavras: perdas, acúmulos, natural, faixa etária, experiência, ciclo, carência, sociedade capitalista, necessidades, desprezo, sociabilidade, vida, etapa da vida, afeto, saberes, velho, amadurecimento. Dentre essas, as mais frequentes foram: etapa da vida, experiência e sabedoria. Ou seja, a velhice é uma etapa ou fase da vida que deve ser um direito de todas as pessoas. E as ações para aqueles grupos que historicamente não conseguem chegar aos 60 anos, mas envelhecem precocemente e/ou morrem antes disto, devem ser direcionadas aos gargalos deste impedimento. É preciso celebrar a chegada na educação formal, e também não formal dos grupos historicamente excluídos e focar nas suas necessidades para que tenham êxito e uma permanência protegida, e um acesso ampliado e facilitado.

Nossa opinião particular sobre o processo de envelhecimento (particular porque não temos formação no campo da gerontologia, logo partimos de algumas reflexões de leituras, de observações e da própria vivência) e sobre as formas de vivenciar esse processo. Concordamos com Simone de Beauvoir, quando refere que envelhecer é mudar. Viver exige mudanças. E, também, partindo do pressuposto que somos natureza e nos transformamos a partir do trabalho e da educação, assim, a partir das observações das atitudes, ações e relatos que escutamos ao longo do tempo, concluímos que mudar a nossa natureza física não é negar a velhice, sejam ela nos níveis estéticos, de saúde, de orientação sexual ou gênero, mas, sim, é um exercício de preservação da autonomia. De ressignificar uma determinada etapa da vida. Enquanto seres sociais, agimos na natureza para responder as nossas necessidades humanas, a natureza a que nos referimos é o nosso corpo. Se estamos com dores ósseas por uma perda de cálcio, e a idade é um fator de risco (tem mais probabilidade de acontecer essa situação de saúde quando a idade avança),

devemos, então, repor essa perda, para que não ocorram quedas e fraturas, por exemplo. É neste sentido que entendemos que repor perdas não é negar a velhice.

Dois exemplos muito emblemáticos nos últimos tempos. O primeiro é o da atriz Claudia Raia. Com mais de 50 anos de idade decidiu, e foi possível para ela, exercer a maternidade, e gestar no seu próprio corpo um novo ser humano. Estaríamos dizendo que ela está negando o seu processo de envelhecimento ou podemos dizer que ela pode utilizar dos benefícios da ciência para responder ao seu desejo e necessidade de ser mãe novamente, mesmo diante da idade avançada? De certo, hoje, nem todas as mulheres que desejam ser mãe poderão acessar essa tecnologia de guardar seus óvulos e depois fazer uso deles. Amanhã, talvez, esse “acontecimento” poderá ser mais acessível. Afinal, a partir do conhecimento da natureza conseguimos como humanidade prolongar nossa vida e realizar sonhos, e ficar mais tempo com as pessoas que amamos e desenvolver projetos. São muitas as realizações que um prolongamento de vida e com saúde pode proporcionar. Porém, ainda não encontramos uma forma definitiva de diminuir os efeitos dos anos vividos, mesmo diante das reposições químicas no corpo em virtude das perdas orgânicas. Mesmo diante de todas as alterações corporais possíveis ou com o fornecimento de todos os suplementos necessários ao corpo... um dia ...ao que nos parece, o espelho da vida irá embasar. Porque o processo é irreversível, embora alguns experimentos já estejam sendo executados para diminuir as alterações fisiológicas normais (senescência). Em algum momento deste tempo, que é rei e rainha, a realidade nos convida a sair de cena.

Aqui consideramos necessário dizer nosso olhar, atual, sobre a questão do envelhecimento humano corporal para que a reflexão teórica não possa contradizer a vivência do nosso próprio processo de velhice. Entendemos, portanto, que a rejeição explicitada no comportamento das pessoas é a uma velhice com decrepitude, porque temos o direito de ter uma velhice digna.

Aqui reforçamos que estamos dizendo que, para vivenciar o envelhecimento, às pessoas que podem, consideramos legítimo lançar mão dos benefícios da ciência para gerar bem-estar objetivo e subjetivo. De outra forma, pensamos que estaríamos dizendo àquelas pessoas que vivenciam um processo transexualizador que não o façam, porque contraria sua natureza biológica sexual, ou ainda estaríamos dizendo que não é possível fazer cirurgias plásticas sejam corretivas ou não, dentre outros procedimentos. E o embasamento teórico que utilizamos para chegar a esse



entendimento vem da própria teoria crítica, quando argumenta que somos natureza, que nos formamos enquanto ser social a partir da educação e do trabalho, e assim formamos nosso ser social, nos transformamos como ser social negando o que foi, e voltamos a formar um novo ser social, cotidianamente numa ação dialética (tese, antítese e síntese). Aqui esclareço, enquanto autora, que não vivencio um processo transexualizador, visto que tenho construída minha identidade de gênero e orientação sexual, mas que tento vivenciar minha feminilidade com ou sem cabelos brancos, com um visual estético atualizado com o tempo do hoje (quando possível ou quando escolho), e não me sinto inimiga da velhice por fazer essa escolha. Para mim, Ana Maria Braga não representa a forma com a qual a maioria das mulheres da sua idade vive suas velhices, mas sabemos que ela não é uma mulher de vinte e poucos anos. Sabemos que ela é uma mulher idosa que tem recursos financeiros para fazer uso de determinada “estética”. Não existe negação da velhice, no meu ponto de vista, como também não existe uma vivência de decrepitude de sua velhice, mesmo com situações de adoecimento que o País já acompanhou. Do mesmo modo, não visualizo decrepitude na velhice de Fernanda Montenegro, que faz uso do cabelo branco e de suas linhas de expressão facial, são experiências diferentes e diversas de se viver.

O conhecimento sobre o processo do envelhecer pode, sim, nos trazer vantagens, quando se é possível mudar hábitos e atitudes. Acreditamos que será maravilhoso se mais pessoas “consigam” viver com mais vida seus anos e com mais anos seus dias. Porém, responsabilizar os sujeitos históricos sobre a condição que chega aos 60 anos e mais de idade não é a nossa intenção e nem é a nossa opinião. Visto que a dimensão da vida social é complexa e nem sempre construímos nossa própria história sob condições que dependem unicamente das nossas decisões, somos fruto de ações singulares e coletivas. Pouco herdamos geneticamente e muito é construído socialmente.

Fazemos, então, uma pergunta: se a política é construída por pessoas... o que nos cabe na intervenção da realidade, quando se trata de contribuir para minimizar as mazelas do capital na vida das pessoas que vivem e sobrevivem da venda da força do seu trabalho e estão envelhecendo? E aquilo que não cabe unicamente à esfera da política? Poderíamos, então, sair da caverna e iluminarmos o caminho de outros seres para que também vejam a luz? Poderíamos, então, sair da caverna e iluminarmos o caminho de outros seres para que conheçam a realidade, não como projeção, mas, sim, como ela é concretamente? Poderíamos, então, sair da caverna

e iluminarmos o caminho de outros seres para que vejam e construam melhores oportunidades de vida?

É, portanto, por isto e para isto que consideramos de fundamental importância dar visibilidade às pessoas idosas de 60 anos e mais que ocupam o espaço da educação profissional e tecnológica. Existe exemplo melhor de realização de sonhos do que a do nosso amado e querido Presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva? Este é o nosso segundo exemplo. Ao que nos parece, ele acredita na educação formal e não formal, visto que ampliou o número de instituições públicas de educação. Ele, que vivenciou sua formação política e cidadã a partir de uma educação informal dos movimentos sindicais, é um defensor do aprendizado, inclusive quando esteve injustamente preso. Penso, enquanto autora desta dissertação, que o Presidente Lula compreende o valor da educação e do trabalho para a formação do Ser Social. E é, sim, um exemplo para todas as gerações. É um exemplo de pessoa idosa que realiza sonhos que são seus e que são coletivos. Viva a Democracia!

## REFERÊNCIAS

ABREU, Juliane Marques Santiago de. **Percepções de estudantes com deficiência sobre integração, acessibilidade e inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco–Campus Recife**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de *Campus Olinda*, Pernambuco- Brasil. [Recife]: IFPE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/254>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ACADEMICA. Qual tipo de transcrição devo usar? Pesquisa na Prática #31.[S.l.:s.n]. 2019. Vídeo (2:23min). Publicado pelo **Canal Acadêmica**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4TcsaEKta1E>. Acesso em: 17 jun.2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Um em cada quatro idosos tinha algum tipo de deficiência em 2019. Editoria: **Estatísticas Sociais** | Umberlândia Cabral | Arte: Helena Pontes. Atualizado em 30/09/2021 10h14. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31447-um-em-cada-quatro-idosos-tinha-algum-tipo-de-deficiencia-em-2019>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ALARCON, Miriam Fernanda Sanches; DAMACENO, Daniela Garcia; CARDOSO, Bruna Carvalho; BRACCIALLI, Luzmarina Aparecida Doretto; SPONCHIADO, Viviane Boacnin Yoneda; MARIN, Maria José Sanches. Violência contra o idoso: ações e sugestões dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/twXd9YPM9NygmM8dnpjVWwD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ANTUNES, Arnaldo; JENECCI, Marcelo; ORTINHO. **Envelhecer**. (Canção). Álbum Iê Iê Iê. Ao vivo no estúdio (Ao vivo), 2009.

ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. Introdução. Ensino médio integrado: uma formação humana, para uma sociedade mais humana. *In*: ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Editora IFB, 2017. 569 p. ISBN: 978-85- 64124-49- 3.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MEC. MEC homologa Resolução que institui diretrizes operacionais para a EJA - Educação de Jovens e Adultos, agora, possui alinhamento com a PNA e a BNCC. **Revista Gestão Universitária**, 2021. ISSN 1984-3097. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/mec-homologa-resolucao-que-institui-diretrizes-operacionais-para-a-eja>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ASSESSORIA. Ejai cumpre a missão de ensinar jovens, adultos e idosos. **Primeira Edição**, Maceió, 2018. Disponível em:

<http://www.primeiraedicao.com.br/noticia/2018/05/27/ejai-cumpre-a-missao-de-ensinar-jovens-adultos-e-idosos>. Acesso em: 15 set. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de história local e a construção da identidade dos alunos da educação de jovens e adultos**. Orientador: Maria da Glória de Oliveira. Dissertação de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: [UFRRJ], 129 f.: il 2016.

BE, Tauane Carolina Parod. *et al.* A entrevista na pesquisa científica: Uma interação social ampliadora de saberes, histórias e conexões entre entrevistador e entrevistado. *In*: BRANCHER, Vantoir Roberto; CANTERLE, Lisiane Darlene; MACHADO, Fernanda de Camargo (org.). **Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas**. cap.8, p.139-159. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2019. ISBN 978-65-5016-045-6. Disponível em:

[https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/63/2/Miolo\\_Lisiane\\_Brenner-Final.pdf](https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/63/2/Miolo_Lisiane_Brenner-Final.pdf). Acesso em: 03 nov. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEÍ Educação. **Gerações X, Y, Z e Alfa**: como cada uma se comporta e aprende. Atualizado em 06/12/2022. Disponível em: <https://beieducacao.com.br/geracoes-x-y-z-e-alfa-como-cada-uma-se-comporta-e-aprende/>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

BASSIT, Ana Zahira; WITTER, Carla. Envelhecimento e Gênero. p.1535-1541. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 de out. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/4/1923, Página 10859 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art3%C2%A72](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art3%C2%A72). Acesso em: 19 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República [2010]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n.11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 13 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República [2008a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 01 de set. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 14 de out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [1993]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 13 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [1994]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 13 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República [1996].

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Mulheres mil**: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – Plano de implantação do projeto- 2007-2011. Brasília: dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. **Cadernos de Atenção Básica n.19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. 192p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf). Acesso em: 15 de out. de 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. [Brasília]:Ministério da Saúde [2022]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html). Acesso em: 13 de dez. de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, páginas 44,45,46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 21 jun.de 2022.

BOTH, J. E., Leite, M. T., Hildebrandt, L. M., Pilati, A. C. L., Stamm, B., & Jantsch, L. B. (2013). Grupos de convivência: uma estratégia de inserção do idoso na sociedade. **Revista Contexto & Saúde**, 11(20), 995–998. <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2011.20.995-998>. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1718>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BOTTOMORE, Thomas (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. [S.l.]: Editora Jorge Zahar, [s.d]. 705p.

BULLA, Leonia Capaverde; SOARES, Erica Scheeren; KIST, Roseane Bernardete Brochier. Cidadania, pertencimento e participação social de idosos. Grupo Trocando Idéias e Matinê das Duas: Cine Comentado. **SER Social**, [S. l.], n. 21, p. 169–196, 2009. DOI: 10.26512/ser\_social.v0i21.12739. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12739](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12739). Acesso em: 22 jun. 2023.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014. 303 p.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; ARRUDA, Fernanda Tavares; BENEDITO, Jonorete de Carvalho; KELLER, Suéllen Bezerra Alves. Envelhecimento de negros e negras e a defesa intransigente das políticas sociais no tempo do conservadorismo e do ultraneoliberalismo: contribuições a partir do serviço social. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24,e0106, 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22705/15530>. Acesso em: 18 de jun. 2023.

CAPES. **Documento de Área**. Área 46. Ensino. Brasília, DF: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf/view>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CARVALHO, Henrique. **O que é a escala Likert e como aplicá-la.** Vida de Produto. Design de Produto. [S.l.]: 10 de dez. de 2019b. Disponível em: <https://vidadeproduto.com.br/escala-likert/>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

CARVALHO, Valdinéia M. S.; GALINHA, Sônia Alexandre; COSTA, Conceição M. C. **Ações para a inclusão de pessoas idosas no Instituto Federal Brasília:** políticas públicas para a qualidade de vida. Dissertação (Mestrado Ciências da Educação-Administração Educacional)-Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Pará, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/2612>. Acesso em: jul. 2021.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. Orientadora: Mara Rosange Medeiros. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: UCPEL, 2013. 256 f.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, jan.-abr., p. 187-205, 2014.

CORREA, Luana dos Santos; DA SILVA, Micelane Lima. **O papel do assistente social nos abrigos/ILPIS e a interdisciplinaridade no trabalho com idosos.** Cadernos GEPE [UFPE].1. Edição. Recife, 2019.

COSTA, José Junio Souza da. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**. Faculdade Católica de Pouso Alegre. vol. VII. n. 18. 2015. p.72-88. ISSN 1984-9052 versão online. Disponível em: <https://www.theoria.com.br/educacao18/06182015RT.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

COURA, Isamara Grazielle Martins. **Entre acordos, cenas e amorosidades:** a educação humanizadora em um Centro de Referência da Pessoa Idosa para a promoção do envelhecimento com qualidade de vida. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40784>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

CUNHA, Marcia Borin da; GIORDAN, Marcelo. As Percepções na Teoria Sociocultural de Vygotsky: uma análise na escola. **ALEXANDRIA: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 5, n.1, p.113-125, maio 2012. ISSN 1982-153. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37700>. Acesso me: 26 jul. 2023.

DA SILVA. Cirlene Francisca Sales. Empatia entre Pessoas Idosas e as Gerações Mais Jovens. *In: A Pandemia e a pós-pandemia* [livro eletrônico]: impactos sobre a pessoa idosa. João Luiz Correia Júnior (organização). Páginas: 95-102. ISBN 978-65-86413-83-0. Recife, PE. Editora Universidade de Pernambuco, 2022. Disponível

em: <https://joaoluizcorreiajunior.com/wp-content/uploads/2022/08/E-BOOK-A-pandemia-e-o-pos-pandemia.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

DA SILVEIRA, Beatriz Berioni Rodrigues; VIGETA, Sônia Maria Garcia; HORTA, Ana Lúcia de Moraes. SARAU LITERÁRIO: A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 123-129, 21 out. 2019.

Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10683>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DESCOMPLICANDO A METODOLOGIA DE PESQUISA: Uma conversa sobre Análise de Conteúdo e Análise Temática. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele Waltz Comaru (coord.). Rio de Janeiro: IFRJ, 17 de jun. de 2021. 1 vídeo (1:51:16). Publicado por **Espaço Ciência InterAtiva** IFRJ. Webinários do Mestrado ProfEPT/IFRJ *Campus* Mesquita. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBgb6iAF-64>. Acesso em: 2022.

DIAS, Sebastião Duarte; SOUZA, Cristina de Fátima de Oliveira Brum A. de; MANHÃES, Fernanda Castro. Percepção de idosos sobre os grupos de convivência: uma revisão bibliográfica. In: **Envelhecimento humano, inovação e criatividade: diálogos interdisciplinares**. organizadores: Rosalee Santos Crespo Istoe, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros de Souza. – Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural, 2020. 368 p. Disponível em: <https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2020/03/ebook-Envelhecimento-humano.pdf#page=294>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DOLL, Johannes. A Educação no Processo de Envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (editoras). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4<sup>a</sup>. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap.155, p.1598-1603.

DOLL, Johannes. A Educação no Processo de Envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (editoras). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 5<sup>a</sup>. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Apresentação da Seção Temática - Educação e Envelhecimento. In: GANDIN, Luís Armando (ed.). **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-15, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2490>. Acesso em: jan. de 2023.

DOS SANTOS, Sandra Maria; RODRIGUES, Kleber Fernando. Resultado parcial da pesquisa bibliográfica com as palavras-chaves: inclusão, pessoa idosa, assistência estudantil. Instituto federal de Pernambuco. **Anais** do VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83697>. Acesso em: 05/03/2023 18:26

DUARTE NETO, José Henrique. **A práxis curricular nos cursos de formação de professores da educação básica**: a epistemologia da prática e a construção do conhecimento escolar. Orientadora: Márcia Maria de Oliveira Melo. Tese (Doutorado



no Programa de Pós-Graduação em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3739>, Acesso em: 2021

Expectativa de vida no Brasil. [S.l.]: IBGE, 2019. 1 Vídeo (4min). Publicado pelo canal IBGE. IBGE Explica. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=pPE19OI38qE>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

FONSECA, Michael. **Últimas Notícias**. Estudo evidencia desigualdade no envelhecimento da população negra. Mundo Negro. 27 maio. 2023 Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/estudo-evidencia-desigualdade-no-envelhecimento-da-populacao-negra/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FONTENELE, Iolanda Carvalho; COSTA, Teresa Cristina Moura. Serviço Social e Programas Educacionais para Pessoas Idosas: desafios aos assistentes sociais no Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas (PTIA) da Universidade Federal do Piauí. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020. E-book. ISBN: 978-65-86171-79-2 Disponível em:

[https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Livro\\_SERVI%C3%87O\\_SOCIAL\\_E\\_ENVELHECIMENTO\\_E-BOOK-120201020195516.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf). Acesso em: 05 de dez. de 2022.

FOSCA, Carlos. **La universidad y el “aprendizaje a lo largo de la vida”**. Perú: Portal de Asuntos Públicos de la PUCP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/12001>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8

GIL, Gilberto. **Tempo rei**. (Canção). Raça Humana (LP) Estúdio da Tuff Gong, Kingston, Jamaica; Estúdios Record Plant, Nova Iorque, Estados Unidos e Estúdios Nas nuvens, Rio de Janeiro, Brasil, 1984.

GODINHO MORANDO, Eunice Maria; CAMPOS SCHMITT, Juliana; CAPUTO FERREIRA, Maria Elisa; CERQUEIRA MÁRMORA, Cláudia Helena. O Conceito de

Estigma de Goffman Aplicado à Velhice. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, núm. 2, 2018. Asociación Nacional de Psicología Evolutiva y Educativa de la Infancia, Adolescencia y Mayores. España: Sistema de Información Científica Redalyc-Redalyc.org, 2018. ISSN: 0214-9877. ISSN: 2603-5987. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349857778002>. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - Notas Sobre A Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1891. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma\\_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

GOLDMAN, Sara Nigri; FALEIROS, Vicente de Paula. Percepções sobre a Velhice. *In*: BORGES, Ana Paula Abreu; COIMBRA, Angela Maria Castilho (Org.). **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Educação a Distância. Rio De Janeiro: EAD/ENSP, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/444168/mod\\_resource/content/1/Envelhecimento\\_e\\_saude\\_da\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/444168/mod_resource/content/1/Envelhecimento_e_saude_da_pessoa_idosa.pdf). Acesso em: 22 out. 2021.

GROSSI, Flávia Cristina Duarte. "**Mas eles tinha que pôr tudo aí, ó! Isso tá errado, uai!... Seis... Eu vou mandar uma carta prá lá, que ele não tá falando direito, não!**": mulheres em processo de envelhecimento, alfabetizadas na EJA, apropriando-se de práticas de numeramento escolares. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38595>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

GRANDE, Tássia Priscila Fagundes; MACHADO, Letícia Rocha; BEHAR, Patrícia Alejandra. Mapeamento de competências digitais: a inclusão social dos idosos. **Educação Temática Digital**. 2016. v. 18, n.4 (out./dez. 2016), p. 903 - 921 Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220189>. Acesso em: ago. 2023.

HAMZE, Amelia. **Andragogia e a arte de ensinar aos adultos**. [S.l.]: Brasil Escola.[s.d]. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/andragogia.htm>, Acesso em: 30 out. 2021.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2a. Edição-São Paulo:Cortez,2016. ISBN 978-85-249-2511-5

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O Direito à velhice: os aposentados e a previdência social. Editora Cortez. São Paulo:1993.

IBGE EDUCA. **IBSaúde dos idosos - Pesquisa sobre limitações e Deficiências**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educatividades/21459-saude-dos-idosos-pesquisa-sobre-limitacoes-e-deficiencias.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

IBGE. **Educação 2019**. PNAD Contínua. Catálogo. [S.l.], 2020. 16p. ISBN 978-65-87201-09-2. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. **Agência de Notícias**. PNAD Contínua. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. [S.l.]: Editora Estatísticas Sociais, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 23 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 112, de 7 de janeiro de 2022**. Aprova o Regulamento do Núcleo 60+ do IFPE. Recife: IFPE, 2022a. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/repositoriolegado/portal/documentos/resolucao-112-2022-aprova-o-regulamento-do-nucleo-60-do-ifpe.pdf>. Acesso em: 14 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup/IFPE nº 137, de 29 de julho de 2022**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022- 2026 do IFPE. Recife: Ifpe, 2022b. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/repositoriolegado/portal/documentos/resolucao-137-2022-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-ins6tucional-2022-2026-do-ifpe.pdf>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8, de 26 de agosto de 2022**. Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica estabelecido pela Resolução nº 133, de 30 de junho de 2022, do Conselho Superior do IFPE. Recife: Ifpe, 2022c. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/documentos-norteadores/>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. Assistência Estudantil. **Programas**. por 2061055 — publicado 12 de fev. de 2016, 15h36, última modificação 31 de ago. de 2022, 13h12. Recife: Ifpe Reitoria, 2022d. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/programas>. Acesso em: 23 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica**. Olinda: IFPE, *Campus Olinda*, 2022e. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/olinda/cursos/pos-graduacao/mestrado/profep/>. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **O Campus**, 2022f. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/recife/o-campus/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Extensão**, 2022g. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/campus/recife/extensao>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. Política de Assistência Estudantil. Anexo - **Resolução nº 133, de 30 de junho de 2022** (0209050). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, 2021. SEI 23294.003395.2021-82. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/repositoriolegado/portal/documentos/resolucao-113-2022-altera-a-resolucao-no-99-de-6-de-outubro-de-2021.pdf>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Vídeo institucional IFPE - Geral**. A produção apresenta um pouco da Instituição, mostrando como a educação transforma a vida das pessoas. Recife: IFPE, 02 de jan. de 2020. Realização: Assessoria de Comunicação IFPE e Estúdio EaD Pernambuco, 2019/2020. Produção: Patrícia Rocha. 1 vídeo (5:02). Publicado por Canal IFPE. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jUR\\_\\_nFi-RI&t=302s](https://www.youtube.com/watch?v=jUR__nFi-RI&t=302s). Acesso em: 04 de nov. de 2021.

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão intitulado Execução do Livro Branco «Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva**. [S.I.]: [Joc], 2001. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:37f6377f-b7b4-4fa1-8933-5749eeb06ba1.0010.01/DOC\\_64&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:37f6377f-b7b4-4fa1-8933-5749eeb06ba1.0010.01/DOC_64&format=PDF). Acesso em: 29 jul. 2021.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. **Legislação**. Bruxelas: [Joue], 2006. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2006:394:FULL&from=CS>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Investigação Qualitativa em Educação**. v. 1. [S.I.]: Atlas CIAIQ, 2018. Disponível em: [https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod\\_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20%281%29.pdf](https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20%281%29.pdf). Acesso em: 05 de set. de 2022.

LIMA, Marcella Monteiro Corrêa. **Novo serviço de saúde especializado para pessoa idosa no SUS**: criação e avaliação de custos. Orientador: Dr. José Lamartine Soares Sobrinho. Coorientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Umbelina Cravo Teixeira Lagioia. Tese (Doutorado em Gestão e Economia da Saúde) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: [UFPE], 2019. 59 folhas. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37927>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MAIA, Conceição Reis. **Passeando e revendo os recantos do IFPE Campus Recife**. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003830205946>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14a. edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Violências contra a pessoa idosa**: saiba quais são as mais recorrentes e o que fazer nesses casos. Junho Violeta. Brasília, 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/violencias-contr-a-pessoa-idosa-saiba-quais-sao-as-mais-recorrentes-e-o-que-fazer-nesses-casos>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed. v.5. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social)

MOURA, Gilceli Chagas. **O programa de Assistência Estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos**: um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá. (Dissertação) - Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: [UFRRJ], 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2447/2/2017%20-%20Gilceli%20Chagas%20Moura.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023.

MOREIRA, Rodrigo Silva Paredes; SILVA, Antônia Oliveira; LIMA, Carlos Bezerra. Os Direitos do Idoso: um entendimento de estudantes universitários. **Revista Conceitos**. Modernidade e Modernização Capitalista, v. 5, n.7, p.1-188. João Pessoa: 2002.

MOREIRA, Herivelto. Critérios e estratégias para garantir o rigor na pesquisa qualitativa. **R. bras. Ens. Ci. Tecnol.**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 405-424, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/6977/pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

NASCIMENTO, Milton; TISO, Wagner. **Coração de estudante**. (Canção). Álbum Milton Nascimento ao vivo. Interprete: Milton Nascimento. 1 CD. Barclay, 1983.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÓBREGA, Maria de Fátima Ferreira. **Educação na terceira idade**: uso das tecnologias da informação e comunicação por idosos em Campina Grande-PB. Orientador: Prof. Dr. Alejandro Martins. Tese acadêmica de doutorado em Ciências da Educação, da Universidad Autónoma de Asunción. Assunção, Paraguai, 2019. 146 f.: il. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/755>. Acesso em: 23 jun. 2023

OLIVEIRA, Alessandro Zardini de. **Política de assistência estudantil do Ifes**: ações inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja. Orientadora: Maria José de Resende Ferreira. Dissertação de Mestrado do

Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. 204 f.: il.; 30 cm.

OLIVEIRA, Luciana Lucci de; ARRAIPO, Maria Aparecida dos Santos; SALLES, Rosana Raymundo; LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus; CASTRO, Maria Aparecida Campos Diniz de; PACHECO, Márcia Maria Dias Reis. A presença do idoso no ensino superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**. v. 04. n. 05. 5. ed. [Brasília], Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view>. Acesso em: 03 ago. 2021.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Revista Eixo**. Instituto Federal de Brasília. Brasília-DF, v. 10, n. 1, janeiro-abril de 2021. DOI: <https://doi.org/10.19123/eixo.v10i1.809>. ISSN 2238-5630. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809/549>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PAULA, Rouseane da Silva. O não-lugar da pessoa idosa na educação. **Dossiê Temático**. Educação de pessoas jovens, adultas e idosas. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/604/498/973>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **PNP 2020** (Ano Base 2019). versão 1.4. [Brasília.]: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, MEC, 2019. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/cgpg/viz/PNP2020-AnoBase2019/Capa>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **PNP 2021** (Ano Base 2020). versão 1.4. [Brasília.]: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, MEC, 2020. Disponível em: [https://public.tableau.com/views/PNP2021-AnoBase2020/1\\_6SexoeFaixaEtria?%3AshowVizHome=no](https://public.tableau.com/views/PNP2021-AnoBase2020/1_6SexoeFaixaEtria?%3AshowVizHome=no). Acesso em: 29 jan. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **PNP 2022** (Ano Base 2021). versão 1.4. [Brasília.]: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, MEC, 2021. Disponível em: [https://public.tableau.com/views/PNP2022-AnoBase2021/1\\_6SexoeFaixaEtria?%3AshowVizHome=no](https://public.tableau.com/views/PNP2022-AnoBase2021/1_6SexoeFaixaEtria?%3AshowVizHome=no). Acesso em: 29 de jan. de 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores de Gestão**. PNP 2023 (Ano Base 2022). [Brasília.]: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, MEC, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoizdhkngniyztgmjq0my00ogvllwjnzytzwqwyji2ot hhywm1iividci6ijlInjgymzu5lwqxmjgtnvkyi1iyju4ltgyyjjhmtuzndbmzij9>. Acesso em: 22 jun 2023.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 16.340, de 16 de abril de 2018.** Política Estadual do Idoso. Recife: [ALEPE], [2018]. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16340&complemento=0&ano=2018&tipo=&url=>. Acesso em: 14 de dez. de 2022.

PERNAMBUCO. **Diagnóstico População Idosa no estado de Pernambuco.** Secretaria Executiva de Assistência Social. Coordenação de Vigilância Socioassistencial. Publicado em 15 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/02242023101628-diagnostico.pop.idosa.fev.23.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2023

PESSANHA, Josemara Henrique da Silva; DO CARMO, Gerson Tavares. **Percursos do acesso ao PROEJA:** um panorama do IFFluminense. [S.l.]: HOLOS, 2020. v. 3, p.1-21. ISSN 1807-1600. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5992>, Acesso em: 31 out. 2021.

PESSOA, Iracema Murada Pessoa; DA SILVA, Letícia Samara Ribeiro; PESSOA, Edieley Murada; OLIVEIRA, José Ilton Lima de; BAUER, Rozilma Soares; RIBEIRO, Rose Mary Soares. Educação tecnológica para a terceira idade. Relato de experiência. **Rev. Longeviver**, Ano III, n. 9, Jan/Fev/Mar. São Paulo, 2021: ISSN 2596-027X. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/874/934>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / Sonhando e construindo caminhos para educação:** a história da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Maceió e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Coordenação Maria Teresa Amaral Fontes. Vitória, ES: Leitura Fina, 2019. E-BOOK 140 p.: il. PDF Modo de acesso: internet ISBN: 978-85-88201-57-6. Disponível em: <https://www.ecowd.inf.br/cms/img/updocs/www.projetosemedpnud.org/SonhandoEConstruindoCaminhosEducacao.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

PONTES, Sandra do Prado Costa. **Programa de preparação para a aposentadoria:** um estudo no Instituto Federal do Tocantins – IFT *Campus* de Araguatins. Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliam Deisy Ghizoni. Tocantins: 2016. 129 f.: Color.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil:** um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. 290 p.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos para a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana. *In:* Marise Nogueira Ramos (org.). **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). (Coleção

formação pedagógica; Capítulo 4, v. 5). ISBN 978-85-8299-031-5. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 01 nov.2021.

REIS, Inês de Jesus Quirino. **Representação social da Pessoa Idosa: Gestão da comunicação em equipamentos sociais no concelho de Santiago do Cacém**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Serviço Social,2020. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/11542/1/IN%c3%8aS%20DE%20JESUS%20QUIRINO%20REIS%20%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FINAL%20COM%20J%c3%9aRI.pdf>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

RECIFE. **Lei nº 17030 de 22 de setembro de 2004**. Dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, no município do Recife. Recife: Câmara Municipal de Recife [2004]. Disponível em: <https://cm-recife.jusbrasil.com.br/legislacao/261708/lei-17030-04>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 12. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Patrícia Mattos Amato; MAFRA, Simone Caldas Tavares; PEREIRA, Eveline Torres. O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 29, n. 2, p. 18 7-209, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3801/pdf>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

ROMERO, Dalia Elena; SILVA, Danilo Rodrigues Pereira da. Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. Espaço temático: ConVid - Pesquisa de Comportamentos. **Cad. Saúde Pública**, 37 (3). [S.l.]: [online], 2021. Disponível em: doi: 10.1590/0102-311X00216620 Acesso em: 16 nov. 2023.

ROVER, Ardinete; MELLO, Regina Oneda . **Normas da ABNT: orientações para a produção científica** Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.222 p., il. ; 28 cm. ISBN e-book: 978-85-8422-231-5

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Natureza e especificidade da Educação**. Comunicação apresentada na Mesa-Redonda sobre a "Natureza e Especificidade da Educação", realizada pelo INEP, em Brasília, no dia 5 de julho de 1984. Brasília: Em aberto, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984. Disponível em: <https://www.ifibe.edu.br/arq/20150911214634120944442.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. *In: 3ª. Live Comemorativa ao Centenário de Paulo Freire*. Mediação: Ana Carolina Galvão. Vitória: 29 de set. de 2021. 1 Vídeo (2:20:50).



Publicado por Adufes Seção Sindical ANDES-Sind Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6MpoQ2jBdq4>. Acesso em: 27 dez.2021.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação, Universidade Estadual de Campinas**, Faculdade de Educação. v.12, n.34, jan./abr. São Paulo, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. 2a. edição. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, Ano XII, mar./abr, p. 10-16. São Paulo, 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, Cibele Sales da. **A experiência dos alunos idosos no PROEJA e PROEJA FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Nível Fundamental e Médio) do IFSP**. 2018, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21739>. Acesso em: 19/03/2022

SILVA, A; LIMA, K. C. de. Pelo direito de envelhecer: racismo e população negra [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2020 (a) [viewed 28 June 2023]. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/06/24/pelo-direito-de-envelhecer-racismo-e-populacao-negra/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVA, André Luis De Moraes e.; SANTOS, Karine Moreno Pereira; CAMPELO, Maria Helena Góes. **Os direitos sociais da pessoa idosa com deficiência: um direito garantido e efetivado**. [Mato Grosso]: Universidade Federal de Mato Grosso,2017. Disponível em: <https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/seminarioichs/seminarioichs2014/paper/viewFile/1168/335>. Acesso em: ago. 2023.

SILVA, Adarlam Tadeu da. **Tricotomia nas empresas sociais sob o invólucro da reforma agrária**: um estudo de caso no Assentamento Che Guevara - Casserengue/PB / Adarlam Tadeu da Silva - Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB ). Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro. Coorientação: Vinicius Claudino de Sá. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA .João Pessoa, 2020 (b). 135 f. : il. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18665/1/AdarlamTadeuDaSilva\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18665/1/AdarlamTadeuDaSilva_Dissert.pdf). Acesso em: 17 de jun. 2023.

SINASEFE. Documento Base. **Contribuições do SINASAFE na construção de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica brasileira**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/documento-base-de-politicas-educacionais-reuniao-virtual-nesta-quarta-25-10-19h/> Acesso: 16 nov. 2023.

SINDOGEESP. **Sindicato dos operadores em aparelhos guindastescos, empilhadeiras, máquinas e equipamentos transportadores de carga dos portos e terminais marítimos e fluviais do estado de São Paulo.**

Disponível em: <http://www.sindogeesp.com.br/noticias/imprimir/12934>. Acesso em: 16 de mar. 2019.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** São Paulo: Cortez, 2016. v.7. (Coleção biblioteca básica de serviço social).

SPERANZA, Ana Cristina; WERLE, Berenice Maria; MOREIRA, Virgílio Garcia. Envelhecimento saudável. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (editoras). **Tratado de geriatria e gerontologia.** 5a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022, e-79.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do Trabalhador na Sociedade Capitalista. *In*: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas: Papel Social, 2017. Artigo 1, p.31-51.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital.** Implicações para a Proteção Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TOYODA, Crisitna Yoshie; ALTAFIM, Leticia Zanetti Marchi. O Processo de Envelhecimento. *In*: BERNARDO, Lilian Dias; RAYMUNDO, Taiuani Marquine (org.). **Terapia ocupacional e gerontologia: interlocuções e práticas.** 1ª. Edição. Curitiba: Appris, 2018. cap.2, p.31-39.

UNESCO. **Unesco e parceiros realizam live para debater a aprendizagem ao longo da vida e lançar relatório inédito no País.** [S.l.]: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-e-parceiros-realizam-live-debater-aprendizagem-ao-longo-da-vida-e-lancar-relatorio>. Acesso em: 29 jul. 2021

UNIC RIO. **CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A ONU e as pessoas idosas.** Disponível em: <https://unicrio.org.br/acao/pessoas-idosas/> Acesso em: 16 nov. 2023

VAZ, Eliete Cibele Cipriano; SCHNORRENBARGER, Marcia Weyh; MARTINS, Diogo Cirilo; SANTOS, Ana Paula Balthazar dos; SARMENTO, Hélder Boska de Moares. **Construindo espaços de aprendizagem com idosos(as):** uma experiência extensionista. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242285>. Acesso em: 23 jun. 2023.

VELOSO, Caetano. **Oração ao tempo.** (Canção). Intérprete: Maria Bethania. Maria Bethânia e Caetano Veloso ao vivo, LP, Philips, 1978 (6349 386).

VENTURA, Paulo Cezar Santos. O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco. **Portal do envelhecimento e longeviver**. Publicação em: 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-brasil-e-negro-mas-o-envelhecimento-e-branco/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VISQUETTI, Carminha Aparecida. **Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande**. Orientadora: Dra. Maria Emília de Castro Rodrigues. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás). Goiânia: [UFGO], 2018.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche (Org.). Revisão da tradução: Monica Stahel M. da Silva. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP, 1991, 4ª edição brasileira. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod\\_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf). Acesso em: 2023.

YAZAN, Bedrettin. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Meta: Avaliação** | v.8, n. 22, p. 149-182, jan. /abr. Rio de Janeiro, 2016. Tradução: Ivar César Oliveira de Vasconcelos. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1038>. Acesso em: 03 jun. 2023.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)-  
(MAIORES DE 18 ANOS)**

Eu, \_\_\_\_\_,

autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco *Campus* Recife, por intermédio da estudante Sandra Maria dos Santos, devidamente assistida pelo seu orientador: Professor Doutor Kleber Fernando Rodrigues, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1 - Título da pesquisa: "[...] **meu sonho era vestir essa blusa**[...]" - Percepções das Pessoas Idosas Estudantes do IFPE *Campus* Recife sobre as ações inclusivas para a população idosa na Política de Assistência Estudantil

2 - Objetivo geral compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais. E para responder ao objetivo geral, propomos como objetivos específicos: 1) Identificar a população de pessoas idosas estudantes do *Campus* Recife a fim de traçar um perfil identitário deste grupo caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do *Campus* Recife para pessoas idosas estudantes; 3) Elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos utilizando as dimensões da acessibilidade.

3 - Descrição de procedimentos: diário de campo, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada e para entrevistas gravadas em áudio, elaboração de roteiro para pesquisa em plataforma institucional, entrevista, elaboração do produto educacional.

4 - Justificativa para a realização da pesquisa:

Na esfera pessoal, a pesquisadora traz a vivência com familiares e amigos/as/es que configura uma experiência de aprendizagem e afeto em relação ao grupo das pessoas idosas. Do ponto de vista profissional, o interesse da pesquisadora sobre o tema é marcado por diversos momentos, na graduação quando realizou o estágio profissional em um hospital público na cidade de Recife; na universidade durante a graduação quando atuou como monitora da disciplina de gerontologia; na

atuação profissional junto à secretaria municipal de saúde; durante o curso de especialização em gestão da saúde; e na carreira profissional como Assistente Social no IFPE por mais de 10 (dez) anos. Durante a prática profissional no IFPE, e também no Conselho da Categoria de Assistentes Sociais, onde a pesquisadora pode participar de projetos e ações para a população idosa, são espaços de motivação para o contínuo estudo sobre a temática. Na experiência nos *campi* do IFPE a pesquisadora pode conviver com pessoas adultas de mais idade (maduras), e com pessoas com idades mais avançadas, a partir dos 60 anos e mais (pessoas idosas) presentes nos cursos técnicos subsequentes e demais espaços. Durante esse momento observou empiricamente a permanência e a evasão deste público de pessoas idosas. Assim, estudar sobre as Percepções das Pessoas Idosas sobre as ações de inclusão da assistência estudantil contribuirá para compreender as demandas e qualificar as intervenções da assistência estudantil junto ao público pesquisado.

5 - Desconfortos e riscos esperados: A pesquisa não se propõe a oferecer riscos à integridade física ou moral das pessoas participantes. O risco de constrangimento em relatar suas percepções e sentimentos durante a entrevista poderá ocorrer e ser mínimo. No mais poderá existir o risco de hackeamento de aparelhos utilizados. Os riscos previsíveis foram devidamente informados e acima descritos, qualquer outro risco não descrito, não previsível, que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade da pesquisadora.

6 - Benefícios esperados: A partir do relato das percepções das pessoas idosas pesquisadas, os benefícios surgirão no sentido de possibilitar o direcionamento das ações profissionais da equipe de assistência estudantil. A comparação dessas percepções com a literatura analisada acerca do assunto poderá fundamentar os aportes teóricos utilizados nas intervenções. Assim, a equipe da assistência estudantil poderá refletir, a partir dos resultados obtidos, sobre suas práticas profissionais na educação profissional e tecnológica.

7 - Informações: Responder a qualquer pergunta e esclarecimento, como também a qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa é um compromisso da pesquisadora supracitada. As informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo também são compromissos que os pesquisadores assumem.

8 - Retirada do consentimento: A qualquer momento o/a participante voluntário/a da pesquisa tem a liberdade de retirar seu consentimento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

9 - Aspecto Legal: Os aspectos legais são elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos e também atende à Resolução CNS nº 510, de 12 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

10 - Confiabilidade: O direito à privacidade é um direito das pessoas voluntárias. A identidade (nomes e sobrenomes) das pessoas participantes não será divulgada. Entretanto, as pessoas voluntárias participantes da pesquisa assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

11 - Quanto à indenização: Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

12 - As pessoas participantes receberão uma via deste Termo assinada por todas as pessoas envolvidas (participantes e pesquisadores).

13 - Dados da pesquisadora responsável:

Nome: Sandra Maria dos Santos/ Endereço: Rua Marechal Deodoro Nº 94, Encruzilhada, Recife – PE, CEP: 52030-152; Telefone: (81) 996131312

E-mail: [dossantossandra2021@gmail.com](mailto:dossantossandra2021@gmail.com) e [sandra.santos@cabo.ifpe.edu.br](mailto:sandra.santos@cabo.ifpe.edu.br)

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIBRA: Rua Padre Inglês, 356, Campus III, 1º. Andar, Boa Vista, Recife – PE. Telefone: 81-30360001. E-mail: [comitedeetica@grupounibra.com](mailto:comitedeetica@grupounibra.com)

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

---

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE BUSCA: Q-ACADÊMICO**

1-MATRÍCULA

2-NOME DA PESSOA IDOSA ESTUDANTE DO CAMPUS RECIFE

3-DATA DE NASCIMENTO

4-CURSO

5-TURMA

6-TURNO

7-PERÍODO

8-CONTATOS:

A-NÚMERO DE TELEFONE

B-E-MAIL

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA  
PESSOAS IDOSAS ESTUDANTES DO IFPE CAMPUS RECIFE**

Perfil Estudantil

1. Curso:

Modalidade: ( ) Técnico ( ) Tecnólogo ( ) Licenciatura ( ) Bacharelado  
( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

Ano de Ingresso: \_\_\_\_\_ Período atual: \_\_\_\_\_

Turno: ( ) Integral ( ) Matutino ( ) Noturno ( ) Vespertino

2. Raça/Etnia:

( ) Amarela ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Parda ( ) Preta ( ) Não declarada

3. Data de Aniversário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

4. Possui deficiência? ( ) sim ( ) não

5. Se sim, qual deficiência:

6. Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino

7. Orientação Sexual: ( ) Heterossexual ( ) Não Heterossexual

6. Cotista: ( ) Sim ( ) Não

7. Qual tipo de cota no ingresso ao IFPE:

8. Quem fez a sua inscrição para ingresso no IFPE?

9. Você recebe auxílio financeiro de programas de transferência de  
renda governamental? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual?

10. Quantos salários mínimos correspondem a sua renda familiar per capita?

( ) Menor ou Igual a Meio Salário Mínimo

( ) Maior que Meio Salário Mínimo e Menor ou Igual a Um Salário Mínimo

( ) Maior que Um Salário Mínimo e Menor ou Igual a Um e Meio Salário Mínimo

( ) Maior que Um e Meio Salário Mínimo e Menor ou Igual a

( ) Dois e Meio Salário Mínimo



( ) Maior que Dois e Meio Salário Mínimo e Menor ou Igual a

( ) Três e Meio Salário Mínimo

( ) Maior que Três Salário Mínimo

11. Você participa de grupos de pessoas idosas? ( ) Sim ( ) Não

12. Você mora só? ( ) Sim ( ) Não

Se não, quantas pessoas residem na mesma casa que você?

Essas pessoas são seus parentes? ( ) Sim ( ) Não

Elas apoiam seus estudos? ( ) Sim ( ) Não

Você recebe apoio financeiro da sua família ( ) Sim ( ) Não

Você recebe ajuda de alguém para realizar as atividades Cotidianas

( ) Sim ( ) Não

13. Você pratica alguma atividade física? ( ) Sim ( ) Não

14. Você faz uso contínuo de medicamentos? ( ) Sim ( ) Não

15. Você usa substâncias psicoativas? ( ) Sim ( ) Não

16. Você tem algum agravo de saúde? ( ) Sim ( ) Não

17. Quais as suas dificuldades e facilidades para o acesso, permanência e êxito no IFPE?

18. O que você pensa sobre assistência estudantil?

19. Você já procurou a assistência estudantil? ( ) Sim ( ) Não

Qual foi a sua necessidade?

programa de bolsas de recursos financeiros ( )

psicologia ( )

pedagogia ( )

serviço social ( )

médico( )

dentista ( )

outros ( )

A sua necessidade foi atendida? ( ) Sim ( ) Não

20. Para você a assistência estudantil contribui para inclusão de pessoas idosas estudantes do IFPE? ( ) Sim ( ) Não Como?

21. Descreva como você vivencia sua experiência de ser estudante do IFPE
22. Descreva como você vivencia sua relação interpessoal com seus colegas de turma e com os servidores (docentes e administrativos) da instituição
23. O que você espera do IFPE como estudante da educação profissional?
24. Você percebe como o IFPE trata as pessoas idosas? Concorda? Por que?
25. Como você se sente melhor no IFPE?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR  
DO IFPE *CAMPUS* RECIFE**

**IDENTIFICAÇÃO:**

CONTATO (e-mail e número de telefone)

CARGO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

TEMPO DE INSTITUIÇÃO

- 1 - O que você entende sobre assistência estudantil?
- 2 - O que você entende sobre envelhecimento humano?
- 3 - Foi realizado algum estudo no âmbito da assistência estudantil que levantasse as necessidades das pessoas idosas estudantes do IFPE? Em caso positivo, quais foram os resultados?
- 4 - No seu ponto de vista qual a importância da equipe multidisciplinar/multiprofissional no atendimento às pessoas idosas estudantes?
- 5 - Para você a assistência estudantil contribui para inclusão de pessoas idosas estudantes? Como?
- 6 - Você já foi procurado/a por pessoas idosas estudantes?
- 7 - Qual a necessidade apresentada a você pela pessoa idosa estudante do IFPE?
- 8 - Essa necessidade apresentada foi atendida pela assistência estudantil do Campus?
- 9 - Você conhece a rede de atendimento às pessoas idosas do município que você trabalha no IFPE?
- 10 - Relate um pouco sobre sua experiência com pessoas idosas estudantes no IFPE.

## APÊNDICE E - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. O conteúdo do produto educacional chama a atenção de profissionais da assistência estudantil?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
2. Você concorda que deve haver alteração no conteúdo do produto educacional?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
3. Você concorda que existem palavras de difícil compreensão no produto educacional?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
4. Você concorda que as informações do produto educacional são suficientes?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
5. Você concorda que o produto educacional tem familiaridade com o público ao qual é destinado?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
6. Você concorda que no produto educacional existe algo ofensivo?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
7. Você concorda que as imagens das pessoas idosas utilizadas no produto educacional são estereotipadas?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
8. Você concorda que a linguagem utilizada no produto educacional é discriminatória?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
9. Você concorda que o material do produto educacional estimula uma mudança de olhar sobre a pessoa idosa?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo
10. Você concorda em recomendar este produto educacional para outra pessoa porque contribui para uma mudança de atitude em relação a inclusão de pessoas idosas na educação profissional e tecnológica?  
( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) discordo totalmente ( ) discordo

## APÊNDICE F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_,

autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado "[...] meu sonho era vestir essa blusa[...]" -Percepções das Pessoas Idosas Estudantes do IFPE Campus Recife sobre as ações inclusivas para a população idosa na Política de Assistência Estudantil, sob responsabilidade de Sandra Maria dos Santos vinculado(a) ao/à ***Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Olinda.***

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para ***análise por parte da pesquisadora, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais, produto educacional, etc.].***

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão ou rádio, exceto pela internet para fins das atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Nome e Assinatura do (a) pesquisadora

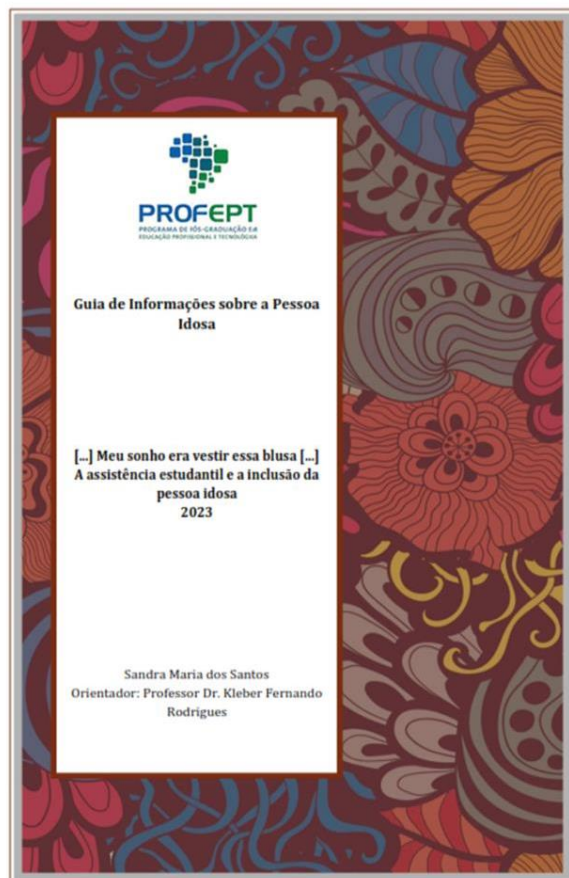
Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE G- ROTEIRO DO PRODUTO EDUCACIONAL

**Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa**

1. Documentário - Vídeo Institucional:  
<https://youtu.be/7L3ZiLL6JMc>
2. Caderno - Guia de Informações sobre a Pessoa Idosa

## APÊNDICE H- PRODUTO EDUCACIONAL



**[...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]**

### APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é fruto da pesquisa realizada para elaboração da dissertação de mestrado em educação profissional e tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Olinda (IFPE).

A orientação desta pesquisa contou com a colaboração do Professor Dr. Kleber Fernando Rodrigues e com a colaboração de vários atores sociais, gestores, professores, colegas de profissão, de trabalho e pessoas amigas, além do apoio emocional de quem nos quer bem.

Reunimos neste material elementos de discussão sobre a temática do envelhecimento humano e da velhice, visto que foram as pessoas idosas as protagonistas nesta pesquisa. Salientamos que trazemos elementos como fruto de pesquisas e da vivência profissional e pessoal, para contribuir, minimamente, com a atuação profissional e reflexiva da equipe multidisciplinar da assistência estudantil e demais profissionais que trabalham com o público das pessoas idosas.

A escolha dessas temáticas partiu dos elementos que surgiram durante a pesquisa de campo e também das condições de vida de pessoas idosas que podem surgir no chão da escola. As sugestões em torno da temática também poderão contribuir com o Núcleo 60+ ou Núcleo semelhante do IFPE Campus Recife, visto que o Campus é o local da nossa pesquisa. Nosso propósito é contribuir na efetivação do direito das pessoas idosas que acessam a educação profissional e tecnológica e que precisam ou desejam permanecer e ter êxito na sua vida acadêmica.

---

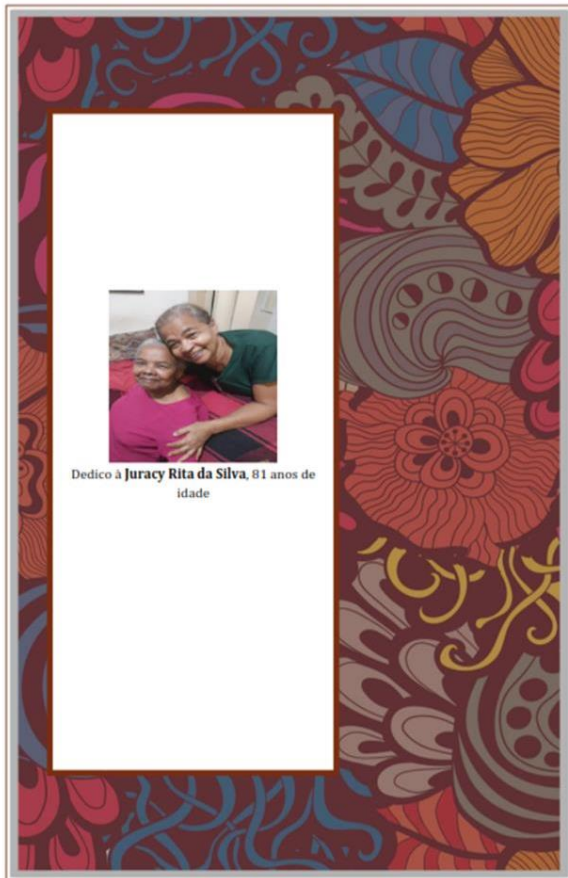


Dedico a minha mãe, **Josefa Maria dos Santos**, 71 anos de idade



Dedico a meu pai, **Antônio Napoleão dos Santos**, 73anos de idade






SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1	ENVELHECIMENTO HUMANO E VELHICE ..... 08
1.1	Envelhecimento e os aspectos da saúde ..... 08
1.2	Envelhecimento e os aspectos sociais ..... 09
2	ENVELHECIMENTO HUMANO E A EDUCAÇÃO ..... 13
3	ENVELHECIMENTO E PESSOAS NEGRAS É IMPORTANTE TRAZER ALGUMAS QUESTÕES ..... 17
3.1	Do privado ao público ..... 17
4	ENVELHECIMENTO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ..... 19
5	ENVELHECIMENTO E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (LÉSBICAS; GAYS; BISSEXUAIS; TRANSGÊNEROS; QUEER; INTERSEXUAIS; ASSEXUAIS; PANSEXUAIS; NÃO-BINARIE; E +) ..... 23
6	ENVELHECIMENTO E A MULHER ..... 24
7	ENVELHECIMENTO E A VIOLÊNCIA ..... 24
7.1	Tipos de violência e como acontecem ..... 26
7.2	Formas de denúncia e notificação ..... 27
8	ENVELHECIMENTO E SEXUALIDADE ..... 28
9	REDE DE ATENDIMENTO E ARTICULAÇÃO ..... 29
9.1	Saúde ..... 29
9.2	Assistência social ..... 30
9.3	Educação ..... 31
9.4	Direitos Humanos ..... 32
10	REDES SOCIAIS VIRTUAIS ..... 32
10.1	Instagram ..... 32
10.2	Outras redes sociais ..... 33
10.3	Podcast ..... 33
10.4	Facebook ..... 34
10.5	YouTube ..... 34
10.6	Revista on-line ..... 34
11	SUGESTÕES ..... 35
11.1	Sugestões de filmes ..... 39
11.2	Sugestões motivacionais ..... 41
12	MÚSICA E ENVELHECIMENTO ..... 42



**[...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]**

12.1	Gêneros.....	42
13	OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES .....	44
	REFERÊNCIAS .....	47
	AGRADECIMENTOS .....	51
	GLOSSÁRIO .....	52



Video com Idosos Participantes da Pesquisa

<https://youtu.be/7L3ZiL6IMc>

## 1 ENVELHECIMENTO HUMANO E VELHICE

### 1.1 Envelhecimento e os aspectos da saúde

São várias as concepções sobre o processo do envelhecimento humano e a velhice, seja da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), seja da Organização Mundial da Saúde (OMS), seja dos geriatras e gerontólogos, e seja das Teorias Críticas.

Em princípio, trazemos a sugestão do vídeo (cujo endereço se encontra mais adiante), que explica o conceito da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) sobre esse processo.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS):

Um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte. (Brasil, 2006, p. 8).

Algumas mudanças corporais que podem acontecer no processo de envelhecimento:

Os ossos perdem parte da flexibilidade, ficando mais rígidos e endurecidos; o metabolismo do corpo fica mais lento; a digestão é mais difícil; os órgãos internos atrofiam-se, reduzindo parte de seu funcionamento; ocorre endurecimento das artérias, e seu entupimento pode provocar arteriosclerose; o cérebro perde neurônios e atrofia-se, tornando-se menos eficiente; a insônia e a fadiga aumentam; a visão de perto piora devido à falta de flexibilidade do cristalino; há perda de transparência (catarata); as células responsáveis pela propagação dos sons no ouvido interno e pela estimulação dos nervos auditivos degeneram-se, com perda da capacidade auditiva; o olfato e o paladar diminuem; ocorre a redução de estrutura pelo desgaste das vertebrais e diminuição do espaço entre as mesmas; há encurvamento postural devido às modificações na coluna vertebral; os olhos ficam mais úmidos; a produção de células novas diminui, ou seja, há pouca renovação celular; a pele perde o tônus, tornando-se flácida. Diante de tantas alterações, o idoso fica mais suscetível às doenças e, paralelamente, necessita de mais tempo para restabelecer sua saúde (Zimerman 2000 *apud* Toyoda; Altamir, 2018, p. 32).

Por que ocorrem essas mudanças? Ao que parece, a ciência não tem uma única explicação, mas existem várias teorias. Sabe-se, porém, que não ocorrem no mesmo tempo cronológico para todas as pessoas. Esses declínios podem ocorrer mais tardiamente ou mais antecipadamente para cada pessoa.

Nos aspectos cognitivos, a neurociência traz várias contribuições positivas que devem ser verificadas.

### ➤ Sugestão de Vídeo:

O Processo de Envelhecimento e suas características, no Portal do Envelhecimento e da Longevidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIZxLKOBSkE> Acesso em 20 de jul. 2023.



### 1.2 Envelhecimento e os aspectos sociais

Até o momento, trouxemos conceitos mais voltados ao campo do biológico, considerando, portanto, o corpo, nas suas etapas cronológicas da vida. Ainda vamos compartilhar outro conceito do envelhecimento como "processo de mudanças universais pautado geneticamente para a espécie e para cada indivíduo, que se traduz em diminuição da plasticidade comportamental, em aumento da vulnerabilidade, em acúmulo de perdas evolutivas e no aumento da probabilidade de morte" (Neri, 2001, p. 46 *apud* Teixeira, 2017 p. 33).

A partir deste conceito, Teixeira concluiu que o envelhecimento é traduzido em declínio físico, fisiológico, aparecimento de doenças, probabilidade da morte, mas aparelhada a evolução cronológica e ao declínio biológico outros fenômenos coexistentes neste processo. E esses elementos coexistentes ao fenômeno do envelhecimento são de natureza biopsíquica, social e econômica, e são eles que tornam o processo de envelhecimento diferente para cada indivíduo.

Deste modo, o que centraliza o modo como envelhecemos é a força de trabalho. Ou seja, o lugar que ocupamos nas relações de produção (Teixeira, 2017, p. 33).



As diferenças na forma de envelhecer não são negadas, se reconhece "que as diferenciações das velhices individuais têm também outras causas, como saúde física e mental, família, dentre outras, admite-se que uma é determinante- a situação da classe" (Teixeira, 2017, p. 36).

Segundo Simone de Beauvoir, a velhice

[...] assume uma multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros. Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis (1990, p. 17).

A velhice é uma construção social, cultural e histórica, seja aos 60 anos de idade, 65 anos ou 70 anos, somos pessoas velhas ou idosas a partir do olhar do outro. Vejamos um exemplo:

Eu estremecei, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de uma colega: "Mas então, Simone de Beauvoir é uma velha!" Toda uma tradição carregou essa palavra de sentido pejorativo-ela soa como um insulto (Beauvoir, 1990, p.353).

O exemplo acima afirma o que Simone enfatizou "o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence" (Beauvoir, 1990, p. 15).

Considerando as questões de classe, Beauvoir (1990, p. 17) ainda nos dirá:

A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretende referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato.

Por outro lado, na França, surgiu a expressão terceira e quarta idade, como forma de propor às pessoas idosas novas atividades e desvincular aspecto paternalista dos serviços ofertados. O objetivo era inserir as pessoas idosas no ambiente universitário, e o encontro com pessoas de "gerações mais novas", tendo a educação como alternativa para uma vida pós aposentadoria (Doll, 2016, p. 1600). Os benefícios do estado social de direito não chegam para todas as pessoas, desde a infância até a velhice.





Entendemos que cabe aqui fazer uma citação literal sobre a questão da terceira idade dialogada por Campelo e Paiva (2014, p.144-145):

Quando a velhice de trabalhadores (as) que usufruíram desses ganhos conquistados com a implantação do Welfare State passou a se diferenciar da velhice do(as) trabalhadores (as) que não habitam o chamado "Primeiro Mundo", na França, a expressão "terceira idade" começou a ser utilizada, na década de 1960, para designar uma diferenciação na espécie de trabalhador (a) que sobreviveu às mazelas e aos efeitos deletérios do sistema capitalista de maneira "ativa" e "independente", estando integrado (a) socialmente e autogerido a própria vida. A "terceira idade", assim concebida, de acordo com Rodrigues e Soares (2006, p.8), vem definir "a nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento". O segmento geracional que estará compondo a chamada "terceira idade" é o dos "velhos jovens", por assim dizer, cuja idade se identifica no intervalo dos 60 aos 80 anos. Passando desse limite, os "velhos velhos" representam a imagem tradicional da velhice, compondo o que se convencionou chamar de "quarta idade". Mas há uma consideração a ser feita, pois de acordo com os autores, "estão excluídos da categoria de Terceira Idade os indivíduos com sinais de decrepitude e senilidade". Portanto, devo concordar com Teixeira (2008, p. 113), pois, ideologicamente, "não se trata de valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor à juventude". A velhice, nesse apelo ideológico, simboliza a negação da juventude, símbolo esta da beleza, da força e da virilidade para reproduzir e produzir. E ser velho ou ser velha significa a personificação de todos os "atributos" negativos da velhice. Ser idoso, idosa -mesmo que o sufixo oso/osa dê à palavra o significado de que idoso(a) é o indivíduo que tem muita idade-ideologicamente apelando, passa a ser diferente de velho (a).

Para fins de acesso ao direito, no Brasil o início do envelhecimento é determinado por aspecto cronológico, ou seja, uma pessoa é considerada idosa quando chega aos 60 anos de idade. Isto porque o Brasil é considerado um país em desenvolvimento. A legislação nacional, como o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso, considera como população idosa a partir dos 60 anos, porém consideram-se os 65 anos para fins de acesso a alguns benefícios sociais (Pinheiro, 2018, p. 24). Este critério se diferencia ao redor do mundo. Por exemplo, a Itália chegou a considerar uma pessoa idosa quando chega aos 70 anos de idade. Contudo, existe uma preconização da Organização Mundial da Saúde que países desenvolvidos consideram pessoas idosas quando estão com 65 anos de idade.



## 2 ENVELHECIMENTO HUMANO E A EDUCAÇÃO

No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa (EPI), Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, orienta quanto à criação de universidades para a população idosa. No capítulo V- Da educação, cultura, esporte e lazer, encontramos nos artigos 20 até 25 as diversas estratégias para efetivação do direito à educação. Dentre esses direitos, destacamos a Criação de Universidades Abertas para as Pessoas Idosas, por meio do poder público. Neste espaço caberá o incentivo de materiais adequados à pessoa idosa, e que busquem facilitar o acesso por meio da leitura, em virtude da perda natural da capacidade visual (Brasil, 2003).

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi pioneiro no Brasil, em relação às atividades voltadas para o público das pessoas idosas, dentre as atividades aquelas voltadas a educação e ao lazer.

Convém, portanto, refletir: O que é educação? "é um conjunto de ações articuladas por intencionalidades dirigidas a atuar na consciência dos sujeitos com o objetivo de influenciá-lo em suas escolhas às alternativas de que dispõe historicamente" (Duarte Neto, 2010, p. 30). Ontologicamente, concordamos com o pressuposto de que o trabalho e a educação fundamentam a existência do ser humano. Os seres humanos, para viverem em sociedade e para responderem as suas necessidades, modificam a natureza. Entretanto, para modificar a natureza, se faz necessário conhecê-la, portanto, a aprendizagem fundamenta a existência de um ser social, ou melhor, de um ser humano. Ou cada vez "mais humano", como nos diz o Professor Henrique Duarte Neto (2010, p. 50).

Saviani (1984, p. 1), diz que: "a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho".

Em Saviani, a natureza do trabalho educativo consiste:

[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (1984, p. 2).

Um mundo cultural é formado pelo ser humano ao fazer o trabalho, e esse mundo onde os seres humanos se relacionam é o seu modo de viver (Reflexões a partir das aulas ministradas pelo Professor Dr. Henrique Duarte e a Professora Dra. Edlamar Santos, IFPE,



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

2021). Logo, a educação deverá ocorrer durante toda a existência do ser humano, do ser social. Documentos internacionais preconizam sobre a necessidade da educação ao longo da vida, objetivando a produção e reprodução para a vida social. Entretanto, como já enfatizamos por várias vezes, não podemos homogeneizar o envelhecimento e defender que as pessoas idosas devem participar do trabalho assalariado até morrer de trabalhar, como se fosse uma carcaça humana. É necessário compreender os limites de cada pessoa e o funcionamento das políticas sociais de proteção, que deveriam atender a todas as idades.

A educação é um fator de proteção "a escolarização atua na velocidade do raciocínio, atenção, inteligência, funções executivas e memória, retardando a perda cognitiva global" (Nascimento *et al.*, 2015, p. 190 *apud* Toyoda; Altafim, 2018, p. 34).

Doll (2016) defende a tese da contribuição da gerontologia para educação, e o seu inverso. E argumenta que ambas as áreas apresentam "temas em comum" (p. 1602). Literalmente o autor diz:

A Gerontologia pode demonstrar à Educação a importância de abordar o envelhecimento como uma base fundamental para viver bem em uma sociedade que envelhece cada vez mais. E a Educação pode ajudar a Gerontologia a compreender a vida como um processo de aprendizagem constante, ajudando, a partir das suas bases teóricas, a melhor entender esse processo (Doll, 2016, p. 1602).

[...] é na educação das novas gerações que reside a esperança de superar essa sociedade que desumaniza o humano, fundada em práticas e crenças que dedicam ao idoso o não-lugar e esconde a velhice, juntamente com a morte, no quartinho dos fundos (Paula, 2009, p. 41).

O programa de assistência estudantil do IFPE incluiu nos critérios de análise socioeconômica, dentre outras, a dimensão etária. Embora tenhamos clareza de que vivenciamos de forma diferente os 60 anos de idade. Como ressaltamos acima, este processo de envelhecer é vivenciado de forma heterogênea, entretanto as condições de classe, gênero, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual trazem desigualdades que vulnerabilizam a pessoa que reúne maiores mudanças sejam elas físicas, sociais, culturais, psicológicas, e etc. Ao chegar aos 60 anos é provável que as fragilidades das condições de vida sejam mais visualizadas, em especial naquelas que vendem sua força de trabalho em condições mais precarizadas.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

Entendemos que a Assistência Estudantil é:

[...] uma política social que perpassa tanto pela política de educação, quanto no campo da assistência social e transitando ainda em todas as áreas dos direitos humanos, abrangendo ações que compreendem desde as questões de saúde, como também questões pedagógicas, de acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Moura, 2017, p. 29).

#### ➤ Sugestão:

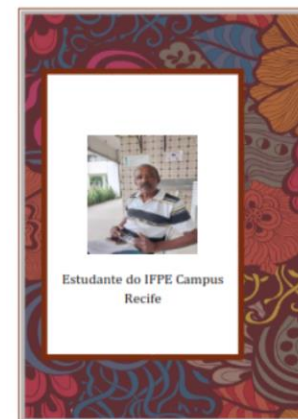
Acessar o Canal no Youtube: O que rola na geronto. Disponível em:

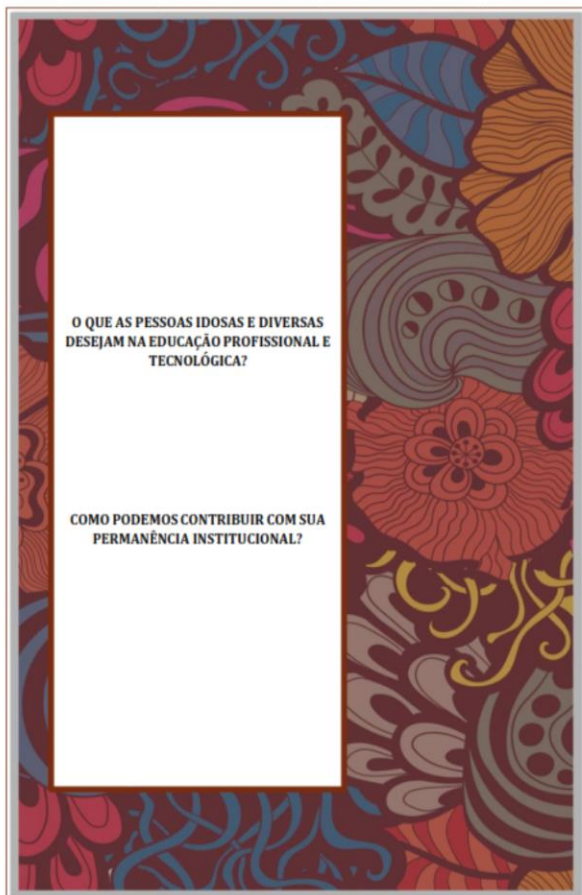
<https://www.youtube.com/channel/UCggD-jajj591c8-zLtvePIA>

Assistir ao Vídeo: É PRECISO SABER VIVER - TITÃS - CENAS: FILME

"UP: ALTAS AVENTURAS".

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4LO3x9ZYcg>





O QUE AS PESSOAS IDOSAS E DIVERSAS DESEJAM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?

COMO PODEMOS CONTRIBUIR COM SUA PERMANÊNCIA INSTITUCIONAL?

## [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

### 3 ENVELHECIMENTO E PESSOAS NEGRAS É IMPORTANTE TRAZER ALGUMAS QUESTÕES

#### 3.1 Do privado ao público

**1** O racismo e o ageísmo não é um conjunto de repressões fixas. Entender a estrutura e o funcionamento de famílias negras em um contexto social de dominação, opressão, mistificação e exploração envolve **conhecer alguns mecanismos operantes, inclusive na fase da velhice**. A história das famílias está conectada com o pessoal e o político, o privado e o público, o individual e o coletivo (Rabelo et al, 2018, p.202, grifo nosso).

**2** Frente ao modelo tradicional dominante de família branca, patriarcal e heterossexual, as **famílias negras foram estereotipadas como incompletas, instáveis, desorganizadas, disfuncionais, incompetentes, com uniões promíscuas e ilegítimas**; e seus tipos distintos desconhecidos ou ignorados (Hita, 2005 *apud* Rabelo et al., 2018, p. 202, grifo nosso).

**3** Exemplos da obliteração sistemática da existência, residuais da escravidão, incluem a anulação do homem negro pela omissão da paternidade, a imposição do "não-self" ou a diferenciação [...] self imposta pela identificação com o opressor e dominante, a vulnerabilidade ao corte emocional pela divisão sistemática e involuntária das famílias e da sua linhagem tradicional, pela internalização de **estereótipos negativos** (burros, sujeitos, maus, fixados em sexo, agressivos) e os **efeitos psicossociais** resultantes dos esforços de manter ocultos eventos familiares emocionalmente carregados (perdas, abusos, mitos, segredos)" (Pinderhughes, 2003 *apud* Rabelo et al., 2018, p. 203, grifo).

De modo geral, o racismo estrutural e as políticas públicas garantem que a população negra tenha os piores salários, acesso a saúde, segurança e qualidade de vida. Isso faz com que a população negra, de um modo geral, não chegue na "melhor idade" com seus direitos básicos garantidos.

O estudo mostra que a desigualdade racial no envelhecimento é um assunto que precisa ser debatido. O sistema racista está tirando das pessoas negras o direito de envelhecer. Um direito que nunca foi dado (Fonseca, 2023).



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

Sobre o direito a envelhecer da população negra:

O doutor em epidemiologia e servidor público da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e Professor Universitário, Roudom Ferreira Moura, após pesquisa sobre a vida e a saúde de pessoas negras na cidade de São Paulo, afirmou em reportagem ao jornal da USP, que **"O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco"**[...] (Ventura, 2022).

É fato: "18% das pessoas idosas são analfabetas; dessas, 9,5% são brancas e 27,1% são pretas e pardas" (Campelo e Paiva; Arruda; Benedito; Keller, 2023, p. 14). Logo, é necessário mudar essa realidade.



Na tradição africana os/as velhos/as estão presentes em tudo. O Pai da criação e da diversidade é o velho Oxalá. São filhas do velho Oxalá pessoas marcadas pela sociedade como diferentes. A velhice nessa tradição produz autoestima (Xavier, Lúcia, Assistente Social, 2023. In: CEBRAP, 2023).

A seguir, socializamos uma pesquisa com destaque etário, de raça, e de gênero<sup>1</sup>: os resultados revelam que nas cidades de Salvador, São Paulo, e Porto Alegre existe menor percentual de homens negros idosos; que a média de estudos da população negra é menor; que a população negra idosa utiliza mais os benefícios assistenciais; que a partir dos 50 anos de idade a população negra tem menor inclusão digital; que existem desigualdades maiores entre a população branca e negra, quando se trata da inclusão produtiva, segurança financeira, exposição à violência, saúde, prevenção e acesso, e inclusão digital.

➤ **Indicação:**

Canal Cebrap<sup>2</sup>: Pesquisa do Itaú Viver Mais e Cebrap evidencia desigualdades raciais no processo de envelhecimento.



<sup>1</sup> Fonte: CEBRAP (2023)

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z\\_S0Z76Y](https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z_S0Z76Y) Acesso em: 21 de jul. 2023.

### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

➤ **Dica!**

O Serviço Social vem discutindo sobre a temática: Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-raciais - Construindo uma plataforma antirracista -GT 16 Envelhecimento, questão racial e Serviço Social: um debate necessário<sup>3</sup>.

#### 4 ENVELHECIMENTO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Vejam alguns dados relativos à idade, no que tange ao intervalo de 15 a 64 anos.

Sexo	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou Intelectual
Homem	17,1	4,5	4,5	1,6
Mulher	23,1	4,0	6,8	1,2

Fonte: Elaborado pela autora com base em Tabela 8 - Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2010. (IBGE,2012)

No que tange à idade no intervalo de 65 anos ou mais, observemos.

Sexo	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou Intelectual
Homem	47,3	28,2	30,9	2,8
Mulher	51,7	23,6	44,0	3,0

Fonte: Elaborado pela autora com base em Tabela 8 - Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2010. (IBGE,2012)

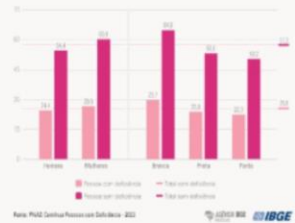
<sup>3</sup> Disponível em: <https://simposiorelaciais.openjournalsolutions.com.br/index.php/simposio/article/view/26> Acesso em: 20 de jul. 2023.





### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

**Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram, pelo menos, o ensino básico obrigatório - Brasil**  
Por sexo e por cor ou raça (%)



Em 2022, 47,2% das pessoas com deficiência tinham 60 anos ou mais de idade. Entre as pessoas sem deficiência, apenas 12,5% estavam nesse grupo etário.[...] Apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução (PNAD Contínua, 2023).

Entre 60 a 69 anos de idade, a maior prevalência foi da dificuldade para andar ou subir degraus (8,1%) que, por sua vez, teve o percentual ainda mais relevante para o grupo de 80 anos ou mais (33,5%) (Pnad Contínua, 2023).

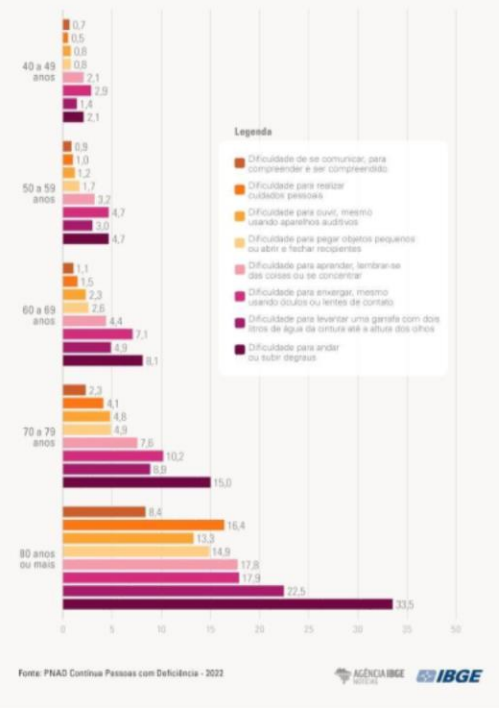
➤ **Sugestão de Texto e Produto Educacional:**

Título: Percepções de estudantes com deficiência sobre integração, acessibilidade e inclusão no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Pernambuco-Campus Recife.  
 Autora: Juliane Marques Santiago de Abreu, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/254> Acesso em: 21 jul. 2023



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

**Pessoas de 40 anos ou mais com deficiência - Brasil**  
Por grupos de idade e tipos de dificuldades funcionais (%)



Fonte: PNAD Contínua Pessoas com Deficiência - 2022





### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

[...] Sob a ótica do modelo social, a deficiência deve ser identificada na incapacidade da sociedade em criar condições inclusivas para todas as pessoas[...]. [...] a deficiência não está localizada apenas nos indivíduos, mas na incapacidade da sociedade em prever e ajustar-se à diversidade (Medeiros; Diniz, 2004).

Cinco “preconceitos comuns em relação às pessoas idosas e as pessoas com deficiência”, conforme Mello (2010):

- 1 “O primeiro fator é que em ambas situações ocorrem mudanças físicas (raríssimas exceções) que são consideradas indesejadas numa sociedade que valoriza a beleza”.
- 2 “Segundo, envelhecimento e deficiência alimentam o medo que as pessoas têm de se tornarem dependentes e vulneráveis à medida que envelhecem. Ser velho ou ser uma pessoa com deficiência é visto pela sociedade como sendo uma situação muito difícil e sendo assim é preferível negá-la ou ignorá-la”.
- 3 “Terceiro, as dificuldades funcionais associadas à deficiência ou ao envelhecimento podem causar tensão em pessoas que evitam contato por se sentirem desconfortáveis”.
- 4 “Quarto, o envelhecimento e a deficiência são estados ambíguos que podem levar a pessoa a se sentir incompetente e a focar somente nos aspectos negativos ou atribuir a todos idosos e pessoas com deficiências maiores limitações funcionais do que realmente existem”.
- 5 “Quinto, pessoas idosas e pessoas com deficiência são muitas vezes vistas como um peso, alguém que consome os recursos de uma sociedade. “Muitas pessoas ficam enraivecidas quando solicitadas a ajudarem pessoas idosas ou com deficiência. As pessoas podem se sentir angustiadas por associarem o envelhecimento e a deficiência à morte” (Mello, 2010).



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

#### 5 ENVELHECIMENTO E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (LÉSBICAS; GAYS; BISSEXUAIS; TRANSGÊNEROS; QUEER; INTERSEXUAIS; ASSEXUAIS; PANSEXUAIS; NÃO-BINARIE; E +)

Envelhecer é um direito, mas não é um direito para determinados grupos da sociedade. Na página da Casa 1 encontramos o seguinte depoimento:

Em uma sociedade capacitista que entende o envelhecimento como declínio, perda e incapacidade, pessoas LGBTQIAPN+ envelhecidas experimentam uma dupla invisibilidade: tanto pela marginalização e desvalorização das(os) idosas(os) quanto pela LGTBfobia, o que aumenta muito suas vulnerabilidades, inclusive em relação à saúde. Por muito tempo e ainda hoje pessoas LGBTQIAPN+ são expulsas de casa ou cortam vínculos com suas famílias biológicas e constroem laços até profundos com “famílias de escolha”, mas a solidão e o isolamento social ainda são frequentes nos estágios avançados das vidas dessas pessoas, explica Adriel Santana, médico voluntário da Casa 1 (Eloy, 2023).

Os determinantes de classe, gênero, orientação sexual, deficiência, raça/cor/etnia e outros contribuem para uma vivência desta fase da vida de forma diferente e desigual, entretanto, tanto a diferença como a desigualdade podem diminuir a possibilidade de vivenciá-la com mais cuidado, proteção e dignidade. A pesquisa **“Transformando o invisível em visível: disparidades no acesso à saúde em idosos LGBTs”**, do Hospital Albert Einstein, da Faculdade de Medicina da USP e Universidade de São Caetano do Sul revelou que antes mesmo dos 60 anos de idade a população LGBT+ já enfrenta dificuldade nas condições de vida e de acesso à saúde. A maioria das pessoas entrevistadas acreditam que os profissionais da saúde não estão preparados para atender as particularidades desse público.

A pior pontuação de acesso à saúde é da população LGBT+ negra: 41%. Pessoas LGBTs brancas ficaram com 29%. Por outro lado, apenas 17% das pessoas cisgêneras e heterossexuais brancas avaliaram como ruim seu acesso à saúde contra 28% da população cis e hétero negra (Agência De Notícias Da Aids, 2023).

Um depoimento, trazido pela Agência de Notícias da Aids (2023) referente à pesquisa acima, desabafa:

A medicina desconhece os nossos corpos, não estudaram nem sabem o que estão aplicando”, lamentou. Estou envelhecendo, mas posso ter uma velhice curta, porque o limite para homens é 77 anos, mas, até agora, nenhum homem trans chegou [nessa idade].



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

O Estatuto da Pessoa Idosa, nos diz que: “Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”.

Cuidar das Pessoas Idosas:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003, grifo nosso).

#### 6 ENVELHECIMENTO E A MULHER

[...] pode-se afirmar que a atual geração de mulheres idosas é aquela que mais necessita das políticas públicas no atendimento de suas demandas. Nessa perspectiva, volta-se a perguntar: qual a política a que deve recorrer a mulher idosa? Se ambas, tanto a destinada ao coletivo idoso como as destinadas à mulher, possuem um viés assistencialista, de que forma atender às demandas destas mulheres com mais de 60 anos, com suas diferenciações de gênero, classe, raça, histórico de vida e também de faixa etária? Este parece ser um dos grandes desafios que o Serviço Social e os profissionais que se dedicam à questão do envelhecimento precisam enfrentar, ao lado das lutas desenvolvidas pelo próprio coletivo (Isolda Belo).

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvNctHSoHW/> Acesso em: 27 de jul. 2023 (Em memória).

“A ciência nos deu mais anos de vida, precisamos colocar vida nestes anos” (Anotações a partir da fala da Sra. Edusa Pereira, em 11.05.2011- Em memória)

#### 7 ENVELHECIMENTO E A VIOLÊNCIA

No Brasil, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, no artigo 19: “§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (Brasil, 2003).

Essa ação ou omissão pode ser única ou repetida e se caracteriza como um dano físico, financeiro, sexual, psicológico, de abandono ou de negligência.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

É uma experiência muito heterogênea, portanto, é preciso conhecer como cada pessoa vivencia essa fase, ou seja, conhecer a pluralidade e a singularidade nas formas de vivenciar essa etapa. Existem aquelas pessoas que não gostam de ser chamadas de pessoas idosas, de idoso, de pessoas velhas, de pessoas que estão na melhor idade ou na terceira idade. Logo, a própria nomeação das pessoas que vivenciam esta fase, já é uma afronta, ou uma ação que causa dano emocional, para algumas.

A educação é um espaço privilegiado para o diálogo sobre essas questões e a convivência intergeracional é importante nessa etapa da vida porque aprendemos mutuamente. Mas, essa vivência também pode gerar conflitos que precisam ser bem avaliados para não ocorrer violências.

Por isso, afirmamos que é necessário conhecer para não violar. E conhecer requer paciência, determinação, perseverança, e muito otimismo. Otimismo porque cada um de nós poderemos vivenciar essa experiência do passar dos anos, do viver mais. O bom é que tenhamos a oportunidade de viver da melhor forma possível.

Tendo em vista que cabe a toda a sociedade cuidar da pessoa idosa é preciso sabermos identificar as situações de violação dos direitos desta população.

#### ➤ Sugestão:

Junho violeta | Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa Disponível em: <https://www.cresspe.org.br/noticias/junho-violeta-dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa>

De acordo com informações divulgadas pela Agência Brasil, só nos primeiros cinco meses de 2023, o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), recebeu mais de 47 mil denúncias de violência cometida contra pessoas idosas, que apontam para cerca de 282 mil violações de direitos como violência física, psicológica, negligência e exploração financeira ou material. Cada denúncia pode ter mais de um tipo de violação de direitos.

O número de violações de direitos humanos é 87% maior em relação ao mesmo período de 2022<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Fonte: Portal do Envelhecimento e do Longevidar (2023)

### 7.1 Tipos de violência e como acontecem<sup>5</sup>

#### Violência física

"espancamento com lesões ou traumas" e também "beliscões, empurrões, tapas ou agressões que não tenham sinais físicos".

#### Violência psicológica

"espancamento com lesões ou traumas" e também "beliscões, empurrões, tapas ou agressões que não tenham sinais físicos".

#### Negligência

"recusa ou omissão de cuidados".

#### Violência institucional

"qualquer tipo de violação exercida dentro do ambiente institucional público ou privado praticada contra a pessoa idosa" e também "ação desatenciosa ou omissa por parte dos funcionários ou por não cumprir alguma ação que deveria ter sido realizada"

#### Violência financeira

"apropria indevidamente do dinheiro e cartões bancários da pessoa idosa utilizando o valor para outras finalidades que não sejam a promoção do cuidado"

#### Violência patrimonial

forçar a "assinar um documento sem ser explicado para quais fins é destinado, alterações em seu testamento, fazer uma procuração ou ultrapassar os poderes de mandato, antecipação de herança ou venda de bens móveis e imóveis sem o consentimento espontâneo do idoso, falsificações de assinatura"

#### Violência sexual

"visam obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas através de coação com violência física ou ameaças"

#### Discriminação

"comportamentos discriminatórios, ofensivos e desrespeitosos em relação à condição física característica da pessoa idosa, com desvalorização e inferiorização"

<sup>5</sup> Fonte: Elaboração do autor com base nas informações do Ministério dos Direitos Humanos, 2023.

Diante das violações, se faz necessária (Sasaki, 2009, p.6):

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. "Provedo as escolas dos recursos humanos [acessibilidade atitudinal] (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, grifo nosso).

Essas atividades de sensibilização também podem ser reproduzidas quando se trata da inclusão da pessoa idosa, pela condição do estigma em relação à idade cronológica, e também da pessoa idosa com deficiência, duplamente estigmatizada.

O estigma é "a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena", segundo Goffman (2004, p. 4).

**É UMA VIOLÊNCIA!**

### 7.2 Formas de denúncia e notificação

1- Disque 100<sup>6</sup>:



Este canal de atendimento é coordenado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH/MDHC).

<sup>6</sup> Canal gratuito e sigiloso. Ele está disponível 24 horas por dia. A ligação é gratuita. As formas de acesso aos serviços são por meio do site da Ouvidoria, do aplicativo Direitos Humanos, do Telegram (digitar na busca "Direitoshumanosbrasil") e do WhatsApp (61) 99611-0100. É um canal com acessibilidade para atendimento em Libras.

- 2- Unidades de Saúde
- 3- Polícia Militar
- 4- Delegacia do Idoso da sua cidade
- 5- Promotoria do Idoso

As instituições devem realizar a notificação da violência a fim de contribuir com a implementação de ações preventivas, através da FICHA DE NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS.

Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/ficha\\_notificacao\\_violencia\\_domestica.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/ficha_notificacao_violencia_domestica.pdf) Acesso em: 27 de jul. 2023

## 8 ENVELHECIMENTO E SEXUALIDADE

Sugerimos:

**1** A DISCUSSÃO DA SAÚDE NOS TEXTOS QUE TRATAM DA SEXUALIDADE NA VELHICE<sup>7</sup>.

**2** DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE NA VELHICE: GÊNERO E GERAÇÃO<sup>8</sup>.

Filme:



<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1998/671>

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1995/662>

Autoras: Sandra Maria dos Santos, Jéssica Ailline de Melo e Silva, Simone Maria Machado Brandão, Gláucia dos Santos Cordeiro. Ano: 2014

*Do jeito que elas querem*

E-Book:



Introdução às velhices LGBT+. Lançamento em: [https://www.youtube.com/watch?v=MCGe6\\_UQhKE](https://www.youtube.com/watch?v=MCGe6_UQhKE)

Lei Municipal, conhecida como Amor Livre, Lei 16.780,2002. Proíbe formas de discriminação com base na orientação sexual.

## 9 REDE DE ATENDIMENTO E ARTICULAÇÃO

### 9.1 Saúde

- Hospital da Pessoa Idosa Eduardo Campos (Av. Recife, n.810, Recife, PE);
- Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania do Idoso (NAISCI)-UPE;
- Unidades Básicas de Saúde (UBS) :  
Nos 08 (oito) distritos sanitários da secretaria de saúde existe uma coordenação de referência de saúde da pessoa idosa. É um local importante para saber informações sobre os grupos de convivência; distribuição de fraldas, medicamentos, dentre outros. Endereços dos Distritos Sanitários da Cidade do Recife: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-saude>
- Unidade de Pronto Atendimento (UPA);
- Associação Brasileira de Alzheimer Regional Pernambuco (ABRAZ);
- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG);
- Associação Nacional de Gerontologia (ANG).







## 9.2 Assistência social



### ➤ Centro de Referência de Assistência Social (Cras):

- Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais.
  - Benefício de Prestação Continuada (BPC)- transferência financeira mensal de 01 (um) salário mínimo a pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, sendo comprovada a ausência de meios de provimento pela família. A renda por pessoa do grupo familiar ( per capita) deve ser igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. Deve estar inscrito no Cadastro Único, mas a solicitação do BPC é realizada através dos canais de atendimento do INSS - pelo telefone 135. ou pelo site ou aplicativo de celular "Meu INSS" ou na agência.
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)-prevenção de situações de vulnerabilidade ou de risco social.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)- oferta de atividades que buscam contribuir no processo de envelhecimento saudável, autonomia e sociabilidade, e também no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário. É um espaço de prevenção de situações de risco social (Vinculados aos CRAS ou Centros de Convivência) (PERNAMBUCO, 2023).

### ➤ Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas):

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): Situações de ameaça e violação de direitos;
- Serviço Especializado em Abordagem Social (usuários que utilizam os espaços públicos como moradia);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (para usuários com grau de dependência, e que tiveram a violação e exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no ambiente familiar, ausência de cuidados adequados por seu cuidador, seja por um alto grau de estresse do cuidador, ou desvalorização da



potencialidade/capacidade da pessoa idosa, além de outras situações que podem agravar a situação de dependência e comprometa o desenvolvimento da autonomia da pessoa idosa. Este serviço é ofertado no Centro Dia, das cidades de Buíque, Camaragibe, Garanhuns (2), Palmares, Petrolina, Sairé, Salgueiro e Serra Talhada.

### ➤ Centro Pop:

- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Este serviço é ofertado pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua -. Em Pernambuco são 07 (sete) unidades que estão distribuídas em 06 (seis) municípios: Abreu e Lima, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Recife e Vitória de Santo Antão
- Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas, chamadas de Casa-Lar e Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI). (PERNAMBUCO,2023).

### ➤ Jurídico/Segurança/Controle social:

- Ministério Público de Pernambuco (Promotoria da Pessoa Idosa), disponibiliza a relação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e fiscaliza. Lista das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs). Disponível em: <https://siteantigo2.mppe.mp.br/mppe/entidades/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos-ilpis> Acesso em: 27 jul. de 2023.
- Conselho de Direitos (Municipais, Estaduais e Federal).
- Defensoria Pública.
- Delegacia do Idoso em Recife e Delegacia Comum.

## 9.3 Educação



- Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)-UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)
- Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS) do Núcleo de Articulação e Atenção



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

Integral à Saúde e Cidadania do Idoso (Naisci) da Universidade de Pernambuco (UPE).

- Núcleo 60+ -IFPE : Campus Olinda (nucleo60@olinda.ifpe.edu.br/@ifpeolinda) e Cabo de Santo Agostinho (Projeto: @projeto3) (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco).
- Núcleo de Envelhecimento, Velhice, e Idosos (NEVI) e Conecta -UFRPE (universidade Federal Rural de Pernambuco)
- Comissões Temáticas: Comissão de Envelhecimento e Trabalho do Conselho Regional de Serviço Social-4a. Região/Pernambuco.

#### 9.4 Direitos Humanos

- Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Comissão do Idoso (Cidoso).
- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da @camaradeputados.
- Associação Brasileira de Tecnologia em Gerontologia (serviço público e governamental).

#### 10 REDES SOCIAIS VIRTUAIS

##### 10.1 Instagram

- Projeto da UFRPE: @conectaidosoufrpe e @nevi.ufrpe;
- Comissão do idoso: @comissaooidoso
- Projetos de extensão: @idososvulneraveis.extensao e @envelhesendoufpe e @ID Inclusão: Projeto ID3 do IFPE Campus Cabo de Santo Agostinho e Núcleo 60+ do IFPE Campus Olinda
- Hospital da pessoa idosa: @hecrecife
- Conselho da pessoa idosa: @cedpi2023
- Gerência da pessoa idosa em Recife: @gerenciadapessoaidosa
- Conselho da pessoa idosa: @frenteconselhosidosos;

32

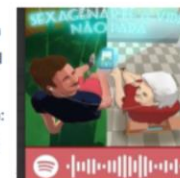


### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

- Rede social sobre a temática: @redeamigoidosos e @gerontologiaemfoco
- Envelhecimento e população LGBTQ+: ONG Eternamente Sou
- Clínica de atendimento especializado: @imedirecife: Avaliação Geriatria Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/Cr\\_pymkvynv/?gshid=nzim2m3mzixna%3D%3D](https://www.instagram.com/reel/Cr_pymkvynv/?gshid=nzim2m3mzixna%3D%3D)
- Rede social sobre a temática: @portaldoenvelhecimento: Violência contra a Pessoa Idosa. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CtXQe0Lu\\_4/?gshid=MTc4MmM1Yml2Ng%3D%3D](https://www.instagram.com/p/CtXQe0Lu_4/?gshid=MTc4MmM1Yml2Ng%3D%3D)
- @sbggpe
- Hospital Português no Recife, atendimento especializado à pessoa idosa.

#### 10.2 Outras redes sociais

- Rede social sobre a temática e outras demandas na área da terapia ocupacional: atoterapiaocupacional /@clinica.buscavida
- Associação brasileira de gerontologia: @abterontologia e @associacaobrasileirageronto



#### 10.3 Podcast

- Sexagenarte-a vida não para:  
Podcast de Rodrigo Teixeira/UFRGS (grupo de audiograma criado durante a pandemia da covid-19, idosos/as visuais e não visuais-8 episódios)
- Flow Podcast:  
Lugar de Fala - Djamira Ribeiro Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN\\_GKOT-GK1C&mibextid=2Rb1fB&v=646010934004256](https://www.facebook.com/watch/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GKOT-GK1C&mibextid=2Rb1fB&v=646010934004256)

33

#### 10.4 Facebook

- Canal Ávida:

"Homossexualidade na velhice. O preconceito, a invisibilidade e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBT quando ficam mais velhas. É sobre isso que vamos conversar no vídeo de hoje (4/3). Vamos entender como enfrentar essa fase da vida pode ser diferente para os homossexuais e a importância de falarmos sobre esse assunto, para termos uma sociedade melhor para todos". Disponível em: [https://www.facebook.com/canalavida/videos/637689080365828/?textid=WA-UNK-UNK-UNK-AN\\_GK0T-GK1C&mibextid=2Rb1fB&ref=sharing](https://www.facebook.com/canalavida/videos/637689080365828/?textid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&mibextid=2Rb1fB&ref=sharing)

- Finitude:

A finitude e a Ciência-Poeira do Universo:  
[https://www.facebook.com/flucena2/videos/646276734045064/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/flucena2/videos/646276734045064/?locale=pt_BR)  
Acesso em: 27 de jul. 2027.

#### 10.5 YouTube:

- O Luto: Maria Homem:

Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/4XzQh5aCKt4>

- Hábitos para envelhecer com qualidade:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8cWXRHV6Y>

#### 10.6 Revista on-line

- "Guia didático: Envelhecimento e educação profissional e tecnológica", Ano: 2023.

Autores: Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira e Francisco Vanderlei Ferreira da Costa  
Disponível em:  
<https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/novo/produto/guia-didatico-envelhecimento-e-educacao-profissional-e-tecnologica/>

- Caderno Pedagógico "Educação para o envelhecimento:

Temática urgente e necessária" organizado por Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira, Jhonatan David Santos das Neves, Jonorete de Carvalho Benedito e Sara Jane Cerqueira Bezerra. Disponível em:  
<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/e-book-educacao-para-o-envelhecimento-tematica-urgente-e-necessaria/>

#### 10.7 Livro

- Falar de morte com crianças:

Livro: Começo, meio e fim (Autor : Frei Beto); O medo da Sementinha (Autor: Rubem Alves).

- Meu vovô Cubano, de Guilherme Barbosa Pedreschi.

#### 11 SUGESTÕES

- Idosos de Barro: a reinvenção da velhice na arte figurativa do [ser]tão.

Autor: Valmir Moratelli. Disponível em:  
<http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/download/2936/1867> Acesso em: 27 jul. 2023.

- Políticas Públicas:

Políticas sociais de pessoas idosas em contextos nacionais e internacionais.  
Autores: Solange Maria Teixeira - Adriana de Oliveira Alcântara - Suzaneide Ferreira da Silva - Nanci Soares. Disponível em:  
<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37926-politicas-sociais-de-cuidados-de-pessoas-idosas-em-contextos-nacional-e-internacional> Acesso em: 27 jul. 2023.





### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

#### ▪ Mulher Idosa:

Velhice e mulher: vulnerabilidades e conquistas (Autora: Isolda Belo). Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/viewFile/29997/17739>

Acesso em: 28 de jul. 2023.

#### ▪ Cursos:

Curso Gratuito de Cuidador de Idosos-30h: Portal Longevidade. Disponível em:

<https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/novo/> Acesso em 28 de jul.2023

#### ▪ Vídeo de evento:

Debate sobre a exclusão de pessoas LGBT na velhice. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/exclusao-de-pessoas-lgbts-na-velhice/>

Acesso em: 27 jul. 2023.

#### ▪ Dicas de livros:

- 1- A velhice, de Simone de Beauvoir, editora nova fonte, 1990.
- 2- O direito à velhice: os aposentados e a previdência social, de Eneida G. de Macedo Haddad, Editora Cortez, 1993.
- 3- A ideologia da velhice, de Eneida G. de Macedo Haddad, Editora Cortez, 2016.
- 4- Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil, de Solange Maria Teixeira, Editora Cortez, 2008.
- 5- Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital, de Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Editora Cortez, 2014.
- 6- Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas, de Solange Maria Teixeira; Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva; Nanci Soares (org.), Editora CRV, 2019.
- 7- Envelhecimento na sociabilidade do capital, Solange Maria Teixeira, Editora Papel Social, 2017.
- 8- Um outro envelhecer é possível, de Lucia Ribeiro (org.). Editora Ideias Letras, 2012.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

9- Gerontologia social para leigos, de Nara Costa Rodrigues; Jussara Rauth; Newton Luiz Terra, Editora EDIPUCRS, 2010.

10- Tratado de Geriatria e Gerontologia, de Elizabete Viana de Freitas, Lígia Py, 2022.

11- Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice, de Lígia Márcia Martins; Ângelo Antônio Abrantes, Marilda Gonçalves Dias Facci, 2016. Disponível em: <https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/185623>

12- Palavras-chaves em gerontologia. Campina, SP: Editora Alínea, 2001. 136 p. Autora: Anita Liberalesso Neri.

13- Neurociência e música: pesquisa, saúde, e educação, organização: Viviane Louro e Maria José da Silva Fernandes, Editora Unifesp, ano: 2023. Texto: Musicoterapia na Neuroreabilitação, de José Davison da Silva Júnior.

14- Como ser um Educador Antirracista, de Bárbara Carine Soares Pinheiro, 4a. edição, SP, Editora: Planeta do Brasil, 2023.

#### ▪ Lives:

- o :#SAI\_Unicap "Velhice é doença?" Publicado pelo canal da Unicap. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kOhZR5CKjeQ> . Acesso em: 01 de nov. 2021
- o Serviço Social e a defesa do Direito à Vida da População Idosa na Covid-19 (17.09.2020). Publicado pelo canal do Cress Pe. 1 Vídeo (2:23:30). Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=B-uWep71EzQ> Acesso em: 20 mai. 2023
- o Trabalho, Envelhecimento e Direitos Sociais (01.10.2020). Publicado pelo canal do Cress Pe. 1 Vídeo (2:18:32). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G5NR2Mz0ZoY> Acesso em: 21 mai. 2023.

**1** Cartilha Pessoa Idosa no Exercício da Cidadania. Autoria: Ministério Público de Pernambuco, Recife, 2022. <https://portal.mppe.mp.br/documents/d/guest/cartilha-da-pessoa-idosa-2022>

**2** Violência contra a pessoa idosa. O que é importante saber?. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Penha de França – SP, Comissão de Direito do Idoso. Ano: 2022 Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/violencia-contra-a-pessoa-idosa-o-que-e-importante-saber/#:~:text=Os%20atos%20de%20viol%C3%Aancia%20praticados,privada%2C%20quanto%20na%20esfera%20p%C3%ABlica. Acesso em: 21 jul.2023>

**3** Maria Descobrimo os Direitos da Pessoa Idosa Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/cartilha-maria-ddpi-29-05-web.pdf> Acesso em: 07 de ago. 2023

**4** Respeito à Pessoa Idosa Disponível em: [https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/cartilhas-e-folders/cartilha\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/cartilhas-e-folders/cartilha_pessoa_idosa.pdf) Acesso em: 07 de ago. de 2023



### 11.1 Sugestões de filmes

- Uma história real
- As baleias de agosto
- Cocoon
- Deuses e monstros
- Chuvas de verão
- Copacabana
- Laços de ternura
- Vou para casa
- Asas do desejo
- Buena Vista Social Club
- Sonhos
- Garotas do calendário
- Gan Torino
- Invasões bárbaras
- Meus velhos
- Mil anos de orações
- Ninho vazio
- O clube da feliz idade
- O exótico Hotel Marigoe
- O lutador
- Onde anda você
- O outro lado da rua
- Alguém tem que ceder
- Antes de partir
- Ao entardecer
- As confissões de Schmidt
- As neves de Kilimanjaro
- Chega de saudade
- Elsa e Fred: um amor de paixão



- Gatos velhos
- Alzheimer na periferia (documentário)
- Diário de uma paixão
- Up: altas aventuras
- Cartas para Julieta
- E se vivêssemos todos juntos?
- Amor
- Conduzindo Miss Daisy
- O quarteto
- As confissões de Schmidt
- Philomena
- Glória
- Uma lição de vida
- Poesia
- O reencontro
- Estamos todos bem
- O fim e o principio
- Querido estranho
- Uma amizade sem fronteiras
- Ensina-me a viver
- Meu pai, uma lição de vida
- Um lago dourado
- Morangos silvestres
- Última gargalhada
- Umberto D.
- O filho da noiva
- Longe dela

### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

- Se tivéssemos tempo
- O curioso caso de Benjamin Button
- Juventude
- As sufragistas
- O aluno: uma lição de vida (idoso negro aprende a ler)
- Crônicas sexuais de uma família francesa



#### ➤ Filmes datados:

- 1925: A greve
- 1925: O couraçado de Poterukin
- 1927: Outubro
- 1927: O fim de São Petersburgo
- 1936: Tempos modernos
- 1940: As vinhas da ira
- 1954: O sal da terra
- 1957: Horizontes de glória
- 1964: Doutor estranho amor/
- 1964: Eu sou Cuba
- 1966: A batalha de Argel
- 1969: Diários de motocicleta
- 1969: Queimada
- 1970: 1900 (novecento)
- 1972: Estado de sítio
- 1973: Sambizanga
- 1976: Halan Country, USA
- 1978-1980: A batalha do Chile
- 1979: Apocalypse now
- 1979: Norma RAE (organização social)
- 1981: Redes
- 1984: Santos inocentes
- 1987: Matewan
- 1995: O ÓDIO
- 1996: Cinco DIAS, cinco noites
- 1999: Clube de combate
- 2002: As segundas ao sol
- 2003: A melhor juventude
- 2004: Machuca
- 2004: Os educadores
- 2006: Brisa de mudança
- 2008: Che

### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

- 2009: 350. capitalismo, uma história de amor/
- 2010: Juside Job (documentário crise dos EUA)
- 2010: Também a chuva

#### 11.2 Sugestões motivacionais<sup>9</sup>

- Ir para outro país ou lugar que ainda não conhece
- Aprender a dirigir um veículo (carro, moto, etc.) "bike anjo" (projeto que ensina pessoas a andar de bicicleta na cidade de Recife)
- Manter boa forma física, praticar exercício ou dança
- Visitar amigos que se afastaram
- Aprender um instrumento
- Ser voluntário
- Mergulhar, escalar, trilha ou asa delta com equipamentos de proteção
- Manter o equilíbrio financeiro
- Praticar ioga/meditação
- Escrever um livro
- Voltar a estudar
- Roupas de dormir confortáveis
- Dormir até quando quiser
- Planejar o futuro;
- Cometer um grande erro
- Ir para casa da família
- Sair com amigos/as
- Amar uma criança



<sup>9</sup> Fonte: elaborado pelo autor a partir das diversas leituras sobre o tema

## 12 MÚSICA E ENVELHECIMENTO<sup>10</sup>

### 12.1 Gêneros

#### ➤ MPB:

- Quando você ficar velho (Zé Rodrix) M2 O Velho (Chico Buarque) M3
- O Homem Velho (Caetano Veloso) M4
- O Velho Francisco (Chico Buarque) MPB M5 O Velho e o Novo (Taiguara) M6
- Carro Velho (Milionário e José Rico) M7 Preto Velho (Tião Carreiro e Pardinho) M8 A voz do velho (Gian e Giovanni) M9
- Velho Peão (Matogrosso e Mathias)

#### ➤ Sertanejo:

- M10 Velho Pai (Tonico e Tinoco) M11
- Velho Ateu (Beth Carvalho) M12

#### ➤ Regional:

- Quando a velhice Chegar (Teixeirinha) M36 O Velho Agricultor (Luis Wilson) M37



- Forró do Velho Inácio (Antônio Barros) M38 O Novo já nasce velho (O Rappa) M39 Coração Velho (Mastruz com Leite) FORRÓ/REGGAE
  - Velho Amigo (Ponto de Equilíbrio) M41
  - Breve Conto do Velho Babão (Jay Vaquer) M42 Velhos e Velhas (O Bando do Velho Jack) M43 Velho Jovem (Questão de Honra) M44
  - Velhos (Jane Fonda)
- **Novo rock:**
- O Velho Homem ainda está na UTI (Sceptre 52)
- **Outras categorias:**
- Cajueiro Velho (Alcione) M13

<sup>10</sup> Fonte: elaborado pelo autor com base em Moura et al (2008).

- Velha Demais (Bezerra da Silva) M14 Caco Velho (Elizeth Cardoso) SAMBA/PAGODE
  - Velho Estácio (Cartola) M16 .
  - O Velho e o Moço (Los Hermanos) M17 Carro Velho (Hebert Viana) M18
  - Velho Demais (Placa Luminosa) M19 Velhice (Dorsal Atlântica) ROMÂNTICO
  - Velha Morena (Roupa Nova) M26
  - Saudades do meu Velho Pai (Padre Zezinho) M27 Pretos Velhos (Paulo Rodrigues) M28
  - Velho (Grupo Logos)
  - O Velho Homem (Milítantes)
  - Vinte e poucos anos, por Fábio Jr. e Raimundos
  - Não vou me adaptar, por Titãs
  - Envelhecer, por Arnaldo Antunes
  - É preciso saber viver, por Roberto Carlos
  - Tempos Modernos, por Lulu Santos
  - Realidade, por Fundo de Quintal
  - Tempo perdido, por Legião Urbana
  - Velhos e Jovens, por Adriana Calcanhotto
- Degraus da Vida, por Nelson Cavaquinho
  - Sapato Velho, por Roupa Nova
  - O homem velho, por Caetano Veloso
  - O velho e o moço, por Los Hermanos
  - Oração ao Tempo, de Caetano Veloso; Lema, de Ney Matogrosso; Tempo Rei, de Gilberto Gil
- **Gospel/religiosa**
- Blues do Velho João (Erlan Ribeiro) M31 Tropeiro Velho (Teixeirinha) M32 Cavalinho Velho (Pinduca)
  - Velho Salvador (Tonino Arcoverde) M34
  - É disso que o velho gosta (berenice azambuja)
- **pop/rock; rock**
- Velho no Metrô (Karnak) M21
  - O Moço Velho (Roberto Carlos) M22 O Velho (Antônio Marcos) M23 Sapato Velho (Roupa Nova)
  - Velho, Profissão Esperança (Benito de Paula)



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

- **Vamos de música? Acesse os links!**
- Envelhecer - Arnaldo Antunes (Ao Vivo Lá Em Casa) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HFgl79Bbrxl> Acesso em 01/11/2021
- 10 Músicas para ouvir no Dia da Pessoa Idosa Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2021/10/10-musicas-para-ouvir-no-dia-do-idoso-cku76nxb2007n017fhpans57.html> Acesso em: 22 de jul. 2023

#### 13 OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES

- **Vacinas recomendadas para pessoas idosas no Brasil (Disponível em: <https://acvida.com.br/familias/vacinacao-de-idosos-no-brasil/> Acesso em: 27 de jul. 2023):**
  - Influenza (gripe);
  - Pneumocócicas;
  - Herpes zóster;
  - Difteria, tétano e coqueluche ou dupla adulto (difteria e tétano);
  - Hepatites A e B;
  - Febre amarela;
  - Meningocócicas conjugadas;
  - Tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola).
- **Sobre o Déficit da Previdência:**
  - Está sobrando (muito) dinheiro na Previdência; entenda os números, de Cátia Guimarães. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/22/esta-sobrando-muito-dinheiro-na-previdencia-entenda-os-numeros> Acesso em: 28 de jul. 2023.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

- **Sugestão de artigo:**
  - Texto: A velhice nas telas do cinema: um olhar sobre a mudança dos papéis ocupacionais dos idosos. Santana, C. da S. & Belchior, C.G. (2013, março). **Revista Kairós Gerontologia**, 16(1), pp. 93-116. ISSN 1516-2567 ISSNe 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- **Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência:**
  - Diagnóstico dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da UFSC: propostas de ações/estratégias e Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência. Autora: Moroski, Karen Laíse, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240913> Acesso em: 28 de jul. 2023.
- **Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa:**
  - Disponível em: [https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_Sed\\_1re.pdf](https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_Sed_1re.pdf) Acesso em: 31 de jul. 2023.
- **Convivência Intergeracional e geracional:**
  - Empatia entre pessoas idosas e as gerações mais jovens, de Cirlene Francisca Sales da Silva. Disponível em: <https://joaoluizcorreiajunior.com/wp-content/uploads/2022/08/E-BOOK-A-pandemia-e-o-pos-pandemia.pdf#page=95> Acesso em: 08 de ago. 2023. E FALCÃO, Maria de Fátima Oliveira. Amizade social na velhice: a contribuição de Encíclica Fratelli Tutti para o direito de envelhecer com dignidade (indicação de acesso nas referências).
- **Manual de atividades para pessoas idosas:**
  - Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, de Medeiros, Guilherme Gimenez Pereira, Nadja Amorim de Lacerda; Luz, Talita Farias Silva; Okuno, Meiry Fernanda Pinto; Ooki, Miriam N. Ogata, ano 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738119>





➤ **Tecnologia Audiovisual para Prevenção da Violência Intrafamiliar contra a Pessoa Idosa:**

• Universidade do Estado do Amazonas, de Araújo, Karla Brandão; Ribeiro, Maria de Nazaré de Souza; Diniz, Cleisiane Xavier, ano 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/715657>

➤ **Benefícios que pessoas idosas podem obter:**

• Universidade Federal Fluminense, CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal SILVA, Juliana de Oliveira Nunes; FERRAZ, Victor Hugo Gomes; BARROSO, Suellen de Almeida, ano 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/728903>

➤ **Cartilha: Linha de Cuidado à pessoa idosa:**

• Universidade Federal de São Paulo- Unifesp, Corral, Amanda Curiel Trentin; Pascoaso, Bárbara Gatt; Farias, Gabriella Silverio de Souza; Braz, Giovanna Maria Ianeczczk; Lima, Karine Victória dos Anjos; Prestello, Loraine Andreghitt Sagaz, Luiz Henrique; Lima, Talita Moraes Ferreira; Miura, Carla Roberta Monteiro; Sala, Danila Cristina Paquier; Oliveira, Naila Albertina Lopes, Maria Carolina Barbosa Teixeira; Vancini-Campanharo, Cassia Regina; Okuno, Meiry Fernanda Pinto, ano 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/722261>

➤ **Cartilha – Violência Contra a Pessoa Idosa: Conheça, Previna, Combata:**

• Universidade Federal do Pará, de Vieira, Paola Lameira Lima, Vera Lucia de Azevedo; Ramos, Edson Marcos Leal Soares, ano 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701311>

➤ **Guia de Bolso: Proteção da Pessoa Idosa:**

• Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, de Moniz Alves, Joana Isabel Sant'Anna de Farias, Isabela; Da Silva Araújo, Thais; Da Silva Santos, Giovana Bruno, ano 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601295>



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. UOL: Pessoas LGBTQs com mais de 50 anos têm pior acesso à saúde, aponta estudo. São Paulo, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/uol-pessoas-lgbts-com-mais-de-50-anos-tem-pior-acesso-a-saude-aponta-estudo/> Acesso em 18 de jun. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Série A. Normas e Manuais Técnicos, Cadernos de Atenção Básica**, n. 19, 192 p. il. Brasília, 2006. ISBN 85-334-1273-8

BRASIL. **Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm) Acesso em: 13 dez. 2020.

CARLOS, Roberto. Inserir nome da música. Intérprete: Roberto Carlos. Compositor: Erasmo Carlos e Roberto Carlos. In: Álbum Roberto Carlos, 1979.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; ARRUDA, Fernanda Tavares; BENEDITO, Jonorete de Carvalho; KELLER, Suellen Bezerra Alves. **Envelhecimento de negros e negras e a defesa intransigente das políticas sociais no tempo do conservadorismo e do ultraneoliberalismo**: contribuições a partir do serviço social. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22705> Acesso em: 18 de jun. 2023.

CEBRAP. Pesquisa do Itaú Viver Mais e Cebrap evidencia desigualdades raciais no processo de envelhecimento. **Canal Cebrap**. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z\\_SOZ76Y](https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z_SOZ76Y) Acesso em: 21 de jul. 2023.

DOLL, Johannes. A Educação no Processo de Envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Lúgia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap.155, p.1598-1603.

DUARTE NETO, José Henrique. **A práxis curricular nos cursos de formação de professores da educação básica**: a epistemologia da prática e a construção do conhecimento escolar. 2010. Tese (doutorado). Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ELOY, Thais. **Acesso à saúde de pessoas LGBTQ+ com mais de 50 anos é pior do Brasil**. São Paulo, 12 abr. 2023. Casa1 ONG. Disponível em: <https://www.casaum.org/saude-e-envelhecimento-de-pessoas-lgbt/> Acesso em: 18 jun. 2023.

FALCÃO, Maria de Fátima Oliveira. Amizade social na velhice: a contribuição de Encíclica Fratelli Tutti para o direito de envelhecer com dignidade. In: **A pandemia e a pós-pandemia** [livro eletrônico]: impactos sobre a pessoa idosa. CORREIA JR., João Luiz (org.). Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2002. Disponível em:



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

<https://joaoluizcorreiajunior.com/wp-content/uploads/2022/08/E-BOOK-A-Pandemia-e-apos-pandemia.pdf> Acesso em: 14 ago. 2023.

FONSECA, Michael. **Últimas notícias**. Estudo evidencia desigualdade no envelhecimento da população negra. *Mundo Negro*. 27 maio. 2023 Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/estudo-evidencia-desigualdade-no-envelhecimento-da-populacao-negra/> Acesso em: 28 jun. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** - Notas Sobre A Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1891. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod\\_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf), Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: out. 2021.

MAIA, Conceição Reis. **Passeando e revendo os recantos do IFPE Campus Recife**. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003830205946> Acesso em: 16 jul. 2023

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. 604 p. ISBN 85-86170-58-5 Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5476&Itemid=1](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5476&Itemid=1) Acesso em: 24 jul. 2023.

MELLO, Maria Aparecida Ferreira de. Envelhecimento e deficiência. In: **Cadernos da CAADE Número 2 – Sociedade e Pessoas com Deficiência**. Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência- CAADE. Belo Horizonte – Minas Gerais – 2010 (MEDEIROS,DINIZ, .Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Augusto-Galery/publication/304825873\\_Inclusao\\_de\\_pessoas\\_com\\_deficiencia\\_no\\_trabalho\\_estudo\\_em\\_empresas\\_com\\_menos\\_de\\_cem\\_empregados\\_em\\_ContagemMG/link/s/577bef5908ae213761cab5fc/Inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-no-trabalho-estudo-em-empresas-com-menos-de-cem-empregados-em-Contagem-MG.pdf#page=35](https://www.researchgate.net/profile/Augusto-Galery/publication/304825873_Inclusao_de_pessoas_com_deficiencia_no_trabalho_estudo_em_empresas_com_menos_de_cem_empregados_em_ContagemMG/link/s/577bef5908ae213761cab5fc/Inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-no-trabalho-estudo-em-empresas-com-menos-de-cem-empregados-em-Contagem-MG.pdf#page=35) Acesso em: 21 jul. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Violências contra a pessoa idosa**: saiba quais são as mais recorrentes e o que fazer nesses casos. *Junho Violeta*. Brasília, 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/violencias-contra-a-pessoa-idosa-saiba-quais-sao-as-mais-recorrentes-e-o-que-fazer-nesses-casos> Acesso em: 18 jun. 2023.

MOURA, Aline Silva de; SANTANA, Carla da Silva; CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaki; CARDOSO, Beatriz. A Velhice Cantada na Música Brasileira: Reflexões sobre as Representações do Idoso no Imaginário Social. **Revista Iuminart do IFSP**. Volume 1, número 3. Sertãozinho. São Paulo, 2009. ISSN: 1984 - 8625.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

MOURA, Gilceli Chagas. **O programa de Assistência Estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos**: um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: [UFRRJ], 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/244>, Acesso em: 17 jun. 2022.

NETTO, Matheus Papaléo. Estudo da Velhice. Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, Elizabeth Viana de (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. Edição. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2016. ISBN 978-85-277-2940-6

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Envelhecimento, saúde e funcionamento. 2015. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO\\_FWC\\_ALC\\_15.01\\_por.pdf?sessionid=B7B76844360CF3FA96F888092B161F5E?sequence=6](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sessionid=B7B76844360CF3FA96F888092B161F5E?sequence=6). Acesso em: 23 de out. 2021.

PAULA, Rouseane da Silva. **O não-lugar da pessoa idosa na educação**. Dissêi Temático. Educação de pessoas jovens, adultas e idosas. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/604/498/973>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PERNAMBUCO. **Diagnóstico População Idosa no estado de Pernambuco**. Secretaria Executiva de Assistência Social. Coordenação de Vigilância Socioassistencial. Publicado em 15 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/02242023101628-diagnostico.pop.idosa.fev.23.pdf> Acesso em: 07 de ago. 2023

PINHEIROS, Cecília Sommer Passos. Conceitos relacionados ao envelhecimento. Capítulo 1. In: BERNARDO, Lilian Dias; RAYMUNDO, Taiuani Marquine (Org.). **Terapia Ocupacional e gerontologia**: interlocuções e práticas. 1ª. Edição. Curitiba: Appris, 2018. Cap.1,p.21-30.

PNAD Contínua. **IBGE**: Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Editoria: Estatísticas Sociais. Texto: Irene Gomes. Arte: Brisa Gil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-te-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>

PORTAL DO ENVELHECIMENTO E DO LONGEVIVER. **A violência contra pessoas idosas em 2023 e o Junho Violeta**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-violencia-contra-pessoas-idosas-em-2023-e-o-junho-violeta/> Acesso em: 22 jul. 2023.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO E DO LONGEVIVER. **Curso on-line**: capacitação de cuidadores de idosos das instituições de longa permanência. Apostila Módulo I. São Paulo, 2023. <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br>

RABELO, Dóris Firmino *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018.

RABELO, Dóris Firmino; *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. **Revista Kairós-Gerontologia**, 21(3), 193-215. Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. ISSN 2176-901X. São



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

Paulo (SP), 2018. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/44428/29445/126834> Acesso em: 24 jul. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, Ano XII, mar./abr., p. 10-16. São Paulo, 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319) Acesso em: 26 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Natureza e especificidade da Educação**. Comunicação apresentada na Mesa-Redonda sobre a "Natureza e Especificidade da Educação", realizada pelo INEP, em Brasília, no dia 5 de julho de 1984. Em aberto, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984. Disponível em: <https://www.ifibe.edu.br/arq/20150911214634120944442.pdf> . Acesso em: 13 nov. 2021.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. **Nota técnica para organização da rede de atenção à saúde com foco na atenção primária à saúde e na atenção ambulatorial especializada** - saúde da pessoa idosa. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde, 2019. 56 p.: il. Disponível em: <https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/03091212-nt-saude-do-idoso-planificasus.pdf> Acesso em: 16 de out. 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017. artigo 1, p.31-51.

TOYODA, Crisitna Yoshie; ALTAFIG, Leticia Zanetti Marchi. O Processo de Envelhecimento. In: BERNARDO, Lilian Dias; RAYMUNDO, Taiuani Marquine (Org.). **Terapia Ocupacional e gerontologia**: interlocuções e práticas. 1ª. Edição. Curitiba: Appris, 2018. Cap.2, p.31-39.

"**UP: ALTAS AVENTURAS**". Filme. Direção: Peter Docter e Bob Peterson. é preciso saber viver - Titãs – Cenas do Filme, 4/09/2009. Vídeo do trailer (4,04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4LO3x9ZZYcg> Acesso em: 20 de maio. 2023.

VENTURA, Paulo Cezar Santos. O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco. **Portal do Envelhecimento e Longevidade**. Publicação em: 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-brasil-e-negro-mas-o-envelhecimento-e-branco/> Acesso em: 28 jun. 2023.

XAVIER, Lúcia. **Canal Cebrap**: Pesquisa do Itaú Viver Mais e Cebrap evidencia desigualdades raciais no processo de envelhecimento. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z\\_SOZ76Y](https://www.youtube.com/watch?v=TM9Z_SOZ76Y) Acesso em: 21 de jul. 2023.



### [...] Meu sonho era vestir essa blusa [...]

#### AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que contribuíram neste processo de construção do saber e da intervenção.

Foto: IFPE Campus Recife



Fonte: Maia (2023)



## GLOSSÁRIO

### ATIVIDADES AVANÇADAS DE VIDA DIÁRIA (AAVDs)

(1) Lazer: assistir à televisão; dirigir automóvel; preparar um prato típico para os amigos; atividades físicas em locais equipados ou esporte; atividades intelectuais, fazer cursos, estudar, ler um livro, revista, jornais, ou preencher passatempos etc.; atividades manuais ou jardinagem; pescar; tocar instrumento musical; viajar. (2) Participação social: atuação em eventos políticos, grupos sociais ou religiosos; manter contatos sociais por meio de redes sociais e de chamadas de vídeo, entre outras; frequentar restaurantes; visitar ou receber amigos, familiares ou parentes; (3) Funções produtivas: prestação de serviços comunitários, trabalho remunerado, exercer voluntariado ou práticas religiosas solidárias e afins (Portal de Envelhecimento e Longevidade, 2023).

### ATIVIDADES BÁSICAS DE VIDA DIÁRIA OU DE AUTOCUIDADO (AVDs)

(1) Locomove-se, sai da cama ou da cadeira, usando ou não bengala ou andador. (2) Vai ao banheiro, utiliza o sanitário, se limpa, dá descarga e lava as mãos. (3) Alimenta-se, corta a carne e passa a manteiga no pão. (4) Continência, controla totalmente os esfíncteres urinário e fecal. (5) Banha-se. (6) Higiene pessoal, cuida da aparência, barbeia-se, penteia-se e corta as unhas. (7) Veste-se, pega as roupas e veste a parte de cima e de baixo do corpo, calça os sapatos (Portal de Envelhecimento e Longevidade, 2023).

### ATIVIDADES INSTRUMENTAIS DE VIDA DIÁRIA (AIVDs)

(1) Preparo de alimentos, planeja e prepara o que comerá. (2) Administração de medicamentos, faz uso de remédios em doses e horários certos. (3) Comunicação, usa telefone, atende, digita números e/ou usa internet. (4) Trabalho doméstico, lava e passa as próprias roupas, arruma a casa e colabora em todas as atividades. (5) Faz compra, paga e confere o troco. (6) Transporte - utiliza meios de transporte público e/ou privado. (7) Finança, administra o próprio dinheiro, paga contas e lida com cartão do banco (Portal de Envelhecimento e Longevidade, 2023).

### AUTONOMIA

Exercício do autogoverno; liberdade individual, privacidade, livre-escolha, autogoverno, autorregulação e independência moral; liberdade para experimentar o self e harmonia com os próprios sentimentos e necessidades (Neri, 2001).

### CAPACIDADE FUNCIONAL

Capacidade de realizar atividades básicas de vida diária ou de autocuidado (AVDs) e ao grau de capacidade para desempenhar atividades instrumentais de vida diária (AIVDs) apresentados pelo indivíduo (Neri, 2001). E ainda atividades avançadas de vida diária (AAVDs).

### DEPENDÊNCIA

Incapacidade de a pessoa funcionar satisfatoriamente sem ajuda, quer devido a limitações físico-funcionais, quer devido a limitações cognitivas[...] quer à combinação entre essas duas condições (Neri, 2001).

### GERIATRIA

Campo do conhecimento que aborda os aspectos orgânicos do envelhecimento humano como: aspectos curativos e preventivos, e tem relação com as áreas da neurologia, cardiologia, psiquiatria, pneumologia. E também tem conexão com a nutrição, enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, fonoaudiologia, odontologia, e assistência social (Netto, 2016).

### GERONTOLOGIA SOCIAL

Campo do conhecimento que aborda os aspectos não orgânicos do envelhecimento humano como: antropológicos, psicológicos, legais, sociais, ambientais, econômicos, éticos, e de saúde (Netto, 2016).

### INDEPENDÊNCIA

Poder sobreviver sem ajuda para as atividades instrumentais da vida diária e de autocuidado; não é condição necessária para a autonomia (Neri, 2001).

## ANEXO A - RESOLUÇÃO N.119, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

**REITORIA**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Avenida Professor Luiz Freire, n 500 –

Cidade Universitária – Recife – CEP:50.540-740

(081)2125-1691 - [propesq@reitoria.ifpe.edu.br](mailto:propesq@reitoria.ifpe.edu.br)

**TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS  
DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE**

*(Aprovado pela Resolução Consup IFPE nº 29, de 18 de setembro de 2017*

*Alterado Ad Referendum pela Resolução Consup IFPE nº100, de 15 de outubro de 2021, homologada pela Resolução Consup IFPE nº 119, de 24 de fevereiro de 2022)*

DADOS DO(A) PESQUISADOR(A)

Nome:

---

---

---

Cargo/Instituição:

---

---

---

Telefone(s) com DDD:

E-mail:

---

---

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Pós-Graduação:

Curso/Instituição: \_\_\_\_\_

Título \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ pesquisa:

Orientador(a): \_\_\_\_\_

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Reitor

**ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO**

CENTRO UNIVERSITÁRIO  
BRASILEIRO - UNIBRA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** "[...] MEU SONHO ERA VESTIR ESSA BLUSA[...]": Percepções das Pessoas Idosas Estudantes do IFPE Campus Recife sobre as Ações Inclusivas para a População Idosa na Política de Assistência Estudantil

**Pesquisador:** SANDRA MARIA DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 68447523.6.0000.0130

**Instituição Proponente:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.056.062

**Apresentação do Projeto:**

O direito das pessoas idosas para uma educação ao longo da vida é assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996, e também no Estatuto da Pessoa Idosa (EPI), Lei n.10.741 de 1º de outubro de 2003, do Brasil, assim como os direitos à inclusão e a permanência escolar que são previsto no Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Em virtude do fenômeno mundial do envelhecimento humano, e da importância da educação para todas as fases da vida, e em especial na velhice, é provável que, cada vez mais, as instituições de educação sejam ocupadas pelo público das pessoas idosas. O envelhecimento humano traz ganhos para a sociedade, e, portanto, é preciso se preparar para atender novas demandas, fruto deste processo que é vivenciado de modo diferente por cada pessoa. As instituições de educação poderão se preparar mais e melhor para incluir o público dos 60 anos e mais de idade, considerando sua unidade etária e sua diversidade de vivências e condição de vida. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) desenvolve ações inclusivas para atender o público das pessoas

**Endereço:** R. Padre Inglês, 356, Campus III, 1º andar

**Bairro:** BOA VISTA

**CEP:** 50.050-230

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)3036-0001

**E-mail:** comitedeetica@grupounibra.com

Continuação do Parecer: 6.056.062

idosas, seja através do ensino, da extensão, ou da pesquisa, a exemplo do Núcleo 60+. Entretanto, do ponto de vista da sistematização de estudos, ao realizarmos o estado da arte, identificamos uma lacuna na produção acadêmica quanto ao tema da assistência estudantil para este público de pessoas idosas dos cursos médio subsequentes nos Institutos Federais, especialmente sobre as ações da equipe multiprofissional que ultrapassa a concessão dos benefícios financeiros. A Política Institucional de Assistência Estudantil do IFPE prevê ações de inclusão para estudantes independentemente da idade, com respaldo legal no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Portanto, objetivamos neste estudo compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais. Para tanto, escolhemos como objetivos específicos: 1) Identificar a população de pessoas idosas estudantes do Campus Recife a fim de traçar um perfil identitário deste grupo, caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) Identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do Campus Recife para pessoas idosas estudantes; 3) elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos utilizando as dimensões da acessibilidade. Como abordagem metodológica escolhemos o método qualitativo adotando o procedimento técnico do estudo do caso. Do ponto de vista dos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, portanto, teremos as etapas de pesquisa bibliográfica, documental, e de campo. No tratamento de dados utilizaremos a análise de conteúdo. O produto educacional se propõe a ser um guia de orientação sobre o tema da pessoa idosa e do envelhecimento humano que será disponibilizado através de áudio e vídeo.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender como as pessoas idosas estudantes do IFPE percebem a contribuição das ações inclusivas para a população idosa na política de

Endereço: R. Padre Inglês, 356, Campus III, 1º andar

Bairro: BOA VISTA

CEP: 50.050-230

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3036-0001

E-mail: comitedeetica@grupounibra.com



Continuação do Parecer: 6.056.062

assistência estudantil da educação profissional e tecnológica do IFPE na efetivação dos seus direitos educacionais.

Objetivo Secundário:

1) Identificar a população de pessoas idosas estudantes do Campus Recife a fim de traçar um perfil identitário deste grupo caracterizando os seus pertencimentos e as demandas de acesso, permanência e êxito; 2) identificar quais as ações de inclusão são desenvolvidas pela assistência estudantil do Campus Recife para pessoas idosas estudantes; 3) elaborar um produto educacional com temas relevantes, resultado da pesquisa de campo, em formato de pequenos áudios e vídeos utilizando as dimensões da acessibilidade.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos

A pesquisa não se propõe a oferecer riscos à integridade física ou moral das pessoas participantes. O risco de constrangimento em relatar suas percepções e sentimentos durante a entrevista poderá ocorrer e ser mínimo. Visto que se trata de um ambiente escolar coletivo. Para minimizar um possível constrangimento, solicitamos à gestão do setor da assistência estudantil, no momento da coleta de dados, um espaço físico mais reservado para a realização das entrevistas. É possível existir o risco de ranqueamento de aparelhos e equipamentos utilizados para análise dos dados. A rejeição à pesquisa também é algo esperado por parte da pesquisadora, especialmente por se tratar de um público que não é maioria na educação profissional. O respaldo ético da pesquisa é guiado pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde (Brasil, MS, 2016). E portanto, o projeto de pesquisa será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A identidade das pessoas participantes será resguardada, deste modo iremos utilizar pseudônimos e os assuntos tratados na entrevista serão categorizados como prevê a análise de conteúdo de Bardin. A previsão desses riscos está contida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento tem informações sobre os direitos das pessoas participantes, conforme artigo 17 da Resolução nº 510/2016, e deverá ser assinado em duas vias,

Endereço: R. Padre Inglês, 356, Campus III, 1º andar

Bairro: BOA VISTA

CEP: 50.050-230

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3036-0001

E-mail: comitedeetica@grupounibra.com

Continuação do Parecer: 6.056.062

onde uma delas ficará com a pessoa participante e a outra com a pesquisadora. No âmbito do IFPE a solicitação de autorização para a realização dos procedimentos da pesquisa como, entrevistas, levantamento de dados, e demais informações inerentes à execução do projeto, será por meio do "Termo de Anuência em Pesquisa", aprovado por meio da Resolução CONSUP/IFPE nº 29/2017. MAIS INFORMAÇÕES, VIDE PROJETO DE PESQUISA ORIGINAL ANEXO.

**Benefícios:**

A partir do relato das percepções das pessoas idosas pesquisadas e dos profissionais que trabalham na assistência estudantil do IFPE Campus Recife, os benefícios surgirão no sentido de possibilitar o direcionamento das ações profissionais da equipe de assistência estudantil. A comparação dessas percepções com a literatura analisada acerca do assunto poderá fundamentar os aportes teóricos utilizados nas intervenções. Assim, a equipe da assistência estudantil poderá refletir, a partir dos resultados obtidos, sobre suas práticas profissionais na educação profissional e tecnológica, e a gestão poderá propor ações mais direcionadas à inclusão deste público na educação básica.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Definir o N da pesquisa, entre os idosos e os profissionais a serem avaliados. Explicar melhor sobre o uso da imagem para elaboração do produto educacional que será elaborado.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Consta no projeto TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa e Carta de Anuência.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto não apresenta pendências no que diz respeito aos aspectos éticos, seguindo para votação em plenária.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação

Endereço: R. Padre Inglês, 356, Campus III, 1º andar

Bairro: BOA VISTA

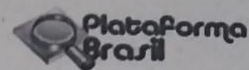
CEP: 50.050-230

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3036-0001

E-mail: comitedeetica@grupounibra.com

CENTRO UNIVERSITÁRIO  
BRASILEIRO - UNIBRA

Continuação do Parecer: 6.056.062

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2083606.pdf	06/03/2023 09:11:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/03/2023 09:11:14	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	06/03/2023 08:42:03	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinado.pdf	06/03/2023 08:28:44	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Sandra_Termo_confidencialidade_pesquisadoresassinado.pdf	06/03/2023 07:42:02	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEI_0521814_Termo_de_anuencia_para_Pesquisa_06_28.pdf	06/03/2023 07:41:37	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	06/03/2023 07:09:25	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	financeiro.pdf	03/02/2023 23:13:21	SANDRA MARIA DOS SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 12 de Maio de 2023

Assinado por:  
Elyda Gonçalves de Lima  
(Coordenador(a))

Endereço: R. Padre Inglês, 356, Campus III, 1º andar

Bairro: BOA VISTA

CEP: 50.050-230

UF: PE

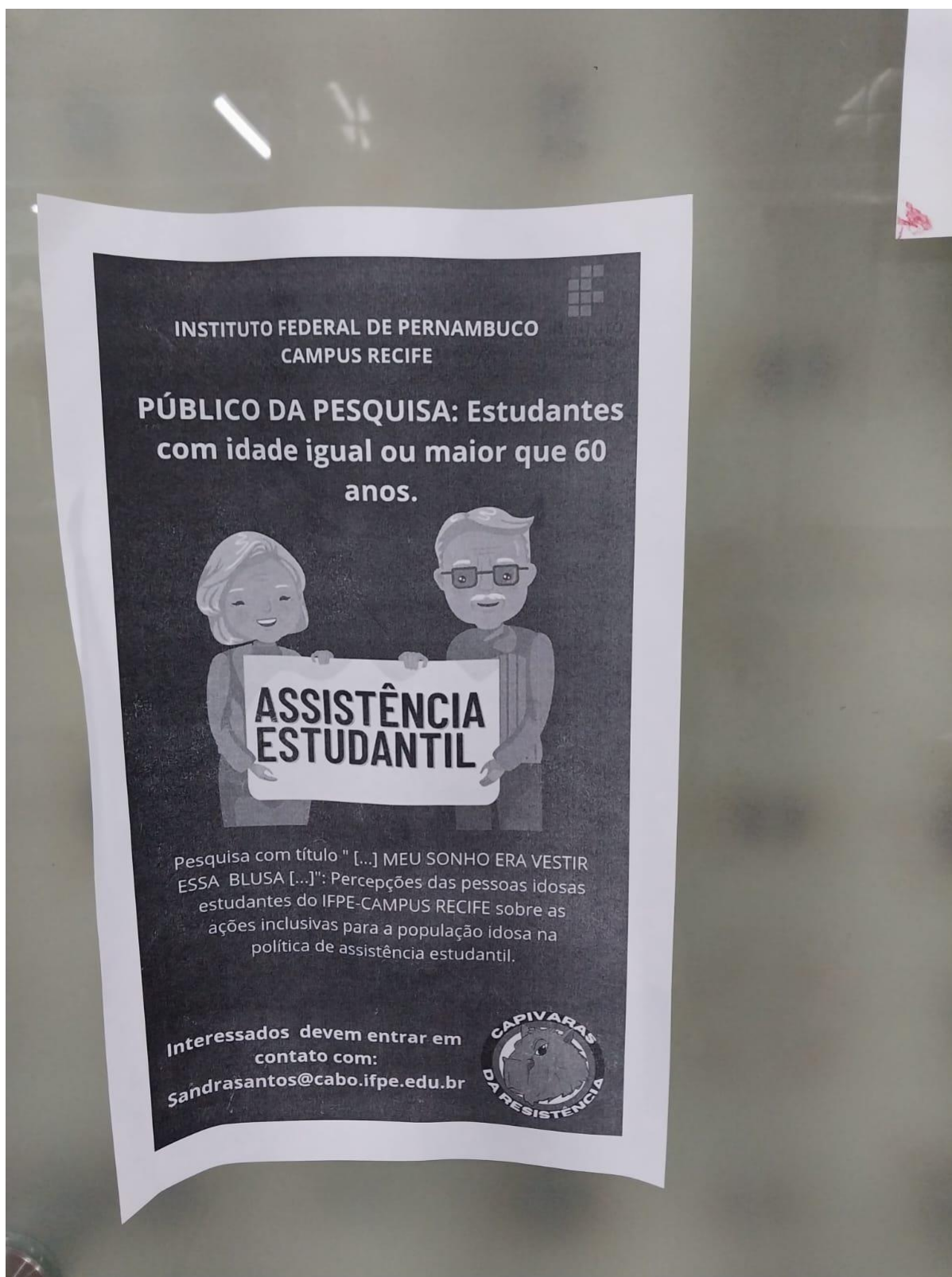
Município: RECIFE

Telefone: (81)3036-0001

E-mail: comitedeetica@grupounibra.com



## ANEXO C- CARTAZ PRODUZIDO PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL



**ANEXO D - AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DO IFPE CAMPUS RECIFE**

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco  
Campus Recife/Campus Recife/Gabinete da Direção-Geral

**DESPACHO**

**Processo nº 23295.014260/2023-42**  
**Interessado(a): SANDRA MARIA DOS SANTOS**  
**Assunto:** Autorização de Pesquisa (Servidora: SANDRA MARIA DOS SANTOS)

Ao  
PROFEPT/IFPE

Encaminhamos o presente processo para conhecimento e envio à mestranda Sandra Maria dos Santos dos dados solicitados pela interessada.

Recife, 14 de junho de 2023.

*(assinado eletronicamente)*  
Marivaldo Rodrigues Rosas  
Diretor Geral do IFPE-Campus Recife



Documento assinado eletronicamente por **Marivaldo Rodrigues Rosas, Diretor(a)-Geral**, em 15/06/2023, às 15:21, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0718614** e o código CRC **C125CF2A**.